



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ARACI FARIAS SILVA

ESPAÇO URBANO E GÊNERO: RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES DO
PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA

JOÃO PESSOA
2020

ARACI FARIAS SILVA

**ESPAÇO URBANO E GÊNERO: RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES DO
PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB desenvolvida pela aluna Araci Farias Silva, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Cidade e Campo: espaço e trabalho

Orientadora: Profa. Dra. María Franco García

**JOÃO PESSOA
2020**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Araci Farias.

Espaço urbano e gênero : resistência e luta das
mulheres do porto do capim em João Pessoa, Paraíba /
Araci Farias Silva. - João Pessoa, 2020.
313 f. : il.

Orientação: . María Franco García.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Planejamento urbano. 2. Porto do capim. 3. Uso do
solo - conflitos. 4. Mulheres - resistência. 5. Gênero.
I. García, María Franco. II. Título.

UFPB/BC

CDU 711.4(043)

*"Espaço Urbano e Gênero: Resistência e Luta das Mulheres do
Porto do Capim em João Pessoa, Paraíba",*

por

Araci Farias Silva

Dissertação de Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa
de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para
obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:



Profª Drª Maria Franco Garcia
Orientadora



Profª Drª Laura Pallarés Ameneiro
Examinadora externa



Profª Drª Regina Célia Gonçalves
Examinadora externa



Profª Drª Martha Priscila Bezerra Pereira
Examinadora externa



Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua
Examinador interno

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Julho/2020

Para todas as mulheres das periferias do Brasil, em especial as representantes da Associação de Mulheres do Porto do Capim, que de forma coletiva lutaram e lutam cotidianamente para garantir a reprodução digna da sua vida e das suas famílias. Sua luta e resistência associativa são hoje formas concretas e ficasses de combate à invisibilidade e à segregação, que o planejamento urbano neoliberal impõe às famílias de mulheres trabalhadoras e de baixa renda, em grande parte das cidades de América Latina e do Caribe.

AGRADECIMENTOS

Em momentos como esse, nos que vivemos uma crise global sanitária, ambiental, política e econômica (Pandemia COVID-19), observamos que “o humano” continua sendo o objeto de pesquisa central dos afazeres acadêmicos geográficos, direta ou transversalmente. As lutas contra o *necrocapital*¹, como define Ricardo Antunes o capital “endêmico, pandêmico e pestilento”, em defesa da vida comparecem com força em todos os cantos do planeta, mostrando ao mundo que a luta de classe continua tensionando os conflitos globais e locais, hoje mais do que nunca com rebatimentos ambientais a escala planetária. Quem faz da sua vida uma experiência concreta de resistência à dominação e controle político, econômico, social, cultural e ambiental do capitalismo liberal e patriarcal deste primeiro terço do século XXI, e constrói instrumentos de combate à tendência destrutiva hegemônica da acumulação de capital e sua reprodução, são, não apenas exemplos a seguir, mas também alvo dos nossos interesses de análise.

Agradeço aos membros da banca, nas pessoas das professoras: **Regina Célia Gonçalves, Laura Pallarés Ameneiro, Martha Priscila Bezerra, Doralice Sátyro** e dos professores: **Rafael Pádua, Alexandre Sabino, Xose Manoel Santos Solla** e a **Emanuel Oliveira Braga**, por aceitarem participar e avaliar o estudo proposto colocando seu tempo e seus conhecimentos ampliados a disposição da ciência, em especial nesse momento do ressurgimento da negação dos conhecimentos científicos.

O nosso agradecimento vai direcionado a essas mulheres e homens em luta, sujeitos da nossa pesquisa, particularmente às representantes a Associação de Mulheres do Porto do Capim em João Pessoa, Paraíba: as senhoras: Maria Aparecida França (Cida), Cláudia, Maria da Penha Nascimento, Maria da Penha Silva, Odaci Oliveira, Odenice Oliveira, Giselda Holanda, Regina, Roseane Mendes, Wilma do Nascimento, Adriana Lima, Verônica Lima, além das jovens Rossana e Rayssa Holanda.

Aos jovens moradores do Porto do Capim, componentes do Coletivo Garças do Sanhuá, dirigidos pelas irmãs Rossana e Rayssa Holanda que formam cidadãos no Ponto

¹ Usamos este termo, para enfatizar as ações danosas do capital na busca de sua ampliação, consumindo tudo, inclusive a vida humana.

de Cultura Comunitário. São jovens com força e esperança, do verbo esperar, que vão atrás, se levantam e se transformam em senhoras e senhores das suas vidas.

Agradecemos a todas as matriarcas do Porto, que como Dona Maria Diogo da Silva, Dona China, com 78 anos de idade, são a memória viva das mudanças da vida e das transformações da paisagem do Porto desde meados do século XX. Agradecemos a participação nesta pesquisa as mulheres que se fizeram responsáveis pelas suas famílias e originaram os assentamentos que hoje dão vida e identidade ao Porto do Capim, como: Dona Lúcia de Fátima, Dona penha Mateus, Dona Ednalva Gomes dos Santos, Dona Odaci de Oliveira, Dona Geraldina Pereira da Silva, Dona Fátima da Silva Santos, Dona Lurdes, Dona Regina (Da Penha), Dona Fátima Melo da Silva, Dona Maria da Penha de Souza e Dona Suely Tabajara.

Aos parceiros da comunidade, participantes de projetos de extensão e pesquisa na área, representantes de instituições públicas de ensino na forma de assessoria técnica na defesa da permanência na área das famílias de moradores. Especialmente, agradecemos à Professora Regina Célia e todos os membros do grupo que compõe a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra.

Agradecemos também, a participação nesta pesquisa do Grupo da Extensão “PROBEXT/Cidades” da UFPB, sob a coordenação da Professora Elisabetta Romano; ao Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB, especialmente ao Professor Hugo Belarmino, que produziu o Relatório de Violações de Direitos Humanos, fonte importante das nossas análises; à equipe técnica multidisciplinar da UFPB, responsável pelo Informe Técnico da tradicionalidade da comunidade sob a coordenação do Professor Fábio Mura; ao Grupo de Trabalho do IPHAN, que subsidiou todas as ações que vieram a somar na luta pela permanência da comunidade de moradores e moradoras do Porto do Capim na sua área, nosso agradecimento especial é para Emanuel Braga e Helena Tavares.

Todavia, somos gratos pela ação e participação na pesquisa do Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), particularmente à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, na pessoa do Dr. José Godoy Bezerra de Souza. O MPF além de ser fazer presente na mediação dos conflitos na área, foi interlocutor direto de este trabalho de Tese e fonte importante de documentação. Agradecemos, pelo mesmo empenho à

Defensoria Pública da União (DPU), especialmente à Dr. Diana Andrade e ao Dr. Edison Júlio de Andrade Filho.

A todos os representantes do poder legislativo municipal e estadual que colocaram o seu mandato ao serviço dos moradores e moradoras da periferia a cidade de João Pessoa, garantindo o direito das famílias trabalhadoras de baixa renda à cidade e a uma justiça social inclusiva: Vereadora Sandra Marrocos (PSB), Vereador Tibério Limeira (PSB) e Vereador Marcos Henrique (PT). Agradecemos também, na Câmara dos Deputados da Paraíba, à Deputada Cida Ramos (PSB) quem sempre se fez presente junto à comunidade e foi solicita com as demandas desta pesquisa.

Aos parceiros, alunos e colegas de trabalho, profissionais da educação que desenvolveram suas pesquisas na área, algumas sob minha orientação, todas elas com retorno à comunidade: sou grata a Patrícia Assad, que desenvolveu o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e su Dissertação de Mestrado (DM) junto à Comunidade; a Akene Shionara (TCC), a Iran Cabral (TCC), a Helena Tavares (DM), a Regina Célia Nogueira (Tese de Doutorado), a Magno Erasto (Tese de Doutorado), a Flávio Boaventura (Especialização em Assistência Técnica em Habitação e Direito a cidade), a Acácio Lopes e a Hugo Belarmino.

Aos colegas que dispensaram horas valiosas na discussão sobre a área, como Magno Erasto, Helena Tavares, Hugo Belarmino, Rossana Holanda, Amanda Marques, Regina Célia Nogueira, Regina Célia Gonçalves, Acácio Lopes.

Aos companheiros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, CEGeT, nas Jornadas do Trabalho, realizadas anualmente, que somaram na discussão da pesquisa na área do Porto do capim. Aos colegas da sessão do CEGeT na Paraíba, especialmente pelas contribuições com a pesquisa nos nossos Seminários Internos anuais, que contribuíram sobremaneira para conclusão deste trabalho. Sou grata ao Fabinho, Caio, Rodrigo, Emmy, Lucas e Lu. Em especial a Katinha, por nossas conversas sobre a cidade e sua produção espacial, pela nossa troca de “figurinhas”. A Ana Carolina pela ajuda nas traduções, e a amiga Neilinha.

A orientadora e parceira de pesquisa, professora e amiga, María Franco García, sempre me trazendo de volta aos trilhos, no caminho de uma pesquisa séria, acadêmica, com dados oficiais, referenciais teórico-metodológicos sólidos e atuais, prezando pela

clareza na escrita. Propôs um mergulho na materialidade que compõe a vida da mulher trabalhadora na periferia de um país periférico, no contexto de uma sociedade capitalista bárbara. Grata a todos os momentos, que não foram poucos, toda paciência nas idas e vindas na viagem da vida. Grata por me apresentar Heleieth Saffioti, Michelle Perrot, Nancy Fraser e Judith Butler. Aos poucos fui descobrindo outras autoras e a(s) história(s) das mulheres nas sociedades de classe, como Margareth Rago, Luzinete Simões, Mirla Cisne, Hildete Pereira entre outras. Acima de tudo, grata por me dar instrumentos para pensar, TAMBÉM desde a academia e dentro da potência que é a geografia e a ciência social, um mundo onde as mulheres participem equitativamente de justiça social; pensar nas lutas legítimas das mulheres contra estruturas de dominação e controle secular; pensar a cidade como dimensão de reprodução/reforço de essa dominação ou como espaço para a sua superação e, finalmente; pensar que a Geografia e nós geógrafos e geógrafas temos alguma coisa a dizer sobre isso e devemos dizê-la.

Agradecer a minha família, minhas filhas Ester e Vitória pela força que me deram nessa caminhada, entendendo generosamente minha ausência em muitos momentos. Sou grata a minha filha Ester pelo aprendizado, pelo tempo que participou mais ativamente das minhas atividades no Porto do Capim, pelas leituras feministas, com as que me presenteio e pela elaboração de um videodocumentário sobre o Porto do Capim, fonte documental desta Tese. A meus pais e irmãs pelo apoio e cuidado.

Aos meus netos que me ensinam o quanto valioso é a troca de saberes, construir, elaborar e transformar desejos em realidade, a partir de uma vida coletiva e simples.

A família farias, meus tios irmãos, em especial tia Corrinha, tio Geraldinho e tia Lourdinha, me ensinaram a caminhar na trilha da luta, olhando sempre para o lado, estendendo as mãos a quem desejar nos acompanhar na caminhada. As minhas primas e irmãs, por nossa ligação, simples assim “somos as netas das bruxas que não puderam ser queimadas”.

Aos meus pais, pelo simples ato de se doar.

Finalmente a minha companheira de caminhada, a minha esposa sempre preocupada com minha pesquisa e meus conflitos na escrita, sempre disposta a me ajudar nos campos, nas formatações, nas discussões. Aquela que cotidianamente me

impulsionava para frente, mesmo com toda resistência. Obrigada Ava por estar do meu lado todo tempo, compreender minhas dificuldades.

A Graça que na reta final, veio somar nas correções e orientações, em conjunto com professora María Franco.

Por todas as mulheres cuidadoras, realizam o trabalho exaustivo na garantia da reprodução da família, e as que tem o cuidado como serviço produtivo. Pelas empregadas domésticas e diaristas, mulheres essas com seu direito a vida negado em tempo de pandemia.

Pelas mulheres na frente dos cuidados com a saúde coletiva. Mulheres trabalhadoras de saúde (médicas, enfermeiras, fisioterapeutas, nutricionistas, seguranças dentre outras) que lidam diretamente contra o lado mais duro e perverso que a pandemia do COVID-19 mostrou ao mundo, nos hospitais, com os doentes, suas famílias e mesmo com falecidos.

Agradecer, por fim, pela lição de resistência e solidariedade cotidiana dada pelas trabalhadoras da economia informal deste país. Especialmente, as moradoras do Porto do Capim, precarizadas em bicos e serviços informais estão hoje seriamente afetadas pelas restrições de circulação e redução do contato social, o que impacta de modo direto nelas, colocando em risco o acesso ao sustento próprio e de suas famílias.

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é
violento. Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem”
(Bertolt Brecht).*

RESUMO

A tese intitulada “Espaço urbano e gênero: resistência e luta das mulheres do Porto do Capim em João Pessoa, Paraíba”, tem como objetivo analisar o conflito pelo uso do solo urbano no Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Os protagonistas diretos do conflito são a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e as famílias moradoras da Comunidade do Porto do Capim (que compreende espacialmente as áreas Vila Nassau, Praça XV de Novembro, Porto do Capim e Frei Vital). O conflito iniciou-se na década de 1980, quando se cogitou, por primeira vez, a possibilidade de remoção das famílias moradoras da área. Em 2010 a PMJP inicia uma nova fase de planejamento urbano para a área, visado a construção de um polo econômico, cultural, histórico e artístico que ampliasse os atrativos turísticos da cidade. A ameaça de remoção instalou-se novamente sobre as famílias moradoras do Porto do Capim, todavia nesse momento iniciou-se um processo de mobilização coletiva e luta organizada contra a proposta de planejamento excludente da entidade municipal.

O processo de resistência à remoção tem envolvido durante os últimos 10 anos diferentes parceiros, projetos de modificação do uso solo, propostas de planejamento urbano e ações concretas. Todavia, em 2020 o conflito continua vigente.

Constatamos, durante nosso trabalho de tese, que o caminho trilhado pela comunidade desde o início do conflito pelo uso do solo na área foi, inicialmente, o da organização e luta pelo *reconhecimento* do seu direito à permanência no território. A resistência, ainda que coletiva, foi protagonizada, desde o início do conflito, amplamente pelas mulheres da comunidade. Elas se transformaram em *representantes* do interesse das famílias moradoras e criaram a Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC), que as identifica como sujeitos políticos na disputa pelo uso do solo no Centro Histórico de João Pessoa. A AMPC tem lutado e organizado à comunidade na procura do desenvolvimento de uma forma de planejamento urbano inclusivo, próprio de um modelo de cidade democrática, onde os espaços são planejados seguindo a lógica do seu valor de uso, defendendo a plena *redistribuição* dos serviços urbanos, na busca de justiça espacial e acesso pleno ao direito à cidade.

Defendemos, por tanto, neste trabalho que o fenômeno de *generificação* da luta por moradia e/ou habitação, sinaliza a centralidade das mulheres na reprodução social da força de trabalho e na preservação dos seus territórios de vida.

Palavras-chave: Porto do Capim; Planejamento urbano; Conflito pelo uso do solo; Mulheres

RESUMEN

La tesis doctoral nombrada “Espacio urbano y género: resistencia y lucha de las mujeres de Porto del Capim en João Pessoa, Paraíba”, analiza el conflicto por el uso del suelo urbano en el Centro Histórico de la ciudad de João Pessoa. Los protagonistas del conflicto son el Ayuntamiento Municipal de João Pessoa (PMJP) y las familias que viven en la Comunidad de Porto del Capim (que comprende espacialmente las áreas Vila Nassau, Plaza XV de Noviembre, Porto del Capim y Frey Vital). El conflicto se inició en la década de 80, cuando se consideró, por primera vez, la posibilidad del despeje de las familias que viven en el área. En el 2010, la PMJP inicia una nueva fase de planificación urbana para el área, tras el planteamiento a la construcción de un sector económico, cultural, histórico y artístico que ampliara los atractivos turísticos de la ciudad. La amenaza de despeje, trajo una vez más la inseguridad e incertidumbre a las familias que viven en Porto del Capim. Sin embargo, tras este sentimiento se inicia un proceso de movilización colectiva y lucha organizada contra la propuesta de planificación excluyente de la entidad local.

El proceso de resistencia al despeje involucra, a lo largo de los 10 años, diferentes socios, proyectos de modificación del uso del suelo, propuestas de planificación urbana y acciones concretas. Aún, en el 2020, el conflicto continua vigente. Vimos, a lo largo del trabajo doctoral, que el camino que sigue la comunidad desde el inicio del conflicto por el uso del suelo en el área fue, inicialmente, por la organización y lucha por el reconocimiento de su derecho a vivir en el territorio. La resistencia, aún que colectiva, fue protagonizada, desde el inicio del conflicto, de forma amplia, por las mujeres de la comunidad. Ellas se volvieron en representantes de los intereses familiares de los que allí vivían y crearon la Asociación de Mujeres de Porto del Capim (AMPC), que las identifica como sujetos políticos a la disputa por el uso del suelo en el Centro Histórico de João Pessoa. La AMPC lucha y organiza la comunidad a la búsqueda por el desarrollo de forma que la planificación urbana sea inclusiva y adecuada a un modelo de ciudad democrática, donde los espacios son planificados a la lógica del valor de uso, y argumenta a favor de la íntegra redistribución de los servicios urbanos, a la búsqueda por justicia espacial y acceso íntegro al derecho a la ciudad. Proponemos, en esta tesis, que el fenómeno de *generificación* de la lucha por la vivienda señala la centralidad de las mujeres en la reproducción social de la fuerza de trabajo y en la preservación de sus territorios de vida.

Palabras-clave: Porto del Capim; Planificación urbana; Conflicto por el uso del suelo; Mujeres.

ABSTRACT

The thesis entitled “Urban space and gender: resistance and struggle of women from Porto do Capim in João Pessoa, Paraíba”, aims at analyzing the conflict over the use of urban land in the Historic Center of João Pessoa, a city in the state of Paraíba, in the Northeast of Brazil. The protagonists of the conflict are the Municipality of João Pessoa (Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJPA) and the families living in the Porto do Capim Community (which encompasses the areas of Vila Nassau, Praça XV de Novembro, Porto do Capim and Frei Vital). The conflict began in the 1980s when, for the first time, the possibility of removing families living in the area was considered. In 2010, PMJP started a new phase of urban planning for the area, aiming at the construction of an economic, cultural, historical and artistic pole that would expand the tourist attractions of the city of João Pessoa. Thus, threat of eviction had been installed over the families living in Porto do Capim. However, at that moment, a process of collective mobilization and organized struggle against the exclusive planning proposal of the municipal entity began. This way, the process of resistance against the removal has involved, over the past 10 years, different partners, land use modification projects, urban planning proposals and concrete actions. In 2020 the conflict still remains. We have found out, during our thesis work, that the strategy used by the community since the beginning of the conflict was that of organization and struggle for the recognition of its rights to remain in the territory. Even though resistance was collective, it has largely been carried out, since the beginning of the conflict, by women in the community. They became representatives of the interest of the resident families and created the Women's Association of Porto do Capim (AMPC) which identifies them as political subjects in the dispute over land use in the Historic Center of João Pessoa. As a result, AMPC has been fighting and has organized the community in search for a form of inclusive urban planning and proper model of democratic city where spaces are planned following the idea of use value, defending a total redistribution of urban services, in the search for spatial justice and full access to the right of being part of the city. We state, therefore, in this work that the phenomenon of generification of the struggle for housing shows the centrality of women in the social reproduction of workforce and in the preservation of their territories of life.

Keywords: Porto do Capim; Urban planning; Conflict over land use; Women

Keywords: Porto do Capim; Urban planning; Conflict over land use; Woman.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Capa do Plano de Ação João Pessoa Sustentável	50
Figura 2-Gráfico da proporção de ocupação em trabalho por tempo parcial na semana de referência, por sexo.....	74
Figura 3-Os moradores e as moradoras se reúnem na entrada da comunidade, Praça XIX, contra a remoção forçada.....	76
Figura 4-Infográfico da mulher no mercado de trabalho no Brasil, 2012 a 2018.....	82
Figura 5-Infográfico das estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos	83
Figura 6-Gráfico de violência contra a mulher no estado da Paraíba, 2017.....	85
Figura 7-Evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as maiores taxas em 2017 (2007-2017).....	86
Figura 8-Linha do tempo: Ações da comunidade e parceiros do Estado, desenvolvidas de 2012 a 2017	92
Figura 9-Campanha dos moradores para manutenção da limpeza das ruas da comunidade.....	102
Figura 10-Planta baixa do Porto do Capim e Vila Nassau, indicando a viabilidade de implantação de sistema de esgotamento sanitário.....	104
Figura 11-Capa do Relatório de Violações aos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC-Cidades históricas e PAC-Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim.....	107
Figura 12-Página inicial do inquérito civil nº 24000.000390/2008-96	112
Figura 13-Cópia da parte final do laudo antropológico da Comunidade do Porto do Capim.....	116
Figura 14-Notificação de despejo imitada pela PMJP, (secretaria de Meio Ambiente e de Planejamento)	120
Figura 15-Agentes da PMJP no momento da demolição de casa na Vila Nassau.....	121
Figura 16-magem da página dos pedidos que regem a ação civil pública, pedido de tutela de urgência em caráter antecedente	124
Figura 17-Imagem da última página da decisão judicial favorável a ação civil pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecedente.....	126
Figura 18-Mapa com cenário 2, e quadro síntese das permanências, reformas e relocações, para as moradias do Porto do Capim João Pessoa – PB	129
Figura 19-Quadro síntese mostra soluções possíveis compartilhadas pelas duas propostas.....	130
Figura 20-Mapa integrado os eixos de visualizações ao potencial arqueológico e a classificação das habitações (permanência, reforma e remoção).....	134
Figura 21-Poema da Moradora do Porto do Capim, e presidente da AMPC.....	139
Figura 22-Sessão especial na câmara dos vereadores de João Pessoa, presença dos representantes da PMJP e da Comunidade do Porto do Capim.....	143
Figura 23-Reunião para decidir a programação e a data do evento Ocupe o Porto do Capim.....	150
Figura 24-Cartaz no Fórum de discussão Porto do capim: Porque Ficar?	151

Figura 25-A comunidade do porto do Capim fechando ruas do centro, contra despejo	163
Figura 26-Paredes danificadas depois das demolições	165
Figura 27-Audiência Pública: Vereadores (Tibério Limeira, Sandra Marrocos) e a então Diretora Executiva do IPHAEP (Cassandra Figueiredo) e a representante AMPC (Rossana Holanda)	168
<i>Figura 28-Banner do I Seminário da Rede de apoio às comunidades Tradicionais.</i>	170
Figura 29-Tabela das prentelas e residências em Porto do Capim (obs. Os dados não representam a totalidade das parentelas residentes no local, mas a parte significativa delas)	172
Figura 30-Diagrama de parentesco Nº 14. Dona Regina (Da Penha).....	173
Figura 31-Diagrama de Dona Regina (Da Penha)	175
Figura 32-Mapa de localização, contendo as subáreas do Porto do Capim e o curture desativado e ocupado	180
Figura 33-Hidrografia do rio Paraíba e seus tributários/Rio Sanhauá	181
Figura 34- Mapa de uso e ocupação tradicional dos rios Sanhauá e Paraíba	187
Figura 35- Águas Pluviais desviadas para dentro da comunidade na área da Vila Nassau	190
Figura 36-Funcionários da PMJP desmatava área de Preservação Permanente no Porto do Capim	191
Figura 37-Encarte do turismo comunitário desenvolvido pelas jovens moradoras do Porto do Capim	196
Figura 38-Mapa da arqueologia social do Porto do Capim	200
Figura 39-Principais problemas das comunidades apontados pelos entrevistados	205
Figura 40- Linha do tempo das ações do Estado para efetivação do projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim	212
Figura 41-Poligonal de tombamento estadual do IPHAEP com discriminação de áreas de preservação do Centro Histórico de João Pessoa, 2004	216
Figura 42-Mapa do macrozoneamento da cidade de João Pessoa com destaque para o Porto do Capim	227
Figura 43-Quadro das intervenções urbanas e arquitetônicas previstas no projeto de REVITALIZAÇÃO para o bairro do Varadouro e a área do Porto do Capim.....	229
Figura 44-Fotografia panorâmica da Villa Sanhauá	234
Figura 45-Imagem da área de abrangência do PAC – Sanhauá	235
Figura 46-Imagem da área de intervenção do Projeto de REVITALIZAÇÃO no Varadouro e Antigo Porto do Capim	238
Figura 47-Maquete digital do 1º Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim	239
Figura 48-Proposta da Praça Porto do Capim – Planta geral do projeto.....	240
Figura 49-Maquete do projeto de habitação, com as áreas de deslocamento da população do Porto do Capim da SEMHAB.....	242
Figura 50-Maquete digital do Parque Ecológico do Rio Sanhauá	243
Figura 51-Zoneamento da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.	253
Figura 52- Planta Baixa da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau	254

Figura 53-Perspectiva da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau	255
Figura 54- Perspectiva da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau	256
Figura 55-Maquete digital com a disposição tipológica das moradias e urbanização da área do Curtume	260
Figura 56-Projeto habitacional na área do curtume desativado	261
Figura 57-Quadro resumo das permanências, reformas e relocações.....	263
Figura 58-Oficina de mapa dos Desejos, aplicando o método de cartografia social	264
Figura 59-Quadro de registro dos consensos entre os projetos da PMJP e a Contra proposta do PROEXT.....	265
Figura 60-Proposta alternativa de Requalificação do Porto do Capim, PROEXT	266
Figura 61-erfil transversal do solo da área do Porto do Capim	269
Figura 62-Mapa da área do Porto do Capim com possibilidade de implementação de saneamento.....	271
Figura 63-Proposta de intervenção do Mosaico de Soluções	272
Figura 64-Poster com esquema metodológico problemas e potencialidades no Porto do Capim	274
Figura 65-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções no Porto do Capim	275
Figura 66-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções.....	276
Figura 67-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções casa Léo	277
Figura 68-Poster com esquema metodológico problemáticas e potencialidade Vila Nassau	278
Figura 69-Cronograma do projeto participativo da Comunidade do Porto do Capim ...	280

LISTA DE SIGLAS

AECI- Agência Espanhola de Cooperação Internacional

ALC- América Latina e Caribe.

AMPC - Associação de Mulheres do Porto do Capim.

APP - Área de Proteção Permanente.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CEF- Caixa Econômica federal.

CEPAL – Comissão Econômica Para América Latina

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

CMJP- Câmara Municipal de João Pessoa.

CNDSPCT- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

COPAC – Coordenadoria do Patrimônio Cultural de João Pessoa.

CRDH/UFPB – Centro de Referência de Direitos Humanos da Universidade federal da Paraíba.

CPCA- Comissão Porto do Capim em Ação.

CPDCHJP- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

DPU- Defensoria Pública da União.

DPE/PB- Defensoria Pública do Estado da Paraíba

DINTER- Doutorado Interinstitucional.

GT - Grupo de Trabalho.

GT/IPHAN/PB- Grupo de Trabalho do IPHAN da Paraíba.

IAB – Instituto de Arquitetura do Brasil.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

IC- Inquérito Civil.

ICES- Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis.

INMET- Instituto Nacional de Meteorologia.

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional.

IPHAN/PB- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional da Paraíba.

MPF/PB- Ministério Público Federal da Paraíba.

MST- Movimento Sem Terra;

MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

OIT- Organização Internacional do Trabalho.

ONU – Organização das nações unidas.

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

PAC-Habitação - Programa de Aceleração do Crescimento para Habitação.

PAC-Cidades Históricas - Programa de Aceleração do Crescimento, projetos para centros históricos.

PAC-Sustentabilidade (PAC-Sanhauá) - Programa de Aceleração do Crescimento, direcionado para áreas de rios na cidade.

PD/JP- Plano Diretor de João Pessoa.

PEA- população Economicamente Ativa.

PES- Parque Ecológico Sanhauá.

PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.

PPGG/UFPB- Programa de Pós-Graduação em geografia/ Universidade Federal da Paraíba.

PRCH/JP – Relatório Preliminar do Centro Histórico de João Pessoa.

PROBEX/UFPB – Programa de Extensão Universitária com recursos próprios.

PDC - Procuradoria do Direitos do Cidadão.

PRODETUR - Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo.

PROEXT/MEC/CIDADES - Programa de Extensão Universitária, com recursos do Ministério das Cidades.

PSF - Programa de Saúde da Família.

PT - Partido dos Trabalhadores.

RAU+E- Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEDURB- Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

SEMHAB- Secretaria de Habitação Social.

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

SPU/PB - Superintendência do Patrimônio da União da Paraíba

SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente

TC - Trabalho de Campo.

TSE- Tribunal Superior Eleitoral.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

UFBA - Universidade Federal da Bahia.

ZAP - Zona Adensável Prioritária.

ZEIS- Zona Especial de Interesse Social

ZEP - Zona Especial de Preservação.

ZCT- Zona Comercial de Terminais.

ZPA - Zona de Preservação Ambiental.

Sumário

APRESENTAÇÃO	25
CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O ESPAÇO URBANO E SUA PRODUÇÃO	28
1.1- Teoria Urbana: leituras sobre o direito a cidade	31
1.2- Política urbana: planejamento urbanístico no Brasil	46
CAPÍTULO 2 – OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O PENSAMENTO FEMINISTA E A CIDADE	53
2.1 – Teoria Feminista: mulheres, feminismo e espaço	53
2.1.1- A organização feminina da luta por espaço.....	61
2.2 – Divisão sexual de direitos: contradições de gênero na produção capitalista do espaço urbano	66
2.4 – Mulher e justiça social: Teoria da unificação do reconhecimento, a representatividade e a redistribuição	78
2.4.1 - Desigualdade de gênero no acesso a direitos e violências contra a vida das mulheres.....	80
CAPÍTULO 3 - PARCERIAS NA CONSTRUÇÃO DA LUTA E RESISTÊNCIA NO PORTO DO CAPIM.....	91
3.1 - O despertar da consciência e o reconhecimento: Subindo a Ladeira e a Fundação Casa de Cultura Cia da Terra	93
3.2 - A 1ª Contraproposta de Requalificação, elaborada pelo Grupo de Trabalho do IPHAN/PB	98
3.3 - Porto do Capim: Violações dos Direitos Humanos	106
3.4 - Ministério Público Federal da Paraíba: O mediador do conflito....	113
3.5 - Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim: Experiencia de extensão universitária, coletiva e interdisciplinar	127
CAPÍTULO 4 - ORGANIZAÇÃO INTERNA E COMUNITÁRIA DA LUTA E RESISTÊNCIA NO PORTO DO CAPIM	136
4.1 - O nascedouro da resistência da comunidade do Porto do Capim: Comissão Porto do Capim em Ação (CPCA).....	136
4.2 - Mulher e seu lugar protagonismo: Associação de Mulheres do Porto do Capim	154
CAPÍTULO 5 – A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM QUE LUTA E RESISTE	178
5.1- O Porto do Capim: importância do ecossistema natural à reprodução da vida	179

5.2 - Formação do assentamento urbano Porto do Capim: Sua origem e seu território.....	183
5.3- A comunidade do Porto do Capim: Práticas socioespaciais que geram resistência	192
5.4 - Metodologia participativa de coleta de dados na comunidade do Porto do Capim	197
5.5 - O Mutirão de levantamento e o perfil da comunidade do Porto do Capim.....	201
CAPÍTULO 6 - O CONFLITO PELO USO DO SOLO URBANO E SEU PLANEJAMENTO: REVITALIZAÇÃO e/ou remoção.....	210
6.1 – Instrumentos e estratégias de planejamento urbano no Centro Histórico de João Pessoa e do Porto do Capim	213
6.1.1 - Pressupostos para a elaboração do Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim	213
6.1.2 - Elaboração de marcos regulatórios nos Planos Diretores, para habilitar o projeto de requalificação o Centro Histórico.....	225
6.2 - O projeto de REVITALIZAÇÃO e o PAC	230
6.3 - As três versões do mesmo projeto para área do Porto do Capim: Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim (1987), Projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim (2010) e o Parque Ecológico Sanhauá (2019).	237
CAPÍTULO 7- O CONFLITO PELO USO DO SOLO URBANO E SEU PLANEJAMENTO: Requalificação e/ou inclusão.....	246
7.1 - 1ª Insurreição: Contraproposta do Grupo de Trabalho GT/IPHAN/PB: “Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, 2012”	247
7.2 - 2ª Insurreição: Contraproposta do Projeto de Extensão Universitária (PROEXT-UFPB): “Abrace o Porto do Capim”	258
7.2.2 - O “novo” Grupo de Trabalho: A construção de consensos	267
CONSIDERAÇÕES.....	281
REFERÊNCIAS.....	286
_____ Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. p. 41-52. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios . São Paulo: Contexto, 2011. 235 p;	290
APÊNDICE.....	302
Apêndice I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	302
Apêndice II - Questionário	303
ANEXOS	304

Anexo 1 - DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.	304
Anexo 2 -Trecho da reportagem do Portal Correio, no qual a PMJP justifica a derrubada de árvores como poda.....	305
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos – Folha1	306
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 2.....	307
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 3.....	308
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 4.....	309
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 5.....	310
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 6.....	311
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 7	312
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 8.....	313
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 9.....	314
Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 10.....	315

APRESENTAÇÃO

A minha relação com a comunidade do Porto do Capim data dos anos 1990. O primeiro contato deu-se a partir da minha participação no movimento da igreja católica. Fazíamos visitas em comunidades periféricas da cidade e eu fiquei no grupo que acompanhava essa comunidade.

No ano de 1996 me afastei das atividades da igreja e, com isso do Porto do Capim. Após 10 anos, em 2006, ingressei no Departamento de Geociências da UFPB e retomei o contato com os moradores e moradoras da área. Desta vez, já afastada da igreja, minha volta tinha que ver com a elaboração de uma série de mapas temáticos que viriam auxiliar a minha colega Lúcia Araújo, na sua pesquisa de mestrado, defendida sob a título de: “AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO PORTO DO CAPIM: leituras de uma paisagem urbana”.

O trabalho de mapeamento me permitiu percorrer novamente as ruas da comunidade, revendo antigos conhecidos e conhecendo novos moradores. Naquele momento o que me chamou a atenção foram as contínuas reclamações sobre a ameaça de remoção a que estavam expostos, e a intranquilidade que se respirava. Foi nesse momento que decidi direcionar minhas atividades acadêmicas de extensão e orientação de graduandos do Curso de Geografia da UFPB para o Porto do Capim e sua questão urbana. Três anos depois, em 2009, elaborei um projeto de doutorado e o submeti ao Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER). A proposta de tese abordava a questão patrimonial do Centro Histórico, dando ênfase a importância da comunidade do Porto do Capim na produção de bens imateriais na poligonal do Centro Histórico. Esse ingresso no DINTER permitiu-me que durante os anos de 2010 e 2011 minha aproximação à comunidade fosse cada vez maior, procurando participar ativamente das tensiones e preocupações dos moradores frente ao projeto de requalificação do uso da área e a sua remoção involuntária². A grande questão para a comunidade naquele momento era ter acesso às informações sobre o processo que planejava o novo uso do solo, já que nesse debate a comunidade estava sendo omitida. A participação da

² O termo remoção involuntária é utilizado para indicar a ação que a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) quis impingir ao moradores do Porto sem sua aceitação.

comunidade, e qualquer forma de representação dela, nas discussões de requalificação da área eram inexistentes.

A importância da comunidade enquanto bem cultural imaterial foi ignorada pelo poder público, gerando um conflito pelo uso do espaço. Ao tempo, gerou-se a organização da resistência na forma de associativismo e deu-se visibilidade pública ao conflito de interesses, entre a comunidade e a prefeitura de Joao Pessoa.

Somei-me as ações de resistência no ano de 2012. Realizávamos reuniões na/da comunidade junto os moradores, parceiros e instituições que auxiliavam na condução da discussão. Foi nesse momento que tive a oportunidade de trabalhar junto a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, especificamente com Regina Célia e Patricia Assad, a quem sou muito grata pelo aprendizado. Com esta última, aluna do Curso de Geografia da UFPB, elaborei a oficina “Tenda da memória do Varadouro”, onde os moradores, de forma lúdica, exponham suas necessidades e sonhos de moradia. Muitas das entrevistas realizadas durante esses anos de Dinter e Extensão, foram transcritas e estão presentes no trabalho de tese que aqui apresentamos.

Infelizmente em 2013, por questões pessoais, abandonei o DINTER e o trabalho de doutorado não foi concluído. Logo desse percalço no caminho, em 2014 a professora Dra. María Franco García incentivou-me a retomar e concluir a minha tese. Em 2015, submeti meu pré-projeto à seleção do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e reiniciei meu trabalho de investigação e meus contatos com a comunidade sob sua orientação.

Após os primeiros encontros de orientação, formais e informais, me senti estimulada a trilhar um novo caminho, deixando de ser central na pesquisa a importância estética e histórica, bem como sair da análise puramente patrimonial, trazendo a centralidade para conflito pelo uso do solo urbano e a diversidade de sujeitos. Essa reflexão seria elaborada sob a perspectiva crítica da produção de espaço urbano, visibilizando o papel do planejamento e, o processo de construção de mecanismos de luta/resistência da comunidade diante do conflito, com ênfase na participação das mulheres e sua representação.

O amadurecimento da pesquisa ocorreu com a intensificação das leituras referentes ao aporte teórico e metodológico, aliado às visitas a campo, que revelaram a

processualidade do conflito, os sujeitos envolvidos, as ações do poder público, e os mecanismos de luta e resistência da comunidade, via associativismo e representatividade.

Foram identificados sujeitos, coletivos e políticos, que direta e indiretamente participavam do conflito pelo uso. Essa discussão inicial procurava fazer as escolhas teórico - metodológicas corretas, que respondessem à análise da problemática. A decisão tomada foi a abordagem feminista crítica, articulada à teoria urbanística da produção do espaço. Ambas na perspectiva materialista e dialética, como fundamento para entender totalidade onde o conflito se expressava. A escolha das duas linhas analíticas levou em consideração as condições objetivas e simbólicas que determinavam disputa de interesses e as contradições de classe, os sujeitos políticos que lhe davam forma e corpo e a processualidade histórica da luta e resistência.

Nestes anos de construção da pesquisa foram vários os parceiros que abraçaram a causa da comunidade do Porto do Capim e com eles esta pesquisa. Sou grata a todas e todos por ter podido dividir e continuar partilhando a esperança e a luta por um Porto do Capim fundado na justiça social.

CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O ESPAÇO URBANO E SUA PRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo apresentamos uma das concepções teórico-metodológicas que sustentam nosso trabalho. A *teoria urbana*, ou o pensamento urbano crítico que questiona a produção social e espacial da cidade capitalista (SOUZA, 2011). Faremos isso a partir da realidade vivenciada no Porto do Capim, alvo de múltiplas intervenções, propostas e projetos de transformação do uso urbano do seu solo.

A outra concepção utilizada neste trabalho é a *teoria feminista*, ou o pensamento crítico feminista que traz para análise a importância do papel das mulheres na produção do espaço social. No nosso caso, analisamos o processo de luta/resistência das mulheres da comunidade do Porto do Capim pelo direito ao uso e à permanência no solo, delas e das suas famílias.

É importante ressaltar que não existe imparcialidade nos estudos acadêmicos. As decisões tomadas a partir de escolhas teóricas e metodológicas, refletem nossa visão de mundo. A escolha do tema, o método para analisá-lo, a perspectiva sob o qual interpretamos o conflito pelo uso e ocupação do solo do Porto do Capim, as leituras selecionadas para isso, todas as decisões são parciais. Ou seja, dependentes das lentes usadas para enxergar e analisar o objeto ao qual voltamos nosso olhar e nossa escrita. É consciente dessa parcialidade e na necessidade de escolhas teóricas que iniciamos a nossa caminhada.

A cidade de João Pessoa é a 3ª cidade mais antiga do Brasil. Foi em 1585 que os portugueses invadiram suas margens e entraram em guerra com os povos nativos. Ela já nasceu com o status de cidade, sem passar pela hierarquia de povoado, ou vila. Seu núcleo urbano originou-se nas margens do rio Sanhauá, no topo de um relevo onde se localiza, até hoje, a Igreja São Frei Pedro Gonçalves.

Com o passar dos anos, a dinâmica urbana proporcionou usos diferenciados a esse espaço nascedouro da cidade, tais como: área comercial, portuária e de moradia. Como veremos no desenvolvimento desta tese, na atualidade existem propostas de

novas mudanças de uso e ocupação do solo, que atendem tanto aos interesses de políticas locais como globais.

As diretrizes escolhidas para analisar objetivamente o processo de luta e resistência da comunidade do Porto do Capim, contra o projeto impositivo de REVITALIZAÇÃO que pode vir a resultar na remoção involuntária da comunidade do Porto, é o materialismo histórico-dialético. Para isso, nos valem da teoria do valor (que estabelece a relação entre o valor de uso e o valor de troca) para entender a produção do espaço na cidade, levantando as contradições inerentes ao sistema capitalista nesse recorte territorial. Contudo, o conflito pelo uso do solo no Porto do Capim nasce vinculado uma série de políticas de valorização dos bem históricos, da renovação urbana, da recuperação das cidades e sítios urbanos de interesse histórico-cultural, com novos usos. Essas ações são produto de um planejamento urbano que enfatiza os valores arquitetônicos da cidade-monumento em detrimento de outros usos, entre eles a moradia popular.

Como apontamos inicialmente, o percurso metodológico utilizado neste capítulo tem como suporte a teoria urbanística crítica³, baseada nas contradições oriundas do capital pós-industrial em países periféricos no início do século XXI. Com populações predominantemente urbanas, no Brasil especificamente, revela-se central o papel que o poder público, como mediador e facilitador dos interesses do capital privado, exerce na produção do urbano. A classe trabalhadora, informalizada, precarizada, *uberizada* e desprovida historicamente de poder econômico é, geralmente, invisível ao Estado. Seu protagonismo na reprodução social é desconsiderado, assim como suas práticas e necessidades socioespaciais. Na cidade, homens e mulheres trabalhadores/as são, antes de qualquer coisa, a força de trabalho necessária para garantir produção, circulação e consumo de todo e qualquer tipo de mercadoria. Não são necessariamente cidadãos e sim clientes/consumidores. Essa lógica urbana nos aproxima muito mais à compreensão de cidade-empresa, de natureza mercadológica que do cidade-obra, enquanto expressão espacial da nossa sociabilidade.

A representatividade da comunidade do Porto no combate a mercantilização da cidade, sob a égide da valorização do patrimônio material, ocorreu através da

³ Com base no materialismo histórico dialético.

mobilização, organização e ação das mulheres no combate à ameaça de remoção da comunidade da área, em detrimento à requalificação do uso para o turismo de eventos, contemplativo e esportivo. Elas, foram e são as protagonistas das principais ações no combate, luta e resistência pela permanência da comunidade na área original. Por isso, abordar o papel que as mulheres têm desempenhado neste percurso é central na nossa tese. Para isso, partimos da compreensão de que a produção do espaço da cidade, de forma democrática, só é possível na existência de justiça social. Para Nancy Fraser (2009), não se trata apenas da substância da justiça, mas a quem essa justiça é direcionada.

A sociedade contemporânea, foi construída nas bases do patriarcado, seu legado histórico submeteu a mulher à opressão e subordinação, enquanto ao homem, coube o privilégio da autoridade imposta institucionalmente. Essa condição foi também utilizada pelo capitalismo para se apropriar da *mais-valia* das trabalhadoras e mantê-las responsáveis pelas atividades de reprodução, no ambiente domiciliar, sem serem remuneradas. Segundo Fraser (2003) a justiça só pode ser efetivada com a participação das mulheres de forma isonômica na sociedade. Suas reivindicações são inúmeras e múltiplas, entre elas destacamos neste trabalho, o direito ao reconhecimento do seu papel fundamental na reprodução social e na produção de uma cidade solidária e democrática.

São essas as reivindicações da comunidade do Porto do Capim, cujas protagonistas são as mulheres, que saíram do espaço privado sem renunciar ao poder que exercem nele, para caminhar no espaço público, da rua, dos órgãos legislativos, realizando parcerias com entidades e instituições públicas e privadas, criando estratégias de **reconhecimento** por meio da **representatividade**, na busca de **redistribuição** dos serviços e da vida urbanos.

A luta exercida por corpos de mulheres e práticas femininas, via o associativismo comunitário e o poder da coletividade, reivindicando o direito a seu território, o seu arranjo de vizinhança e uma cidade para ser usada, são as bases instrumentais utilizadas pela comunidade de homens e mulheres da classe trabalhadora do e no Porto do Capim.

O direito à cidade e suas problemáticas constituem uma arena de disputa de classe, revelada por seu arranjo segregador, desigual e hierarquizado. Fez-se

necessário, por tanto, discutir seus problemas e sua natureza, na procura de constituir mudanças, em uma reforma urbana, aparentemente comum.

1.1- Teoria Urbana: leituras sobre o direito a cidade

No Brasil, o primeiro projeto de reforma urbana ocorreu no Governo de João Goulart⁴. A reforma urbana, diferente da reforma agrária, não foi um movimento de ordem social e popular que contestava as condições de habitabilidade e urbanidade nas cidades. Ao contrário, era um conjunto de políticas higienistas⁵ de embelezamento, em busca de reproduzir modelos urbanos europeus, como revela Souza:

Muito embora a expressão reforma urbana seja mais antiga do que isso [...]. Aquilo que, antes dos anos de 1960 [...] era chamado de reforma urbana, deveria, mais apropriadamente, ser chamado de reforma urbanística, ao contrário do uso corriqueiro do termo reforma, que nos leva a percepção de uma mudança contestadora e revolucionária da ordem estabelecida, a reforma urbana desde sua gênese nunca teve participação popular, se tratando de “intervenções autoritárias de conteúdo antipopular, como a Reforma de Pereira Passos, no Rio de Janeiro (1902-1906) (2011, p. 155).

Com essa natureza na sua origem, as propostas de reforma urbana no Brasil se multiplicaram nas cidades brasileiras nas últimas décadas do século XX e inícios do XXI. São inúmeras as intervenções em centros históricos de diferentes cidades, visando a reabilitação do seu patrimônio cultural. Como pontua Scocuglia, essas propostas têm na REQUALIFICAÇÃO e/ou na REVITALIZAÇÃO os seus pontos de partida para alcançar

⁴ Teve como ponto de partida o evento em 1963, na cidade de Petrópolis, e, mesmo com a demanda por moradia, a repercussão foi insignificante diante do movimento da organização das “Ligas Camponesas”, clamando por reforma agrária (SOUZA, 2011).

⁵ As políticas higienistas nasceram do movimento higienista, que por sua vez, chegava ao Brasil em meados do século XIX e início do século XX. Mediante reapropriações e reinterpretções, um novo ideal de saúde. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Ficou conhecido como “movimento higienista” (SOARES, 1990). Trazendo novos hábitos que contribuiriam com o aperfeiçoamento da saúde individual e coletiva. No entanto existem outras análises do movimento higienista, como podemos ver na publicação “Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, ele trata como o movimento como movimento social, garantidor dos interesses das classes dirigentes. O autor considera as narrativas e políticas higienistas reflexo do pensamento das elites, com interesse de perseguir a população pobre em suas próprias habitações. As populações pobres seriam: “Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo ficariam fustigadas em suas habitações” (MARINS, 1998, p.133).

a espetacularização do espaço, tornando-o um simples artefato, capaz de ser criado e modificado ao belo prazer das necessidades do capital:

[...] nos últimos anos, cidades de diferentes países e de diversas regiões do Brasil propuseram intervenções em seus centros antigos visando à reabilitação de seu patrimônio cultural. Atente-se para o fato de que nos cinco últimos anos as propostas são mais complexas e articulam projetos de transformação dos usos, do valor do solo e das funções. Apesar de uma crescente visibilidade e suposta valorização de áreas públicas e do patrimônio cultural em centros urbanos, sobretudo a partir da década de 1990, muitos são os impasses, controvérsias e conflitos permanecendo uma exponencial deterioração e segregação sócio-espacial, especialmente nos casos brasileiros (2010, p. 69).

As áreas centrais das cidades, muitas delas centros históricos, como é o caso do Porto do Capim, são os principais alvos dessa trama. O discurso da REVITALIZAÇÃO no Centro Histórico de João Pessoa vem reforçar o processo de *gentrificação*⁶, como a única forma possível de ordenar aquele espaço: banindo definitivamente os problemas paisagísticos, causados, em tese, pela presença das comunidades ribeirinhas, tornando a cidade "pacificada", "modelada", porém desigual e, cada vez mais, injusta (HARVEY, 2014).

Todos os esses termos (GENTRIFICAÇÃO, REVITALIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO) são estratégias de valorização de áreas degradadas, porém, dotadas de patrimônio cultural. É criada uma nova função para aquele espaço, estrategicamente ligada ao capitalismo global, via turismo, cultura, negócios, comércio e residências.

O termo *REVITALIZAÇÃO*⁷ de áreas urbanas, foi o primeiro empregado no Brasil, apesar de uma série de discussões do significado do termo, entre os profissionais da área o termo REVITALIZAÇÃO claramente sugere uma conotação de exclusão dos usos

⁶ O conceito de gentrificação foi elaborado por Ruth Glass em 1964, quando a socióloga constatou algumas mudanças na dinâmica populacional em bairros londrinos. Ocorreu que imóveis de áreas centrais degradadas e ocupadas pela classe trabalhadora, foram reabilitados, o que ocasionou a apropriação dessas áreas renovadas por uma classe média que substituiu os moradores antigos. "O termo gentrification tomou proporções mundiais e passou a caracterizar o processo de segregação socioespacial desencadeado por reformas urbanas de reabilitação" (GONÇALVES, 2014, p. 157).

⁷ O processo de REVITALIZAÇÃO urbana está ligado à produção cultural das cidades, sendo fator primordial de dinâmica urbana, atuando na transformação dos núcleos urbanos, na perspectiva de cidade-empresa-cultura, fortalecido pela lógica do capital cultural, no contexto do planejamento estratégico voltado para mercantilização da cidade, reforçado por políticas neoliberais (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2013).

e de grupos sociais que ocupavam tais áreas antes da implantação dessa estratégia (OLIVEIRA, 2002; ARANTES et al, 2013). Diante das controvérsias no interior do debate, surgem termos análogos, como recuperação, reabilitação, renovação, requalificação e gentrificação. As discussões sobre os termos empregados para as novas funções do espaço da cidade, suas especificidades, ainda são fonte de dissenso entre os profissionais envolvidos no planejamento e o estudo dos espaços urbanos (VARGAS, 2006; MOURA et al, 2006).

Os planos estratégicos mais atuais, em ações e projetos para os Centros Históricos estão substituindo sistematicamente a REVITALIZAÇÃO por REQUALIFICAÇÃO URBANA. Ao contrário da REVITALIZAÇÃO, o termo REQUALIFICAÇÃO apresenta propostas inclusiva mesmo dando nova função do espaço, nas bases da recuperação e valorização das origens e das verdadeiras representações sociais. Humanizada e reforçando a resistência ao “sistema de exclusão das cidades, e, ao mesmo tempo, reinventando identidades baseadas em produções socioculturais locais” (SOTRATTI, 2015, p. 1).

A requalificação urbana tem como centralidade do seu discurso a tentativa de inclusão da população marginalizada pelo poder público, a tentativa de estabelecer inclusão social nos novos espaços projetados, agora valorizados, por novas funções urbanas.

Seguindo as reflexões de Scocuglia os modelos criados para atender o capital e suas agendas, reinventam os lugares, via ressurreição simbólica de funções inexistentes no espaço, como se colocasse uma nova roupa num morto, e ele fosse capaz de sair e reviver suas práticas, para a autora:

Tratou-se da reinvenção da figura do Centro Histórico na capital paraibana, atribuição de novos usos e construção de um marketing fundamentando uma imagem turística da cidade, um cenário para divulgação. As fachadas pintadas com cores fortes que compõem o conjunto eclético do entorno da praça são, até hoje, imagens centrais da propaganda turística divulgada em catálogos de companhias aéreas, em hotéis, publicações as mais diversas em jornais e revistas. Após a requalificação da área e seu entorno, instalaram-se bares, restaurantes e casas de show, predominando sobre usos mais diretamente ligados a funções culturais, como ateliês, galerias de arte e lojas de artesanato. De início houve uma valorização dos imóveis e a consequente elevação dos aluguéis e dos preços de venda. Essas transformações têm acarretado ameaças à permanência dos moradores do Porto do Capim no terreno da União que ocupam próximo ao antigo prédio da Alfândega e por detrás dos muros de vários

prédios comerciais e galpões ligados às atividades do antigo atracadouro (2010, p. 75).

As políticas compulsórias de mudança do uso do espaço na cidade, trazem, em um primeiro momento, um impulso momentâneo subsidiado pelo Estado, acompanhado por isenção de impostos para empreendimentos que atendam a linha proposta pelos projetos implantados na área. A prática da capitalização da cidade advém da década de 1990, através de políticas que propiciavam embelezamento dos centros históricos, ainda para esta mesma autora:

[...] nos últimos anos, cidades de diferentes países e de diversas regiões do Brasil propuseram intervenções em seus centros antigos visando à reabilitação de seu patrimônio cultural. Atente-se para o fato de que nos cinco últimos anos as propostas são mais complexas e articulam projetos de transformação dos usos, do valor do solo e das funções. Apesar de uma crescente visibilidade e suposta valorização de áreas públicas e do patrimônio cultural em centros urbanos, sobretudo a partir da década de 1990, muitos são os impasses, controvérsias e conflitos permanecendo uma exponencial deterioração e segregação sócio-espacial, especialmente nos casos brasileiros (SCOCUGLIA, 2010, p. 69).

A partir dos programas de valorização patrimonial, como o Monumenta,⁸ na década de 1990, as propostas tornaram-se mais complexas, unificando três eixos de importância global: a) as questões ambientais, tais como o acesso à água, a energias limpas e o combate às ilhas de calor, em cidades cada dia mais populosas; b) a vulnerabilidade social, que diz respeito às condições de habitabilidade e urbanidade, e a presença de infraestrutura básica e; c) a valorização patrimonial, que abraça todas as questões atreladas à sustentabilidade econômica da área. Esses programas de “valorização patrimonial” resultaram, geralmente, em REMOÇÕES involuntárias de grupos para as periferias, para a implantação de megaprojetos, além de acarretarem o endividamento de parte dos municípios com bancos internacionais e nacionais.

O interesse do capital no solo urbano, como mercadoria, leva em consideração, características específicas que possibilitam seu valor de troca ser efetivado, por sua

⁸ Monumenta é um programa de preservação do patrimônio cultural nacional, criado em 1995, vinculado ao Ministério da Cultura. Conta com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e o apoio da UNESCO. As ações buscam conjugar restauração e recuperação de bens tombados aliados a questões de desenvolvimento econômico e social (GONÇALVES, 2014, p. 35). Será detalhado no capítulo 5.

localização absoluta⁹. Ou seja, o solo e suas bem feitorias, são indispensáveis à reprodução da força de trabalho (valor de uso) e ao capital na produção de bens (valor de troca). A efetivação da produção e do consumo, depende de solo, assim como a reprodução dos indivíduos em sua totalidade, nos referimos ao morar, estudar, cuidar da saúde, trabalhar, ter lazer etc. Para Harvey (1980) o solo urbano funciona como: “sustentáculo de reprodução social e das condições de existência” (p.136). A durabilidade do solo e das benfeitorias, sua pouca rotatividade, assim como os investimentos com capital fixo¹⁰, além de não se prestarem a uma comercialização frequente, mantêm seu potencial de uso, independentemente de sua condição. Neles estão contidos os valores de uso e de troca, gerando conflitos permanentemente, em que se contrapõem o “valor de uso no presente e um valor de troca potencial, para o futuro (BARBOSA; COSTA, 2012, p.478). Além disso, no longo ciclo de rotação do capital, o seu consumo pode ser relativo, quando seu uso é temporário, por meio de aluguel, ou absoluto, na efetivação da compra, que gera direito absoluto sobre o imóvel. Por tanto, são usos distintos, múltiplos e possíveis de ser compartilhados, o do solo e as suas bem feitorias.

A área do Porto do Capim reúne, especificamente, atrativos característicos ao desenvolvimento de um turismo mercadológico. Sua centralidade, permitindo acesso rápido e fácil, sua paisagem (rio e mangue), sua área previamente preparada com normas de patrimonialização¹¹, bem como o ufanismo histórico e patrimonial que dá suporte à narrativa de museu a céu aberto, limpo e intocável.

O conflito se dá entre a cidade da coisificação vendável e a cidade do trabalhador, como coloca Maricato:

A classe trabalhadora [...] quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade.

⁹ Diz respeito ao valor do solo urbano, contendo serviços e infraestrutura (benfeitorias) presentes nele.

¹⁰ Também chamado de ativo imobilizado, o capital fixo é o que não é consumido no decorrer do ciclo da produção, a exemplo da casa e das infraestruturas. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/capital-fixo/#:~:text=Capital%20fixo%20%C3%A9%20o%20valor,do%20ciclo%20operacional%20e%20produtivo.>>. Acessado em: 18/07/2018.

¹¹ Poligonal de tombamento, estadual e Federal, para área, além dos tombamentos específicos para edificações; criação de marcos regulatórios urbanísticos, nos Planos Diretores de 1992 e de 2009, contendo zonas diferenciadas de uso restrito.

Entende-se: mais barato e de melhor qualidade, referenciados ao seu estágio histórico de reprodução. [...] Os capitais que ganham com a produção do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles a cidade é a mercadoria. [...] A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central (2015, p. 23).

A autora revela na cidade segregadora, que o espaço é disputado por duas lógicas distintas (valor de uso X valor de troca), permitindo que a reprodução dos trabalhadores fique em segundo plano (moradia, lazer), em detrimento da mercantilização dos espaços. Projetos de mudança no uso do espaço, como o de “REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO PORTO DO CAPIM” seguem essa lógica.

A mercantilização do espaço público, a ausência de políticas públicas de habitação, a apropriação de áreas com infraestrutura realizada com recursos públicos pelo capital privado, faz com que a classe trabalhadora, se reproduza em espaços abandonados das cidades, destituídos de infraestrutura e sem serviços essenciais. Os solos urbanos de pouco, ou nenhum, valor econômico, os vales de rios, as franjas urbanas, as vertentes de morros, as pontas de ruas, são ocupados por pessoas de baixa renda, ou nenhuma. Essa é a realidade de grande parte das comunidades periféricas, e, nesse mesmo contexto, foi que surgiu a comunidade do Porto do Capim, na margem direita do rio Sanhauá.

O papel do Estado como regulador e produtor da cidade, teve sua origem na sociedade moderna, e funciona como suporte ao capital, como preveniram Marx e Engel “O Estado é se não um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (1999, p. 10). A afirmativa dos autores é confirmada nas ações do poder público, na criação de normatização e regulação urbanística e órgãos que facilitam a reprodução ampliada do capital na cidade. Assim, o processo de expansão urbana é resultado da junção de novos recortes territoriais à cidade, compondo uma contínua dinâmica de redefinição dos usos do solo, normatizado pelo poder do legislativo e executivo.

No caso do Porto do Capim, numa retrospectiva, temos que o poder público, na escala municipal e estadual, desde 1971 elaborou o arcabouço legislativo, norteador dos usos do Centro Histórico. A criação do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 1971 no papel, foi concretizada em 1974, por meio do

1º Plano Diretor da Cidade. Em 1975 é criada a poligonal de preservação rigorosa¹² e o tombamento estadual do Centro Histórico ocorreu em 1982¹³. Em 1984 ocorreu a revisão e ampliação do perímetro de tombamento, no mesmo ano da assinatura do convênio de cooperação entre Brasil e Espanha, que resultou na escolha do Porto do Capim como a área do projeto de REVITALIZAÇÃO. Para viabilizar o projeto foi criada uma comissão de acompanhamento do projeto: a Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa (CPCHJP), no ano de 1987.

Nos anos seguintes, foram elaborados instrumentos legislativos e urbanísticos contidos no 2º Plano Diretor da Cidade, a exemplo da classificação de áreas. O Porto do Capim foi classificado como Zona Adensável Prioritária (ZAP)¹⁴. A modificação daria suporte ao polo turístico e econômico, pretendido e projetado pela prefeitura da cidade. A área do Porto também foi classificada como Zona Especial de Preservação (ZEP)¹⁵ do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa.

Com a ZEP em conjunto com o tombamento estadual e federal, ambos amplamente utilizados como justificativa para remoção da comunidade, o patrimônio material foi definido como possuidor de um valor superior às práticas culturais, desenvolvidas pela comunidade do Porto do Capim. Inclusive, num primeiro momento, até a existência dessas práticas foi negada.

No trecho do ofício do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional da Paraíba (IPHAN/PB), enviado ao Ministério Público Federal da Paraíba (MPF/PB), em resposta aos procedimentos preparatórios para requalificação da área do Porto do Capim, o órgão ressalta o triplo reconhecimento cultural nas três esferas do poder,

¹²Lei Municipal nº 2.102 de 31 de 12 1975.

¹³IPHAEP, Decreto nº 9.484, em 10/05/1982.

¹⁴ Onde a disponibilidade de infraestrutura básica, a rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o índice de aproveitamento único poderá ser ultrapassado até o limite de 4,0, e nos termos da lei. Nas demais áreas da cidade de João Pessoa o índice de aproveitamento único é igual a 1,0. Fonte: PD/JP.

¹⁵ As Zonas de Especiais de Preservação (ZEPs) são porções territoriais localizadas tanto nas áreas urbanas como rurais, nas quais o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais, impõem normas específicas e diferenciadas para o uso e ocupação do solo, abrangendo: I- O **Centro Histórico da cidade**. III os vales dos rios Jaguaribe, Cuia, do Cabelo, Água Fria, Gramame, **Sanhauá**, Paraíba, Tambiá, Mandacaru, Timbó, Paratibe, Aratu e Mussuré, na forma da Lei Federal e Estadual. (Plano Diretor de João Pessoa. Art. 39. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/planodiretor2009.pdf>>. Acessado em: 28/10/2017)

através do Zoneamento Municipal e Tombamentos Estadual e Federal. Nele justifica a importância da área, e as “invasões” nela ocorridas, além de uma análise da documentação do Projeto Participativo, elaborado pela comunidade e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), exigindo o cumprimento da base legal, como mostra o excerto abaixo emitido pelo Superintendente do IPHAN/PB:

Da pertinência conceitual e central e legal. O Centro Histórico e Paisagístico de João Pessoa tem triplo reconhecimento cultural centrado nas esferas: municipal, estadual e federal: [...] Zoneamento municipal, inserido na zona especial de preservação do Centro Histórico da Cidade, definida pelo Plano Diretor, Lei complementar nº 03, de 30 de dezembro de 1992; Tombamento em nível estadual, como parte do Centro Histórico de João Pessoa, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, através do Decreto Estadual nº 9484, de 10 de maio de 1992, ratificado pelo Decreto Estadual nº 25.138, de 28 de junho de 2004; Tombamento de nível federal, como parte do Centro Histórico de João Pessoa, realizado pelo IPHAN em 2008, através do Processo nº 1.501-T-02, nos termos do decreto -Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 (2015, p. 2/16).

Os marcos regulatórios são suportes à constituição de áreas com usos especiais e o tombamento salvaguarda o patrimônio, material e imaterial. Todavia, a atenção que o IPHAN/PB revela é, exclusivamente, a de manter a guarda dos materiais.

Para atender ao novo projeto, no ano de 1995, foi incluído o controle da publicidade na área tombada, no código de posturas do município, salvaguardando unicamente, as edificações tombadas no Centro Histórico. De 1996 a 2000, a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), e a CPCHJP, estimularam uma série de ações no Centro Histórico da cidade na área tombada, dentre elas, a) a criação de associações (como Folia de Rua (1996) ou Centro Histórico Vivo (2000)) e; b) a transferência dos principais festejos carnavalescos para o Centro Histórico, com a instalação de um palco principal, criando uma cultura, até então, inexistente.

As ações da PMJP que estimulavam o uso do centro com eventos culturais, tinham a finalidade de criar valor cultural de forma artificial, forjando a cultura de eventos como parte da estratégia de reforço do uso intensivo da área, para atividades turísticas.

Em 2000 a prefeitura recebeu recursos do Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR)¹⁶, e reforçou as ações turísticas no centro, modificando a dinâmica e o uso dos espaços da cidade. De acordo com as reflexões de Maricato, esta ação nos remete a pensar que:

Os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança. Mas esse modelo de paisagem, ou ambiente construído, não resulta sem contradições (2015, p. 18).

Os interesses do capital, negam as práticas e valores dos sujeitos sociais que também produzem e usam a cidade, que não são vistos. Produzir a cidade com valor de uso é diametralmente oposto à lógica do mercado, se tornando uma barreira a ser derrubada. Esse papel fica com o Estado, em favor do capital, quando é do seu interesse, como uma contínua dinâmica de reestruturação das fronteiras e das formas do espaço da cidade, reenquadrando as comunidades periféricas como novos espaços segregados.

A cidade é berço da contradição, nela se reproduz a força de trabalho, disputa o lugar da vida com o lugar da mercadoria. A possibilidade de garantir sua reprodução está vinculada a políticas públicas de habitação e de urbanização. Com a ausência de moradia, a classe trabalhadora ocupa espaços públicos em áreas de pouco valor do solo, sem serviços urbanos e infraestrutura básica, como analisa Maricato:

A cidade é o lugar por excelência da reprodução da força de trabalho. [...] O mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual. Cada vez mais a reprodução da população que compõe a força de trabalho, em sua maioria, se faz de modo coletivo ou “ampliado”, dependendo do Estado (2015, p. 22).

Os grupos sociais que vendem sua força de trabalho, moradores das periferias, desenvolvem práticas socioespaciais de solidariedade, e têm a coletividade como estratégia de luta e resistência. Na inexistência de políticas públicas que viabilizem condições materiais à sua reprodução próximas a sua moradia, tais como creche, escola,

¹⁶ Programas passaram a ter vinculação com agentes financeiros nacionais e internacionais, a exemplo do BID.

transporte público, vias de acesso, comércio e lazer, se tornam dependentes do arranjo de vizinhança, a ajuda dos vizinhos para manutenção dos cuidados e guarda dos filhos, dos idosos, sendo esses familiares, ou não.

A autoconstrução também é estratégia de reprodução e produção da cidade, seja na edificação de áreas de uso coletivo, como uma praça. Fatos evidentes nos depoimentos do representante da Associação dos Moradores do Porto do Capim (AMPC): “Essa praça deu trabalho, depois da demolição feita pela prefeitura a comunidade se reuniu e fez a praça da resistência, nela fazemos os nossos eventos, na área da Nassau” (Representante A1 da AMPC, 2019) e de um dos moradores mais antigos da área: “quando chegamos aqui na Vila Nassau fizemos a rua, levantamos o meio-fio, tudo na forma correta” (Morador A1 do PC, 2019)

Destacamos que essa parcela representativa da população é duplamente afetada pelo poder público, na sua ausência, e em certas circunstâncias também na sua presença. Na ausência de projetos que objetivem as condições de urbanidade (infraestrutura, saneamento básico, equipamentos urbanos), caso do fenômeno que ocorreu na comunidade do Porto do Capim quando da transferência do porto do Varadouro para a cidade de Cabedelo¹⁷.

No caso do Porto, a mudança de uso de atividades portuárias para moradia, não foi seguida da implementação de saneamento básico, embora já tenham se passado mais de 70 anos da consolidação da área urbana. A invisibilidade social persiste em meio a frágeis justificativas de falta de condições físicas para implantação de saneamento dadas pela PMJP.

A sua presença (do Estado) na defesa do capital, é prejudicial à classe trabalhadora, quando exerce imposição autocrática na implementação de projetos higienistas, viabilizadora da remoção involuntária de comunidades periféricas e/ou tradicionais, sem interlocução, como é o caso das ações sobre a comunidade do Porto do Capim.

¹⁷ Na segunda década do século XIX, o porto da capital Paraíba que se localizava no centro da cidade, foi desativado e transferido para o município vizinho, Cabedelo”. Com o fim das atividades portuárias a área se tornou espaço de moradia, porém sem assistência do poder público, na implementação de infraestrutura básica.

O capitalismo e a cidade nascem umbilicalmente unidos, consequentemente, as bases que estruturam a cidade têm lógica capitalista, e atendem à produção, ao consumo, à circulação e ao lucro. Nela, tudo se torna mercadoria. A própria vida humana, a força de trabalho, o produto alienante resultado do trabalho produtivo, e até as partes imateriais da vida, como sua história e memória. As cidades viram cenários a serem vendidos, expostos como atrativo turístico, embalados por eventos culturais pastiche.

Com essa ideologia os centros históricos se tornaram nas décadas de 1990 e 2000 o espaço perfeito a esse tipo de mercantilização nas cidades. Para Braga e Moraes:

Os bairros antigos e centros históricos apareceram, então, como palco preferido para as apresentações culturais. É toda uma indústria de bens e serviços que se forma, unindo concepções contemporâneas de aspectos materiais e imateriais do chamado “patrimônio cultural”, para chamar a atenção de um público de consumidores, na maioria das vezes turistas (2016, p. 29).

Os autores chamam atenção para o uso indevido de valores imateriais, e a cultura popular como atrativos da cidade cenário. O cotidiano, as práticas sociais (festejos, tradição de um lugar, folclore) e os sujeitos que as praticam se diluem, ou se transformam em pastiche da realidade. Um corpo sem alma - atores em um cenário capitalizável. Em contraposição aos eventos culturais têm-se a cultura, desenvolvida nas periferias, como na comunidade do Porto do Capim, uma estratégia de resistência.

O projeto de REVITALIZAÇÃO, traz no seu interior a captura subjetiva da cultura, de forma impositiva, um transtorno para a vida da classe trabalhadora do porto. Vivem constantemente sobre ameaça de remoção, não podem melhorar suas moradias, segundo um dos moradores mais antigos da área: “não queremos sair de nossa casa, nós somos como os passarinhos livres na natureza e não em gaiolas, como os que ficam presos nos apartamentos” (Moradora A2, PC, 2018).

O reassentamento das moradias trará mudança nas práticas de solidariedade e qualidade de vida, o que atormenta os moradores, como narra Gonçalves:

Fato é que desde 1997 os moradores do Porto do Capim convivem diariamente com a ameaça iminente de serem obrigados a deixar suas residências, que na prática consiste em trocar suas casas por pequenos apartamentos localizados em algum espaço da cidade. Além disso, alguns moradores deixam de investir

dinheiro na reforma de suas casas e na melhoria de suas condições de habitação, pelo fato de que em algum momento serão obrigados a sair do lugar onde residem. Por outro lado, há muitos moradores realizando reformas em suas casas, na maioria dos casos. São essas pessoas as que manifestam o desejo de continuar no local e que não admitem abandonar suas residências e suas formas de relação com o lugar para reiniciar a vida em outro ambiente (2014, p.51).

Ora, a moradia vai além da habitação, eis que compõe os espaços coletivos, praças, calçadas, o rio, a rua, os prédios tombados, o trapiche e o mangue, e, até áreas além do continente, como as ilhas do estuário. Confinar todas essas práticas distantes da natureza, sua relação com a vizinhança, o trabalho de pesca e/ou coleta dentro de um apartamento, é uma medida desestruturadora e aterrorizante.

Para os moradores o ambiente natural, que circunscreve a comunidade, paisagem, não é um atrativo contemplativo e bucólico a ser vendido, sua paisagem e entorno, é espaço de reprodução e de cuidado. O cuidado compõe o valor de uso, em detrimento do valor de troca. Para eles, proteger a natureza é se proteger. A simbiose dos moradores com a natureza, garantiu, e garante, na ausência do Estado, na crise econômica, o meio de se reproduzir. Retira do rio, e do mangue, a proteína necessária ao corpo; coletada e/ou pescada, garante a sobrevivência, como relata uma das mulheres moradoras e representante da AMPC: “quando viemos aqui, minha mãe criava os filhos com tudo que pegávamos do rio e do mangue, a vida não era fácil, mas nunca nenhum filho passou fome, graças a Deus que nos deu esse rio” (Moradora A3, 2018).

As contradições presentes na lógica capitalista que usa o discurso da sustentabilidade em suas agendas globais, desenvolvidas por agências multilaterais¹⁸ como a ONU, são apresentadas como solução aos problemas das cidades periféricas¹⁹,

¹⁸Agenda para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acessado em: 29/04/2018.

¹⁹ O termo cidades periféricas, é utilizado no contexto da dependência dentro do sistema internacional de relações de força e poder. Uma nova versão do modelo neocolonial, sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante. No mundo globalizado os países periféricos, assim como suas cidades, foram vinculados ao processo centro-periferia, no campo das relações políticas, econômicas e internacionais. “As economias centrais, depois de consolidarem seu sistema econômico nacional de maneira autocrática, impulsionadas pelo dinamismo da reprodução do capital, ampliaram em escala mundial o seu espaço vital (*Lebensraum*), modelando assim a natureza extrovertida da economia periférica. Posteriormente, a partir do último pós-guerra, em decorrência da superacumulação de capital e das vantagens comparativas quanto ao emprego da mão-de-obra, realizaram o deslocamento da produção e do capital do centro para os países subdesenvolvidos, bloqueando o desenvolvimento das economias nacionais emergentes e superpondo-se

através de políticas neoliberais em programas como, o já citado Monumenta de 1995 e a “Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis²⁰” (ICES) de 2010, de teor similar, e ambos criados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para Duarte Junior:

Financiado pelo BID e apoiado tecnicamente pela Unesco, o Programa Monumenta foi instituído pelo MinC, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em tempos de acalorado debate sobre temas como mundialização e neoliberalismo político-econômico, não poderia ser outro o conceito que animou a criação do programa (2010, p. 56).

Planejamentos estratégicos implementados nas cidades periféricas, tem como bases agendas globais, modelos utilizados que modificam usos do solo, unifiquem interesses econômicos, sociais e o ambiental. Esse último, fica em segundo plano. A elaboração de instrumentos legislativos e urbanísticos é o suporte viabilizador dos planejamentos, Planos Diretores e Zoneamentos Urbanos. Segundo Dalas-Clayton e Bass:

A estratégia para promoção do desenvolvimento sustentável, com potencial de êxito, precisa contemplar um conjunto de processos que sejam coordenados para atingir, conjuntamente, objetivos econômicos, sociais e ambientais; têm que ser precisamente definidos, o que demanda capacidades institucionais e políticas, investimento financeiro e planejamento qualificados (2002, p. 31).

A continuidade das políticas neoliberais nas cidades tem como alvo das ICES na América Latina e Caribe, ordenando o espaço urbano, através da aplicação de Planos de Ação. Esse modelo foi acolhido pela PMJP, que elaborou o seu “Plano de Ação” em 2014. Nele constava o projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim que implicava na remoção dos moradores para outras áreas:

Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) surgiu em 2010, como um programa institucional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de assistência técnica das cidades emergentes da América Latina e do Caribe (ALC). O objetivo da Iniciativa é oferecer aos governos de cidades médias uma avaliação rápida capaz de identificar, organizar e priorizar projetos de infraestrutura de curto, médio e longo prazo, além de definir propostas

aos próprios Estados nacionais, submetidos por razões óbvias aos seus interesses” (MACHADO, 1999, p.204).

²⁰ Propositura desenvolvida pelo BID, para as cidades da América Latina e Caribe

urbanísticas, ambientais, sociais, fiscais e de governança, que possibilitem melhorar a qualidade de vida das cidades latino-americanas e obter maior sustentabilidade (PMJP, 2014, p.9).

O neocolonialismo²¹ presente nos países periféricos da América Latina, impõe padrões à produção dos seus espaços, dentre eles, o da cidade. A imposição de agendas globais, apoiadas por agências multilaterais e financeiras, ocorrem na tentativa de padronizar e globalizar a morfologia urbana, mantendo a dependência com esses setores. As agências multilaterais e financeiras se concretizam nas cidades brasileiras, trazem consigo verdadeiros modelos urbanos, laboratórios de práticas impositivas do capital. As questões urbanas ficam sob o controle das agendas para políticas públicas, os interesses de grupos de poder, os produtores do espaço do capital, direcionam a tomada de decisão, se tornando essa agenda estatal, como mostra Macaya:

A agenda estatal formal [...] é composta pelos problemas em que o poder público já decidiu atuar e tomar ação para resolvê-los. A prioridade deste tipo de agenda não necessariamente segue a priorização da agenda sistêmica, disparidade esta que gera conflitos no sistema político. A prioridade de resposta para cada tema depende de quatro fatores [...] (i) o tomador de decisão tem vínculos ou se identifica com determinado grupo, (ii) o grupo de interesse possui recursos e sabe como utilizá-los, (iii) posição econômica ou social estratégica, (iv) alguns atores contam com um prestígio público (como médicos, advogados, por exemplo), o que facilita o seu acesso aos tomadores de decisão. Estes quatro fatores resultam em que grupos ou atores específicos recebam maior atenção dos tomadores de decisão e formuladores de políticas públicas. [...], a composição da agenda formal poderá variar por período, devido à priorização de temas antigos ou à ação de líderes políticos, que possuem visibilidade na mídia e poder de barganha com esses e outros tomadores de decisão (2017, p. 7-8).

Em outras palavras, o poder de agentes capitalistas, seu prestígio permite que seus interesses se sobreponham as necessidades de grupo social, tornando o espaço da cidade reflexo da luta de classes, gerando conflitos e transformando o espaço na modificação de seus usos, o poder público como mediador das ações de mudança.

²¹ Por neocolonialismo referimo-nos ao predomínio econômico, político e/ou cultural de um país desenvolvido sobre outro, menos desenvolvido [Termo adotado após a Segunda Guerra Mundial, ao intensificar-se o processo de descolonização da África, mas utilizado atualmente também para marcar a dependência econômica de países da Ásia e da América Latina em relação aos países ricos]. Ver mais em: NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Os Planos de Ação de ICES transformam a morfologia da cidade e, sua paisagem, para caber dentro dos modelos pré-estabelecidos e impostos aos países periféricos. A reformulação do uso do solo nas agendas neoliberais é imprescindível, pois resulta na modificação do valor que é dado a ele, deixa de ter valor de uso para ter valor de troca. Proporcionam a segregação e privatização dos espaços da cidade.

Agências financeiras internacionais, como o BID) e/ou o Banco Mundial (BM), disponibilizam recursos à projetos que sigam seu modelo, sua tipologia e ações, que podem ser: executiva; normativas e/ou institucionais; colaborativas e/ou compartilhadas. São ações de curto, médio e longo prazo. Em documento da PMJP consta que:

Ações Executivas: São ações que possuem dentro de seu escopo intervenções no espaço físico da cidade. Referem-se a obras de **construções de qualquer natureza**, reparos, **reassentamentos de populações**, urbanizações e reurbanizações, implantação de redes de infraestrutura urbana, aquisição de equipamentos etc. **Exigem mobilização de recursos próprios, de fontes governamentais do Estado ou da União a fundo perdido e, ou financiamentos bancários nacionais e internacionais.** *Ações Normativas e/ou institucionais:* São as ações concretizadas por meio de normas, leis, decretos, planos de ação, planos operacionais, estudos específicos, projetos etc. Portanto, dependem da decisão política do Executivo e, ou a aprovação pelo poder Legislativo. *Ações colaborativas e/ou compartilhadas:* São ações implementadas por meio de parcerias com o setor privado ou o terceiro setor ou, ainda, cooperativas entre municípios, por meio de consórcios. Representam caminhos alternativos à viabilização dos projetos e oportunidades de redução de gasto público para os municípios (2014, p. 84)

O projeto que atinge o Porto do Capim segue as normativas das Ações Executivas: a) obras de construção, como a “Praça de Eventos”; b) reassentamento de populações e; c) remoção da comunidade ribeirinha. Foram disponibilizados recursos a fundo perdido, além de financiamentos de agentes internacionais. O respaldo de normas, contidas nos Planos Diretores, e criação de zonas especiais foram efetivados. Já as parcerias público-privadas, só devem ocorrer a posterior implantação do projeto.

Segundo o poder público municipal o projeto deveria criar uma “dinâmica turística” e resgatar a “vitalidade urbana perdida”, (PMJP, 2014, p. 98). Em mais de 20 anos da primeira proposta até hoje (2020), só foram modificados dois elementos: a) a exclusão das moradias, que constava na primeira proposta e b) a denominação de

“REVITALIZAÇÃO DO ANTIGO PORTO DO CAPIM” para “REQUALIFICAÇÃO DO PORTO DO CAPIM”.

Na atualidade, a mesma proposta aparece sob a nomenclatura de “Parque ecológico Sanhauá”, com mesmas as diretrizes que regiam o projeto original. Para sua possível execução, no ano de 2019, o projeto foi subdividido em duas etapas e orçado no valor de R\$36.045.000,00.

O projeto, elaborado pelos poderes públicos, está acompanhado de instrumentos legislativos e urbanísticos que, como apontamos, seguem agendas de agências financeiras e multilaterais. São modelos de mercantilização da cidade, por meio da substituição (requalificando) dos usos do solo de forma artificial e planejada, beneficiando à capitalização do turismo. No Porto do Capim, isso planejou-se através da cultura de eventos e da idealização da natureza (especificamente o ambiente do mangue e do rio) como meio contemplativo.

Entendemos que essa proposta revela como os objetivos principalmente econômicos são a base dos planejamentos estratégicos da cidade capitalista, orientados por instrumentos legislativos e políticas urbanas. São pressupostos à implementação de modelos e projetos de capitalização da cidade.

1.2- Política urbana: planejamento urbanístico no Brasil

Os instrumentos de política urbana no Brasil originaram uma reviravolta no planejamento da cidade, trazendo uma nova perspectiva ao planejamento urbano. A demanda represada foi efetivada no começo do século XXI, com a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257²², de 10 de julho de 2001. A partir dessa Lei foram

²² Estatuto da Cidade é a denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo da "Política Urbana" na Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativa o e a função social da propriedade, para atender a esses princípios foram “sistematizados vários instrumentos (administrativos, tributários, financeiros e jurídicos)” de uso do poder público e da sociedade. Fonte: Constituição Federal. Art. 182 e 183. estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

estabelecidas as diretrizes gerais da política urbana, que configuram uma série de princípios incorporados ao planejamento do território brasileiro.

O estatuto trazia consigo instrumentos e práticas que norteariam a ação pública dos gestores municipais, na questão do planejamento e gestão das cidades de forma democrática, sustentáveis e inclusiva.

Esse novo marco regulatório da cidade criou instrumentos de política urbana, responsáveis pelo desenvolvimento e expansão da cidade, como o “Plano Diretor”, para fortalecer o planejamento territorial com prioridade à forma participativa. Um instrumento de planejamento urbano muito utilizado é o zoneamento²³ do uso e ocupação do solo. No Plano Diretor de 1992, no Art. 8 na cidade de João Pessoa foram tipificados cinco tipos de zoneamentos²⁴. O bairro do Varadouro foi contemplado e classificado como (ZAP).

As normativas e estratégias usadas pelo poder público, reforçam a higienização social, criam um muro entre duas cidades, uma que atende aos interesses do capital, ampliando suas fronteiras na busca de áreas com disponibilidade de infraestrutura, circulação e serviços, requalificando seus usos, removendo trabalhadores para as franjas urbanas²⁵, áreas distantes dos centros. A outra cidade se revela no uso do espaço para moradia, atendendo as necessidades reprodutivas da classe trabalhadora de baixa renda, área de consolidação urbana, essas áreas se apresentam com ausência de saneamento básico, como acontece no caso da comunidade do Porto do Capim, com mais de 70 anos de fixação na área.

²³ Subdivisões da Área Urbana da Cidade, delimitadas por lei e caracterizadas por sua função diferenciado. Fonte: Plano Diretor de 1992, em seu Art. 7°. Para os fins desta lei são adotadas as seguintes definições: Acessado pelo site: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/> >. Em: 30 outubro 2015.

²⁴ I – Zonas Adensáveis Prioritárias; II – zonas adensáveis não prioritárias; III-Zonas Não Adensáveis; IV-Zonas de Restrição Adicional; V- Zonas Especiais. O Art. 11. do Plano Diretor de João Pessoa, define como ZAP aquela onde a disponibilidade de infraestrutura básica, a rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do uso e ocupação do solo e na qual o índice de aproveitamento único poderá ser ultrapassado até o limite de 4,0 pontos.

²⁵As Franjas Urbanas/Rurais são o território onde o rural e o urbano se encontram, criando uma mistura onde não existe o predomínio de um sobre o outro, de tecido e de relações. Foram caracterizadas como “espaços plurifuncionais, nos quais coexistem características e usos do solo, tanto urbanos como rurais” e geralmente há a **“ausência de estrutura urbana”** coerente que proporcione a unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano”, de acordo com Miranda (2009, p. 4) Grifo nosso.

Apesar do grande passo na busca de marco regulatório, no alcance dos avanços da nova legislação, efetivação e consolidação das ações, observasse a existência de hiatos, resultantes da insuficiência de diretrizes que fundamentassem uma visão regional na elaboração dos planos diretores municipais, os modelos importados não refletem a realidade.

Muitas das dificuldades hoje enfrentadas pelo poder público municipal advêm da resistência à implantação de metodologias participativas, uma tendência cultural e histórica. A falta de compreensão e aceitação da participação de diferentes segmentos da sociedade civil, em especial da classe trabalhadora, tanto quanto à incorporação de agentes públicos vizinhos, resulta em dificuldades na gestão do território e geração de conflitos. A mitigação dessa problemática ocorreria com a articulação e integração no âmbito dos usuários locais, participação efetiva dos sujeitos sociais, de setores da sociedade civil, órgãos públicos em suas diferentes esferas.

Segundo o Estatuto da Cidade, o desenvolvimento urbano pressupõe viabilizar as funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. [...] sistematizados vários instrumentos (administrativos, tributários, financeiros e jurídicos). Dentre eles, sobressai o Plano Diretor, como um elemento estratégico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Sua formulação, execução e acompanhamento estão previstos como esforço conjunto do governo local e da população (SAULE; N. J.; ROLNIK, 2001).

Sem perder de vista o uso para moradia, base da reprodução social do indivíduo, resguardado pela Constituição Federal em seus: artigo 6º a moradia é definida como direito fundamental, configura-se em critério irremovível de interpretação de normas jurídicas e de incremento da função social da posse: no TÍTULO II- Dos direitos e garantias fundamentais, no Capítulo II referente aos direitos sociais, em seus artigos 6º²⁶

²⁶Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Acessado pelo <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> 26/07/2016.

e 7^{o27} e 23^{o28} e; no TÍTULO VII- Da ordem econômica e financeira em seu Capítulo II da Política Urbana no artigo 183²⁹. Resguardar o lugar da reprodução da força de trabalho é a forma de garanti-la. A comunidade do Porto do Capim luta para fazer prevalecer seu direito constitucional.

Os brasileiros lutam por cidades democráticas e sustentáveis, garantia indiscriminada a todas e todos os moradores de “desenvolvimento econômico e social com o mínimo de degradação ambiental, protegendo direitos e gerando oportunidades às gerações vindouras” (Dalas-Clayton & Bass, 2002, p. 5). Porém as cidades capitalistas periféricas são palco de inúmeras contradições e tensões, geradas entre dois modelos de cidade: democrática e não segregada³⁰ X mercantilizada e segregada.

A questão urbana, e suas reformas, estão diretamente ligadas ao uso do solo urbano enquanto mercadoria, demanda o exame das ações exercidas pelo conjunto dos agentes produtores do espaço urbano. Nas cidades produzidas sob a lógica capitalista, o solo urbano e seu uso assumem a condição de mercadoria. Em face dessa questão, muitos problemas que emergem na cidade possuem uma forte dimensão espacial (BARBOSA; COSTA, 2012, p. 478). Nessa lógica, surge e se renova o Projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto, deixando em suspensão a vida da comunidade.

A cronologia do conflito tem seu início em 1997, data do primeiro projeto, não foi efetivado. Ressurge em 2010, atrelado ao Plano de Aceleração do Crescimento³¹ (PAC-

²⁷Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim [...]. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> 26/07/2016.

²⁸ IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> 26/07/2016.

²⁹Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

³⁰Cidade Utopica, inserida em uma sociedade capitalista, cujo lucro e a privatização é a lógica a ser seguida.

³¹ O PAC foi um programa de iniciativa do Governo Federal, teve seu início em 2007, coordenado pelo Ministério do Planejamento, com a promoção da retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Fonte: Ministério do Planejamento/PAC. Disponível pelo site: < <http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acessado em 18/04/2018.

Cidades Históricas e Sanhauá), associado ao BID. Todavia, devido à conjuntura política em 2016 e não liberação dos recursos do PAC³², o projeto ficou novamente paralisado. Contudo, ao redor do antigo porto, as ações de restauração e criação a passos lentos foram efetivadas.

Em paralelo no ano de 2014 a PMJP elaborou um Plano de Ação para a cidade, “Plano de Ação João Pessoa Sustentável”, com aplicação de metodologia da agenda do BID, Iniciativas Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)³³, para as cidades da América Latina e Caribe (ALC). A aplicação do Plano de Ação foi desenvolvida entre a Caixa Econômica Federal (CEF), BID, a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE), a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAI), e a PMJP, entre junho de 2013 e junho de 2014. A Figura 1 mostra o cartaz da divulgação pública da proposta do Plano de 2014:

Figura 1-Capa do Plano de Ação João Pessoa Sustentável



Fonte: PMJP, 2014

³²No dia 31 de agosto de 2016, ocorreu um golpe de Estado, via legislativo, resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Freando as políticas inclusivas, reforçando as políticas neoliberais. Negação de pautas identitárias e de minorias. Suspendendo a liberação dos recursos dos projetos das diversas linhas de ações do PAC.

³³A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) nasceu no BID em 2010 como um produto de conhecimento, e se apresenta como uma resposta aos cidadãos da América Latina e Caribe (ALC) diante dos enormes desafios de construir cidades melhores para se viver. Fonte: PMJP, 2014. Plano de Ação João Pessoa Sustentável.

Diante da conjuntura política e administrativa no Brasil³⁴ em 2016 as ações relativas ao projeto de REVITALIZAÇÃO ficaram paralisadas, só foram retomadas em 2019, quando ressurgiu com outro nome “Parque Ecológico Sanhauá”, reforçando a nova agenda multilateral, da ICES.

O Plano de Ação elaborado pela PMJP, nos moldes desenvolvido pelo BID, reforça e ampliação da segregação socioespacial, o conservacionismo ambiental, seletivo e excludentes, transformando a cidade em balcão de mercadorias, a quem possa comprá-lo. O poder público cria estoques edificáveis, ou requalifica áreas para outros usos, atendam aos interesses do capital em variadas frentes, no caso do nosso estudo, na forma do turismo e lazer, criando a cidade cenário.

As normativas e estratégias usadas pelo poder público, reforçam a higienização social, criam um muro entre duas cidades, uma que atende aos interesses do capital, ampliando suas fronteiras na busca de áreas com disponibilidade de infraestrutura, circulação e serviços, requalificando seus usos, removendo trabalhadores para as franjas urbanas³⁵, áreas distantes dos centros.

A outra cidade se revela no uso do espaço para moradia, atendendo as necessidades reprodutivas da classe trabalhadora de baixa renda, área de consolidação urbana, essas áreas se apresentam com ausência de saneamento básico, o caso da comunidade do Porto do Capim, que luta e resiste a remoção.

A luta e resistência se fez via representatividade das moradoras, protagonistas que modificaram a condição de invisibilidade da sua luta. Conquistando a consciência de classe, por variados caminhos, cultural, político e, econômico. Assim como as mulheres do Porto do Capim via associativismo e coletividade, outras mulheres no percurso histórico também se uniram na luta por voz e direitos. A teoria feminista nos esclarece a

³⁴No dia 31 de agosto de 2016, ocorreu um golpe de Estado, via legislativo, resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Freando as políticas inclusivas, reforçando as políticas neoliberais. Negação de pautas identitárias e de minorias.

³⁵As Franjas Urbanas/Rurais são o território onde o rural e o urbano se encontram, criando uma mistura onde não existe o predomínio de um sobre o outro, de tecido e de relações. Foram caracterizadas como “espaços plurifuncionais, nos quais coexistem características e usos do solo, tanto urbanos como rurais” e geralmente há a “ausência de estrutura urbana” coerente que proporcione a unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano”, de acordo com Miranda (2009, p. 4) (Grifo do autor).

trama violenta a qual historicamente as mulheres foram expostas, subordinadas de forma hierarquizada. Reforçando o patriarcado, em distintos sistemas socioeconômicos.

CAPÍTULO 2 – OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA: O PENSAMENTO FEMINISTA E A CIDADE

Diante dos esforços para silenciar a presença da mulher na história dos territórios o seu resgate parece-nos importante e necessário. Nesta tese, partimos da concepção de que a mulher na história participou de processos de contestação e resistência e não apenas foi sujeito passivo de opressão. Se a história “oficial” só recentemente se preocupou com o lado “feminino” do tempo, a história dos lugares e dos seus processos estão longe de serem (re) escrita, porém outras geografias são possíveis.

2.1 – Teoria Feminista: mulheres, feminismo e espaço

Para Engels (1975) a objetificação do corpo da mulher já estava presente nas tribos primitivas que se utilizavam do “rapto” para o controle total da sexualidade feminina e, com fins reprodutivos.

Engels mostra que na Idade Média, o “casamento monogâmico” destituiu a mulher do seu território de poder, se convertendo em parideira, reprodutora dos futuros patriarcas e de suas futuras servas, sem escolha e sem direitos, apropriado e reforçado por outras formas sociais, segundo este autor:

O desmonte do direito materno a grande derrota do sexo feminino em todo mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução, essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos, dos tempos heróicos e ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradativamente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (ENGELS, 1984, p.61).

O lugar de subalternidade no qual as mulheres foram alocadas, em benefício do patriarcado, presente em distintas organizações sociais, do feudalismo ao capitalismo, vem sendo estrategicamente ressignificado, para atender o momento histórico presente e sua lógica, sem renunciar aos privilégios do patriarcado, muito menos permitir à mulher igualdade social de direitos.

Além de terem seus direitos cerceados, dentro da lógica patriarcal, também era moeda de troca e transferência de poder entre homens, quiçá possibilidade de ascensão social, em contrapartida a objetivação do corpo físico e político, como mostra Klapisch-Zuber:

A mulher é uma personagem fundamental das alianças que se contraem no interior da aristocracia feudal. Oportunidade de ascensão social para o marido, vê-se, em geral, relegada para uma condição inferior à que possuía em virtude dos casamentos resultantes dessa estratégia. A transferência física e de riqueza que se verifica por seu intermédio, tem como resultado a sua espoliação e a espiral inflacionista dos dotes leva a uma diminuição do valor da mulher no decorrer de toda a Idade Média (1989, p. 22).

Diante da negação da mulher enquanto sujeito social, nasce resistência e seu nome é feminismo. No processo histórico surge de forma relevante na França do século XVIII, por meio de escritos feministas. A cultura, por intermédio dos romances, teve um papel primordial no crescimento de uma consciência feminista, levando as mulheres a fazerem a escolha pelo celibato. Segundo Oliveira (2007):" (...) a escolha por uma vida sem casamento tinha um fundamento mais claro para essas mulheres, pois o abuso do poder que os homens tendiam a apresentar na família era amplamente noticiado por elas" (p. 78). Somada a essa questão surge um novo paradigma do objetivo do casamento: "a satisfação do casal e não como um compromisso com os interesses estipulados pelas famílias" (OLIVEIRA, 2007, p. 78).

Perrot (2007) revela em duas de suas obras, *Minha história das mulheres* e *As mulheres ou os silêncios da história*, como se deu o processo de invisibilidade e dependência, gerados pela força do patriarcado, e cultivados socialmente deixando um legado de violência que com marcas sociais profundas:

Elas atuavam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos, é a stasis, a desordem. Sua fala em público é indecente. "Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão". Elas devem pagar por sua falta no silêncio eterno (PERROT, 2007, p. 16-17).

A liberdade e igualdade é o motivo da luta das mulheres, nada mais salutar que reconhecer na história da Revolução Francesa o berço das lutas feministas, partilhando a mesma busca por Liberdade, Igualdade e Fraternidade. As mulheres militantes tiveram um papel importante nessas manifestações (motins populares ³⁶), no movimento revolucionário popular e nas suas marchas. A marcha à Versalhes ou como ficou conhecida “a marcha das mulheres”, levou de volta a família real à Paris, em 1789, como revela o trecho de Schmidt:

No dia 05 de outubro, motivadas pela falta de pão e insultadas com o pisoteamento da cocarda (insígnia militar) tricolor, símbolo da revolução, um grupo de mais de 7000 mulheres guiadas por Maillard, oficial da Guarda Nacional e herói da Bastilha, escolhido por elas para liderá-las, seguiram em direção a Versalhes com a missão de trazer de volta o rei à Paris, acreditando que ele iria resolver os problemas econômicos do pão. Foram catorze quilômetros sob chuva que essas mulheres, armadas de lanças, machados, foices, puxando um canhão sem munição, seguidas por seus companheiros ou maridos, conseguiram conduzir de volta a Paris a Família Real, com a promessa de resolução dos problemas da crise do pão, que assolava a população. Alguns dias depois a Assembleia também se transferiu para Paris (2012, p.15).

Fatos representativos na história revelam a natureza revolucionária feminina, a luta pela igualdade de direitos, sua participação em movimentos, manifestações nas ruas, contra a escassez de alimentos e seus preços elevados, nas feiras gerenciando conflitos e por trás de escritos revolucionários, a luta sempre esteve no primeiro plano na garantia da reprodução.

Os caminhos na luta por reconhecimento e representatividade foram variados, a escrita foi um deles, deu suporte a revolução francesa e seus ideários, na defesa da igualdade, sem hierarquia e/ou hegemonia de gênero, reconhecimento como cidadã de direito, a fim de demarcar seu lugar na sociedade de forma isonômica, estando presentes em espaços públicos com reivindicações nas assembleias populares, ou nas ruas, nada distante das ações AMPC. Para MacFarlane segundo Federici:

³⁶ Muitas mulheres desesperadas pela fome que abatia sua família devido à escassez de alimentos elaboraram motins populares, como por exemplo, na primavera de 1789 que um grupo de manifestantes liderados por uma **mulher grávida Marie-Jeane** estimulou a invasão a manufatura Réveillon. Disponível pelo site: <<https://mundohistoria.com.br/idade-contemporanea/as-mulheres-na-revolucao-francesa/>> Acessado em: 02/05/2019.

[...] as mulheres pobres da Inglaterra, que mendigavam ou roubavam leite ou vinho das casas de seus vizinhos, ou que viviam da assistência pública, tendiam a se tornar suspeitas de praticar artes malignas. Alan Macfarlane e Keith Thomas mostraram que, nesse período, houve uma marcante deterioração da condição de vida das mulheres idosas, que se seguiu a perda das terras comunais e a reorganização da vida familiar — que passou a priorizar a criação dos filhos as custas do cuidado que antes se dedicava aos idosos (2011, p. 361)

O que une as mulheres na luta não é espaço geográfico, França, Inglaterra, Brasil, Europa ou América Latina. O cimento é a participação sempre contundente na luta pela defesa da vida, contra a fome, por territórios de representatividade, por moradia e por reconhecimento.

Espaços de representatividade feminina eram raros, a feira era um deles, para Morin (2009), as lojas e mercados de alimentos em Paris, do século XVIII, era exemplos espaciais do poder das mulheres:

As lojas e mercados de alimentos eram um território feminino por excelência. Tais mulheres tinha autoridade moral nas ruas: de suas barracas, as comerciantes observavam e controlavam de certa medida o que acontecia a sua volta, separando brigas de homens e mulheres, ou as vezes impedindo que pais se excedessem nos castigos físicos aos filhos (2009, p. 55).

Além de espaços de poder eram espaços de luta e resistência, quando se tratava de defender a sua reprodução e da sua família, como relata o depoimento de uma das mulheres representantes da AMCP: *“estamos na luta, na rua pela nossa vida pela nossa família, a prefeitura não vai ganhar essa briga, estamos unidas com toda comunidade, o porto é tradicional ribeirinha, tem direito a esse lugar e nós somos resistência”* (Moradora A2 do Varadouro e componentes da AMPC). Ontem e hoje, como corrobora Morin:

Elas não hesitavam em enfrentar autoridades e incitar rebeliões de vizinhos contra agentes de polícia ou das guildas, que vinham a seu bairro prender vendedores, confiscar mercadorias, expulsar inquilinos inadimplentes. As mulheres interviam no espaço público “feminino”, pois estavam defendendo suas famílias e sua comunidade (2009, p. 55).

As moradoras do Porto também enfrentaram o poder público e seu autoritarismo. Em momentos distintos da luta foram as ruas, ocupando também órgãos e setores do

poder executivo municipal, na busca de conhecer o processo ao qual estavam expostas (projeto de REVITALIZAÇÃO). Também participaram de audiências públicas nas casas legislativas municipal, câmara dos vereadores de João Pessoa, na Câmara Estadual e na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Todos esses espaços tornaram-se fóruns de reivindicação da comunidade por *reconhecimento*, enquanto sujeito coletivo do direito e da garantia de permanecer na área onde viviam, através de sua *representação real* (AMPC).

Segundo Oliveira (2007) a origem dessas ações podemos localizá-la muito atrás no tempo. Já que: “A tomada de consciência que ganhou muita força no século XVIII foi fundamental para a estruturação dos diversos processos constituintes que compõem a primeira e segunda ondas³⁷ do feminismo” (OLIVEIRA, 2007, p. 78).

Votando para a França revolucionária, contudo, a participação feminina nem sempre era permitida, tão pouco, considerada relevante, ou visibilizada. Só em momentos em que a garantia da vida delas, e de seus familiares, estiveram em risco; porém, não foram todas as mulheres que puderam participar do movimento revolucionário francês “a maior parte da população continuou dentro de suas próprias atribuições. As mulheres seguiam confinadas a seus papéis domésticos e familiares” (MELO; THOMÉ, 2018, p.42).

O lugar de poder reservado às mulheres, pós-revolução francesa, nas bases ideológicas de uma sociedade burguesa de ética protestante, ficou restrito ao território privado da casa, suas práticas milimetricamente redesenhadas aos moldes burgueses,

³⁷ A “onda” feminista foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica, onde determinadas pautas e questões das mulheres, se insurgiram e dominaram o debate. Foram enumeradas quatro ondas feministas, a primeira onda datada da segunda metade do século XIX e no começo do século XX, lutava pelo direito ao voto; a segunda onda, definida como “neofeminismo”, surge na metade da década de 1960 e começo da década de 1970, lutava por múltiplas frentes, na exigência por igualdade, ciente da impossibilidade de tê-la dentro do sistema patriarcal, contra os quatro pilares do capitalismo estatal, na busca da ampliação do espaço público para as mulheres; a terceira onda do feminismo, natureza das questões em disputa era de natureza políticas e, filosóficas identitárias, resquícios da segunda onda, do movimento negro. Seu surgimento se deu a partir dos anos 90, o mundo vivia mudanças profundas na sua geopolítica, a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e, das ditaduras que se instalaram em parte significativa dos países periféricos da América Latina; A quarta e última onda “é tipicamente Latino-Americana”, luta se faz no coletivo, enquanto corpo político, é individual nas questões específicas, com um grau de complexidade nunca visto. Intersecciona questões de classe, étnico-raciais e, de liberdade sexual, se fazendo premente uma interlocução “com os movimentos feministas em todos os continentes para trocar experiências. Fonte: DOMINIQUE, 2009; FRANCHINI, 2017.

potencializando a lógica patriarcal embalada pelo espírito machista (de agressividade exacerbada), só restou à mulher a obediência nas alcovas.

Um fator fundamental e atemporal, responsável por manter mulher relativamente longe das ruas, do espaço público, foi limitá-la aos cuidados domésticos. O tempo gasto com as obrigações do privado, relativo aos cuidados com a casa e com a família, inibiram seu papel ativo na insurgência social, distanciando-a da autonomia.

Seus conhecimentos marginalizados, suas crenças abominadas, sendo considerada a causa de perseguições e mortes. Em especial no período sombrio da história (Séc. XV à XVIII), a mulher, mais uma vez, foi alvo do patriarcado e da religião, que se contrapunham a preceitos cristãos, para Perrot: “A novidade do cristianismo era justamente a afirmação da igualdade espiritual entre homens e mulheres, que estarão iguais e nus no Juízo Final”, Perrot (2007, p. 83).

A caça às bruxas foi outra estratégia de dominação e controle, via terror, imposta às mulheres. Europeias pobres, que vivam na mendicância após a perda das terras comunais, as mais idosas eram as que mais sofriam, pois eram lançadas a própria “sorte”. Para Federici (2011) a criminalização do seu saber foi o ponto central da caça às bruxas do século XV ao séc. XVIII.

As ideias do Iluminismo deram impulso à marginalização e não participação das mulheres em círculos de debates, intelectuais e políticos a exemplo do barão de Holbach, e dos filósofos Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, que desprezavam e negavam a capacidade cognitiva feminina. Para eles as mulheres não eram feitas para raciocinar e sim para trivialidades, condição natural feminina, não sendo possível modificar o *status quo*, impossibilitando uma revolução dos costumes. Todavia, havia os que defendiam a igualdade entre os gêneros, como o filósofo Poullain de La Barre³⁸ da corrente seiscentista. Segundo Miranda:

La Barre sustenta que a razão, que distingue o pertencimento à espécie humana, é apanágio quer dos homens quer das mulheres. Para ele está humanidade comum tem precedência sobre as diferenças provenientes da cultura, da educação e da natureza, por isso as mulheres deveriam usufruir dos mesmos direitos e da mesma educação que os homens e exercer as mesmas funções, profissionais, intelectuais e políticas (2005, p.10).

³⁸ Introduziu a noção de igualdade em torno do debate das relações entre os sexos.

Apesar do Iluminismo buscar respostas com base na ciência, e na defesa da liberdade, as mulheres não eram vistas como receptáculo desses direitos. Na luta contra a condição a elas imposta, Mary Wollstonecraft defendeu a revolução dos costumes femininos para garantir a dignidade feminina que havia sido perdida. A ativista feminista ridicularizava e criticava veementemente as ideias e os pensamentos sobre as mulheres dos filósofos iluministas. Todavia, o seu principal objetivo era demonstrar que a sociedade patriarcal havia corrompido e ridicularizado as mulheres e que dos homens surgiu grande parte das “loucuras” femininas (WOLLSTONECRAFT, 2016).

Em 1869, John Stuart Mill escreveu o livro “A sujeição das mulheres”, onde recolhe a luta intelectual pela expansão dos direitos das mulheres e o fortalecimento das suas lutas em várias frentes: desde a abolição da escravidão até o sufrágio para as mulheres. Aos poucos, a intelectualidade contribuiu para que as mulheres começaram a surgir de forma mais numerosa nos espaços públicos (MELO; THOMÉ, 2018).

No século XIX, a condição da mulher brasileira acompanhava as desigualdades sociais e econômicas do país. O Brasil era uma sociedade escravocrata que oprimia tanto a mulher negra, na sua condição de escrava, como a branca, na sua condição feminina e de classe, restringindo-as também às tarefas do lar. Segundo Soihet:

A partir de 1860, juntamente com outros subalternos como os camponeses, os escravos e as pessoas comuns, as mulheres foram alcançadas à condição de objeto e sujeito da história. Porém, a dificuldade em se obter fontes para buscar reconstruir a atuação das mulheres é desalentador. Não existem registros organizados. No tocante as mulheres pobres, analfabetas em sua maioria, a situação se agrava. Entretanto, no meio dessa aridez, a documentação policial e judiciária revela-se material privilegiado na tarefa de fazer vir à tona a contribuição feminina no processo histórico. Dessa forma, embora buscando informações em jornais, periódicos e escritos literários, elegemos os processos criminais como fonte principal. A sua utilização revela-se fundamental para podermos nos aproximar do cotidiano de homens e mulheres das classes populares. Constituem uma das poucas alternativas nesse esforço de desvendar as preocupações e táticas relativas à sobrevivência, crenças, às aspirações, aos conflitos e solidariedade entre familiares, amigos, vizinhos; às expectativas e exigências quanto ao relacionamento afetivo, enfim, às regras que norteavam sua existência e conformavam sua cultura. (2011, p.363-364).

As histórias das mulheres só podem ser reveladas por meio da escrita das próprias mulheres, em defesa de suas causas. As mulheres sem estudo não podiam existir na sua integridade, reveladas por meio de suas histórias de vida, sua participação no espaço

público, as mulheres pobres trabalhadoras, só estavam presentes em processos criminais, reveladores da sua vida no espaço público.

O único caminho para existência social das mulheres brasileiras, foi a luta pela educação universal, que, até então, era limitada para quem tinha recursos. Porém, a educação feminina da classe branca e burguesa foi garantida durante o Império. A escritora potiguar Nísia Floresta Augusta é considerada precursora do feminismo brasileiro. Professora, educadora e, nordestina, funda a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul e, posteriormente, no Rio de Janeiro, escreveu seu primeiro livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* a partir dos escritos da inglesa Mary Wollstonecraft. A ativista brasileira publicou vários artigos em jornais e livros sobre a abordagem feminista, o abolicionismo e o republicanismo. Suas obras *Conselhos à minha filha*, de 1842, e *Opúsculo humanitário*, de 1853 são apontadas como as primeiras obras sobre feminismo no Brasil (ITAQUY, 2013).

Incorporado ao capitalismo, o patriarcado se torna mais um instrumento de ampliação do lucro por meio da mais-valia feminina, como no período do capitalismo industrial, com as longas jornadas de trabalho mal remunerado. No início do século XX as revoluções socialistas³⁹ trouxeram mudanças às normas e condutas sociais, e elevaram a importância das lutas, bem como a construção de outras relações entre sujeitos generificados. A mulher passa a participar da vida política, sai do privado, e vai ao público. A lógica protestante perde espaço para a lógica democrática.

A tomada de poder das mulheres, garantiu sua luta pelo lugar da fala. As vozes femininas começaram a contar suas histórias, e nelas, foram desvendadas as perseguições e mentiras, firmadas na sociedade, a fim de contê-las no lugar de subalternidade, frear os processos de luta por mudanças sociais, políticas e culturais, geradoras de novos costumes e práticas, promovendo a inclusão democrática de todos os gêneros. Para Hobsbawm:

As mulheres frequentemente salientam que os historiadores do sexo masculino no passado, inclusive marxistas, ignoraram grosseiramente a metade feminina da raça humana. A crítica é justa [...]. Entretanto se essa deficiência deve ser

³⁹ No México, em 1910, eclodiu a revolução Mexicana; em 1917, foi a vez da Revolução Russa, tendo no meio, iniciada em 1914, a I Guerra Mundial” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 47).

corrigida, não pode ser simplesmente pelo desenvolvimento de um ramo especializado da história que lide exclusivamente com as mulheres, porque na sociedade humana os dois sexos são inseparáveis. O que também precisamos estudar são as formas em mudança das relações entre os sexos, tanto na realidade social quanto na imagem que cada sexo tem do outro. (2015, p. 143).

Apesar das mudanças não terem alcançado todos os países do mundo, tem-se hoje que o lugar da mulher é “onde ela quiser”, slogan da persistência em busca de autonomia e liberdade. Ou seja, o lugar da mulher é na revolução. O século de XX foi o período das revoluções socialistas, e a participação e reconhecimento efetivos desse gênero, tem um marco da luta feminista no dia oito (8) de março. Segundo registros variados, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas em 1910, que reuniu mulheres de mais de 17 países, o 8 de março, se concretizou a luta pela obtenção do direito feminino ao voto, em escala internacional. Nesse contexto, o “Dia da Mulher” segundo Marcelino foi idealizado:

[...] De acordo com as organizações políticas e sindicais com consciência de classe do proletariado de seus respectivos países, as mulheres socialistas de todas as nacionalidades têm de organizar um Dia da Mulher (Frauentag) especial, no qual, antes de tudo, há de se promover a propaganda do sufrágio feminino. Essa reivindicação deve ser discutida em relação com toda a questão da mulher, segundo a concepção socialista. O Dia da Mulher deve ter um caráter internacional, e ser cuidadosamente preparado (2017, s/n).

2.1.1- A organização feminina da luta por espaço

O “Dia da Mulher” surge no interior do movimento socialista, e sua principal reivindicação era o direito ao voto das mulheres, porque, conclui-se que não se pode fazer revolução por direitos iguais, se o pressuposto da desigualdade não for superado, e, em primeiro plano está a desigualdade política e social.

A luta por direitos teve seu centenário comemorado em 2017, em homenagem as mulheres grevistas de São Petersburgo em 1917, que desencadeou a revolução Russa. Porém a morte de 100 tecelãs estadunidenses, vítimas de incêndio criminoso, porquanto

estas reivindicavam a redução na jornada de trabalho, também serviu como referência para a data.

As lutas no socialismo nascem por emancipação política e econômica feminina, e a criação do Dia Internacional de Luta das Mulheres nasce junto a Revolução Russa. Existe um nexos causal entre as datas, a resposta está no protagonismo das mulheres operárias na Revolução de Fevereiro na Rússia, como mostra Tostoy:

[...] O 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os elementos social-democratas se propunham a festejá-lo na forma tradicional: com assembleias, discursos, manifestos etc. Não passou pela cabeça de ninguém que o Dia da Mulher pudesse se converter no primeiro dia da revolução. Nenhuma organização fez um chamamento à greve para esse dia. A mais combativa organização bolchevique, o Comitê do setor operário de Víborg, aconselhou que não se fosse à greve. (...). Tal era a posição do Comitê, ao que parece unanimemente aceita, às vésperas do 23 de fevereiro. No dia seguinte, omitindo suas instruções, declararam-se em greve as operárias de algumas fábricas têxteis e enviaram delegadas aos metalúrgicos, pedindo-lhes que acompanhassem o movimento. (...). É evidente, portanto, que a Revolução de Fevereiro começou de baixo, vencendo a resistência das próprias organizações revolucionárias; com a particularidade de que essa iniciativa espontânea seguiu a carga da parte mais oprimida e coibida do proletariado: as operárias do ramo têxtil, entre as quais há de se supor que houvesse não poucas mulheres casadas com soldados (TOSTOY, 1917 apud Turra, 2017 p. s/n).

Diante da extrema exploração sofrida pelas trabalhadoras das indústrias têxteis, e da opressão para coibir todo proletariado a sair em greve, as operárias das fábricas têxteis de forma espontânea assumiram a greve, não se acovardaram diante dos próprios companheiros de revolução. Justamente as mulheres, sujeitas a maior exploração dentre todos os explorados.

As lutas revolucionárias são lutas do proletariado, pela igualdade de direitos, pelo fim da exploração. A exploração das trabalhadoras se une à sua invisibilidade, refletida na negação do direito ao sufrágio, reivindicação da primeira onda do feminismo. Segundo Silva: “Desse modo a primeira onda do feminismo foi o resultado dos desdobramentos produzidos pelas influências dos ditames políticos e econômicos desse contexto que resultou em uma nova configuração social a chamada sociedade moderna” (SILVA, 2017. p. 45).

A luta das trabalhadoras no período industrial, contra a extrema exploração da mais-valia - violência sofrida por seus corpos, como consequência das extensas e

exaustivas jornadas de trabalho, para Perrot (2005) baseava-se em pressupostos como: “o proletariado feminino oferece todas as características do exército industrial de reserva: emprego flutuante, sem qualificação, suas remunerações são inferiores”. (PERROT, 2005, p.155).

A exploração só poderia ser cessada com uma representatividade política, que defendesse os interesses das mulheres trabalhadoras, sendo este o único caminho possível, se tornando-se imprescindível o sufrágio universal, e criando um sujeito político.

Entre os mecanismos utilizados pelas mulheres para serem reconhecidas no contexto produtivo, estavam as greves - instrumento de reivindicação por melhores salários, menor jornada de trabalho, e que eram constantes entre “1871 a 1890. Elas participaram de greves mistas, quantificadas em 361, e a maioria das greves foi na indústria têxtil”. Segundo Perrot (2005), essa era a realidade de “30% da população industrial ativa” da indústria têxtil e vestuário, da França, com trabalhos precarizados (2005, p. 155).

A participação feminina na luta contra a exploração da classe trabalhadora, não recebeu o apoio inicial das representações sindicais e partidos que lutavam pelo fim da exploração da força de trabalho, porém, após o movimento de quebra das máquinas, as trabalhadoras foram acolhidas de forma paritária, na defesa dos objetivos comuns da classe trabalhadora, como mostra Silva:

Nesse cenário de profundas transformações econômicas e políticas que marcaram a época moderna, com o avanço da indústria e da exploração do trabalho, as mulheres trabalhadoras cumpriram um papel histórico importantíssimo como pode-se constatar a organização das trabalhadoras de fábrica, formando as primeiras reações, por meio movimento ludista, a quebra das máquinas. No começo do século XIX, logo se desenvolveram e foram apoiadas pela organização de trabalhadores como sindicatos e partidos, em torno de objetivos comuns da classe: redução da jorna de trabalho, assistência social pública, reforma do sistema eleitoral e do parlamento (2017.p.45).

Mesmo com a consciência de classe, os movimentos revolucionários socialistas e sindicatos, não consideravam a igualdade de gênero no âmbito da luta, as demandas eram generalizadas, mas, com a participação em movimentos grevistas se abre um leque de novas possibilidades e representação coletiva, como a luta por reformas no sistema eleitoral, objetivando garantir o sufrágio às mulheres.

A exploração do trabalho das mulheres era uma regra na Inglaterra, e na Rússia. O sofrimento era partilhado no berço da miséria, a parte mais sofrida e degradante dos trabalhos de fábrica que ficava a cargo das mulheres. As indústrias têxtil e de alimentos, eram os setores que mais exploravam a mais valia feminina, a qual se somava a falta de direitos, a fome, e o analfabetismo, segundo Marcelino:

Na Rússia, entre 1914 e 1917, milhares de mulheres se tornaram trabalhadoras da indústria. A esmagadora maioria vivia uma vida miserável, enfrentando péssimas condições de trabalho nas fábricas, a fome, o analfabetismo, uma situação que se agravava pelo fato de não possuírem praticamente nenhum direito civil e político garantido pelo Estado. Concentradas nos setores têxtil e de alimentos, em ofícios menos valorizados e qualificados, constituíam um dos setores mais explorados da classe trabalhadora, com jornadas de trabalho exaustivas, dentro e fora da fábrica, já que a entrada no mundo do trabalho não as eximiu das responsabilidades domésticas e da maternidade no âmbito privado da família (2017, p. s,n).

As exaustivas jornadas de trabalho, acrescidas do trabalho reprodutivo, revelava a invisibilidade feminina e a resignificação do patriarcado no sistema capitalista industrial. A situação análoga à escravidão se refletia na superexploração da sua força de trabalho, no trabalho doméstico, e nos cuidados não pagos, exaurindo a vida das trabalhadoras, e as impedindo de sair da condição de miséria.

As experiências das mulheres, durante e após a revolução Russa, as capacitaram a ter consciência do seu lugar na sociedade de forma justa e igualitária, e também a compreender o processo de objetificação imposto a seus corpos no processo histórico, equivalente à propriedade privada, pertencente ao masculino (lógica patriarcal). Fosse ele pai, marido, irmão, ou outro que lhe assemelhasse, podia ser repassada via contrato social, de um sujeito instituído de direitos sociais para outro, como mostra Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, para quem a origem da objetificação e opressão, a que os corpos femininos foram submetidos e afetados, catalisou a luta pela igualdade que, obrigatoriamente, perpassava a distribuição equitativa dos trabalhos domésticos, ligados a esfera reprodutiva. Para Marcelino:

Ainda assim, seguindo os estudos de Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1844), as mulheres russas sabiam que seus direitos somente seriam plenamente conquistados quando o trabalho doméstico realizado pela mulher também fosse socializado. Tal compreensão gerou formulações políticas sobre meios de acabar com a opressão à mulher pela raiz

– entre eles, garantir a igualdade de gênero socializando o trabalho de alimentação, limpeza, criação e educação dos filhos, etc., por meio de serviços públicos garantidos pelo Estado (escolas, refeitórios, lavanderias, creches públicas, etc.). Isso fez com que a experiência soviética servisse de base para importantes avanços e acúmulos políticos, reivindicados até hoje (2017, s/p).

A revolução socialista, e uma sociedade justa só é possível nas bases da igualdade, com o fim da hierarquia entre homens e mulheres, e participação socialmente paritária, sem privilégios criados pelo patriarcado, com a distribuição justa do trabalho nas dimensões produtiva e reprodutiva. Única possibilidade de se ter uma sociedade civilizada.

Na Rússia, mesmo em plena revolução, os direitos adquiridos pelas mulheres só se materializaram no sentido reprodutivo e sexual, o que significa que nem sempre se traduziu em melhoria na sua vida, para Melo e Thomé:" (...) em vários casos as mudanças liberavam ainda mais os homens que davam condições das mulheres cuidarem de si próprias, com seus recursos. A emancipação feminina não era objetivo dos bolcheviques" (MELO; THOMÉ, 2018, p.49).

Os preceitos revolucionários traziam a liberdade como pressuposto a uma nova forma de vida civilizatória, levando as mulheres a sair do lugar de objeto, para se tornarem "sujeito de direitos políticos"; o casamento era considerado pelos revolucionários como correntes que aprisionavam, e definia as mulheres como propriedade privada.

O casamento monogâmico em era civilizatória, tirou das mulheres a autonomia, a liberdade, e o respeito, tornando-as refém do homem, para Engels: "A monogamia, surge sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre sexos" (ENGELS, 1975. p. 75). Transformada em objeto - dentro das normas do patriarcado, despossuída de poder, hierarquicamente inferior ao seu esposo, colocada no lugar de subalternidade, a casa era seu único refúgio

Na análise de Engels, sobre os malefícios da monogamia aos corpos femininos, não resultou na reconciliação e igualdade de direitos humanos entre homens e mulheres, ao contrário, criou abismo entre eles, gerando uma relação de dominação e desigualdade, onde a centralidade estava na subjugação da mulher pelo homem, distanciando a sociedade da civilização e aproximando-a da barbárie. Conflito entre os sexos, ignorado até então, desde a pré-história.

Como propriedade, cai sobre ela a ausência de direitos sociais, sem o poder de tomar decisões. Castrada do seu saber ancestral, envolvida pela opressão, subjugada por meio do casamento monogâmico, luta e resiste a se fazer sujeito político, com direitos garantidos, para chegar à autonomia, mudando assim as correlações de forças na sociedade. Para Matos e Gitahy:

A história da mulher não é somente sobre sua opressão. É também uma história de luta e resistência, na tentativa de banir preconceitos, recuperar sua condição de vida como ser humano igual, autônomo e digno (2007, p.74).

À mulher, restou buscar o elo perdido, o seu poder social e territorial, e reconhece no trabalho ontológico a ferramenta de empoderamento; no setor produtivo usa seu corpo político, como forma de ser visibilizada, e valorar sua força de trabalho, e, a fim de exterminar preconceitos e injustiças, luta por paridade nos trabalhos domésticos, e reconhecimento via redistribuição no trabalho produtivo, denunciando a exploração do capital.

No mundo globalizado, as mudanças exigidas pelo sistema de produção capitalista levaram as civilizações contemporâneas a viverem contradições cotidianas, regidas pela exploração do trabalhador, e acumulação ampliada do capital. A divisão sexual de direitos e trabalhos - consequência de uma hierarquização social, põe o ônus da desvalorização nos corpos femininos, que são apropriados pelo capital para sua ampliação, através de estratégias de subalternização, seja nos espaços do campo, ou da cidade.

2.2 – Divisão sexual de direitos: contradições de gênero na produção capitalista do espaço urbano

Quais papéis desempenharam os sujeitos generificados na produção do espaço no decorrer do tempo histórico? Esses papeis, são mediados por quais relações sociais? Analisar produção do espaço e a participação das mulheres nesta produção é, sem

dúvida, navegar na produção do espaço social, espaço concreto, mas também é se colocar no espaço ideológico, político e econômico que foi produzido, transformado, reproduzido, ressignificado no decorrer do tempo histórico, processo e movimento, de forma simbólica e material.

Quando nos remetemos a visibilizar o papel social da mulher, também falamos de sua condição de subjugada na sociedade patriarcal, estamos falando de causa e efeitos - exclusão e (re) existência, construção do espaço público, na condição de sujeito autônomo, com representatividade. Para Bresciani:

[...] a história da mulher enquanto cidadã é, ao mesmo tempo, uma "história da exclusão" e a "história de uma luta", principalmente para ser reconhecida e para se reconhecer como indivíduo capaz de dominar os princípios da ética e da racionalidade da vida pública (BRESCIANI *apud* CUNHA, 2000, p. 144).

Para toda exclusão e invisibilidade, surgiu uma resistência, de mesma intensidade na direção oposta - corpos femininos que lutaram pelo reconhecimento de sua capacidade racional, capazes de desenvolver relações sociais no espaço público, longe do confinamento e próximo do espaço de decisões.

O lugar e a função definidos na sociedade, foram ocultados culturalmente. Os responsáveis pelos cuidados da vida, os trabalhadores e as mulheres, Para Arendt: “que com seu corpo cuidavam das necessidades (físicas) da vida” (1991, p. 82), com seu corpo, “garantiam a sobrevivência da espécie” (1991, p. 82), eram os ocultos e segregados a sociedade. Para Arendt, é sintomático que ambos, mulheres e trabalhadores, tenham sido “emancipados no mesmo momento histórico” (1991, p. 83), por não ser mais de interesse da sociedade ocultar as funções corporais e os interesses materiais. Por esse motivo as mulheres sabem que sair as ruas (espaço público) é uma estratégia de garantia dos direitos, inclusive os privados, mesmo que a saída seja momentânea.

Escrever sobre as mulheres e suas ações, enquanto ato de produção do espaço, presença dinâmica e transformadora nas relações sociais, seja no âmbito da produção e/ou reprodução, no interior do sistema capitalista, é um paradoxo. Ele é movido pela necessidade de mostrar o papel da mulher na sociedade contemporânea, no âmbito das representações simbólicas e nas ações de produção dos espaços urbanos, na luta por

moradia, na imersão da resistência em conflitos entre o capital e o trabalho, levadas pela busca de uma vida digna, distante das vulnerabilidades socioeconômicas.

A divisão sexual do trabalho, como expressão única de divisão de tarefas e funções entre o masculino e o feminino no processo histórico, é ressignificado pelos estudos feministas, tornando-se conceito revelador da hierarquia por trás dele, “demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2000, p 1).

Uma das formas centrais para exploração do capital sobre o trabalho é a divisão sexual do trabalho. Essa divisão hierarquiza, segmenta os trabalhos de mulheres e homens, subalterniza e naturaliza como femininos, dando-lhe pouco em nenhum valor, em relação ao trabalho desempenhado pelo homem. O acesso a profissões ditas masculinas, depende do contexto social e cultural, não tem nada de natural, como mostra Cisne: “Uma prova de que a divisão sexual do trabalho não resulta da existência de uma essência feminina ou masculina, é saber que uma atividade especificamente masculina em uma sociedade pode ser especificamente feminina em outra” (2015, p. 115).

Os papéis socialmente impostos e desempenhados por homens e mulheres estiveram presente no manuscrito redigido por Engels e Marx (1846), discussão sobre trabalho e sua origem: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para procriação de filhos”. Essa ideia dá ênfase aos papéis de poder desempenhados no momento da cópula, o poder masculino de decisão em detrimento da submissão feminina, ações reforçadas nas práticas sociais.

O controle e o poder na sociedade patriarcal são regulados por contratos sociais, o casamento compõe um desses contratos. Os comportamentos dos sujeitos sociais nos espaços públicos, também passam por um controle que normatiza regras de comportamento, regida pela lógica dominante socialmente. No histórico do nosso marco regulatório, contratos sociais nos dão a noção exata, dos caminhos trilhados pelas mulheres brasileiras na sociedade machista, regida pelo pátrio poder. Alimenta o controle masculino sobre o feminino, garantindo a dependência e a objetificação dos corpos femininos, para Cavenaghi e Alves:

Legalmente, a esposa só deixou de ser tutelada pelo marido com a promulgação da Lei nº 4.121, de 1962, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada. Mesmo

assim, a Lei do Divórcio só foi aprovada em 1977. O “pátrio poder” (o poder do homem) na família só foi revogado com a Constituição de 1988 que, em seu artigo 226, estabelece a paridade de direitos e deveres entre cônjuges e, de ambos, em relação aos filhos. O novo Código Civil brasileiro, afinado com a Constituição, só entrou em vigor em janeiro de 2003 (2018. p. 44).

A autonomia, e a consciência do lugar de classe e de gênero, são condições necessárias para sermos *representantes*, na defesa da *representatividade* de valores de paridade entre grupos sociais, para se alcançar a justiça social ampliada, com *redistribuição*, e assim podermos nos articular no espaço, produzindo valores que vão além do valor de troca.

Engels chama a atenção sobre o surgimento da luta de classes, os papéis desempenhados entre homens e mulheres, o poder e o direito a serviço dos homens, e as obrigações dos cuidados que ficam com as mulheres, gerando um desajuste social, distanciando a mulher do lugar político decisório, como resultado da institucionalização do casamento monogâmico. A primeira oposição de classes da história foi o antagonismo entre o homem e a mulher, gerado pela institucionalização do casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe, coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1975).

O lugar da mulher na contemporaneidade diz respeito a sua relação com o trabalho produtivo, exige mais das mulheres que dos homens. As condições para exercício das atividades são diferenciadas, desfavoráveis as mulheres, e exigem delas mais determinação, mais capacidade, e mais resistência que não são exigidas dos homens. Além de receberem menor remuneração, mesmo desempenhando a atividade, sofrem constantemente assédio psicossocial, e carregam o estigma da incapacidade feminina, defendida por filósofos iluministas, e reforçado pelo patriarcalismo, em benefício do capitalismo. O corporativismo e o patriarcado se apropriam das riquezas produzidas pelos corpos femininos, para Blay:

Ao investigar a posição da mulher perante o trabalho está-se recompondo todo processo de socialização que ela viveu. A escolha de uma carreira e de um trabalho é a síntese de toda uma preparação prévia onde a orientação dos valores sociais se faz sentir encaminhando a mulher para determinadas carreiras [...]. Subjacente a escolhas determinadas pela vocação, está um longo processo que leva a jovem a gostar de carreiras adequadas ao sexo feminino, que não encontram elevadas barreiras quando exercidas e que não dificultam muito o casamento. Estas vantagens compensam algumas desvantagens, como a

remuneração baixa e o exercício de carreira cujo prestígio social não é muito elevado (1978, p. 286).

A preservação dos privilégios dos homens, é um regulador de controle social. Os sujeitos mais penalizados, são aqueles que seguem as normas definidas pelo patriarcado, se afastando da paridade social entre gêneros, impedindo sua gradativa evolução política, econômica, reforçando a desigualdade relacional, tanto no trabalho ontológico quanto no produtivo.

A lógica patriarcal se ergueu contra o conhecimento feminino, despojando as detentoras do seu papel de protagonista, destituindo e ressignificando o lugar destinado a elas, o privado, a casa, a reprodução. As lutas feministas ocorreram em variadas frentes. O feminismo crítico é uma delas. É a luta por igualdade de direitos entre os sexos, que busca autonomia para as mulheres, e é pautada nos valores socialistas da solidariedade. Reafirmam a imprescindibilidade do valor de uso, ações coletivas.

O espaço privado, o lugar da reprodução sempre foi imposto às mulheres. Sua importância, enquanto construtora socioespacial, estava em segundo plano. Seus conhecimentos foram marginalizados, suas crenças abominadas e consideradas como causa de perseguições e mortes. Para Perrot:

Porém a caça às bruxas foi uma estratégia de dominação e controle via terror imposta as mulheres Europeias pobres, que vivam na mendicância pós perda das terras comunais, as mais idosas eram as que mais sofriam Perrot (2007, p. 83).

Todas essas relações sociais, tem rebatimento no espaço físico. O controle e o domínio deste espaço também estão pautados por poderes que nesse se articulam, se contrapõem. A geografia espacial é reveladora das forças nele existente, dos poderes que detêm essa força, segundo García: “Com isso queremos lembrar que o controle espacial e o controle social partem do mesmo radical, a lógica capitalista” (2004, p.44).

Em outras palavras, o espaço geográfico é reflexo do poder nele contido, seu controle representa condição de dominação e poder, e as normas que o regem são concatenadas estrategicamente, para garantir a manutenção do poder nele contido, remodelando práticas socioespaciais e culturais (terras comunais), criando paradigmas (bruxas) e destituídos valores pré-estabelecidos (conhecimentos).

Então, as mulheres lutaram por lugar no espaço público, para ser presença efetiva na sociedade, e ter autonomia e controle sobre seus destinos. Os movimentos reivindicatórios feministas, tiveram importantes pleitos, e o voto foi um deles, estava presente na primeira onda feminista. A segunda reivindicação surge na Europa, onde tinha suas bases, na determinação da liberdade e empatia da condição feminina, sempre na busca de autonomia (ARAGÃO, 2018).

A segunda onda do feminismo surgiu no contexto de crítica eurocêntrica ao capitalismo estatal, entendido como o estado de bem-estar social. As feministas deste momento rejeitaram os quatro pilares do capitalismo estatal: economicismo, androcentrismo, estatismo e estado de bem-estar social⁴⁰. Segundo Fraser (2007) a crítica das feministas da segunda onda ao capitalismo estatal, na década de 1970, abriu espaço ao espírito do novo capitalismo da década de 1980, reformas que destruíram a rede de segurança social e previdência do governo, privatizações do Estado, modelo de Estado mínimo. Políticas neoliberais adotadas pela Inglaterra e EUA, sob a influência do Consenso de Washington, forçando a países periféricos devedores a aplicá-las (CASTRO, 2010).

Na cidade, o controle espacial *versus* a liberdade de uso de transformação do espaço, nos leva ao urbano e seus conflitos, suas possibilidades de requalificar usos e suas limitações. Diante de uma cidade originada da perspectiva eurocêntrica, patriarcal e machista, marcando por segmentação e fragmentação, o gênero tem seu lugar

⁴⁰ Estado de bem estar, surgiu depois da segunda guerra mundial, implantada nos países de primeiro mundo. E a síntese do capitalismo estatal em seus quatro pilares e a crítica das feministas, foram, na sequência: (1) o economicismo - o poder público como regulador do mercado - que as feministas da segunda onda criticavam: “não existem apenas injustiças econômicas, mas o pessoal também é político e sujeito a relações de injustiça”; (2) androcentrismo - versava sobre as políticas salariais voltadas ao trabalhador, e o salário do homem sustentaria toda família – que as feministas contrapunham “contra a divisão de gênero do trabalho, exclusão da mulher do trabalho produtivo, espaço público, e a não remuneração do trabalho reprodutivo no espaço doméstico, privado, reforçando o patriarcado pela hegemonia masculina, reforçando a dependência e inferioridade feminina”; (3) o estatismo - visão empresarial estatal do Estado, provedor de profissionais tecnocratas, que determinariam as políticas públicas econômicas. Ao que reagiam as feministas, reivindicando uma outra forma de fazer política, com base na contracultura, autonomia de ação política, diminuição da presença do Estado em organizações sociais e privadas; por último o (4) Westphalianismo - a defesa da nação-Estado, fronteiras nacionais claras que definiria um padrão de cidadania próprio, que, para as feministas da segunda onda, a justiça deveria superar as fronteiras nacionais, porque uma justiça real, seria transnacional, e uma solidariedade feminina internacional (FRASER, 2007; CASTRO 2010).

determinado não isonômico. O público pertence ao masculino e o privado feminino, para Risério:

O padrão que se fixou no mundo ocidental-europeu, de Atenas até pelo menos o início do século XX, foi este: a cidade, espaço masculino; a casa, espaço feminino. Plantada no espaço doméstico, a mulher se fez a grande e principal responsável pela investigação da *domesticidade moderna*. Foi um processo de séculos. Uma construção histórica, uma criação cultural extraordinária, que foi transformado *house* em *home* – abrigo ou unidade habitacional em moradia ou lar, permitindo-nos empregar o pronome possessivo, na expressão *minha casa*, para muito além do sentido material de pose ou propriedade. [...] Processo histórico-cultural (2015, p. 69)

O espaço da casa se expande para o lugar da moradia, expõe as relações de vizinhança a ações de solidariedade, coletivo ferramenta de reivindicações por justiça social e paridade de direitos, efetivação de uma redistribuição entre sujeitos distintos, com valores culturais distintos, mas que lutam por normas e regras iguais, distribuídas na cidade, via recursos e bens.

A participação das mulheres ocorre de forma efetiva nas lutas e resistência no mundo globalizado, em múltiplas escalas, em contextos distintos, transversaliza classes sociais. No entanto, é na busca de manter a vida onde a luta é mais contundente. Na população de baixa renda, situações na qual a renda familiar, em representativo percentual, depende das mulheres, elas vivenciam a luta cotidiana contra a exploração do seu trabalho, dos seus direitos e, até a violência dos seus corpos.

A sua bandeira é a defesa da reprodução do seu grupo social, do valor de uso em contraposição ao valor de troca, esses movimentos se dão de forma dialética e no interior da luta de classes. Em vários locais do Brasil, de norte a sul, do campo a cidade. Segundo SOIHET:

A redução do espaço feminino na cidade, praticamente confinado a mulher ao âmbito da casa e da vizinhança, durante vasto período histórico, é um dos principais fatores na explicação do fato de que as mulheres saibam, muito mais do que os homens, o que é o *conforto doméstico*. [...] A mulher, assumindo o governo diário da casa, se viu na posição de reivindicar o espaço em que foi situada, dando um outro sentido ao ambiente construído pelo homem (2011, p. 67).

O espaço privado, o lugar da reprodução sempre foi o definido para elas por eles, sua importância estava em segundo plano, seus conhecimentos marginalizados, suas crenças abominadas, sendo considerada a causa de perseguições e mortes.

Todavia, desde a origem da humanidade até hoje, a ocupação do tempo, a distribuição das atividades e sua distribuição na carga horária de trabalho efetivado (produtivo e reprodutivo) é fator preponderante da atuação das mulheres no espaço público.

2.3 – A desigualdade de gênero em dados: Trabalho, raça e renda

No Brasil hoje, os e as trabalhadoras com pouca formação/capacitação são os mais atingidos pelo desemprego, o trabalho informal e a precarização. Dentre o grupo de trabalhadores formais, 78,1% das mulheres que estão empregadas o fazem em setores definidos como de baixa produtividade, o que implica piores remunerações, baixa cobertura da seguridade social e menor contato com tecnologia e inovação (CEPAL, 2017).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016) o indicador de proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo, nos revela mais uma vez que o trabalho dos cuidados requer a liberação do tempo da produção para as atividades não remuneradas. O que faz com que as mulheres no Brasil, trabalhem parcialmente até 30 horas semanais (Figura 2).

Figura 2-Gráfico da proporção de ocupação em trabalho por tempo parcial na semana de referência, por sexo



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por domicílios contínua, 2016.

Quando analisamos a desagregação espacial, observamos também as desigualdades regionais que são marcantes. O maior número de mulheres que se encontra no trabalho em tempo parcial está, geograficamente, nas regiões Norte e Nordeste do país.

A desigualdade de gênero fica ainda mais acentuada com a desagregação do indicador por cor ou raça. Este recorte, evidencia que são as mulheres “pretas ou pardas”⁴¹ as mais penalizadas com a ocupação por tempo parcial. Em 2016, representam 31,3% do total, enquanto 25,0% são de mulheres brancas que se ocuparam desta forma. Já para os homens, somente 11,9% dos brancos se ocuparam por tempo parcial, ao passo que a proporção de “pretos ou pardos” alcançou no mesmo ano, 16,0%”. (IBGE/PNAD, 2015, p.4).

⁴¹ Termos usados pela Pesquisa Nacional por Domicílios -PNAD/IBGE.

Classe, gênero e raça são dispositivos sociais que condicionam a participação nas tarefas de reprodução social entre elas o trabalho doméstico. Para Medeiros e Pinheiro:

O tempo em trabalho doméstico reflete, nesta perspectiva, relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. Esta perspectiva adere à visão de que a relação por trás da divisão do trabalho doméstico é fundamentalmente econômica e, portanto, neutra em relação a gênero (2018, p.164).

Quando a mulher deixa de ser cativa do espaço privado, sem necessariamente negá-lo, e, ao contrário, toma esse território e se empodera, amplia sua visão de mundo e de si mesma, para além das portas e janelas. Nasce o sujeito de direito: “a trabalhadora”, com ferramentas de luta, que dá voz às suas necessidades, e a dos seus semelhantes, alcançando a justiça social, por meio da representatividade seu do lugar da fala, nas ruas da cidade. A cidade que não foi planejada, pensando para o uso pelos corpos femininos, reforçando o poder masculino sobre as ações femininas. Para Klapich-Zuber:

Esse domínio é, em primeiro lugar, a casa, espaço simultaneamente protegido e fechado e, dentro da casa, certos espaços mais reservados, como o quarto, referido anteriormente, a sala de trabalho, a cozinha — por vezes, isolada, em certas regiões e situada na parte superior ou ao lado da casa. Introduzir a esposa recém-casada nesse espaço implica sempre certos rituais que sancionam a sua admissão, mas que também a afastam do mundo exterior. A fragilidade e a fraqueza das mulheres exigem proteção e vigilância. As suas andanças pelo exterior devem reduzir-se a percursos bem controlados: a igreja, o lavadouro, o forno público ou a fonte, lugares que variam de acordo com a condição social, mas que são designados de uma forma precisa. Lugares que, por outro lado, suscitam curiosidade e angústia nos homens, a tal ponto têm a impressão de que as palavras que aí circulam escapam à sua vigilância. São provas disso textos como o *Evangile des quenouilles*, onde a temível sabedoria das comadres reunidas se manifesta com toda a liberdade, ou como as Quinze joies de mariage, que evocam o pavor e a desaprovação dos maridos perante a tagarelice das mulheres que rodeiam a parturiente, que partem juntas em peregrinação e que, em toda a parte, maquinam a ruína deles. (1989. p. 205-206)

A presença efetiva do feminino deve abranger todas as escalas da vida: a) no *espaço privado* e nuclear da casa, lugar da reprodução, território de poder da mulher; b) *o público*, a rua, o rio (Sanhauá), o mangue, as ilhas (Tiriri, Ilha da Santa, Ilha do Eixo, Livramento), as praças (Quem Quem), os argos (Alfandega); nas ações comunitária

como os festejos comunitários (a Procissão, Carnaval, São João); nas atividades de pesca, agricultura e coleta de mariscos; na representatividade via associações comunitárias (Associação de Mulheres do Porto o Capim); nos pontos de cultura (Garças do Sanhauá); na câmara de vereadores, assembleias legislativas e parlamento nacional. É o que defende a presidenta da AMPC:

Vamos a todos os lugares para defender a nossa comunidade tradicional ribeirinha e, o nosso direito de permanecer morando no Porto do Capim. Vamos atrás dos nossos direitos na rua, na prefeitura, câmara dos vereadores, na Assembleia onde for necessário, vamos lutar até o fim, queremos ser respeitados, aqui mora gente, somos patrimônio imaterial da cidade (Presidente da AMPC, 2017).

A consciência do sujeito social, consciência de classe, geram mulheres empoderadas, sujeitos de direito efetivo, lutam por partilhar uma paridade equilibrada e equitativa da receita social, não devendo ser prejudicada pelo seu reconhecimento. É no espaço público onde os processos de luta se materializam (Figura 3).

Figura 3-Os moradores e as moradoras se reúnem na entrada da comunidade, Praça XIX, contra a remoção forçada



Fonte: Walter Paparazzo, 2019.

A existência de equidade de gênero, em termos econômicos e culturais, possibilita a ocupação de lugares de destaque, aumento da autonomia e, da solidariedade entre mulheres, portanto uma força de mobilização feminina. Em especial para as mulheres da classe trabalhadora, com baixos rendimentos, os dados estatísticos comprovam a intensa exploração do trabalho feminino na escala regional (América Latina e Caribe⁴²) e nacional (Brasil). Embora a taxa de desemprego na América Latina tenha liderado uma tendência de queda, acumulando uma queda de 2,8 pontos percentuais entre 2002 e 2013, desde 2015 essa tendência foi revertida. Segundo dados do Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe da CEPAL, nesse ano a taxa de desemprego atingiu 7,4%, sendo as mulheres as mais desfavorecidas: para elas o desemprego situava-se em 8,6%, enquanto para os homens em 6,6%.

Em 2016, o desemprego atingiu 9,0%, o que representa um aumento de 4,1 milhões de pessoas desempregadas (CEPAL, 2017), neste ano o Brasil passou por uma crise política e econômica, com mudanças significativas no direcionamento da linha política nacional, deixa a política progressista de natureza social, pela política neoliberal, atendendo aos interesses do capital, gerando exército de reserva, diminuição dos direitos trabalhistas incentivando a terceirização e quarteirização, no processo de flexibilização do trabalho.

Na realidade a maioria das mulheres brasileiras não alcançaram sua autonomia, são reconhecidas simbolicamente como receptáculo de direitos, no entanto sem tê-lo efetivamente, pela ausência de redistribuição, reconhecimento e representatividade, ao contrário das mulheres participes ativa da vida política e, pública, protagonistas das suas demandas. Para Fraser: “Quem são os sujeitos relevantes titulares de uma justa distribuição ou de um reconhecimento recíproco no caso em questão? Desse modo, não é apenas a substância da justiça, mas também o enquadramento que está em disputa” (FRASER, 2009, p.16).

A desistência e a resiliência não compõem o vocabulário das mulheres trabalhadoras do Brasil, só a resistência e luta por seu lugar de sujeito social, busca seus

⁴² Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, elaborado pelo Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe da CEPAL, em 2015.

direitos, entre eles o reconhecimento como produtora de espaços - a partir das formas alternativas de relações sociais forjadas no espaço, fora da lógica patriarcal, abrindo um leque de possibilidades coletivas. Processo que objetiva melhoria na qualidade de vida das populações de baixa renda, que sofrem a ausência de políticas públicas inclusivas.

A participação efetiva das mulheres na produção de espaços, por meio da centralidade do trabalho, nas lutas e resistência contra o poder do capital impresso na produção de mercadoria, seja na forma cidade, ou nos produtos dessa cidade, é possível na efetivação do sujeito político, atuante em movimentos sociais, enquanto sujeito de classes, “possuidora de força de trabalho”, entender as causas do conflito é visibilizar os interesses, e poderes socioeconômicos do capital existentes e não revelados.

2.4 – Mulher e justiça social: Teoria da unificação do reconhecimento, a representatividade e a redistribuição

Com a luta global por direitos, as análises das reivindicações de mulheres por justiça social ganharam fôlego, miraram nas políticas públicas como instrumento de alcançá-la. Os pressupostos para chegar ao alvo da justiça social passam peremptoriamente pela presença do trio: reconhecimento, redistribuição e representatividade (R3), efetivação da democrática, no interior dos direitos humanos, em nível global (FRASER, 2009).

Fraser (2009) nos leva a considerar, por meio de sua análise feminista de base crítica, o caminho para chegar na justiça social, com a indissociabilidade do “R3”. Os estudos feministas vão de encontro da realidade material, envolve as demandas das mulheres em sua pluralidade, os efeitos do sistema socioeconômico, no qual vive, à classe social a que pertence e, a relação com a feminização da pobreza.

Existe um tencionaram entre duas alternativas, as políticas focalizadas (locais), defendidas por esse estudo em contraposição as políticas universalizantes (global). A luta de classe e a luta por igualdade de direitos entre gêneros devem estar presentes na idealização de políticas inclusivas aos pobres, como coloca Lavinas:

Todas essas abordagens têm como pressuposto comprovar ou refutar a “feminização da pobreza” para formular políticas sociais, ou focalizadas nas mulheres pobres ou universais para homens e mulheres pobres. Não sendo a mulher pobre mais desigual do que a mulher não pobre no interior das relações sociais de gênero, julgamos importante que as políticas de combate à pobreza não sejam sexuadas sendo, ao contrário, abrangentes, universalizantes e não hierarquizantes. Não nos parece pertinente priorizar este ou aquele subgrupo – em função do sexo da cor do número de filhos da situação conjugal – em detrimento de outros igualmente desassistidos, fragilizados e sobretudo despossuídos dos meios necessários para uma sobrevivência digna. Se a condição de pobre não atenua as disparidades socioeconômicas entre os sexos tampouco é ampliada ou agravada pelos antagonismos de gênero (1996, p. 478).

Mesmo a luta sendo global, embaladas pelas chamadas “nenhum direito a menos, ninguém solta mão de ninguém”, a realidade local requer resoluções à suas especificidades. Nos países periféricos, nas comunidades de baixa renda, a representatividade e o reconhecimento são alavancas para redistribuição. Pois são as mulheres mais pobres, que vivem em condições precárias na esfera da reprodução social e na da produção econômica, as profundamente mais atingidas e exploradas. Já que acumulam duplas e triplas jornadas de trabalho, quando em risco a garantia da reprodução sua e da família vão as ruas reivindicarem seus direitos, políticas públicas inclusivas, serviços de saúde, educação (PSF, Creches, Coleta de lixo) e moradia. Também são elas as mais atingidas em períodos de crise econômica.

Reforçando a análise de Fraser (2009) a ausência ou a presença justiça social depende da garantia do reconhecimento, da representatividade e da redistribuição. Já que a autonomia econômica só é possível com a equidade redistributiva, com salários iguais em quando se desempenha as mesmas atividades e; com políticas públicas de Estado com transferência de renda, como as políticas focalizadas para a mulher que prevaleceram a partir de 2003, em especial o Programa Bolsa Família (PBF)⁴³ e/ou; pela política de titularidade da habitação no nome das mulheres, em moradias derivadas de políticas sociais, a exemplo do Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV).

⁴³ Iniciativa condicional de transferência de renda voltada especialmente para as famílias monoparentais femininas e seus filhos. O PBF define a família como pilar da política social e as mulheres como as principais beneficiadas dos recursos repassados pelo governo (BARTHOLO; ARAÚJO, 2008).

No Brasil existe um amparo legal sobre a titularidade da habitação no nome da mulher. O Art. 35 da Lei 11.977/09 determina que os contratos e registros devem ser formalizados, preferencialmente, em nome da mulher. Em 2012, no governo da Presidenta Dilma Rousseff⁴⁴, foi emitida uma medida provisória, a MP 561 em seu Art. 35-A, publicada no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, que reforçou esse direito, assim: “ Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV será da mulher” (BRASIL, 2012).

2.4.1 - Desigualdade de gênero no acesso a direitos e violências contra a vida das mulheres

Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)⁴⁵ os indicadores laborais na América Latina e no Caribe continuam exibindo grandes desigualdades de gênero ao acesso a oportunidades e direitos entre homens e mulheres. Em 2016, a taxa de desemprego total foi de 7,4% na região, mais uma vez as mulheres foram mais prejudicadas, somando um total de 8,6% desempregadas, em comparação com 6,6% dos homens na mesma situação. Outro fator a ser observado, se refere a participação das mulheres no mercado de trabalho da região, na década de 2000 a 2010 permaneceu estagnada, em torno de 53%, mesmo com um período de registro de melhorias nos indicadores totais de emprego, entre 2002 e 2013 (CEPAL, 2017). No Brasil, o desemprego total ficou em 11,8%. Desse total, o índice ficou em torno de 14% entre as mulheres e de 11% entre os homens (CEPAL, 2017).

⁴⁴ Primeira mulher a exercer o cargo de presidenta da república do Brasil, 1º mandato de 2011 a 2014, 2º mandato 2015 a 2016, quando sofreu um golpe parlamentar que a destituiu do cargo legitimamente eleita.

⁴⁵ Os dados que se seguem foram disponibilizados pela ONU, no relatório de uma nova série de estudos sobre planos de igualdade de gênero na América Latina e no Caribe, atualizados em março de 2017. A estatística de gênero da América Latina e Caribe, elaborado pelo observatório de igualdade de gênero da América latina e Caribe, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU) e, compondo os estudos referentes a posição da mulher na sociedade, abordam três linhas de análise sobre a autonomia: econômica, na tomada de decisão e física, se inter-relacionam socialmente, sua composição pode ou não chegar a autonomia em sua completude. Disponíveis na página das Nações Unidas Brasil. Disponível pelo site: < <https://nacoesunidas.org/cepal-desemprego-e-maior-entre-as-mulheres-na-america-latina-e-caribe/> >. Acessado em: abril de 2018.

Os indicadores laborais na América Latina e no Caribe continuam exibindo grandes desigualdades de gênero no acesso a oportunidades e direitos entre homens e mulheres. Apesar das taxas de desemprego feminino e masculino terem variação dependendo do país, a desigualdade de gênero sempre é favorável aos homens, com exceção do México, onde o desemprego masculino supera o feminino em 0,1 ponto percentual algo incomum. Já países como Belize e Jamaica exibem desigualdades que superam os 7 pontos percentuais (CEPAL, 2017).

As taxas de desemprego se mantiveram durante o período particularmente altas entre as pessoas com rendas mais baixas. Segundo a CEPAL em 2013 as mulheres detinham as menores rendas, 14,9% desempregadas em comparação com 10,5% dos homens (CEPAL, 2017). O desemprego inerente ao sistema capitalista de produção, se amplia a partir da mais-valia, de um contingente de exército de reserva, baixa remuneração e, pouca ou nenhuma seguridade social.

Os dados são reveladores que no setor produtivo as frestas de gênero no mercado de trabalho são profundas. Em paralelo, no setor reprodutivo, o tempo de trabalho não remunerado das mulheres é, com raras excepciones, muito superior para as mulheres, já que em toda a região culturalmente a responsabilidade do cuidado das crianças, pessoas dependentes e idosos recai quase que exclusivamente sobre as mulheres.

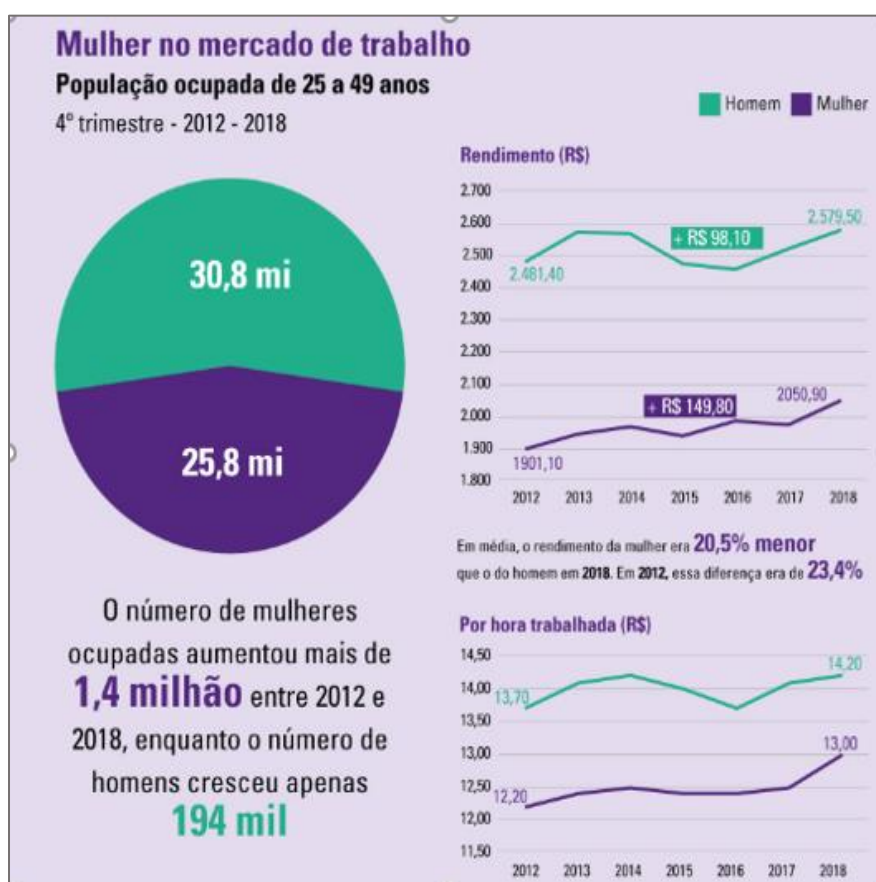
Quando da materialidade cotidiana da ausência de uma equidade de gênero, suas consequências resultam na feminização da pobreza, afirmativa chancelada pelos dados da PNAD⁴⁶ no Brasil. A situação das mulheres, apesar de representar 52,4% da população em idade de trabalhar, respondia por 45,6% do nível de ocupação, enquanto os homens representavam 64,3%. Já a taxa de desemprego no país teve uma leve redução no trimestre encerrado em julho de 2019, passando de 12,5% da população economicamente ativa (PEA) entre fevereiro e abril para 11,8%, conforme o IBGE (IBGE/PNAD, 2019). Considerando que “a pobreza está relacionada com o acesso desigual e limitado aos recursos produtivos e com a pouca participação dos movimentos sociais e políticos” (ARRIAGADA, 2005, p. 102)”, se aprofundarmos as análises e dermos

⁴⁶ Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNAD Contínua) do quatro trimestre de 2018.

um passo adiante, os estudos e dados oficiais nos mostram que a exploração também tem um viés gênero, pois atinge de forma desigual a homens e mulheres.

Apesar da grande luta e esforço das mulheres para entrar no mercado formal de trabalho, é notória a grande desigualdade salarial e funcional entre homens e mulheres (Figura 4). Os dados, relativos ao quarto trimestre de 2018 da PNAD contínua, mostram que a disparidade entre os rendimentos médios mensais de homens (R\$ 2.579) e mulheres (R\$ 2.050) ainda é de R\$ 529, porém vale salientar que consideraram apenas pessoas entre 25 e 49 anos. A menor diferença foi de R\$ 471,10 em 2016, quando as mulheres ganhavam 19,2% menos (IBGE/PNAD, 2019).

Figura 4-Infográfico da mulher no mercado de trabalho no Brasil, 2012 a 2018



Fonte: PNAD contínua, IBGE 2019

A desigualdade entre gêneros se intensifica se observamos a questão étnico-racial. A remuneração das mulheres negras é ainda menor. Se observamos a sua relação com a renda média de um homem branco, de 3.279 reais, a renda média de uma mulher

negra é de 1.427 reais, 44% do valor do homem branco (Figura 5) (IBGE/PNAD, 2019). A pergunta é quem fica com a diferença?

Figura 5-Infográfico das estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de população e Indicadores Sociais, 2016.

Corrêa (2004) destaca como um dos motivos da não participação equânime das mulheres no mercado de trabalho, em igual condição aos homens, deve-se a jornada de trabalho, já que ela continua responsável pelas atividades do lar. O infográfico mostra como o tempo é gasto pelas mulheres com atividades de cuidado.

Outro dado representativo sobre carga de trabalho na mulher brasileira é relativo às mulheres que são “mães solas”, número que atinge um total de 14,6 milhões no país. (IBGE/PNAD, 2019).

O excesso de trabalho e a ausência na casa geram a necessidade da presença efetiva do Estado, por meio de políticas públicas garantidoras da reprodução das forças reprodutivas, uma das políticas públicas mais importantes para dar suporte a mulher

trabalhadora está na Educação, na disponibilidade de creches e as escolas, como constata o PNAD:

Dado esse retrato da escolaridade das crianças de 0 a 5 anos, estimou-se, em 2017, que 7,3 milhões de crianças nessa faixa etária não frequentavam escola, ou seja 67,3% (6,8 milhões) da população de 0 a 3 anos e 8,3% (440 mil) da população de 4 e 5 anos. Em relação ao ano de 2016, houve uma redução dos percentuais, onde 69,6% da população de 0 a 3 anos e 9,8% da população de 4 e 5 anos não estavam na escola (IBGE/PNAD, 2016).

As demandas são inúmeras, dentre elas, uma das mais importantes é ter local seguro, acolhedor para deixar os filhos, no período do labor da mãe, já que são elas a se responsabilizar pelos cuidados. Os dados mostram a ausência e/ou insuficiência dos serviços e de políticas públicas ligadas ao cuidado, em especial creches e escolas públicas.

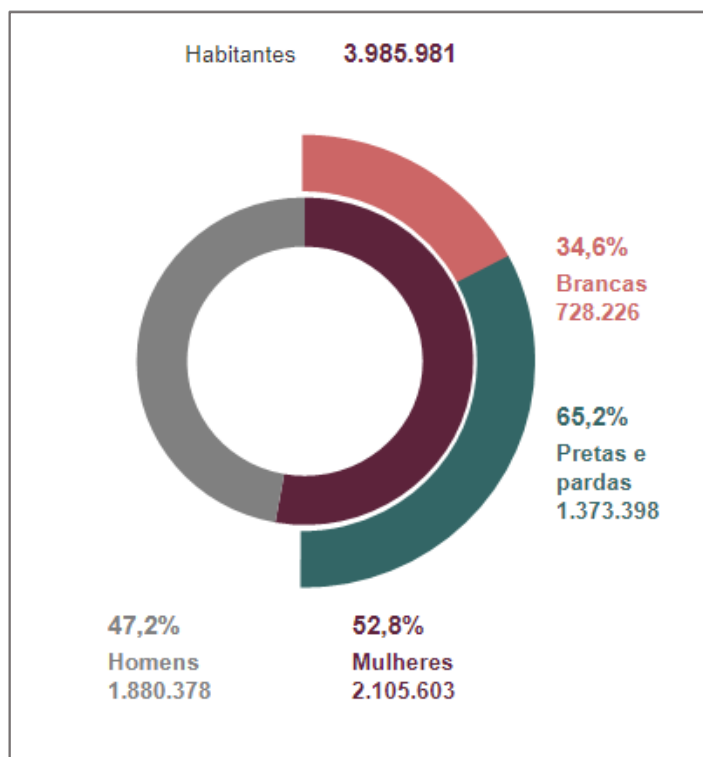
Em 2017 com o aumento dos percentuais de demandas às escolas e creches, em contraposição a diminuição do aporte de recursos para setor da educação, as famílias de baixa renda buscam alternativas de solidariedade, entre vizinhos e familiares para preencher a lacuna dos cuidados. Segundo a mesma pesquisa:

No Brasil, em 2017, 56,4 milhões de pessoas frequentavam escola ou creche. Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa de escolarização foi 32,7%, o equivalente a 3,3 milhões de estudantes. Comparado ao ano de 2016, a taxa de escolarização das crianças de 0 a 3 anos aumentou 2,4 p.p. ou aproximadamente 210 mil pessoas. Entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi 91,7% em 2017, frente aos 90,2% em 2016, totalizando quase 4,9 milhões de pessoas. Já na faixa de idade de 6 a 14 anos a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, com 99,2% das pessoas na escola (IBGE, 2018).

As cuidadoras dessas crianças, na maior parte das famílias são mulheres, tias, avós, ou outras mulheres da rede de sociabilidade. Em alguns casos são remuneradas, já que em grande parte das ocorrências o suporte é solidário.

Outro indicador importante para entender a experiência concreta das mulheres brasileiras nos territórios é o apresentado em 2017 pelo Senado Federal. O *painel de violência contra a mulher do senado*, mostrou o cenário da violência física, ao qual foram vítimas homens e mulheres do estado da Paraíba (Figura 6).

Figura 6-Gráfico de violência contra a mulher no estado da Paraíba, 2017



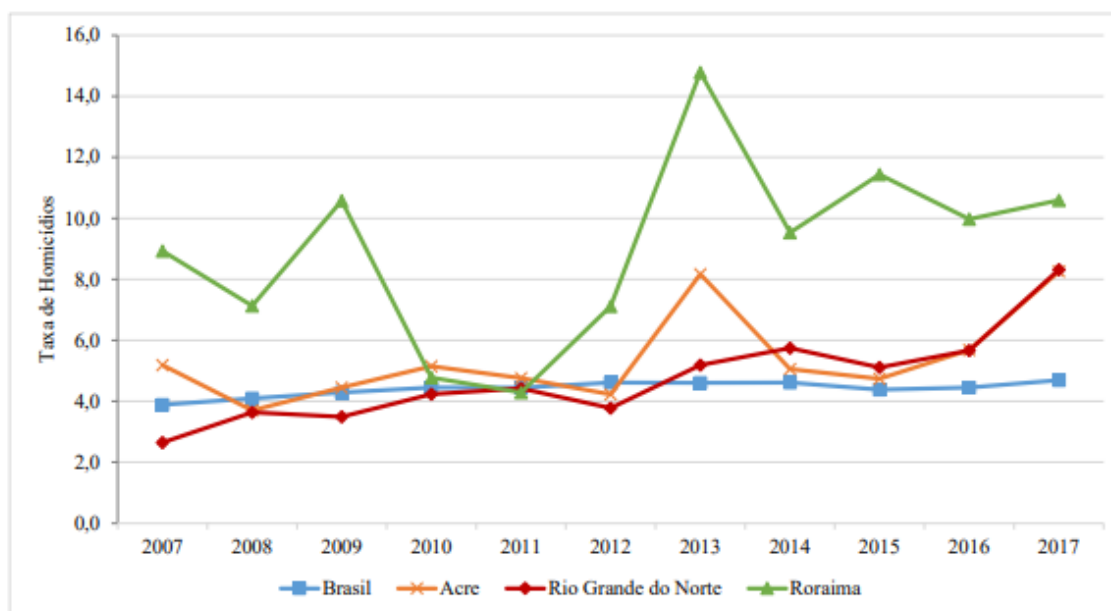
Fonte: Senado Federal- Painel de violência contra a mulher, 2017.

As mulheres sofreram 52,8% do total das violências do estado, superando as sofridas pelos homens, 47,2%. Dentro do universo amostral feminino da Paraíba, existe outra variável a ser considerada, que é o das mulheres pretas e pardas, que contabilizam maior percentual 65,2% (BRASIL, 2017).

Os dados demonstram quanto danosa é a ausência de políticas públicas ligada a desigualdade de gênero, atreladas a duas questões de base socioeconômica: a) ampliação de políticas neoliberais em contraposição a políticas de cunho social (como o Programa Bolsa Família) que diminuem e/ou são finalizadas, deixando de agregar renda a essa porção da população, causando um agravamento da violência cotidiana e; b) o fortalecimento de pautas morais e fundamentalistas, defendidas por uma parcela representativa do Congresso Nacional (especificamente a denominada popularmente como “bancada evangélica”), com imposição da objetificação da mulher e exaltação do sexismo, reforçando o patriarcado e aumentando a violência contra as mulheres em todos os setores.

O atlas da violência elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2019 mostra o crescimento da violência homicida contra as mulheres no Brasil durante uma década. Segundo o IPEA: “Verificamos crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último Brasil ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior” (IPEA, 2019 p. 35), com destaque para os dados de Roraima, Acre e Rio Grande do Norte, estados com as maiores taxas em 2017 (Figura 7).

Figura 7-Evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as maiores taxas em 2017 (2007-2017)



Fonte: IPEA, 2019.

28,5% dos homicídios de mulheres as mortes foram dentro de casa, o que o se configuram como casos de feminicídio⁴⁷ e violência doméstica. Entre 2012 e 2017, o IPEA aponta que a taxa de homicídios de mulheres fora da residência caiu 3,3%, enquanto a dos crimes cometidos dentro das residências aumentou 17,1%. Já entre 2007

⁴⁷ A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito. As mortes de mulheres decorrentes de conflitos de gênero, ou seja, pelo fato de serem mulheres, são denominados feminicídios ou femicídios. Estes crimes são geralmente perpetrados por homens, principalmente parceiros ou ex-parceiros, e decorrem de situações de abusos no domicílio, ameaças ou intimidação, violência sexual, ou situações nas quais a mulher tem menos poder ou menos recursos do que o homem (MENEGBEL; HIRAKATA, 2011).

e 2017, destaca-se ainda a taxa de homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências que aumentou em 29,8%. Este instituo mostra ainda que a taxa de homicídios de mulheres negras é maior e cresce mais que a das mulheres não negras. Entre 2007 e 2017, a taxa para as negras cresceu 29,9%, enquanto a das não negras aumentou 1,6%. Com essa variação, a taxa de homicídios de mulheres negras chegou a 5,6 para cada 100 mil, enquanto a de mulheres não negras terminou 2017 em 3,2 por 100 mil (IPEA, 2019).

No Brasil, os dados relativos ao feminicídio aumentam assustadoramente nos últimos anos, ao tempo que se reafirmam e celebram pautas morais de ultraconservadoras no país, o aumento da pobreza feminina ou de mulheres pobres, o incremento do desemprego urbano e rural e a exaltação do patriarcado e suas assimetrias.

A violência contra a mulher no Brasil também é institucional. As recentes propostas de modificação e reforma dos marcos regulatórios, norteadas pela política neoliberal, atingem diretamente às mulheres. A PEC 287⁴⁸, modifica a Constituição Federal, normatiza parâmetros para aposentadoria, inviabilizando o direito garantido, desde 1941 pelo presidente Getúlio Vargas, das mulheres se aposentarem cinco anos antes dos homens. Essa diferença positiva se configurava como uma forma de reconhecimento da jornada de trabalho com os cuidados (não remunerados) desempenhado pelas mulheres. Uma forma de colocar travas reais ao processo de construção justiça social é esse tipo de medidas, que findam o reconhecimento de um direito. O Dieese, coloca:

Nesta Nota Técnica, argumenta-se que, ao suprimir o direito concedido às mulheres de se aposentarem cinco anos mais cedo do que os homens e, ao mesmo tempo, alongar o tempo mínimo de contribuição, a PEC 287 ignora as desigualdades de gênero que ainda caracterizam o mercado de trabalho, as relações familiares e políticas públicas no país. Mesmo com a modernização dos costumes e o aumento da participação no mercado de trabalho, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que faz com que também sejam muito afetadas na vida laboral. Este sobre-esforço pode ser sintetizado na dupla jornada realizada pela maioria delas, resultante da acumulação das horas de trabalho remunerado com as horas dedicadas aos afazeres domésticos e cuidados familiares. Outro indicativo é que a maior parte das aposentadorias concedidas às trabalhadoras é por idade, porque a maioria

⁴⁸ Projeto de Emenda Constitucional.

delas tem muita dificuldade para comprovar o mínimo de contribuição exigido hoje pela lei para a aposentadoria por tempo. (2017, p. 2-3)

Os lugares de representatividade ocupados pelas mulheres também são sintomáticos do progresso e/ou retrocesso na conquista de direitos. O quantitativo de mulheres eleitas para o Senado, na eleição de 2018, se manteve o mesmo que da eleição 2014. Em 2018 2/4 do Senado foram renovados, as sete senadoras representam 13%, dos eleitos neste ano. Apesar disso, nenhuma mulher foi eleita para o Senado em 20 estados, já em Acre Bahia e Tocantins não houve nem candidatas (BRSIL/TSE, 2018).

Porém, na Câmara dos Deputados a presença feminina teve um leve aumento no seu quantitativo, mas elevou bastante na qualidade das representantes, em especial aos do centro esquerda e esquerda. Isso foi observado nas Assembleias legislativas do Brasil, apontam dados do Tribunal Superior Eleitoral. O percentual de mulheres concorrendo ao cargo de deputada federal na eleição de 2018 quase não se alterou em relação às últimas eleições. Os números ficam um pouco acima do mínimo de 30% de candidatos de cada sexo para cargos proporcionais, como exigido pela Lei das Eleições (9.504/97) (BRSIL/TSE, 2018).

Todavia, representação não se limita a cargos públicos eletivos, a partidos políticos, a representação também se dá por outras vias, em movimentos sociais, que lutam por terra e território (como é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST), por moradia e território (como o Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM) e em grupos que se organizam pelo direito à cidade, esse é o caso das mulheres da comunidade do Porto do Capim e sua associação (AMPC).

É no contexto das lutas pelo direito a produção do espaço, direito a cidade, a comunidade do Porto do Capim, que atualmente ocupa o local onde começou a ser edificada, em 1585 a cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa. A reivindicação inicial foi pela não remoção da comunidade das margens do rio Sanhauá, em contraposição ao que determinava o projeto de transformação urbana, reconhecido pelo poder público como “REVITALIZAÇÃO” urbana, elaborado pela prefeitura municipal de João Pessoa. Segundo o IPHAN/PB (2012, p.12), o projeto original de "REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto Capim" (formulado na década de 1990), aproveitava exatamente a mesma área sobre a qual a comunidade se estabeleceu, avançando com

aterramentos sobre as margens do Sanhauá. Só que, em vez de aterros comunitários, teria um "concretão", uma extensa e árida praça em concreto armado para realização de grandes eventos com área total de cerca de 19.500 m² (dezenove mil e quinhentos metros quadrados), com a presença de vários postes de luz e quiosques planejados por um pequeno grupo de arquitetos e outros profissionais.

Esse processo vem munido concomitantemente das resistências, ações em conjunto com o Ministério Público Federal, Assistência técnica, na busca de contrapropostas a fim de atender as comunidades afetadas.

O resgate histórico da ação pública sobre o espaço nos permitiu, neste trabalho, identificar os interesses em jogo em cada momento histórico, entre o poder local, a expansão do setor turístico e as comunidades afetadas. Para entender o arranjo espacial segregador, os processos e mecanismos da cidade, foi necessário levantar o papel dos sujeitos no espaço, sem perder de vista a luta de classes. Ao mesmo tempo, esse resgate permitiu reconstruir a gênese e identificar as formas de resistência e associativismo que dentro dessas comunidades tem-se desenvolvido, até constituir a Associação de Mulheres Moradoras do Porto do Capim. Organização comunitária que catalisa as demandas sociais na contramão do projeto de REVITALIZAÇÃO urbana.

Na busca da justiça social, por meio da representatividade as moradoras da comunidade do Porto como legítimas representantes da AMMPC, levantaram a bandeira de luta pelo direito legítimo à moradia de uma comunidade tradicional e ribeirinha.

A moradia é instrumento indispensável à reprodução humana, bem capitalizável, que se fez mercadoria pelas normas capitalistas, com valor de troca, não é acessível a todas as pessoas, em especial as que vivem em comunidades de baixa renda. Se tornando um problema a mais para esses cidadãos, pois é uma das condições, pressuposto à vida se reproduzir, ação inerente a natureza humana, não se mora hoje e amanhã deixa de morar.

O direito à moradia digna foi reconhecido e implantado como pressuposto para a dignidade da pessoa humana, desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi recepcionado e propagado na Constituição Federal de 1988, por advento da Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p.18).

Apesar de a Constituição Federal garantir o direito a todo brasileiro de ter um lugar para viver com dignidade, com acesso as condições de reprodução sua e da família, grande parte da população não tem acesso à moradia digna, e luta cotidianamente junto ao ou contra o poder público por esse direito. As trabalhadoras do Porto do Capim continuam lutando hoje por moradia e regularização fundiária.

CAPÍTULO 3 - PARCERIAS NA CONSTRUÇÃO DA LUTA E RESISTÊNCIA NO PORTO DO CAPIM

Como foi apresentado, desde 1985 os moradores da comunidade do Porto do Capim convivem com o risco da sua remoção da área. A resistência a essa ação pública é representada pela AMPC. Todavia, na luta por uma outra cidade ela não está sozinha. Um grupo de parceiros acompanha, assessora, defende e capacita à AMPC e à comunidade na defesa do seu território.

As parcerias, e seu papel no processo de resistência, são apresentadas no decorrer deste capítulo. Trata-se de uma teia de solidariedade urbana com presença de entidades como a Fundação Casa de cultura Cia da Terra; Instituições, como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e; coletivos culturais, além da participação de sujeitos individuais, que abraçaram a causa das famílias do Porto do Capim na procura de justiça social via acesso a moradia digna e território.

A linha do tempo mostra as parcerias e as ações realizadas de 2012 até 2017, momento da elaboração de duas contrapropostas ao projeto da prefeitura da cidade: uma em 2012 e a outra em 2015 (Figura 8). A primeira com a participação de técnicos do IPHAN/PB, e a outra, colaborativa, no contexto do Programa de Extensão Universitária da UFPB (PROEXT/UFPB). As ações desenvolvidas que compõem a *Linha do Tempo* são analisadas neste capítulo.

Figura 8-Linha do tempo: Ações da comunidade e parceiros do Estado, desenvolvidas de 2012 a 2017



Fonte: Autora, 2020.

3.1 - O despertar da consciência e o reconhecimento: Subindo a Ladeira e a Fundação Casa de Cultura Cia da Terra

A Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra é uma entidade civil, com prazo de duração indeterminado, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e rege-se por um Estatuto, por um Regimento Interno e pela Legislação Aplicável. A Fundação tem sede e foro na cidade de João Pessoa, à Praça Antenor Navarro, nº 15, 1º Andar, bairro Varadouro.

A participação da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra na defesa dos direitos dos moradores do Porto tem como objetivos: a) difundir o gosto pela cultura expressa pela arte, em todos os seus segmentos, tendo como finalidades:

- (1) pautar a discussão sobre a democratização da cultura e da comunicação;
- (2) desenvolver atividades educativas, através da criação de possibilidades para a formação e o aperfeiçoamento artístico-cultural;
- (3) incentivar a produção artística local;
- (4) facilitar a difusão deste conteúdo para a comunidade;

(5) promover a integração e a troca de experiências entre artistas e agentes culturais, com o objetivo de proporcionar o diálogo e a colaboração entre as formas de expressão artísticas diferentes, com a finalidade de melhorar a formação dos usuários (RUTUOSO NETO, 2013).

Em 2010, foi criada uma parceria entre a Fundação e a UFPB, para realização de atividades no projeto de extensão: *Subindo a Ladeira*, apoiado pelo PROBEX, e coordenado pela Professora Doutora Regina Celia, do Curso de História. O projeto da Fundação realizava atividades baseadas em ações voltadas à educação patrimonial, integrados ao ensino de história da Paraíba. Essas atividades eram lúdicas, com base no teatro do oprimido e davam ênfase à “experiência coletiva”. Oferecia, de forma democrática, o acesso à arte e à cultura, visando a construção de uma percepção acerca da importância da preservação do patrimônio histórico-cultural.

As atividades eram desenvolvidas com crianças na faixa dos 7 aos 14 anos, vinculadas à rede pública de educação, que residissem na comunidade do Porto do Capim e adjacentes, no bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa-PB.

Essa parceria foi representada por estudantes dos cursos de graduação de História, Radialismo e Teatro da UFPB e da Escola Estadual Padre João Felix (SILVA et al, 2013). O projeto continua acontecendo⁴⁹, completando nove anos de parceria ininterruptas de ação na comunidade, oferecendo oficinas, cursos e apoio a ações. O primeiro dos cursos oferecidos foi o de Educação Patrimonial.

Em 2013, com aprovação de um outro projeto pelo Fundo de Incentivo à Cultura/SECULT- PB, foi possível criar mais duas oficinas de artes plásticas e fotografia, proporcionando a ampliação da participação de um maior número de crianças moradoras do Porto do Capim. As oficinas tiveram o papel de despertar o sentimento de pertencimento do lugar e seu valor imaterial, sair da invisibilidade à existência, e a formação das crianças na perspectiva política, usando ferramentas educativas lúdicas.

No projeto *Subindo a Ladeira* a educação patrimonial foi realizada através da arte, nas oficinas artístico-culturais⁵⁰ de fotografia, música, dança e de teatro. O foi desenvolver a inclusão social e a construção da cidadania das crianças e jovens da área, sob coordenação da Professora Regina Célia⁵¹, da UFPB no “Programa de Requalificação, Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim”. O objetivo deste programa era que as crianças, desenvolvessem a autoestima e valorizassem suas práticas cotidianas na comunidade para obter o *reconhecimento* da sua identidade como moradores do Porto do Capim. Além do reconhecimento, tivemos como resultado a oportunidade de fomentar oficinas educativas que incentivavam o florescimento da criatividade e o desenvolvimento de posturas críticas nos momentos de decisão.

As ações do projeto e suas narrativas revelavam a importância do conhecimento histórico e patrimonial alinhados às práticas socioespaciais (identidade), com valor de uso, na luta contra a expropriação do espaço da reprodução pelo capital e a apropriação

⁴⁹ Até o ano de fechamento da Tese, 2020.

⁵⁰ Aprovado pelo Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos.

⁵¹ Professora da Universidade Federal da Paraíba, curso de História, proponente do projeto de extensão subindo a ladeira, que tem seu início no ano de 2011, ainda se encontra ativo, até 2020. A professora também fez parte do projeto de extensão PROEXT/UPFP, “Programa de Requalificação, Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim”, foi coordenação do Projeto de requalificação Patrimonial.

de culturas tradicionais como forma de requalificar o uso e mercantilizar a cultura, como reflete Pádua:

[...] a prática socioespacial busca aprender os conteúdos propriamente sociais da produção do espaço, reunindo nessa noção mais ampla as relações sociais produtoras e o espaço social produzido em seu movimento, em seu uso concreto. O uso, por sua vez, indica que mesmo que a produção avance sobre os espaços da vida, nem tudo é denominação, havendo também apropriação. Com isso, no interior de um processo dominado pela reprodução econômica que necessariamente expropria o trabalho concreto da sociedade e o espaço da vida, há, contraditoriamente, alguma apropriação, mesmo em uma reprodução precária da vida (2018, p.41).

Nesse sentido, defende Lefebvre: “a cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém” (2008, p. 46), na dominação do controle de ações sobre a cidade; “sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata” (2008, p. 46).

As práticas espaciais da comunidade do porto do capim, reconhecidas pelas crianças e jovens do projeto *Subindo a Ladeira*, trouxeram a possibilidade inflexão na forma de pensar e agir no espaço por eles produzido.

Além das atividades com as crianças e jovens do projeto de extensão descrito, a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra realizou parceria de assessoria técnica com a comunidade do Porto do Capim. Também, orientou os moradores na criação de uma comissão⁵², denominada Comissão Porto do Capim em Ação (CPCA). O objetivo era o de auxiliar na formação política educacional da comunidade, por meio de assessoria técnica, e na organização comunitária. A função era intermediar o diálogo com diversas organizações públicas, bem como apoiar as reivindicações de tomar conhecimento do projeto proposto pela PMJP, junto ao poder público e órgão competentes. Também auxiliou na busca de capacitação profissional e geração de renda para jovens e adultos.

O papel da Fundação, foi fundamental no processo da construção de consciência crítica. Contribuiu na formação básica das crianças e jovens, e na acessória técnica para a representação da comunidade na CPCA (2012) e posteriormente com o apoio à

⁵² A CPCA foi criada em 2012. Era composta exclusivamente pelo gênero feminino.

Associação de Mulheres do Porto do Capim (2013-2020). A Fundação auxiliou nas ações de reivindicação da comunidade, promoveu a formação de um sujeito político, que representasse os interesses coletivos, defendendo valores identitários relacionado com o território (como a tradicionalidade ribeirinha).

A recusa da comunidade em aceitar o projeto proposto pela PMJP é a afirmação do direito à cidade. Tornou-se partícipe da resignificação de seus usos, de forma consciente e inclusiva, como defendido por Harvey:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HAVEY, 2014. p. 28.)

O uso democrático da cidade parte do pressuposto da utilização dos seus bens e serviços, de forma paritária, participativa e universalizada, ou pela inclusão de todos os sujeitos usuários da cidade, ou pela igualdade de valor moral, garantia da redistribuição, materializada em condições de urbanidade.

As atividades desenvolvidas pela Fundação na comunidade do Porto foram fundamentais no processo de reconhecimento dos direitos. Sua gênese foi autoconhecimento, seguido do conhecimento dos interesses defendidos pelo poder público (PMJP), e, por fim, pelo empoderamento dos sujeitos receptáculos dos direitos requisitados.

O conhecimento dos moradores do conteúdo, objetivos e meios do projeto que era defendido pela PMJP, foi o primeiro passo na direção da luta. Essa ação ocorreu em 2013, com assessoria e suporte da Fundação, que cedia seu prédio e equipamentos para apresentação do projeto de relocação da comunidade aos afetados diretamente por ele.

A Fundação enquanto assessoria técnica da AMPC, fomentou diversas ações de natureza cultural e política. Eventos culturais como a procissão de Nossa Senhora da Conceição, Raízes do Porto (comemoração do dia da cidade), Festa Junina e o Carnaval. Também auxiliou em questões administrativas, encaminhamentos de documentos oficiais a órgãos competentes, com objetivo de conhecer o projeto de REVITALIZAÇÃO proposta pela PMJP para a área.

A sede da Fundação também foi disponibilizada para as reuniões da AMPC, e a assessoria técnica do *Subindo a Ladeira* organizava reuniões prévias no interior da comunidade, para discutir suas pautas reivindicatórias antes das reuniões oficiais com o poder público.

Após tomar conhecimento da proposta de remoção e relocação, ocorreram reuniões propostas pela comunidade (CPCA) em conjunto com Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, que contaram com a presença de representantes de órgãos ou instituições envolvidas, como no caso do Vereador Fuba, da assessoria do Deputado Anísio Maia Helena Tavares que participou da elaboração da 1ª Contraproposta – “REQUALIFICAÇÃO de Áreas Urbanas – Porto do Capim/Vila Nassau GT/IPHAN/PB e entidades sociais (Movimento SOS Patrimônio Histórico/2012).

Segundo depoimentos da presidenta da CPCA, “a pauta era para ter informações sobre todo o caminho percorrido pela Comissão, o projeto de intervenção na área considerado o projeto oficial; as propostas alternativas e a necessidade urgente de dialogar com o poder público municipal” (Entrevista realizada junto à Presidenta da CPCA, 2014).

A Fundação desempenhou o papel de mediador entre a AMPC e parceiros, grupos culturais (Coletivos do Varadouro), ONG's e novos parceiros da UFPB, na defesa das reivindicações objetivas da comunidade, somado ao papel de ensinar os caminhos à formação do sujeito político, via reconhecimento, e representatividade.

Como assessoria técnica que ia além das atividades culturais, ela elaborou em conjunto com moradores, o levantamento censitário, revelando o perfil da comunidade, e fazendo parte da parceria que elaborou e realizou o Programa de Extensão PROEXT/UFPB, no ano de 2015-2016. Também participou com apoio do movimento #ocupeoportodocapim⁵³, da procissão Nossa Senhora da Conceição, das atividades do ponto de cultura e da rádio comunitária.

⁵³ Evento realizado em 22 de maio de 2013, ocorreu durante a tarde e à noite. Organizado pela comunidade, mobilizou vários sujeitos sociais, entidades, coletivos culturais do Centro Histórico, ex: Coletivo Mundo; Fundação Casa de cultura Cia. Da Terra, representantes da comunidade acadêmica da UFPB, da Universidade estadual da Paraíba, representantes legislativos. O evento contou com ações múltiplas, O Post TV, cujo debate foi sobre a remoção dos moradores, o projeto de REVITALIZAÇÃO proposto e a luta da comunidade para serem reconhecidos como tradicional ribeirinho, com direito a permanência na área. Estiveram presentes na discussão, representante da Comissão Porto do Capim em

O projeto *Subindo a Ladeira* está em pleno funcionamento, assim como as atividades de assessoria da Fundação à comunidade. Em 2019 esteve junto aos moradores na resistência contra a ação de despejo infligida pela PMJP, para desocupar a área da Vila Nassau, e implantação da *nova face do projeto de REVITALIZAÇÃO*, agora denominado “Parque Ecológico Sanhauá”, que acabou sendo embargado pela justiça, a pedido do pelo Ministério Público Federal.

3.2 - A 1ª Contraproposta de Requalificação, elaborada pelo Grupo de Trabalho do IPHAN/PB

A presença dos técnicos do IPHAN/PB ⁵⁴ como responsáveis pela 1ª contraproposta elaborada e que continha a inclusão da comunidade, portanto, contrária ao projeto defendido pela PMJP, é uma singularidade institucional. Eis que, a superintendência da autarquia IPHAN/PB sempre apoiou, e continua apoiando, a implementação do projeto de “REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim”. Durante a defesa da contraproposta, pela comunidade, os técnicos foram denominados “os rebelados do IPHAN - numa ironia ao seu posicionamento contrário ao desejo do poder público.

Essa 1ª contraproposta compõe uma das partes do Dossiê: “Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau”, que nasce do

Ação (Rossana Holanda) que trouxe para discussão os problemas enfrentados pela comunidade, e a possibilidade de uma remoção forçada da área, a professora Regina Célia Gonçalves (historiadora) com o debate da importância do valor imaterial da comunidade para o patrimônio histórico, professora Elisabetta Romano (arquiteta e urbanista) trouxe a discussão a possibilidade de projetos participativos para área, com a inclusão dos moradores, a professora Araci Farias (geógrafa) abordou a questão da sustentabilidade ambiental, e o papel dos moradores a preservação ambiental. A ação foi disponibilizada via internet, contando com a participação de todos que tinham interesse no tema. O evento também objetivou, envolver os moradores na discussão e nas atividades. Além do Postv, houve uma intensa programação cultural, com apresentações do grupo cultural do Porto e de parceiros, além do Brechó, das apresentações teatrais dentro do projeto *Subindo a Ladeira*.

⁵⁴ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Fonte: Página Oficial do IPHAN Nacional. Acessado pelo site: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>.

interior do conflito técnico e institucional no IPHAN/PB quando parte da equipe se posicionou contra o Projeto de REVITALIZAÇÃO, elaborado em 1999 pela Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa (CPCH-JP). A questão central da disputa, no contexto patrimonial, era a remoção de uma Comunidade Tradicional Ribeirinha, componente de valor simbólico, reconhecimento do patrimônio imaterial.

Do outro lado do conflito estava a superintendência, cargo político de apoio a PMJP, na defesa do projeto higienista, aos moldes desenhados por agências internacionais e financeiras (BID), na defesa do reconhecimento exclusivo do patrimônio material, remoção da comunidade e implantação de estrutura e equipamentos turísticos.

A necessidade e urgência de uma tomada de posição institucional sobre a problemática do Porto do Capim, levou à criação de um grupo de trabalho intitulado “GT Porto do Capim e Vila Nassau” instituído pela Portaria nº 01/2012 de 5 de março de 2012, IPHAN/PB, com o objetivo de problematizar a questão do Porto do Capim e da Vila Nassau, analisar o Projeto de REVITALIZAÇÃO da Comissão e propor um conceito e uma intervenção alternativa para a REQUALIFICAÇÃO da área, buscando a conciliação dos interesses do projeto original com as necessidades e anseios da população residente no local e as legislações nacionais e internacionais (IPHAN, 2012. p.31)

A equipe era formada por técnicos, estagiários da unidade do IPHAN/PB da Paraíba, pesquisadores do Programa de Mestrado Profissional do IPHAN/PB e professores colaboradores da UFPB. “O Grupo buscou todo o aporte técnico necessário para reversão da situação proposta anteriormente e o respeito à legislação patrimonial e ambiental vigente” (IPHAN, 2012, p. 10). As atividades desenvolvidas no GT se pautaram em ações de: “ pesquisas documentais e arquivísticas, vistorias técnicas, reuniões, consulta a especialistas, *proposta de um novo desenho urbano* e chegou a um diagnóstico da situação atual e à *Proposta de Requalificação para as Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau*” (IPHAN, 2012, p. 10, grifo nosso).

O grupo de trabalho, realizou ações referentes a pesquisa documental na CPCH-JP, no arquivo da superintendência do IPHAN/PB, sobre a legislação, com ênfase a área de proteção ambiental: Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEP), resguardadas por normativas no Plano Diretor da Cidade de João Pessoa de 2009. Cabe ressalva que

o Dossiê fez menção ao “Plano Diretor de 1992, nº. 3, de 30 de dezembro de 1992⁵⁵, a comunidade encontrava-se em Zona Especial de Preservação 2, Ambiental – ZPA.”

Foram realizadas quatro visitas técnicas pelo GT:

A) A primeira visita foi de reconhecimento da área: compreensão da morfologia do espaço, condições de urbanidade e as relações da comunidade com o meio natural. Essa visita ajudou ao GT na desmistificação de justificativas inverídicas utilizadas pelo poder público para remoção da comunidade, como revela o Dossiê.

Esta visita foi importante para alguns membros do GT, porque dissipou vários mitos e pressupostos até então sempre mencionados pelos técnicos interessados na instalação de uma arena de eventos naquele local e por entes governamentais nas reuniões e documentos consultados, como o de que “as habitações desta área da cidade não possuem condição alguma de moradia”. Pelo contrário, deparamo-nos com alguns imóveis em bom estado de conservação, com condições de habitabilidade e moradia satisfatória (IPHAN, 2012. P.39)

A implantação de uma agenda neoliberal na cidade transforma sua dinâmica, a imposição de ações, planos e projetos da agenda depende de sua aceitação por parte da população, estratégia do poder público é o convencimento social, por meio de narrativas inverídicas, que sensibilizem o apoio da população da cidade e da comunidade atingida.

No caso do Porto do Capim foram três as justificativas. A 1ª justificativa era a vulnerabilidade das moradias, gerando risco a vida dos moradores da comunidade, causada por inundações no período de fortes chuvas e da impossibilidade de implantação do sistema de esgotamento sanitário. Em setenta anos de consolidação da área urbana a defesa civil de João Pessoa⁵⁶ não apresentou nenhum laudo de risco, conforme relatou

⁵⁵ Esse foi o 2º Plano Diretor de João Pessoa, mas considerado nas normas necessárias, contendo mapas de Zoneamento, o primeiro, instituído pela Lei Complementar n.º 4, de 30 de abril de 1993”. No momento da elaboração do Dossiê, era o que estava em validade. O Plano Diretor atualmente em validade, da João Pessoa, foi intitulado pelo Decreto nº 6.499 de 2009 e os mapas atualizados e disponibilizados pela PMJP datou do final do ano de 2012 (PMJP, 2009)

⁵⁶ A Defesa Civil é um é uma coordenação na estrutura da prefeitura municipal, foi criada através da lei nº 12.644/13, e constituído como órgão de prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Finalidade- A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC/JP tem a finalidade básica de planejar, articular e coordenar todas as ações de proteção e defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade no município de João Pessoa. A COMPDEC/JP constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e manterá estreito intercâmbio com os demais órgãos congêneres

o GT. Além, as casas apresentavam condições de habitabilidade: “o maior problema infra estrutural é a inexistência de saneamento básico” GT (p.39; 41) e “inexistência de um sistema de esgotamento sanitário” GT (p.39; 41), o qual foi demonstrado ser possível implantar, no parecer dos consultores do GT.

A 2ª justificativa foi do impacto ambiental causado pela presença da comunidade e o descarte de resíduos sólidos no rio. Todavia, com mostrou o GT não se sustentava, a visita técnica constatou que:

A preocupação da população residente com a organização e limpeza destes locais é visível, tendo sido constatada também a intenção de constituir galerias com tábuas de madeira para escoamento do esgoto produzido, para que não corra pela área utilizada pelos transeuntes no terceiro momento a negação do direito aquele espaço (não reconhecimento da tradicionalidade) defesa do valor de troca sobrepõe o valor de uso, expropriando os sujeitos sociais de baixa renda, dos seus bens simbólicos e materiais (IPHAN, 2012, p.45).

A comunidade sempre teve a preocupação com a organização e limpeza, coleta e reaproveitamento (reciclagem) de material como: garrafas, se transformaram em fonte de renda, reutilização de óleo para fabricação de sabão, evitando o descarte no meio natural. Diante da dificuldade de serem atendido pela coleta de resíduos sólidos em toda área do Porto do Capim a comunidade realiza ações e campanhas de coleta, visando a não contaminação dos espaços naturais (mangue e rio) (Figura 9).

municipais, estaduais e federais com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à proteção e defesa civil. Fonte: PMJP. Disponível pelo site: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/governo/defesacivil/>>. Acessado em: 20/01/2019.

Figura 9-Campanha dos moradores para manutenção da limpeza das ruas da comunidade



Fonte: AMPC, 2013.

O respeito ao meio ambiente ocorria coletivamente, através de ações e campanhas de limpeza, fomentadas pela CPCA, com intensa participação dos jovens moradores, já que a coleta pública não era regular, nem chegava a todas as áreas da comunidade, ruas e becos estreitos.

A 3ª última justificativa dada pelo poder público municipal à remoção, foi o não reconhecimento do direito aquela área, por ser pública e de domínio da União (terreno de marinha⁵⁷). Porém, como se trata de uma comunidade tradicional, seu direito ao território é uma salvaguarda à permanência da comunidade na área pública.

⁵⁷ Terrenos de marinha são as faixas de terra fronteiras ao mar, numa largura de 33 metros contados da linha do preamar médio de 1831 para o interior do continente, bem como as que se encontram à margem dos rios e lagoas que sofram a influência das marés, até onde está se faça sentir, e mais as que contornam ilhas situadas em zonas sujeitas a esta influência. Considera-se influência das marés a oscilação periódica do nível médio das águas igual ou superior a 5 centímetros (artigo 2º e parágrafo único do Decreto-lei 9760, de 5 de setembro de 1946). Diante do aumento de requisições públicas e particulares para utilização de terrenos costeiros visando à construção de armazéns, trapiches, igrejas, pequenos comércios, ruas e praças, em 15 de novembro de 1831, foi autorizada, via Lei Orçamentária, a cessão de terrenos costeiros para as Câmaras Municipais construírem logradouros públicos. Também foi autorizado que os Governos das Províncias aforassem tais terrenos a particulares, obtendo foros e laudêmios para si. O termo "cessão" foi utilizado em acepção ampla, devendo-se entender que a autorização abrangia não só aforamentos, mas também vendas e doações. Fonte: Jus Brasil. Disponível pelo site < <https://jus.com.br/artigos/59537/formas-de-utilizacao-do-terreno-de-marinha> >. Acessado em: 16/03/2017.

B) A segunda visita técnica, teve como objetivo “identificar áreas potenciais para a implantação dos espaços livres públicos, elegendo, para tal, os setores onde a mata ciliar já havia sido parcialmente ou completamente suprimida ou degradada; áreas de convivência já utilizadas pela população” (IPHAN, 2012. p. 48), além da visita aos “dois trapiches”, sendo decidido que “novas áreas deveriam tomar partido dos setores já utilizados pelos moradores locais, como o trapiche público do Porto do Capim, confirmando sua vocação e uso já constituídos historicamente” (IPHAN, 2012 p. 48).

Vale enfatizar que a chegada da comunidade após o fim das atividades portuárias, recuperou quase a totalidade da Área de Preservação Permanente (APP), como mostrou o “Trabalho de Conclusão de Curso” de SILVA (2014)⁵⁸, informação compartilhada pelo “Relatório técnico multidisciplinar” elaborado pela assessoria do PROEXT⁵⁹.

C) A terceira visita técnica, ocorreu com a participação a participação dos representantes do GT e de consultores⁶⁰, a determinação era saber a viabilidade técnica e econômica da implantação do sistema de esgotamento sanitário na área do porto do Capim. Com a resposta da viabilidade, se desfaz “alegação da impossibilidade técnica e da carestia de implantar”, dada pela PMJP, a não execução (IPHAN, 2012, p. 48).

O produto técnico resultante das visitas dos consultores foi um relatório denominado “Viabilidade técnica de implantação de sistema de esgotamento sanitário nas comunidades do Porto do Capim e Vila Nassau em João Pessoa-PB”, com um mapa sobre o atendimento do sistema sanitário de esgotamento, suporte as decisões projetuais da contraproposta inclusiva do GT, como recolhe o relatório:

O relatório produzido fundamentou as decisões projetuais da equipe, sobretudo no tocante à permanência de algumas residências e retirada de outras que agridem sobremaneira a área de preservação ambiental do mangue. Também foram importantíssimas as informações acerca da viabilidade técnica de implantação de esgotamento sanitário no local, contrariando argumentos divulgados por técnicos do Iphan/PB e falando a favor da permanência de parte população onde originalmente está (IPHAN, 2012, p. 52)

⁵⁸ SILVA, 2014. **Análise visual das transformações na paisagem do Porto do Capim ao longo do século XX e início do século XXI**: uma proposta metodológica para o uso de imagens. Monografia (Bacharelado em Geografia). João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba/CCEN, 2014. Disponível pelo site: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/817>>. Acessado em: 28/10/2017.

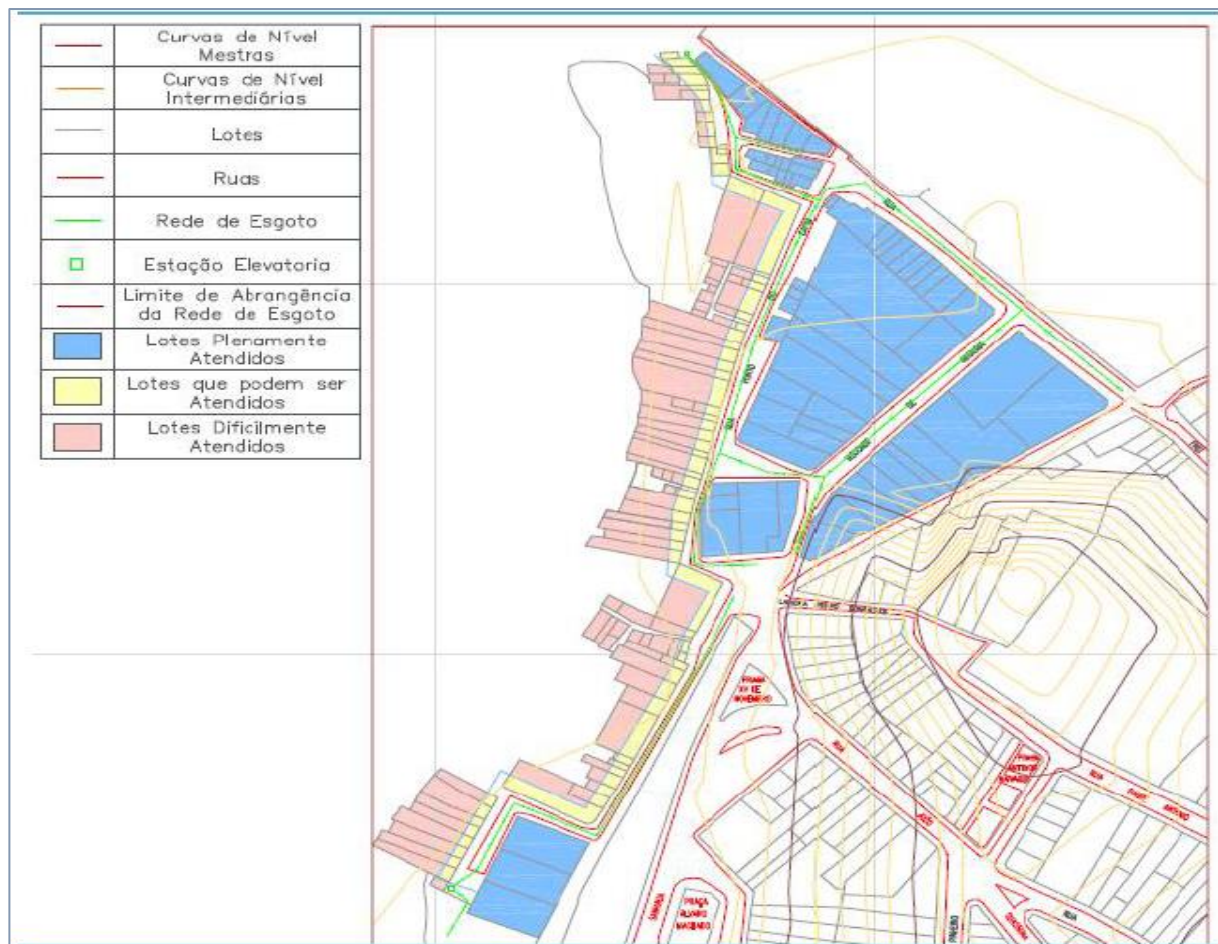
⁵⁹ PROEXT - PORTO DO CAPIM EM AÇÃO. **Relatório Técnico Multidisciplinar Comunidade Porto Do Capim**. UFPB, 2015.

⁶⁰ Laboratório de Recursos Hídricos da UFPB, professores engenheiros Gilson Barbosa Athayde Júnior e José Reynolds Cardoso de Melo. Especialistas na área de recursos hídricos. (IPHAN, 2012. p. 49)

A viabilidade técnica, confirmada por assessoria capacitada, foi um instrumento de reforço ao projeto de REQUALIFICAÇÃO de forma a defender a não remoção, garantindo a permanência e condições objetivas de urbanidade, e redistribuição dos bens e serviços da cidade, e o reconhecimento do direito a ela.

O mapa produzido no relatório técnico (Figura 10), distribuía os lotes em três níveis, relativos à cota. As cotas mais baixas dificilmente seriam atendidas com o sistema de esgotamento, as outras duas áreas com cotas mais elevadas possibilitaria a implantação de moradias. A mapeamento e classificação das áreas levou em consideração a legislação ambiental de forma ampliada, contendo a área de Preservação Permanente.

Figura 10-Planta baixa do Porto do Capim e Vila Nassau, indicando a viabilidade de implantação de sistema de esgotamento sanitário



Fonte: Dossiê, elaborado pelos consultores: Athayde Júnior & Melo, 2012.

A consultoria serviu de apoio às decisões do projeto final, mostrou a obrigatoriedade de duas estações elevatórias, e a importância da localização dos banheiros das casas mais próxima das vias, ficando distante do rio, e evitando sua contaminação. Seguiu a normativa ambiental da resolução CONAMA nº. 369/2006, no Art. 9º⁶¹.

Em conjunto com as diretrizes e conceitos da proposta, foi observada a necessidade de “revisão técnica ampla, por parte do IPHAN/PB, acerca dos usos, intervenções e dinâmicas sociais típicas da diversidade cultural presente no perímetro protegido” (IPAHN, 2012, p. 60), tudo de acordo com o tombamento federal realizado em 2007, para resguardar os valores simbólicos e espaciais, criando uma ponte entre as atuais políticas patrimoniais, marcos regulatórios, e recomendações à áreas de entrono dos centros históricos.

A proposta estava no estágio conceitual, mas com justificativas técnicas, necessitava de detalhamento em estágios futuros, se fosse aceita, mas foi rejeitada, a perspectiva era de utilização de recursos do PAC Sanhuá, para elaboração do projeto. Também propuseram o alinhamento do PAC Sanhuá e PAC Cidades Históricas, e a utilização dos seus recursos na urbanização da área do projeto, com a inclusão do esgotamento sanitário.

Foram consideradas no dossiê questões de (1) captação de recurso para moradia, que propunha usar recurso do PAC (urbanização de Assentamentos integrados), Minha Casa Minha Vida e o PAC 2⁶²; (2) diagnóstico dos bens de interesse cultural, materiais e imateriais; (3) Programa de educação cultural; (4) Programa de diagnóstico arqueológico

⁶¹ A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a regularização fundiária sustentável de área urbana poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, além dos seguintes requisitos e condições: [...] a) nas margens de cursos de água, e entorno de lagos, lagoas e reservatórios artificiais, conforme incisos I e III, alínea “a”, do art. 3º da Resolução CONAMA no 303, de 2002, e no inciso I do art. 3º da Resolução CONAMA no 302, de 2002, devendo ser respeitadas faixas mínimas de 15 m para cursos de água de até 50 m de largura e faixas mínimas de 50 m para os demais. Disponível pelo site:< <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104080>>. Acessado em: 18/08/2016.

⁶² Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Fonte: Ministério do Planejamento/PAC. Disponível pelo site:<<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acessado em 18/04/2018.

interativo, (5) o turismo comunitário ligado ao patrimônio cultural e, por fim, (6) A proposta de REQUALIFICAÇÃO - aqui definida como contraproposta, será detalhada no O CONFLITO PELO USO DO SOLO URBANO E SEU PLANEJAMENTO: Requalificação e/ou Inclusão.

3.3 - Porto do Capim: Violações dos Direitos Humanos

O primeiro contato entre a comunidade e Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB)⁶³, ocorreu na construção da Webrádio⁶⁴, no final de 2013 e início de 2014, por meio da Fundação Casa de Cultura Cia da Terra. A pedido da AMPC. Foram realizadas averiguações de denúncias de violações de direitos humanos sofridas pela comunidade do Porto do Capim, relacionadas ao “Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim”. Nesse contexto foram realizadas “21 (vinte e uma) visitas técnicas” que permitiram “conhecer perfil socioeconômico, organizativo e de moradia da comunidade”, e “9 (nove) reuniões com o poder público” e “4 (quatro) oficinas com a comunidade” tendo como temas a formação na área de assessoria jurídica, direito à territorialidade e à moradia (CRDH, 2015. p.4).

O relatório de violação (Figura 12) chama atenção pela natureza antidemocrática e higienista da política defendida pelo poder público, e invisibiliza a presença dos moradores de baixa renda no processo de produção da cidade: “a comunidade não foi consultada a participar dos procedimentos administrativos em execução” “nem da elaboração do projeto”, não respeitando a legalidade do processo, no âmbito jurídico e seus “diversos imperativos legais”, constitucionais e infraconstitucionais, acarretando

⁶³ Integra o departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba.

⁶⁴ A “Webrádio Porto do Capim” teve origem e pertence ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – Mestrado Profissional em Jornalismo, do Centro de Comunicação, Turismo e Artes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2013, idealizado pela jornalista Edileide Vilaça, sob a orientação da Professora Doutora Olga Tavares. Como fruto dessa pesquisa, a ideia foi criar uma webrádio que agregasse a comunidade acadêmica a alguma comunidade local, que aceitasse participar, também, como protagonista de um instrumento de comunicação para trabalhar suas demandas socioculturais e ambientais. Uma dessas comunidades foi a do porto do Capim. Fonte: Home Page Webradio. Disponível pelo site: <<http://radioportodocapim.com.br/sobre/>>. Acessado em 18/09/2017.

responsabilidade jurídica nacional e internacional, por se tratar de uma comunidade tradicional ribeirinha⁶⁵ (CRDH, 2015).

O objetivo do relatório (Figura 11) foi revelar as violações e irregularidades existentes no processo de conflito entre a comunidade e o poder público, na representação dos variados sujeitos público: PMJP, Superintendência do patrimônio da União da Paraíba (SPU/PB), e a Superintendência do IPHAN/PB.

Figura 11-Capa do Relatório de Violações aos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC-Cidades históricas e PAC-Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim



Fonte: CRDH/UFPB, 2015.

⁶⁵ Convenção 169 OIT. Anexo 2.

O documento evidenciou a situação de desinformação e o potencial risco de remoção em que viviam os moradores da comunidade em 2014. E, reforçava a identificação da comunidade como uma comunidade tradicional ribeirinha. Outra questão contundente enfatizada pelo relatório foram as informações disponibilizadas pela Ex-Superintendente do Patrimônio da União (Daniella Almeida Bandeira de Miranda Pereira⁶⁶), sobre a questão da regularização fundiária, em sua sessão à PMJP no ano de 2011, sem a participação dos moradores.

A negativa da participação da comunidade no processo em curso, mudança do uso no espaço do Centro Histórico, se deu nas reuniões do PAC-Cidades Históricas e, no conhecimento do projeto de REVITALIZAÇÃO. As ações da PMJP no Centro Histórico haviam se iniciado em 2014, com o lançamento de duas licitações: a mais ampla, com valor superior a 1.000.000,00 (um milhão de reais), e a que envolvia o projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo porto que contaria com 51.000.000,00 (cinquenta e um milhões de reais) (CRDH/UFPB, 2015). O relatório chamava atenção aos interesses econômicos implícitos no processo, revelados pela utilização de termos pejorativos dispensados às moradias e ao território, na própria tomada de preços, seguido da negação da tradicionalidade.

Paralelamente, estava sendo elaborado o Plano de Ação João Pessoa Sustentável, com os princípios das “Iniciativas Cidades Emergentes e Sustentáveis”, desenvolvidos de junho de 2013 e junho de 2014, neles contido o projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim. O plano só se tornou público em 2019.

Foram levantadas 11 (onze) violações dos direitos humanos sofridas pela comunidade⁶⁷, que serão relatadas de forma resumida:

- 1) ausência de projetos alternativos de menor impacto social, urbanístico, ambiental, territorial e ao patrimônio histórico-cultural;

⁶⁶ Desde 2013 compõe o quadro de secretários da PMJP, nos anos de 2013-2015 secretária municipal de meio ambiente, de 2015 a 2020 Secretária de Planejamento.

⁶⁷ O documento completo está disponível pelo site: <https://issuu.com/pablohonoratonascimento/docs/relat__rio_porto_do_capim>. Acessado em: 19/08/2017.

- 2) ausência de estudos preliminares que assegurassem a viabilidade técnica e o adequado tratamento de impacto ambiental antes da contratação e licitação;
- 3) não realização de concurso para seleção de melhor projeto técnico;
- 4) cessão de área pública, por parte da SPU/PB, sem notificar os moradores, em prejuízo ao contraditório e à ampla defesa;
- 5) ofensa ao direito ao meio ambiente e direito equilibrado e a preservação da biodiversidade, mediante a criação de uma vasta área de concreto sobre o estuário, Rio Sanhauá e Mangue;
- 6) Violação dos direitos da comunidade ribeirinha e de pescadores ao território tradicionalmente ocupado e desrespeito ao procedimento da consulta prévia, prevista no artigo 6 da Convenção 169 da OI. Nem a realização do laudo antropológico para se apurar o impacto sociocultural;
- 7) Agressão ao patrimônio histórico e arquitetônico, desrespeito a dinâmica paisagística tradicional, assentados em área urbana consolidada;
- 8) Preconceito de classe, tratamento hostil, autoritário e abusivo, relatado pelos moradores, dispensado por funcionários da PMJP;
- 9) Intimidação dos moradores, via omissão dolosa da informação, pois a saída coercitiva do espaço tradicional só poderia ser realizada por ordem judicial;
- 10) ausência de debate político amplo a respeito do projeto, ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e à participação;
- 11) não apresentação de respostas por parte da PMJP, no prazo de instituído por Lei de Acesso à Informação aos ofícios encaminhados pelo Centro de Referência dos Direitos Humanos e pela Associação de Mulheres do Porto do Capim (grifo nosso).

O documento de violações relata as consequências jurídicas, referente aos povos e comunidades tradicionais, contido no artigo 3º do Decreto 6.040/07⁶⁸. Com base na autodeterminação⁶⁹, os critérios de determinação da identidade, no relatório estaria em

⁶⁸ Grupo culturalmente diferenciado e que se reconhece como tal, que possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

⁶⁹ Foi incorporado ao direito internacional no ano de 1989, no âmbito 76ª Conferência da organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção 169, da qual o Brasil se tornou signatário a partir do Decreto presidencial 5.051/04.

primeiro plano, “fenômeno político de percepção social e da produção dos sentidos” “ato de autoridade” “ato jurídico de classificação e delimitação”. Com a defesa do senso de pertencimento. A autodeterminação seu sentimento de pertença, compõe a lógica do reconhecimento, no campo político.

A “obrigação de consulta prévia aos povos acobertados por tal diploma internacional”, sempre que forem afetados por ações administrativas e legislativas que atinjam diretamente (CRDH/UFPB, 2012, p. 14).

Outro ponto relevante discutido no relatório foi a questão dominial da área e a regularização fundiária. Se tratar de terreno de marinha, patrimônio da união⁷⁰, podendo ser disponibilizado a comunidade tradicional via instrumentos legislativos:

Entendendo que o acesso aos bens públicos dominiais depende de ato pelo qual a administração outorga parcela de seu domínio ou de sua posse a particulares, por meio de uma diversidade de mecanismos postos ao seu dispor, com vistas a regularização fundiária (CRDH-UFPB, 2012, p. 22).

A possibilidade de regularização fundiária também compunha reivindicação da comunidade, podendo ser garantido o direito à propriedade da moradia (casa), de forma efetiva, assegurando a continuidade e garantia do território. Democratização do direito a cidade com uma redistribuição do seu uso.

O levantamento exaustivo, criterioso e analítico de base jurídica, levou a conclusão das violências sofrida pela comunidade, o descumprimento de normativas legais, ambientais, histórica, patrimoniais, fundiárias por parte do ente público (PMJP), em escalas distintas, âmbito nacionais e internacionais. No final do relatório constam recomendações a SPU/PB, PMJP, Caixa Econômica Federal, IPHAN/PB, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNDSPCT) e ao MPF/PB.

Cabe reforçar as recomendações ao MPF/PB de fiscalização e execução da consulta prévia, livre e informada, como previsto no art. 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a intervenção propostas na área, tais com:

⁷⁰ Art. 20. São bens da União: VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos.

(1)Empenho e esforço em assegurar a regularização fundiária dos imóveis tradicionalmente ocupados, via titularidade, pelo instrumento de cessão de direito real de uso;

(2)Fiscalizar a delimitação do terreno de marinha, não permitindo que imóveis particulares fossem tratados como público;

(3)Obras pretendidas em não desacordo das normativas do decreto 25/37⁷¹;

(4)Observância da existência de desvio de finalidade nos atos municipais, da SPU/PB e do IPHAN/PB, referentes ao projeto de “REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim” e por fim que;

(5)Fiscalização da execução de políticas públicas ambientais, em especial para solução de saneamento básico - ausente na comunidade, e que os recursos públicos sejam usados para Requalificação da área e não Remoção das casas.

Havia em 2014 um inquérito civil nº 24000.000390/2008-96 (Figura 12) em curso, de matéria ambiental, conduzido PMF-PB, pedindo a remoção da comunidade, por estar em Área de Preservação Ambiental (APP) acusação de impacto ambiental sobre o espaço natural (rio e mangue). Com a apresentação do “Relatório de Violações aos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC-Cidades históricas e PAC-Sanhauá na Comunidade do Porto do Capim”, ao Procurador da República⁷², foi pedido de juntada aos autos, resultando no arquivamento do processo pelo MPF/PB do Inquérito Civil no contexto ambiental (BRASIL/MPF/PB, 2018).

⁷¹ Impõe limitações à construção de grandes obras, no que diz respeito a visibilidade dos bens tombados.

⁷² Na época o procurador era o senhor Welton Magalhães Costa.

Figura 12-Página inicial do inquérito civil nº 24000.000390/2008-96

MINISTÉRIO DA CULTURA
IPHAN
 INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 SUPERINTENDÊNCIA NA PARAIBA

SEXTA

João Pessoa, 21 de dezembro de 2015

Ofício nº. 296/2015 – IPHAN/PB

A Sua Excelência, o Senhor,
Dr. WERTON MAGALHÃES COSTA
 Procurador da República
 Procuradoria da República na Paraíba
 Ministério Público Federal
 Av. Getúlio Vargas, nº 277 – Centro – Tel: 3044-6235
 58013-240 – JOÃO PESSOA (PB)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAIBA
 01408.001047/2015-65
 10/01/2016 - 11:03:25
 Ilvian de Brasília
 PROTOCOLADO
 09/08/2016/2016

IPHAN/IPHAN-PB
 01408.001552015-32
 29/12/2015
 1237947

c/c ao Dr. José Godoy Bezerra de Souza

Assunto: Procedimento Preparatório MPF/PRDC nº 1.24.000.001117/2015-16 – Requalificação da Comunidade Porto do Capim, localizada no Centro Histórico de João Pessoa (PB)
 Inquérito Civil MPF nº 1.24.000.000390/2008-96 – Invasões ocorridas na área ocupada pelo Antigo Porto do Capim.
 Análise da documentação do projeto participativo elaborada pela Comunidade e pela Universidade Federal da Paraíba

Referência: Processo IPHAN nº 01408.001047/2015-65

Senhor Procurador,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA PARAIBA
 Recebido às 14.41 de hoje
 J. Pessoa-PB, 01/01/16
Antonio João de Mota Neto
 MPF/PRPB - matrícula n.º 71003
 auxiliar administrativo

1. Cumprimos-lhe cordialmente, encaminhando, em resposta ao Ofício nº 3542/2015/PRPB/PRDC, os resultados da análise técnica realizada por esta Superintendência sobre a documentação do Projeto Participativo de Requalificação Urbana do Porto do Capim, apresentado a esta Procuradoria pelos representantes da Comunidade do Porto do Capim e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e composta por três volumes contendo "Mutirão de levantamento", "Oficina mapa dos desejos" e "Análise histórica, ambiental e jurídica da área".

2. No processo de análise foram acrescidos o "Relatório complementar e anexos" encaminhado pela Coordenadora do Programa de Extensão "Abrace o Porto do Capim" (PROEXT/UFPB) e os resultados da reunião técnica realizada entre a equipe do PROEXT e deste Iphan, que contou ainda com a participação do Pró-Reitor de Assuntos Comunitários, da representante do Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB, Presidente da Associação das Mulheres do Porto do Capim e membros da comunidade. Tal reunião teve como objetivo a apresentação dos resultados do programa e o esclarecimento de aspectos técnicos entre as equipes. Como resultado a análise inicial foi estruturada em duas partes:

2.1. A primeira relaciona-se mais diretamente com os documentos "Mutirão de levantamento" e "Oficina mapa dos desejos" e avaliou os elementos técnicos da proposta, sua adequação aos instrumentos normativos de proteção e sua relação com os valores associados ao tombamento do Centro Histórico de João Pessoa, sendo consolidada na Informação Técnica nº 134/2015 – IPHAN-PB (em anexo):

Praça Antenor Navarro, 23 – Varadouro
 João Pessoa (PB) – CEP 58010-490

I
 info

Tel: 35 (83) 3241-2896 – Fax: 3241-2959
 E-mail: iphan-pb@iphan.gov.br

Fonte: BRASIL/MPF/PB, 2018.

O CRDH/UFPB requisitou a abertura de um novo Inquérito Civil (IC)⁷³ em desfavor do Município de João Pessoa. Constava na ação civil pública destaques “a ausência de consulta prévia, livre e informada, bem como a natureza higienista das obras públicas a serem executadas ao longo do Rio Sanhauá” (CRDH-UFPB, 2012, p.32)

As ações desenvolvidas pelo CRDH/UFPB, pela comunidade e pelos parceiros, tiveram o Ministério Público Federal-PB como mediador, e tornaram-se constantes as interlocuções, por meio da Procuradoria do Direitos do Cidadão (PDC), na pessoa do procurador Dr. José Godoy.

3.4 - Ministério Público Federal da Paraíba: O mediador do conflito

Com a entrega do “Relatório de violações dos direitos humanos” elaborado em 2014, e abertura de um novo inquérito cível (nº.1.24.000.001117/2015-16), instaurado na PDC⁷⁴ no ano de 2015, cujo objetivo era o acompanhamento da pretensa intervenção da PMJP na área onde está situada a comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim.

A partir do relatório de violações o MPF/PB veio conhecer a comunidade do Porto do Capim, acompanhado dos representantes do CRDH/UFPB.

O papel de mediador, exercido pelo Ministério Público Federal/PB, resultou entre outras ações, uma ação civil pública, em defesa da permanência da comunidade do Porto do Capim, contemplando a área da Vila Nassau, justificada pela proteção do território tradicional ribeirinho.

As recomendações ao MPF/PB, constadas no relatório de violações foram gradativamente sendo atendidas. Em especial a que buscava o reconhecimento, via identidade, comunidade tradicional.

As ações do MPF/PB, começa em 2015, a primeira tratativa ocorre em junho de 2015, com uma reunião na sede da procuradoria do MPF/PB, com alguns secretários do município: Planejamento, Habitação e Meio Ambiente, representantes da Universidade

⁷³ Nº. 1.24.000.001117/2015-16. Instaurado na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, em 2015.

⁷⁴ Procurador nesse momento havia mudado, quem estava afrente da Procuradoria Regional dos Direitos do cidadão era José Godoy Bezerra de Souza (1º Ofício).

Federal⁷⁵, do Instituto dos Arquitetos do Brasil e da Comunidade do porto do Capim. Questões levantadas de ambos os lados da disputa presentes na reunião.

A comunidade levantava as dificuldades de reconhecimento dos seus direitos de permanência, que passavam por:

- a) O não acesso na integra do projeto de REVITALIZAÇÃO proposto pelo poder público;
- b) A comunidade reivindicava um projeto inclusivo, considerando inclusive relocação das moradias em áreas de risco;
- c) Representantes da UFPB explicitaram a importância de um projeto inclusivo, reconhecendo a importância da produção do espaço da cidade fora das normativas que vislumbram a espetacularização da cidade, chamando a atenção para outras formas arquitetônicas mais humanas;
- d) A comunidade pleiteava o reconhecimento como comunidade tradicional ribeirinha, aos moldes da Convenção 169/OIT;
- e) As decisões são políticas, desconsideram aspectos relacionados a identidade do grupo e seus interesses.

Pelo lado da prefeitura, a irredutibilidade era o guia, e suas bases era:

- a) o projeto concluído não tem como ser mudado em seus pressupostos, mas pode ser aprimorado (ora, se os pressupostos não fossem mudados a comunidade seria removida, pois o critério era a materialidade);
- b) os critérios válidos eram de cunho do (reforçando a tecnocracia regendo a produção do espaço, atendendo aos interesses de uma agenda que regia o plano de ação da cidade), “Iniciativas Cidades Emergentes”, não havia sido revelado naquele momento;
- c) A PMJP não considerou aspectos da tradicionalidade nas áreas, não havia identificado traço algum de tradicionalidade, apesar de ter produzido em parceria com

⁷⁵ Os representantes da Universidade, compunham a assessoria técnica da comunidade, no âmbito do Programa de extensão PROEXT/UFPB. O qual fez parte, estando presente na reunião citada.

o IPHAN/PB, o Projeto Memórias Ribeirinhas⁷⁶, reconhecia a comunidade do Porto do Capim enquanto tradicional ribeirinha, no ano de 2011;

d) ressaltavam a atenção com os prazos e recursos destinados ao projeto, não podendo ser discutido amplamente.

Enquanto o GT estava em andamento, no mês de novembro de 2015, o MPF/PB de posse de um grupo de documentos elaborados na defesa da permanência da comunidade e sua inclusão no projeto de REQUALIFICAÇÃO, Dossiê (GT/IPHAN/PB⁷⁷), Relatório de Violações (CRDH/UFPB), Relatório Multidisciplinar, Mutirão de levantamentos e Mapa dos Desejos (assessoria técnica PROEXT/UFPB), solicitou o parecer técnico antropológico, com um laudo sobre a condição da comunidade. Segundo Boaventura:

O MP, em posse dos documentos como o Dossiê do grupo dissonante do IPHAN, o Relatório de Violação de Direitos Humanos, do Relatório Multidisciplinar e de mais outros dois estudos produzidos pelo eixo Requalificação Urbana e Ambiental do PROEXT: Mutirão de Levantamento e Mapa dos Desejos solicita um laudo antropológico externo para definir a condição de tradicionalidade da comunidade e passa a mediar o andamento da intervenção (BOAVENTURA, 2016. P.19)

A assessoria técnica trabalhou intensamente, na produção do material de suporte à defesa da tradicionalidade, e da requisição do laudo.

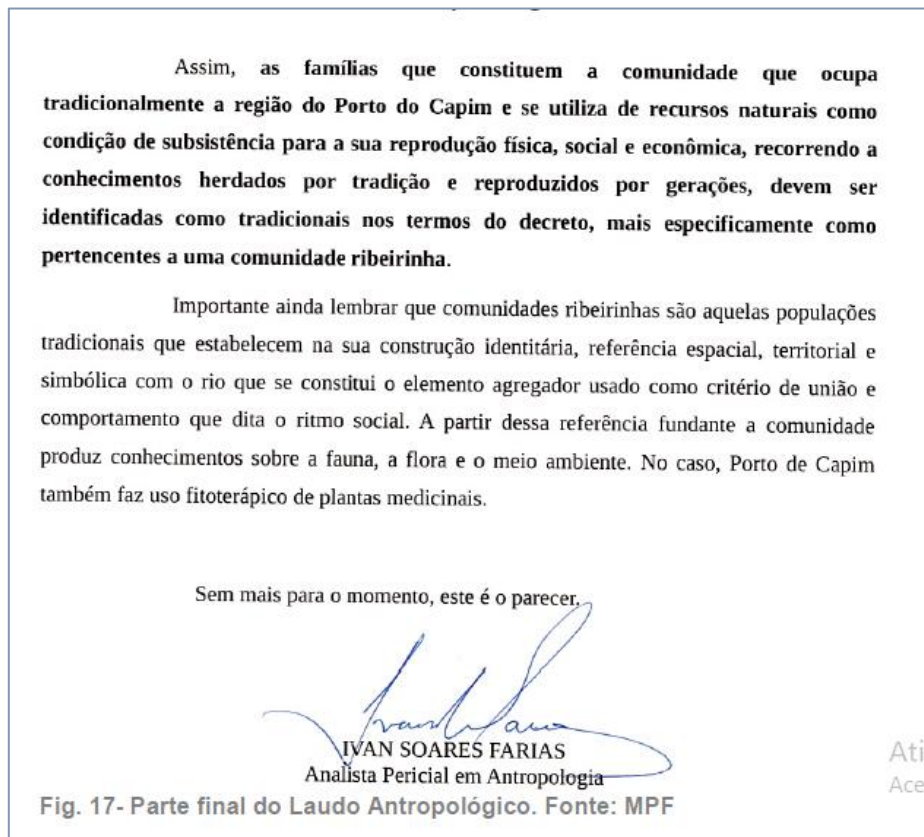
O Parecer Técnico Antropológico n. 03/2015, de lavra do Analista Pericial em Antropologia Ivan Soares Farias, teceu o perfil da comunidade do Porto do Capim, e após visitas técnicas de campo, em paralelo, fez uma análise do projeto de REVITALIZAÇÃO

⁷⁶ Tal projeto registrou histórias e memórias da comunidade através da produção de material audiovisual. A primeira ação do projeto junto ao bairro foi a realização de entrevistas com os moradores mais antigos do lugar, que revelaram como foi a chegada das primeiras famílias na década de 1940 e descreveram como a comunidade foi crescendo. A segunda etapa do projeto foi a realização da oficina “Percepção do Olhar” onde as crianças do Porto do Capim tinham a missão de capturar imagens sobre momentos, paisagens e situações que julgavam importantes. O projeto foi realizado pela Casa do Patrimônio (IPHAN-PB) de João Pessoa em parceria com a Coordenação do Patrimônio Cultural de João Pessoa (COPAC/PMJP) (Gonçalves, 2014).

⁷⁷ Conhecido como os dissidentes do IPHAN/PB.

para área, defendido pelo poder público. Após análise das suas práticas cotidianas de valor de uso, sua simbiose com o espaço natural, seus valores simbólicos, suas narrativas históricas, realizadas pelos moradores mais antigos a tradicionalidade foi atestada através do laudo antropológico (Figura 13).

Figura 13-Cópia da parte final do laudo antropológico da Comunidade do Porto do Capim



Fonte: MPF/PB, 2015.

O laudo foi um mecanismo de reconhecimento de direito político, tendo a identidade cultural como ferramenta de representatividade. No mesmo sentido, foi elaborado um segundo parecer técnico pelo Ministério Público Federal, corroborando com a tese de existência da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, desta feita pela Analista Pericial em Antropologia Maria Fernanda Paranhos, que assim concluiu:

A especificidade das características das famílias do Porto do Capim que as vinculam ao seu território, o potencial de transformação sociocultural do projeto de REVITALIZAÇÃO da área e o direito das famílias de serem ouvidas nos processos que lhes afetam diretamente tornam indispensável garantir que a comunidade seja consultada a respeito do Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim. Consideramos fundamental que as famílias atingidas, sujeitos habitantes do ambiente afetado e sua consciência de pertencimento ao seu território não sejam invisibilizadas nesse processo. As medidas de intervenção estatal na área devem contemplar o modo da comunidade conceber, habitar, ocupar, vivenciar o seu espaço. As propostas de intervenção deverão ser elaboradas com a participação dos moradores, de modo a contemplar as necessidades do habitar das famílias e proteger o significado cultural e o potencial sociocultural do seu território. É necessário que o projeto construído inclua a maneira e a lógica específica da comunidade se apropriar do espaço, minimizando assim os seus impactos negativos e os consequentes conflitos socioambientais (MPF/PB, 2019, p.21).

No mês de fevereiro de 2016 o MPF/PB instituiu o Grupo de Trabalho, composto pelo próprio MPF/PB, PMJP, UFPB, Defensoria Pública da União (DPU) e representantes da Comunidade do Porto do Capim, produzir um projeto de REQUALIFICAÇÃO coletivo.

A primeira ação do GT, por parte do MPF/PB, foi expedir um ofício a SPU/PB averiguando a existência de áreas da União na área do Porto do Capim, especialmente as designadas ao PAC-Cidades Históricas e PAC-Sanhauá, e sua condição jurídica, recomendando a não realização de transferência, cessão, autorização de imóveis na área, até a finalização do projeto de requalificação.

A resposta o SPU/PB, veio por Ofício⁷⁸, parte da resposta foi transcrita e está presente na Ação Civil Pública ajuizada contra a PMJP, no ano de 2019, pedido de tutela de urgência em caráter antecedente, realizada pelo MPF/PB, cujo objeto da ação é o direito a proteção territorial da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, e suas subáreas:

Quanto à recomendação acima transcrita, de promover a destinação da área da União, ocupada pela Comunidade Porto do Capim, as famílias que lá estabeleceram sua moradia, destacamos que, uma vez preenchidos os requisitos estabelecidos na Medida Provisória nº 2.220/2001, não há discricionariedade do poder público, mas obrigatoriedade, no reconhecimento do direito por meio da emissão de título de concessão de uso especial para fins de moradia, instrumento utilizado para a regularização fundiária em áreas públicas urbanas (Grifo do MPF/PB).

Conforme abaixo transcrito:

⁷⁸ nº 18838/20116-MP. “PP 1117-2015-16 Vol IV.pdf”, p. 146-147.

Aquele que até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

A SPU/PB, reconheceu a legitimidade do direito à titularidade dos moradores, independentemente de estar em Área de Preservação Ambiental. Mostrando-se à favor do pleito da regularização fundiária em benefício da Comunidade do Porto do Capim, e, afirmando no ofício de resposta que “adotará todas as providências necessárias à regularização das ocupações, tão logo definidos o espaço territorial de atuação e as questões técnicas necessárias especialmente quanto à possibilidade de permanência da comunidade no local” (MPF/PB).

Outro documento de relevância constante nos autos da ação civil pública, no contexto histórico da participação do MPF/PB como mediador do conflito, é o Ofício⁷⁹ emitido pela PMJP (GS/SEMHAB), reconhecendo a criação do Grupo de Trabalho Integrado, pelos membros supracitados⁸⁰, para elaboração de um novo projeto urbanístico que acomode a comunidade tradicional. O documento traz duas informações relevantes, que a posteriori foram omitidas e refutadas pela própria PMJP, a) reconhecimento da tradicionalidade da Comunidade do porto do Capim na sua integralidade, compondo as quatro subáreas, inclusive a Vila Nassau, e b) a segunda dizia respeito a inclusão da comunidade no projeto de REVITALIZAÇÃO.

Os GT's ocorriam na busca de consensos, entre os dois lados, e o MPF, sempre na função de mediar, na defesa da garantia da cidadania, sem perder de vista o peso da tradicionalidade e sua importância nas normas jurídicas vigentes.

Foram realizadas inúmeras reuniões no MPF/PB, com diálogo permanente entre a PMJP e o GT, o qual ela era componente, com a presença da Secretária de Habitação (Sra. Socorro Gadelha), Secretária de Meio Ambiente (Sra. Daniella Bandeira⁸¹),

⁷⁹ n. 1279/2017. PP 1117-2015-16 Vol V.pdf”, p. 176-177, lista de frequência em anexo nas folhas seguintes.

⁸⁰ MPF-PB, DPU, PMJP, UFPB, IPHAN/PB, Comunidade do porto do Capim.

⁸¹ Depois mudou para o cargo de secretária de Planejamento, onde se encontra até esse momento (fevereiro 2020).

arquiteto responsável pelo projeto, para tratar das intervenções, algumas reuniões foram realizadas nos dias 17.5.2018, 23.5.2018 e 5.6.2018.

Além das ações no interior do GT, o MPF/PB realizou outros acordos relacionados a questões constadas no relatório de violações, referentes a melhorias na qualidade de vida dos moradores, “sobretudo em relações institucionais firmadas com diversas entidades, por exemplo, CBTU, IPHAN/PB, CAIXA” (Ação civil pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecedente, 2019, p. 30)

Diversas reuniões também foram realizadas no MPF/PB, atestando que a PMJP manteve um diálogo permanente com o grupo de trabalho criado para tratar das intervenções na área onde se encontra a comunidade tradicional, destarte houve reuniões nos dias 17.5.2018, 23.5.2018 e 5.6.2018.

No final de 2018 a PMJP cessou o diálogo com o Grupo de Trabalho. Em 2019 “realizou o procedimento licitatório Concorrência nº 33036/2018”, a fim de contratar empresa especializada para “Implantação do agora “Parque Ecológico Sanhauá”, ressuscitando a REVITALIZAÇÃO e o processo de exclusão. Os recursos utilizados seriam os do “Termo de Compromisso n. 0.424.015-34 IPHAN/PAC/Cidades Históricas/REVITALIZAÇÃO do Rio Sanhauá”, e “realizando licitação”⁸², “emitir ordem de serviço”⁸³ a favor da pessoa jurídica PLANES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, dando início a intervenção nas áreas ⁸⁴” (ACP, 2019, p. 30).

A prefeitura impôs uma notificação de despejo (Figura 14) aos moradores da subárea da Vila Nassau, onde vivem cerca de 162 famílias, dando um prazo de 48 horas para os moradores deixarem suas casas, gerando grande tensão na comunidade.

⁸² Concorrência nº 33036/2018

⁸³ Contrato n. 33001/2019,

⁸⁴ (CNPJ 21.084.632/0001-50)

Figura 14-Notificação de despejo imitada pela PMJP, (secretaria de Meio Ambiente e de Planejamento)

MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB (CEP: 58055-900)

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 017 /2019.

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de João Pessoa

NOTIFICADO: T. B. T. da Costa

CPF/RG Nº: 4.221.115-698720

ENDEREÇO: Rua Diógenes Chianca, nº 1777, Água Fria, João Pessoa/PB

João Pessoa, 19 de março de 2019.

Ilmo.(a) Sr.(a) Responsável,

Pelo presente Instrumento, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através de suas Secretarias de Meio Ambiente e de Planejamento, vêm NOTIFICAR V. Sr.ª para, voluntariamente, **DESOCUPAR** a área localizada no endereço supracitado, no prazo de até 48hs, tendo em vista que se encontra em **Área de Risco Ambiental** situada integralmente dentro de **Área de Preservação Permanente - APP** do Rio Paraíba, contrariando o inciso XII do art. 221 do Código Municipal de Meio Ambiente, bem como o art. 87 do Código Municipal de Posturas, sujeitando o responsável, caso não cumpra a presente notificação, respectivamente, ao pagamento de multa prevista no inciso I do art. 6º do Decreto Municipal nº 5.433/2005, e no art. 275, IV, b, do Código Municipal de Posturas.

O prazo acima é **IMPRORROGÁVEL** e o descumprimento desta notificação acarretará na adoção das medidas legais cabíveis ao caso, bem como na lavratura de **AUTO DE INFRAÇÃO** e inscrição do débito na **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO** e sujeitará a cobrança judicial, via **AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL**.

Assinatura/Ciência do Notificado: _____

Data de recebimento da notificação: 19/03/2019.

Hora: 08:41

FISCAL SEMAM/MATRÍCULA _____

FISCAL SEPLAN/MATRÍCULA _____

Ag. Fiscal - Intendência
Matr. 03.2014

Fonte: AMPC, 2019.

Algumas famílias que viviam na subárea da Vila Nassau, e que não tinham relação com o território, nem a identidade ribeirinha, aderiram a proposta da PMJP, e foram relocadas para o conjunto Saturnino de Brito, resultando em ações de demolição (Figura 15). As ações foram realizadas por agentes de PMJP que, por sua vez, se tornaram investidas conflituosas contra os moradores que ficaram, e suas casas. “Os agentes da SEDURB⁸⁵ e guardas civis, chegam nos intimidando, porque não vamos sair, dizem que

⁸⁵ Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da PMJP.

vamos sair de todo jeito, mas vamos lutar até o fim” (moradora da Vila Nassau e representante da AMPC). Tudo indicava que se tratava de uma estratégia de opressão psicológica, da PMJP sobre os moradores.

Figura 15-Agentes da PMJP no momento da demolição de casa na Vila Nassau



Fonte: G1, 2019.

Muitas casas foram atingidas, com a demolição, pois eram conjugadas – dividiam as paredes laterais. Os entulhos não eram removidos, causando enorme risco para as crianças e jovens da comunidade, além dos danos causados nas casas vizinhas.

A pedido dos moradores o MPF/PB e a Defensoria Pública da União, elaboraram um Relatório Social, com recomendações a PMJP. Segundo o MPF/PB:

Tais conflitos levaram a Defensoria Pública da União a elaborar o documento “Relatório Social”, datado de 6.6.201925. As violações narradas no citado relatório social deram origem, por sua vez, à recomendação conjunta do MPF e DPU à PMJP para que, dentre outros itens, fosse aperfeiçoado o planejamento que orienta a efetivação de demolições na comunidade Porto do Capim, sobretudo para que não fossem iniciadas antes das 8 horas (já que começavam

às 6 horas), bem como para que não prejudicasse as estruturas de casas vizinhas, que não aderiram a acordos de remoção. Ressalvas inda foram feitas no tocante à remoção dos entulhos provenientes das demolições (MPF, 2019, p. 31).

Os conflitos se acirraram nos meses que se seguiram, foram realizadas diversas audiências públicas, realizadas na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e na câmara dos vereadores do Município de João Pessoa, com a presença do Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. Na sequência, reuniões com os moradores da comunidade também foram recorrentes.

As ameaças de remoção, a presença de agentes públicos municipais agindo forma coercitiva transtornaram a vida da comunidade, ficando claro o confronto e o desrespeito da PMJP, para com a comunidade, e aos termos de compromisso firmado no GT. Além disso, ao assinar um termo de compromisso de repasse financeiro com um órgão do sistema bancário a PMJP incorreu em ilegalidade, como mostra o MPF/PB:

À evidência, a PMJP não atua com limites neste caso, especialmente se considerado que sequer poderiam ter sido firmados os Termos de Compromisso/Contratos de Repasse com a Caixa para realização de obras públicas, porquanto não há autorização da SPU/PB em favor da PMJP para intervir em área de sua propriedade (terrenos de marinha, de propriedade da União), conforme precedentes do TCU (Acórdãos 2824/2009 e 3213/2014) (MPF/PB, 2019, p. 33).

Após a violação das normativas legais e seus ordenamento jurídico, o MPF/PB, pede provimento judicial de tutela provisória de urgência, em caráter antecedente, a fim de garantir a proteção territorial.

Segundo o MPF/PB “Sobressai, portanto, o comportamento dos agentes da PMJP em colocar o fator humano (dignidade da pessoa humana) abaixo das pretensões políticas e econômicas” (MPF/PB, 2019, p. 36). O problema nunca foi a ausência de recursos financeiros para incluir a comunidade no projeto de REVITALIZAÇÃO, e evitar a não remoção, mas “a falta de vontade política em preservar essa minoria, conforme o seu modo de ser, viver e criar, bem como a violação ao direito de participação e à consulta prévia, livre e informada (Convenção n. 169 da OIT)” (MPF/PB, 2019, p. 36). Além de se tratar de uma política neoliberal, que de forma violenta higieniza as cidades, despreza a produção com valor de uso que nela está contida, transformado tudo em mercadoria.

A manifestação da PMJP em resposta ao MPF/PB, veio por meio de ofício⁸⁶:

informando o início das obras de intervenção na comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim, especificamente, no local conhecido como "Vila Nassau", em projeto intitulado como "Parque Ecológico Sanhauá", reconhecendo que as áreas objeto das intervenções são, em sua grande maioria, áreas públicas, de propriedade da União, cedidas ao Município de João Pessoa para implantação do projeto de Revitalização do Centro Histórico, que se trata de localidade em grande parte situada em área de proteção ambiental, e que diversas construções, além de não serem regularizadas, ainda estariam em áreas de risco (MPF/PB, 2019. p. 37).

Na continuidade do conflito, a prefeitura insiste na justificativa da cessão da área da União, para prefeitura implantar o projeto agora denominado "Parque Ecológico Sanhauá", o que foi refutado pelos documentos enviados pelo SPU/PB, via ofício, esclarecendo a inexistência de formalização de cessão da área requerida para implantação do projeto:

sendo peremptória em informar que "não há instrumento de destinação formalizado pela União sobre essa área, estando a participação da SPU/PB no processo de discussão dos projetos voltados para a Revitalização do Porto do Capim restrita à atuação que tem tido dentro do grupo de trabalho criado pelo MPF para tanto" (MPF/PB, 2019. p. 37).

Com a não existência da cessão da área do Porto do Capim para a PMJP, por parte da SPU/PB, é prova de que a PMJP incorre no descumprimento de acordos e recomendações, e que persistiram com ações interventivas na área da comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim, impelindo o MPF/PB ajuizar "a presente ação civil pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecedente", no dia 31 de julho de 2019 (MPF/PB, 2019, p. 39).

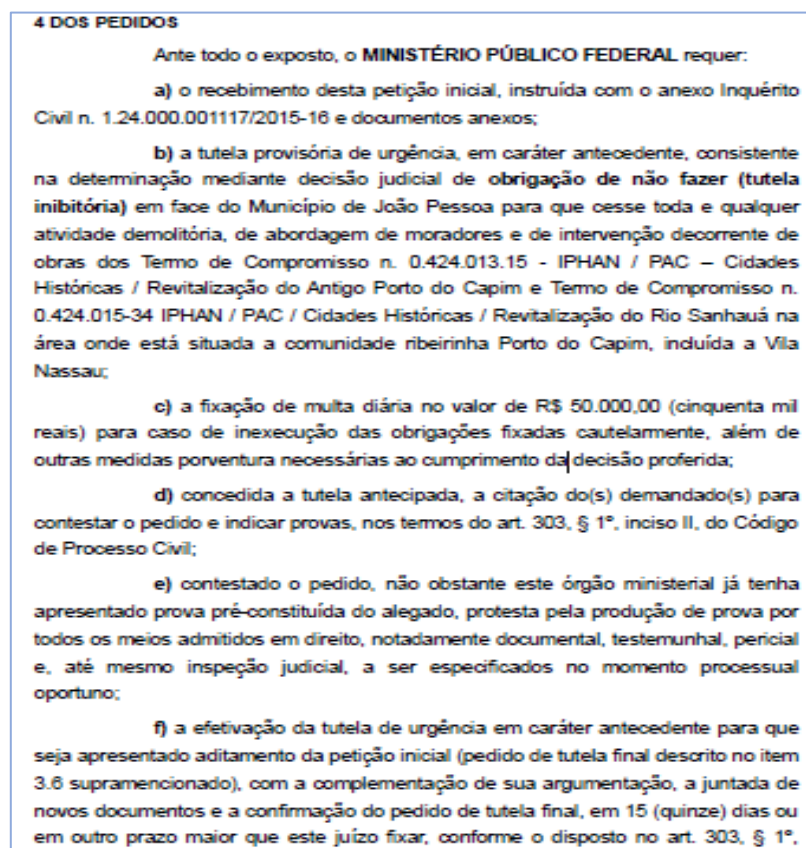
Expõe o MPF/PB que a Ação Civil Pública tem por escopo "o direito à proteção territorial da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, e suas subáreas, a exemplo da Vila o Nassau, em face de intervenção realizada pela PMJP em seu território, notadamente, a realização da obra denominada "Parque Ecológico Sanhauá", que tem

⁸⁶ n. 1215/2019 – PGM, datado de 25.6.2019.

como fonte de custeio recursos federais, provenientes do Termo de Compromisso nº 0.424.015-34, firmado com a Caixa Econômica Federal”.

Os pedidos constantes da Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecedente⁸⁷, foram seis (Figura 16).

Figura 16-magem da página dos pedidos que regem a ação civil pública, pedido de tutela de urgência em caráter antecedente



Fonte: MPF/PB, (2019, p.40)

A decisão judicial, instrumento para garantir o território e que assegura a suspensão temporária das ações no local, significando a paralização das demolições, e

⁸⁷ A tutela antecipada permite a imediata realização do direito alegado pela parte demandante, em casos que esteja presente o perigo para o direito material, permitindo a satisfação provisória, com isso também é conhecida como tutela satisfativa. O procedimento para requerer esta modalidade de tutela em caráter antecedente está previsto no artigo **303**, do **Código de Processo Civil**, e prevê que apenas o pedido seja apreciado, sem a exposição completa da argumentação relativa a lide. Acessado pelo Disponível pelo site: <https://marianarocharossetti.jusbrasil.com.br/artigos/398667597/tutelas-de-urgencia-de-carater-antecedente>. Acessado em: 16/01/2020.

garantem o fim dos assédios sofridos pela comunidade por parte de agentes da SEDURB/PMJP, até julgamento do mérito e aplicação de multa caso descumprimento judicial.

No dia 27 de fevereiro 2020, foi promulgada a decisão favorável ao pleito do MPF/PB, acatando o pedido de suspensão das obras do “Parque Ecológico Sanhauá”, como podemos ver no despacho do representante judiciários (Figura 17).

Figura 17-Imagem da última página da decisão judicial favorável a ação civil pública com pedido de tutela de urgência em caráter antecedente

a) *ad cautelam*, a suspensão temporária de qualquer obra/intervenção no local, por parte do MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, decorrente do Termo de Compromisso n.º 0.424.013.15 - IPHAN/PAC - Cidades Históricas/Revitalização do Antigo Porto do Capim e do Termo de Compromisso n.º 0.424.015-34 IPHAN/PAC/Cidades Históricas/Revitalização do Rio Sanhauá, até ulterior de liberação deste juízo;

b) a realização de audiência, que designo para o dia 10/março/2020, às 14h, com o fim de viabilizar a continuidade, no bojo desta ação, das tratativas extrajudiciais destinadas à solução consensual do conflito, ato do qual deverão participar o MPF, a COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM, assistida pela DPU, a UNIÃO e as associações que ingressaram no feito como *amici curiae* e o MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, representado por seu procurador-geral e com a eventual presença dos secretários municipais e técnicos das áreas envolvidas na intervenção urbana discutida nos autos.

17. Providências pela Secretaria da Vara para inclusão do INSTITUTO SOMA BRASIL e do COLETIVO JARAGUÁ, como *amici curiae*, no termo de autuação do processo, bem como exclusão do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, conforme determinado na decisão anterior, item 17 (identificador nº 4058200.4790268).

18. Intimem-se, por mandado urgente, as partes, a assistente simples do autor e os *amici curiae*, com a advertência, quanto ao MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, de lhe que caberá providenciar, por intermédio de seu procurador, o comparecimento, na audiência ora designada, dos secretários e técnicos das áreas envolvidas na intervenção urbana discutida nos autos.

19. Intime-se o advogado subscritor da petição conjunta do INSTITUTO SOMA BRASIL e do COLETIVO JARAGUÁ (identificador n.º 4058200.4800982) para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a representação processual deste último, anexando aos autos o respectivo instrumento de procuração, nos termos do CPC, art. 104, § 1º, sob pena de sua exclusão do processo.

20. Cumpra-se com urgência.

João Pessoa/PB, (data da assinatura eletrônica)

[DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE]

JOÃO PEREIRA DE ANDRADE FILHO

Juiz Federal Substituto,

no exercício da titularidade da 1ª Vara/SJPB



Processo: 0809683-26.2019.4.05.8200

Assinado eletronicamente por:

JOAO PEREIRA DE ANDRADE FILHO -

Magistrado



20013016011068400000005136878

Fonte: AMPC, 2020.

A decisão judicial além de descrever o contexto do conflito, determinação ações de suspensão da obra, o retorno ao diálogo, chama uma audiência de conciliação das partes, com a presença do MPF/PB, DPU, Comunidade do Porto do Capim (AMPC), Associações que integram *amici curiae* e a PMJP. Inclui representantes da sociedade civil

e exclusão do IPHAN/PB, conforme decisão anterior. O Juiz federal explica que a medida é de urgência porque a prefeitura já realizou um processo de licitação e início das obras.

A resposta do judiciário a favor da comunidade trouxe alívio, mesmo que temporário, aos moradores. Como mostra a fala: “parabéns para nós Ribeirinhos, mais principalmente a todos que acreditaram na AMPC e no MPF/PB! Essa já é uma Vitória muito significativa, devemos ir para as ruas comemorar” (representante da AMPC).

Outros parceiros partícipes do GT, produtores de material técnico comprobatório da tradicionalidade, foram relevantes à não remoção forçada. O Programa de extensão do PROEXT/UFPB, foi um destes parceiros.

3.5 - Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim: Experiencia de extensão universitária, coletiva e interdisciplinar

A comunidade mobilizou-se em meados de 2012, em contraposição a ação impositiva da PMJP, exigindo participação na concepção do projeto que seria implantado. Atendendo essa solicitação, no final de 2014, ocorreram primeiros diálogos com a Fundação Casa de Cultura Cia da Terra e a AMPC se formou um grupo de professores, elaboram um programa no PROEXT⁸⁸, que atendesse a reivindicação dos moradores, no contexto da REQUALIFICAÇÃO inclusiva.

O programa tinha o título: Requalificação urbana, ambiental e patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa-PB⁸⁹, previsão de início em 01/02/2015 e seu término em 31/12/2016. A linha temática era Desenvolvimento Urbano, no subitem habitação. Propunha parceria com a comunidade, para elaboração de propostas de requalificação urbana, patrimonial e ambiental, objetivava “o fortalecimento das ações comunitárias na sua luta pelo direito de se manter na área que historicamente ocupa” (UFPB, 2015, p. 6).

⁸⁸ O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

⁸⁹ Coordenado pela Professora Elisabetta Romano.

Para melhor gestão do programa, este foi subdividido em cinco Projetos: Assistência Técnica para Melhoria da Habitação, Assistência Jurídica, Educação Patrimonial e Ensino de História, Memória e Documentação e Requalificação Ambiental. Uma experiência de interdisciplinaridade, marcada pela transversalidade da participação coletiva, regida pela complementação dos saberes formais e informais. E auxiliando a compreensão da realidade posta, sua complexa multiplicidade, além de promover o encaminhamento de soluções para cada um dos aspectos abordados (UFPB, 2015).

Os Projetos foram desenvolvidos paralelamente, e ações que tiveram sua origem em diferentes momentos, respeitando as suas especificidades, nas distintas áreas do conhecimento, foram realizadas em conjunto com os habitantes do local, com o fito de atender às demandas e prioridades da comunidade do Porto do Capim.

A equipe executora era composta por docentes e estudantes de graduação e de pós-graduação de História, Geografia, Ciências Jurídicas, Arquitetura e Urbanismo da UFPB, em parceria com a Associação das Mulheres do Porto do Capim, com o apoio da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra. No final de 2015 outros parceiros técnicos se juntaram ao programa, como assistência técnica, às questões de habitação. Para Romano:

Nesse cenário, a partir de setembro de 2015, passaram a integrar a equipe também os quatro residentes da segunda turma do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, ministrado pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, e que encontrou na UFPB o campo apropriado para a realização da primeira experiência de nucleação do referido curso junto à outra instituição pública (ROMANO et al, 2016a, p.1)

A construção de proposta alternativa se fez por meio de metodologia participativa, e “contemplou duas Oficinas (realizadas nos dias 8 de maio e 4 de julho de 2015), duas assembleias deliberativas (ocorridas nos dias 21 e 24 de julho de 2015) e uma apresentação pública (que teve lugar no dia 28 de julho)” (ROMANO 2016a, p.4), com a presença efetiva da AMPC, mediando a intervenção do PROEXT- Abrace o Porto do Capim, com os moradores.

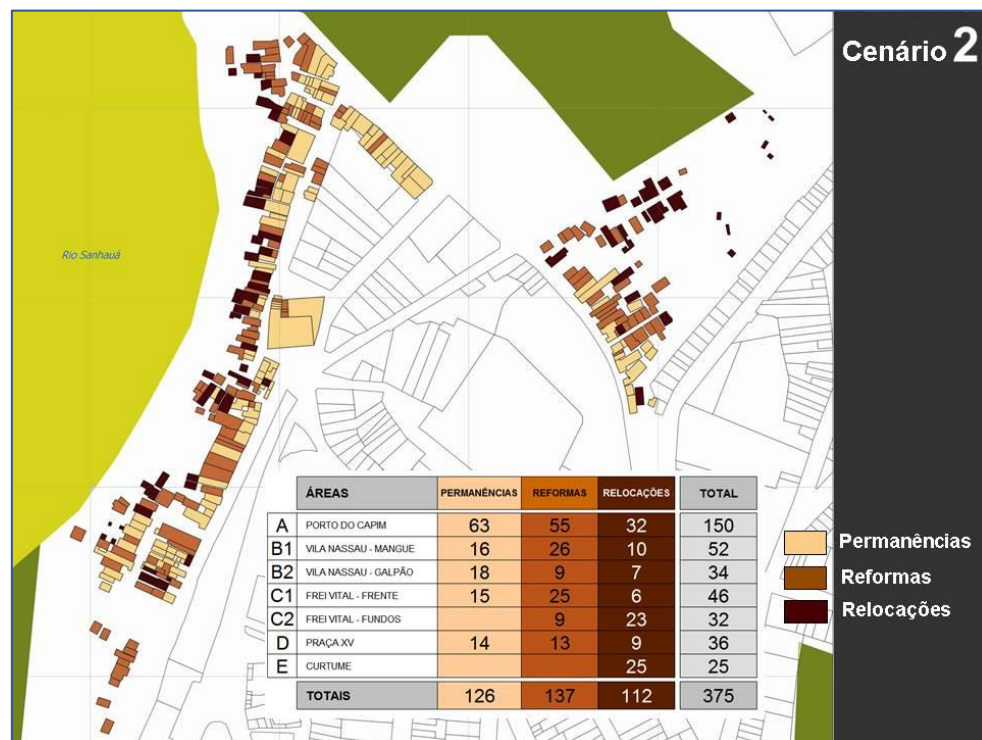
A primeira atividade ocorreu no mês de maio de 2015, e foi o Mutirão de Levantamento, realizado com a participação coletiva dos moradores, registrando as condições das moradias, e contabilizando os núcleos familiares em cada casa. “O

resultado desse levantamento mostrou um quadro bastante complexo e heterogêneo, a partir do qual, variando o peso de alguns indicadores (como risco de alagamento, degradação, superlotação), foi possível compor três possíveis cenários de intervenção” (Romano et al, 2016a, p.4).

Após a elaboração dos cenários possíveis, ocorreu uma assembleia para apresentar aos moradores, os três cenários, a escolha da maioria foi pelo cenário 2 o intermediário.

No levantamento, considerando a situação de risco, o cenário intermediário, permitia a permanência de cerca um terço das famílias, residentes no ano de 2016 na comunidade, 1/3 deveria permanecer, um total de 126 moradias, a reforma deveria ocorrer em 137 casas, e seriam relocadas 112, em terrenos próximos à área (Figura 18).

Figura 18-Mapa com cenário 2, e quadro síntese das permanências, reformas e relocações, para as moradias do Porto do Capim João Pessoa – PB



Fonte: Mapa dos Desejos/Proext, 2015.

Os mapas estão subdivididos em duas categorias: Urbanização e moradias (habitações). As moradias estão inseridas nas possibilidades de construção, reforma,

relocação; na urbanização é indicada a localização e os equipamentos nomeados pelos moradores, como consta na proposta alternativa de requalificação da área.

O processo participativo contemplou a oficina denominada Mapa dos Desejos, que foi realizada no dia 4 de julho. A participação dos moradores foi a matéria prima do mapa. Nele, expressavam suas necessidades, soluções e interesses que deveriam estar contidos no mapa.

A oficina revelou duas questões: a) a consciência e empoderamento dos moradores, “cientes dos seus próprios direitos, puderam expressar livremente suas ideias, apontar as soluções, registrar seus desejos” e; b) a percepção de ser sujeito de direito, mais um degrau na construção da consciência do lugar de fala, e das possibilidades de produzir a cidade com auxílio técnico qualificado.

O produto arquitetônico final desse trabalho é uma planta de uso e ocupação do solo (Master Plan), onde são registrados os pontos sobre as quais há consenso entre a proposta da Prefeitura e a dos moradores da Comunidade; questões sobre as quais é possível encontrar uma solução compartilhada, e outros pontos sobre os quais a comunidade tem uma opinião contrária bastante consolidada.

Foi elaborado um quadro síntese de orientação contendo a localização, o tipo de equipamento e com qual sujeito se faria a negociação (Figura 19).

Figura 19-Quadro síntese mostra soluções possíveis compartilhadas pelas duas propostas

EQUIPAMENTOS	LOCALIZAÇÃO		NEGOCIAÇÃO
ANCORADOURO	PORTO - PRAÇA XV		Secretaria do Meio Ambiente
CENTRAL CURSOS PROFISSIONALIZANTES	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN - SEBRAE
CENTRO COMUNITÁRIO	FABRICA DE GELO		IPHAN - Secretaria da Educação e Cultura
CENTRO CULTURAL	TESOURO PROVINCIAL		IPHAN e Secretaria da Educação e Cultura
COMÉRCIO LOCAL	CURTUME - PROSERV		Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
CRECHE	ATUAL ESCOLA		Secretaria da Educação e Cultura - Municipal
ESCOLA FUNDAMENTAL	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN e Secretaria da Educação - Estadual
HABITAÇÕES A REFORMAR	PORTO - VITAL - NASSAU		Secretaria do Desenvolvimento Urbano
HABITAÇÕES A RELOCAR	GALPÃO.PRAÇA XV.VITAL CHARCO		Secretaria da Habitação Social
MERCADO PÚBLICO	GALPÃO		IPHAN - Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
NOVAS HABITAÇÕES	CURTUME - PROSERV		Secretaria da Habitação Social
PARQUE PÚBLICO	NASSAU - PRAÇA XV - OFICINAS		Secretaria do Meio Ambiente
PARQUINHO INFANTIL EQUIPAMENTOS GINÁSTICA	CURTUME - PROSERV		Secretaria do Meio Ambiente
POSTO AVANÇADO UFPB	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN - UFPB
POSTO POLICIAL	FABRICA DE GELO		IPHAN - Secretaria de Segurança Pública e Cidadania
PSF	CURTUME		Secretaria da Saúde
QUADRAS POLIESPORTIVAS	CURTUME - NASSAU		Secretaria da Juventude, Esporte e Recreação
RELOCAÇÃO OFICINAS	PROSERV		Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
			CONSENSOS NEGOCIAÇÕES DIVERGÊNCIAS

Fonte: PROEXT, 2015.

O resultado do levantamento preliminar reflete na íntegra o desejo da maioria dos moradores do Porto do Capim que participaram do Mutirão de levantamento e, da oficina de Cartografia dos Desejos. O primeiro *Master Plan* participativo, elaborado com proposta “alternativa de REQUALIFICAÇÃO do Porto do Capim expressa, de forma inequívoca, a sua vontade” (ROMANO, 2016a, p.5).

Um Relatório Técnico Multidisciplinar⁹⁰ foi elaborado para contrapor os argumentos defendidos pela PMJP, para a remoção da comunidade, alegando área de risco, e vulnerabilidade ambiental. Segundo consta no relatório PROEXT:

A fim de respeitar os princípios constitucionais do devido processo legal e do contraditório consagrados na Carta Magna buscou-se restringir a análise aos documentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, em especial constantes no Projeto Habitacional desenvolvido pela ACQUATOOL CONSULTORIA S/S LTDA EPP, empresa contratada pela Secretaria Municipal de Habitação Social (SEM HAB) pelo valor de R\$ 1.063.120,00 (um milhão e sessenta e três mil e cento e vinte reais), conforme Registro de Responsabilidade Técnica (RTT) sob responsabilidade de do Senhor Jean Carlo Fechine Tavares, com vigência entre 27.12.2013 e Término em 22.12.2014 –prazo para elaboração do Projeto (PROEXT, 2015, p.1).

A estrutura do relatório foi composta pelo 1) histórico da comunidade do porto do capim, tradicionalidade da ocupação e importância para o patrimônio histórico; 2) a problemática socioambiental do porto do capim e a necessária regularização fundiária da área e; 3) as consequências jurídicas imediatas e recomendações; conclusões e anexos.

Todas as questões foram elaboradas com o único objetivo, o de defender a permanência da comunidade, revelando seu valor histórico, - ligado a tradicionalidade e revelado nas suas práticas socioespaciais, com valor de uso; a simbiose com o meio natural, responsável pelo reestabelecimento da vegetação de mangue, e a refutação do impacto negativo da maré sobre as casas. As questões jurídicas, fundiária e ambiental, contou com a parceria do CRDH/UFPB.

O Programa fomentou uma mesa redonda para discutir o projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo Porto do Capim, e estiveram presentes o MPF/PB e a AMPC. No evento os documentos produzidos coletivamente com a comunidade foram entregues.

⁹⁰ Detalhamento do relatório está disponível pelo site: <<https://pt.scribd.com/document/400184388/01-RELATORIO-TECNICO-MULTIDISCIPLINAR-pdf>>. Acessado em 15/08/2018.

Foram eles: o Mutirão de Levantamento, o Mapa dos Desejos e o Relatório Técnico Multidisciplinar ao MPF/PB.

O XVI *ENEX*, encontro de extensão da UFPB, deu destaque a ação “Abrace o Porto do Capim”, 1º lugar Nacional do PROEXT/2015, na categoria desenvolvimento urbano. Com apoio da universidade a população resgata o passado, discute e presente, e atua decisivamente na construção do futuro. No encontro o MPF/PB divulgou o laudo antropológico que reconhece o Porto do Capim como uma Comunidade Tradicional Ribeirinha.

A experiência coletiva do Mapa dos Desejos, relatada em mesas acadêmicas científicas, dentro e fora do ambiente universitário, motivou o MPF/PB a propor negociação via consenso com a constituição de um GT, cuja finalidade foi elaborar um projeto que convergisse os interesses dos dois lados, PMJP e da Comunidade do Porto do Capim, evitando a perda dos recursos do PAC.

O GT foi composto por todos os participantes envolvidos no processo, direta ou indiretamente, na busca de uma solução compartilhada. A primeira reunião do Grupo de Trabalho, se deu no início do ano, janeiro de 2016, estiveram presentes representantes da PMJP, MPF/PB, UFPB, Defensoria Pública do Estado e da Comunidade Porto do Capim, dando assim início às discussões no sentido de afinar os entendimentos para a elaboração de um projeto conjunto.

Ficou reafirmado o acordo acerca da tradicionalidade da comunidade e, portanto, que as alternativas projetuais incidiriam no sentido da sua permanência, ressalvados os casos de risco físico da comunidade e do meio ambiente.

Nesta mesma ocasião ficou estabelecido que os integrantes do GT deveriam elaborar uma Matriz de Referência com a definição das relocações/permanências, com a indicação dos equipamentos a serem construídos e com a caracterização dos usuários e gestores dos empreendimentos, para finalmente confrontar o conjunto das ações propostas com os recursos disponíveis.

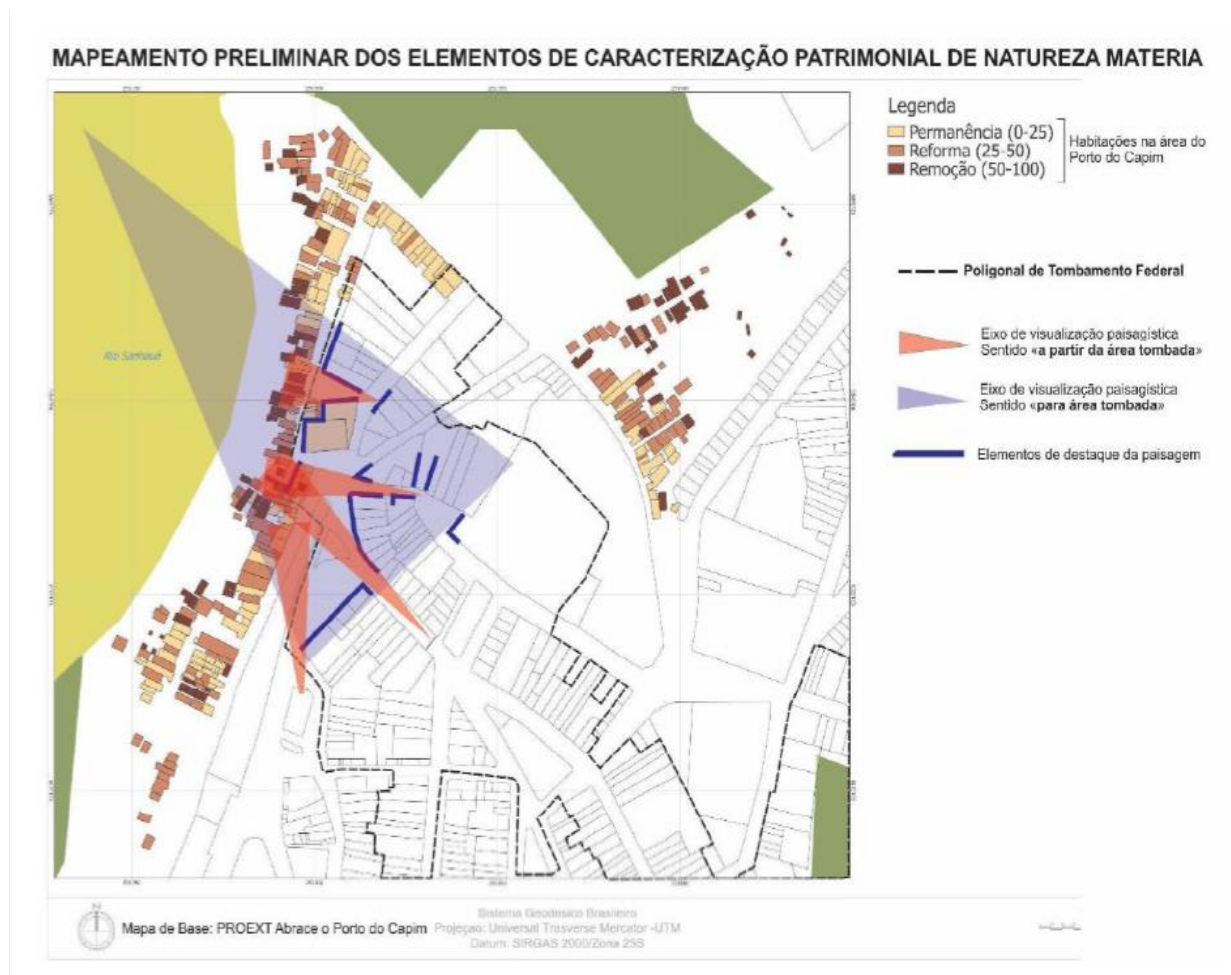
Uma vez alcançado o consenso e registrado o mesmo na Carta de Intenções, esta deveria ser representada numa planta com a indicação qualitativa e quantitativa dos projetos a serem desenvolvidos (Master Plan). Esses projetos básicos, por sua vez, deveriam ser passíveis de dar condições à formulação dos Termos de Referência, e com

isso possibilitar à PMJP lançar as Licitações Públicas correspondentes. Ao fim de cada etapa do trabalho, ficou acordado que seria realizada uma apresentação do resultado para os moradores da comunidade com a finalidade de levantar sugestões e de legitimar as decisões do grupo.

Realizado o planejamento, os trabalhos iniciaram com a unificação das bases cartográficas e com a junção do banco de dados georreferenciados, a partir dos dados levantados pela PMJP (prevalentemente sobre a situação socioeconômica dos moradores) e aqueles levantados pela equipe do PROEXT (focados mais no estado de conservação das unidades habitacionais).

Foram apresentados os mapas do Potencial Arqueológico e das Convergências de Visibilidade (Figura 20) para o Porto do Capim, indicando as restrições que iriam incidir sobre relocação e a permanência dos moradores no local, o que está em primeiro plano valorado pelo IPHAN/PB, são os patrimônios materiais, a comunidade é tida como barreira a visualização da natureza, a implantação de um mega projeto de turismo de massa embelezador da cidade, sendo inexistente o valor da comunidade enquanto patrimônio imaterial.

Figura 20-Mapa integrado os eixos de visualizações ao potencial arqueológico e a classificação das habitações (permanência, reforma e remoção)



Fonte: PROEXT, 2016.

Apesar de se apontar novas possibilidades, as limitações também estiveram presentes, ou seja, era necessário conciliar todos os condicionantes projetuais, definidos pelos gestores (PMJP; IPHAN/PB), fazer constantes calibrações no projeto - devido à necessidade de ajustamento aos parâmetros dos programas federais vinculados à intervenção, tais como PAC-Cidades Históricas e Programa MCMV.

O Programa teve seu fim no ano de 2016, mas as atividades do GT continuaram até 2018, quando as reuniões sessaram, e a PMJP, saiu da mesa de negociação.

A comunidade continuou atenta aos movimentos da gestão pública municipal, enquanto a AMPC, continuou suas atividades e ação de formação política cidadã, agregando mais e mais parceiros sua luta.

A resistência da comunidade à imposição do capital na cidade, é revelada pela formação política, dos moradores, em suas múltiplas formas. No próximo capítulo analisaremos o surgimento da organização interna da resistência, tendo as mulheres como as protagonistas nessa luta por inclusão e justiça social, a partir do seu reconhecimento e da construção da sua representatividade.

CAPÍTULO 4 - ORGANIZAÇÃO INTERNA E COMUNITÁRIA DA LUTA E RESISTÊNCIA NO PORTO DO CAPIM

Neste capítulo analisamos a dimensão política da comunidade do Porto do Capim e os seus mecanismos de resistência, que foram usados na transformação gradativa dos moradores em sujeitos políticos, bem como as ações de natureza objetiva, realizadas pela comunidade dos anos de 2010 a 2020, via associativismo. Para isso analisaremos a criação da CPCA⁹¹ e a sua mudança para AMPC, além do Coletivo Jovens Garças do Sanhauá.

Essas ações foram de natureza sociopolítica e cultural, e tinham como objetivo a formação cidadã, o reconhecimento, aqui entendido como autorreconhecimento da identidade do grupo enquanto comunidade tradicional, e o direito de produzir a cidade e de usá-la, ou seja, a sua redistribuição.

As ações realizaram-se de forma coletiva, no âmbito interno da comunidade, e por meio de parcerias com a Fundação Casa de Cultura Cia da Terra, UFPB, CRDH/UFPB e o MPF/PB.

Foram ações coletivas identitárias para intensificação das lutas, como a criação da Praça da Resistência, contra as ações impositivas e violentas de remoção das casas na subárea da Vila Nassau, para implantação do Parque Ecológico Sanhauá (PES), no ano de 2019. Em conjunto com o MPF/PB e parceiros seguem as ações na busca de conciliação e reconhecimento de seus direitos, com um projeto inclusivo.

4.1 - O nascedouro da resistência da comunidade do Porto do Capim: Comissão Porto do Capim em Ação (CPCA)

Diante das tensões existentes entre a comunidade do Porto do Capim e o poder público municipal (PMJP), os moradores tomaram a iniciativa de criar estratégias coletivas de resistência, na forma associativista, “a organização da comunidade se dá

⁹¹ A Comissão Porto do Capim em Ação é um grupo formado por mulheres moradoras das comunidades do Porto do Capim, tendo como objetivo a mobilização e a representação legítima dos interesses da comunidade.

pelo processo de angústia e desinformação sobre o projeto e intervenção da PMJP, se passava desde 1997” (Moradora do Porto do Capim e presidenta da AMPC).

As lutas feministas vêm em diferentes frentes. As mulheres do Porto do Capim, defendem seu território ribeirinho, mas também seu território da moradia, e arranjo de vizinhança. A autonomia e sustentabilidade é o suporte à sua reprodução. Segundo Lins:

Ter um grupo de mulheres na luta pela moradia é algo extremamente simbólico, principalmente quando vamos pensar esse feito dentro da perspectiva feminista, mesmo sabendo a diversidade teórica do feminismo, existem objetivos ou pautas centrais que dialogam entre todas elas, e vai desde o reconhecimento da mulher enquanto grupo vulnerável ou minoritário à uma necessidade de lutar pela sua emancipação nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, é uma tarefa constante de pôr as mulheres em pé de igualdade com os homens (2018, p.37).

As reuniões constantes no interior da comunidade, objetivavam debater os potenciais REMOÇÕES, e a falta de diálogo da PMJP com a comunidade. Então, diante do impasse, os moradores resolveram criar uma comissão representativa da comunidade do Porto do Capim, que ficaria responsável pelas pautas reivindicatórias. O grupo se oficializou em 2011, nas mobilizações ocorridas nos meses de novembro e dezembro.

A ausência de diálogo entre a gestão pública e a comunidade do Porto do Capim revelou a importância de uma representatividade, “até 2011 não existia uma organização que representasse os interesses coletivos da comunidade, surgindo a comissão de moradores para discutir o projeto da prefeitura, a permanência e fortalecimento da comunidade” (AMPC). A comissão foi criada a partir de algumas reuniões deliberativas na comunidade.

As ações referentes ao projeto do poder público de “REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim”, via Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP), excluía totalmente a presença de moradores nas suas discussões. A fala da moradora revela a percepção da comunidade sobre sua exclusão no processo decisório, que afetam suas vidas de forma dramática:

“criamos a Comissão Porto do Capim em Ação para sermos respeitados, ninguém nos informava nada sobre o projeto, só sabíamos da maquete no Centro Histórico, e a prefeitura marcando as casas, como quem marca gado, vamos lutar até o fim (CPCA)”.

A defesa da participação da comunidade no processo de mudança de uso do solo, trouxe a necessidade de se obter informações sobre o teor do projeto. Os meios utilizados foram reuniões e ações coletivas, todas de cunho educativo - político e jurídico. Esse trabalho resultou na percepção pelos moradores de si mesmos e como cidadãos com direitos, desaguando no *Reconhecimento* de um grupo, com capacidade de reverberar suas reivindicações na sociedade.

O Grupo criado foi denominação de Porto de Capim em Ação, e era formado por moradoras das quatro subáreas⁹² que compõe a comunidade Porto do Capim. As primeiras reuniões ocorriam nas terças-feiras, às 19h30, na Escola Padre João Felix, e depois passaram a ocorrer em um estabelecimento comercial, até que ficaram ocorrendo na capela da igreja católica.

As representantes eram todas mulheres, com faixas etárias entre 22 anos a 64, que desempenham atividades múltiplas⁹³. A maior parte das atividades são desenvolvidas no interior da edificação, e muitos comércios são partilhados com a moradia.

A primeira pauta reivindicatória foi mobilizar os moradores objetivando:

- 1) conhecer e discutir o Projeto do PAC;
- 2) reativação das principais atividades culturais, a fim de mostrar a cidade de João Pessoa a existência de uma comunidade tradicional, encravada no Centro Histórico da cidade, entre a linha do trem e o mangue, dando ênfase à sua força coletiva e sua organização;
- 3) reivindicar melhorias para a comunidade, tais como serviços e equipamentos urbanos;
- 4) organizar mutirões de moradores para ações em favor da comunidade (por exemplo: reforma do trapiche, organização de festas comunitárias, pintura das casas).

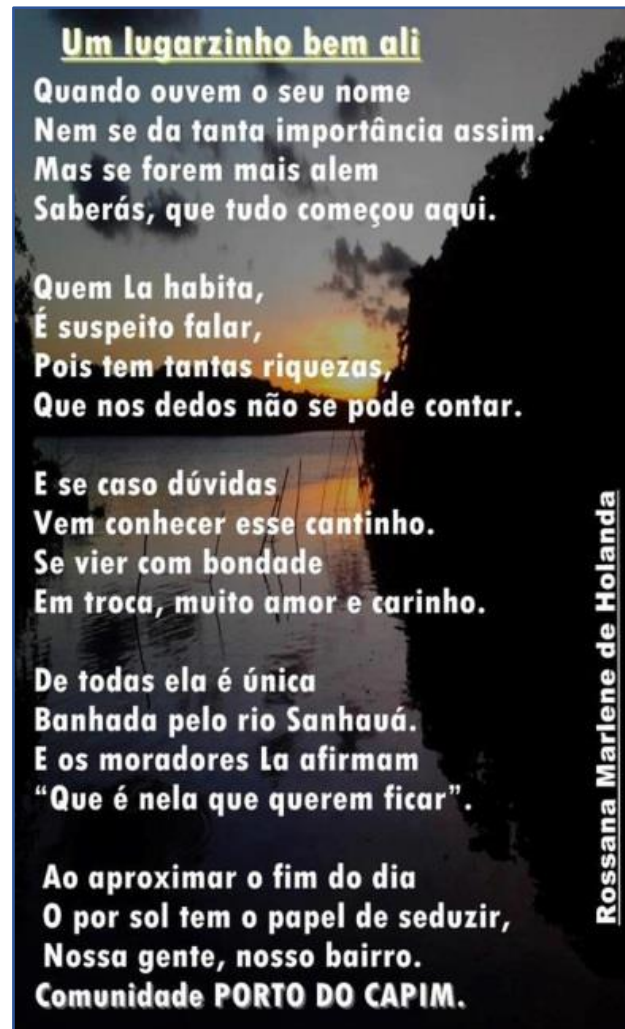
As pautas eram compostas com ações políticas e sociais, movimentos culturais e eventos, e desenvolvidas em parcerias com a Fundação Casa de Cultura Cia da Terra, Coletivos culturais e agentes culturais da cidade, entre 2012-2013.

⁹² Vila Nassau, Praça XV de novembro, Porto do Capim e Frei Vital

⁹³ Agente de saúde, 49 anos; cuidados domésticos, 64 anos; comerciante, 39 anos; trabalha com decoração e design de cabelo (presidente da comissão), 22 anos; assistente de dentista; comerciante, 41 anos; cuidados domésticos, 25 anos; serviços gerais, 40 anos.

O movimento realizado pela CPCA causou uma reação na comunidade que promoveu o interesse da luta coletiva. O sentimento de pertença ao território ribeirinho ficou evidente nas ações da comissão promovidas a posterior, reforçando o valor de suas práticas culturais. Como releva o poema elaborado pela participante mais jovem da CPCA e uma das mulheres mais atuantes da comunidade (Figura 21).

Figura 21-Poema da Moradora do Porto do Capim, e presidente da AMPC



Fonte: Rossana Holanda, 2012.

As ações desenvolvidas ao longo de 2012 pela CPCA, tiveram natureza formativa: patrimônio e educação patrimonial, história da cidade (dentro do projeto subindo a Ladeira/UFPB), eventos culturais em parceria com a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra e grupos culturais/artísticos da cena local, visitas a projetos sociais,

à Bomba do Hemetério⁹⁴ - na cidade do Recife, em parceria com o SEBRAE⁹⁵), e organização de um calendário cultural da comunidade, dentre outras ações.

Assim, as mulheres assumem o protagonismo pois segundo Caldeira:

O feminismo não é uma luta por privilégios ou concessões, mas uma luta por protagonismo. As mulheres querem ter o direito de decidir para deixarem de ser cidadãs de segunda classe. A emancipação da mulher não será um conjunto de “concessões generosas” de homens, será uma revolução no processo de tomada de decisão. Ao reivindicarem o direito de decidir, criticar e organizar as mulheres estão afirmando a sua universalidade enquanto sujeitos políticos (CALDEIRA, 2015).

No primeiro momento, a maior preocupação relatada pela CPCA era a remoção e o destino da comunidade diante das decisões relacionadas ao PAC-Sanhauá e PAC-Cidades Históricas. Como mostra a fala da Presidente da Comissão:

A partir do ano de 1997, a prefeitura começou a falar de um projeto de REVITALIZAÇÃO para a área, transformando-a em polo turístico e cultural, devendo remover todas as unidades habitacionais que existem aqui. Durante esse tempo ocorreram várias mudanças no projeto primeiro, hoje o prefeito já é outro, mas o projeto é o mesmo. Em todo esse tempo a comunidade não foi ouvida a não ser, através do presidente da Associação de Moradores do Porto do Capim, que nunca foi presidente de verdade, nunca fez reunião com a comunidade. Neste sentido, a Comissão vem procurando dialogar com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, responsável pelo projeto, além de procurar obter informações e conhecer outros projetos que foram pensados para o Porto do Capim (CPCA, 2012).

De todas as ações da CPCA ao longo 2011, 2012 e 2013 cabe destaque as tentativas de obter informações sobre o andamento do Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim, “a PMJP não nos atende, não nos apresentam os projetos pra área, já fizemos vários pedido de informação e não temos resposta, temos o direito de saber sobre o projeto e a remoção, vivemos aqui há mais de 70 anos” (representante da CPCA, 2012). O primeiro retorno que a comunidade teve do poder público foi em 2013, com uma reunião com a presidente da CPDCHJP, Sônia González. Segundo representantes da CPCA, “a reunião era pra a gente entender o projeto que as

⁹⁴ Projeto promove o empreendedorismo juvenil na Bomba do Hemetério, bairro de baixa renda da cidade do Recife/PE.

⁹⁵ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

autoridades queriam implantar no porto, mas que a gente não conhecia, só sabia que ia ser removida”, a reunião só teve cunho informativo (CPCA, 2013).

No início de 2013, logo após essa reunião com a representante CPCHJP e a CPCA, tentou-se estabelecer um diálogo com a prefeitura, enviando ofício solicitando audiência, mas não houve retorno da PMJP. O recém-empossado Prefeito Luciano Cartaxo⁹⁶, não teve sua gestão aberta ao diálogo com a comunidade, nem seus representantes, “Enviamos o ofício ao prefeito, mas ele não respondeu ao nosso pedido” (CPCA).

Em paralelo à solicitação de audiência, foram feitas reivindicações de melhorias na urbanidade e na qualidade de vida dos moradores e enviadas à PMJP. Constavam as seguintes proposições: posto de saúde na comunidade (com obstetra, pediatra, geriatra e laboratório de análises clínicas); saneamento básico; coletores para lixo reciclável e regularização da coleta de lixo na Vila Nassau e na Frei Vital; Iluminação nas entradas do bairro (na entrada da Frei Vital e na 15 de Novembro); praça com equipamentos de atividades físicas e atividades esportivas; programas PETI e PROJOVEM; e maior fiscalização das queimadas no curtume e na beira da linha.

Semanas após o envio do ofício, na busca de informações, o então prefeito esteve presente na comunidade, acompanhado de representantes da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a finalidade de apresentar aos potenciais financiadores a área do Porto do Capim, como potencial polo de desenvolvimento econômico, turístico e cultural, aos moldes propostos por agências multilaterais aos países da América Latina e Caribe, com a implementação do projeto de REVITALIZAÇÃO do “Antigo Porto do Capim” vindo da década de 1997.

A CPCA aproveitou a presença do recém-empossado prefeito e entregou em mãos uma nova cópia do ofício, pedindo uma audiência que foi, finalmente, agendada e atendida, como relata a representante da CPCA, “aproveitamos a visita do prefeito com os representantes de banco, e entregamos em mãos a cópia do ofício, falamos que precisávamos está por dentro do projeto, pois as famílias não queriam sair daqui” (2013).

⁹⁶ Pleito de 2012. Eleito na época pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em conversa rápida com as moradoras e representantes da CPCA, o prefeito se comprometeu a manter um amplo diálogo com os moradores, propondo fazer a apresentação do projeto, na sede da prefeitura.

O prefeito também se comprometeu em esclarecer todo o projeto, e manter um diálogo. Segundo a fala da presidente da comissão de moradores, “o prefeito disse que não faria nenhuma ação sem a participação dos moradores do Porto, nos convidou a conhecer o projeto, em audiência na prefeitura, só precisávamos marcar com o gabinete” (CPCA).

No dia 02 de abril de 2013, o prefeito recebeu a comissão de moradores, junto com outros sujeitos parceiros e entidades - apoiadores da luta por diálogo, com ênfase a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, a UFPB (Professora Araci Farias), o S.O.S. Patrimônio (ONG), representante do GT/IPHAN/PB (Helena Gonçalves), e os representantes do Vereador Fuba/Deputado Anísio Maia.

A reunião com o prefeito evidenciou sua total desinformação a respeito do projeto e da comunidade. Não sabia muito bem do que se tratava, e, em meio ao diálogo, referia-se, erroneamente, à comunidade como se fosse a do Timbó, ou Bairro São José. Não sabia dizer com clareza o valor dos recursos que seriam aplicados no projeto, mas declarou que “a comunidade do Porto do Capim será ouvida e nada será implantado sem discussão com a comunidade” (Luciano Cartaxo, prefeito de João Pessoa, 2013).

Após a reunião com o prefeito a comissão realizou uma reunião interna, com a comunidade, e repassaram sua avaliação da audiência com o prefeito: “a nossa impressão é que foi mais um “faz de conta”, até mesmo porque ele disse que não iria devolver recursos de jeito nenhum, ele será feito a qualquer preço, e que não será nem o projeto que a prefeitura quer, nem o que a comunidade quer” (CPCA).

Ficou marcada uma próxima reunião da Secretária da Habitação Social (Sra. Socorro Gadelha) com a comunidade, para o dia 09 de abril de 2013, porém foi cancelada na véspera. E mais, foram marcadas e canceladas em dois outros momentos, e só foi realizada no dia 06 de maio de 2013.

A pauta era específica sobre a questão da relocação, e sobre do projeto habitacional, com informações contendo as características das moradias destinadas à comunidade do Porto do Capim.

Nesse mesmo período também estiveram presentes na comunidade representantes do legislativo, o Deputado Estadual Anísio Maia e o Vereador Fuba, o último se comprometeu, a requisitar audiência pública sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO na câmara municipal, discutir a situação do Porto do Capim.

A sessão especial foi palco da apresentação da proposta dos gestores e da demanda dos moradores do Porto do Capim, foi um espaço para exercício da cidadania, onde os discursos e os argumentos foram os instrumentos utilizados na busca de resolver os impasses. A Câmara é um espaço não coercitivo que permite chegar a um entendimento. Os moradores estiveram presentes, dos mais novos aos mais antigos.

A sessão especial de fato ocorreu na Câmara Municipal, no dia 10 de abril de 2013. Estiveram presentes os secretários da PMJP, habitação (Socorro Gadelha), planejamento (Romulo Polari) e do turismo (Roberto Brunet), além dos moradores do Porto do Capim e seus representantes (Figura 22).

Figura 22-Sessão especial na câmara dos vereadores de João Pessoa, presença dos representantes da PMJP e da Comunidade do Porto do Capim



Fonte: Autora, 2013.

Os secretários exibiram maquetes do projeto de intervenção, falaram sobre a disponibilidade de recursos - já garantidos pelo Governo Federal⁹⁷ conforme a fala do secretário de planejamento⁹⁸, que, segundo ele, só estava aguardando a liberação da Caixa Econômica Federal.

Desta vez a cidade antiga de João Pessoa vai passar por uma grande transformação, não é mais retórica, não é mais discussão é coisas com jeito de quem vai acontecer de fato. Portanto, a discussão é, por demais, pertinente. O que é que nós enquanto Governo Municipal de João Pessoa está pensando para aquela região? O projeto envolve o que a gente chama dentro do plano de governo de **Complexo Integrado de Turismo Cultural e de Serviços, da cidade antiga de João Pessoa**. Isso é uma concepção que envolve o Patrimônio Histórico, que já está mais que **na hora de ter alguma coisa efetiva para recuperar aquele patrimônio**, que **corre sério risco**; envolve o **Porto do Capim**, envolve o **rio Sanhauá** [...] porque **nenhum projeto tem chance de prosperar naquela região, com o rio poluído, assoreado**. O rio é o equipamento básico, para qualquer projeto de renascimento de reconstrução da vida socioeconômica daquela região (POLARI, 2013. Grifo nosso).

A fala do secretário de planejamento revela que a visão de planejamento e gestão para o Centro Histórico eram baseados na implementação de um polo econômico com base no turismo e cenarização da cidade, porém desconhecendo a presença de uma comunidade tradicional, e a importância que tem o rio Sanhauá para essa comunidade e para o meio ambiente. Dá ênfase à REVITALIZAÇÃO do rio, à reconstrução da vida socioeconômica, e ignora a comunidade e a história do local. Mostra a total “invizibilização” dos moradores do Porto do Capim, enquanto valor simbólico e imaterial. Segundo Polari:

Uma sociedade não pode desprezar tanta tradição, tanta história e tanto fundamento para o jeito de ser paraibano, da cultura paraibana [...] resgatar a nossa história, e começando com cidadania, **trazendo as pessoas para seu lugar certo, colocar as pessoas num lugar melhor** (POLARI, 2013, grifo da autora).

O processo de higienização social escorrega, inconsciente, por entre as palavras do secretário, trazendo as pessoas para seu lugar certo. As pessoas aos quais se refere

⁹⁷ Na época a gestão pública federal tinha como presidente Dilma Rousseff (PT), mesmo partido do prefeito Luciano Cartaxo.

⁹⁸ O Secretário do Planejamento da PMJP era Romulo Polari (2013).

são os turistas - os sujeitos produtores do capital que seriam beneficiados com a infraestrutura criada para atender ao polo econômico, turístico que ali se pretendia. Os sujeitos sociais, a comunidade tradicional do Porto do Capim, deveriam sair do seu território, de suas casas, deveriam abandonar seu arranjo de vizinhança, suas práticas de valor de uso, e mudar-se para um lugar supostamente melhor: um apartamento em área fora do Porto.

O secretário finaliza sua fala informando sobre uma suposta reunião ocorrida em janeiro de 2013, entre a presidenta Dilma Rousseff e o prefeito Luciano Cartaxo, com a promessa de liberação de verbas para uma grande ação na cidade. Sendo a justificativa e a necessidade do desengavetar o projeto de 1997.

Para a PMJP a concepção ideológica de valorização do patrimônio e fortalecimento da cidadania, circunscreviam a mercantilização da cidade, e instrumentalizar a cidade com equipamentos urbanos para atender ao turismo de mercado - representação puramente econômica, com valor de troca, e que ficou transparente na fala do secretário de planejamento.

A Secretária de habitação não apresentou o projeto habitacional, mas defendeu a relocação da comunidade e enumerou o quantitativo de moradias que seriam construídas, e as localizações (onde seriam construídas as moradias).

A apresentação se deu na comunidade, em uma das reuniões, o formato de exibição em powerpoint.

o projeto é composto por duas áreas, uma localizada no Roger PROSERV, próximas à Bica⁹⁹, a outra do terreno da PORSERV”. A primeira área terá 297 unidades habitacionais, na segunda 42 unidades, serão um total de 328 unidades habitacionais, os recursos já estão garantidos. Confirmou que o projeto seria excessivamente discutido com os moradores (PMJP, 2013).

Na ausência da apresentação dos projetos, surge por parte da comunidade os questionamentos sobre seu detalhamento, e sua participação enquanto sujeitos que seriam atingidos diretamente com a ação de REVITALIZAÇÃO. Segundo a secretária de habitação, “não há possibilidade de modificação nos projetos, estão prontos e serão de

⁹⁹ Parque Zoobotânico Arruda Câmara, também conhecido como Bica, devido à presença de uma das fontes que abasteciam a cidade em séculos passados.

conhecimento da comunidade no momento da implantação, já que a secretária tem o aval da comunidade, por meio de uma lista com assinatura dos moradores”¹⁰⁰.

Somando retórica a favor da REVITALIZAÇÃO e remoção da comunidade, o Secretário de turismo, enaltece as políticas modelares de gentrificação, exemplificando o projeto imposto no Pelourinho em Salvador, como único caminho para a política turística da cidade. Para o Secretario:

os turistas que vêm a João Pessoa vão gastar mais na cidade [...] Os moradores do Porto do Capim vão ter que se sensibilizar e se qualificar, para serem incluídos na economia do turismo [...] O Pelourinho é o maior exemplo do que deu certo [...] Não tem como a comunidade do Porto do Capim não ser contemplada (BRUNET, 2013).

O total desconhecimento da realidade vivida pelos moradores do Porto reflete o grau de ignorância dos gestores no conhecimento da cidade e de sua produção. Como se sabe, o pelourinho, como outras áreas onde o processo de higienização social e gentrificação ocorreram para impulsionar o turismo não tiveram sustentabilidade a longo prazo. Com o fim de incentivos públicos (liberação de impostos) os comerciantes se deslocam para distante das áreas centrais, deixando os espaços abandonados, terreno fértil para a violência e destruição dos equipamentos lá existentes.

A contraproposta (em defesa da permanência da comunidade) elaborada pelo GT/IPHAN/PB, em nenhum momento foi citada pelos representantes da PMJP. O resgate veio pela fala da representante da Comunidade do Porto (Rossana Holanda), que chamou a atenção para a existência de outro projeto, que contemplaria as necessidades da comunidade e da PMJP, o que foi enfatizado pela professora Regina Célia Gonçalves em sua fala.

A representante da comunidade esclareceu os problemas referentes ao projeto e as demandas existentes na comunidade - resultado da total ausência do poder público municipal, e lamentou a forma como os gestores nos últimos anos conduziram os projetos do Porto do Capim, com a falta de interlocução com os moradores, apesar das várias tentativas de estabelecer o diálogo que foram feitas pela comunidade. Poucas respostas foram obtidas, e ocorreram de forma parcial.

¹⁰⁰ A suposta lista que a secretária fez menção era a lista do orçamento participativo de 2010.

A representante da CPCA fez um breve histórico dos documentos protocolados na prefeitura, pedindo esclarecimentos sobre o PAC-Cidades Históricas e o PAC-Sanhauá, relatou a audiência que ocorreu com o prefeito. Segundo Rossana Holanda:

Houve a reunião com o prefeito, mas acreditamos que essa sessão será o pontapé inicial porque é um pouco mais ampla. [...] Em 22 de janeiro desse ano foi entregue ao prefeito Luciano Cartaxo, documento protocolado que constavam questionamentos sobre o PAC-Cidades Históricas, várias perguntas foram colocadas e a maioria delas não foram respondidas até agora [...] Na reunião que aconteceu no dia 02 de abril com o prefeito, na ocasião o prefeito sequer se referiu aos documentos e nenhuma resposta foi apresentada; é como se a comunidade não existisse e não tivesse nada a dizer [...] O encaminhamento que foi dado pelo prefeito foi a realização de uma reunião com a secretária de habitação na comunidade, para apresentação do projeto de moradia que foi formulado sem que a população tenha tido participação, mas a nossa expectativa era de pelo menos conhecer e discuti-lo [...] Na reunião com o prefeito fomos ouvidos, que é o protocolo, mas que seja absorvido o que a comunidade tem que dizer [...] O projeto da contraproposta elaborado por um Grupo de Trabalho do IPHAN-PB prevê desenvolvimento turístico, econômico, saneamento básico, desenvolvimento ambiental com a população no lugar que ela está. Há a necessidade de que esse projeto seja apresentado oficialmente e seja colocado da pauta de discussão (representante da CPCA, 2013).

A fragilidade da participação efetiva dos moradores do Porto do Capim no processo decisório foi incisivamente e reforçada na fala da representante do Porto do Capim. A primeira luta da comunidade foi para ser ouvida de forma democrática, observando o interesse coletivo de forma participativa, exercendo a cidadania, uma vez que “devemos aceitar que não há democracia sem cidadania e não há cidadania sem acordo, não apenas sobre procedimentos e instituições, mas também sobre conteúdos” (TOURAINÉ, 1997, p. 355). A presença dos moradores exercendo seus direitos cidadãos, por meio de suas reivindicações de reconhecimento, revelava o protagonismo dos sujeitos políticos, com consciência do lugar que ocupam, via luta coletiva contra as imposições da PMJP, que insistia em torná-los invisíveis.

Moradores mais antigos relataram a importância do seu lugar de moradia e convivência com os vizinhos, o legado histórico da comunidade, e como isso se reflete na sua reprodução da vida, e de seus familiares, corroborando a importância do território, e da permanência da comunidade na área, como mostra o depoimento a seguir:

Sou morador do Porto do Capim/Vila Nassau desde o ano de 1959. Eu tenho gente por aqui que tem idade de ser uma bisneta minha. Tô com satisfação de

ser recebido, não sou ninguém, só que sou um cidadão. Não tenho uma falha na justiça, minha vida foi trabalhar de carregar e descarregar mercadorias, na área do Porto do Capim [...] foi onde eu amparei a minha família, meus netos e bisnetos. Eu estou ali nesse Varadouro. Nesse instante eu ouvi falar nesse governo isso agora. Eu cheguei nesse Porto do Capim era novo, como todos nós já fomos! Agora estou velho, cansado, com 81 anos, agora para sair desse canto que estou acostumado, onde criei uma família, eu não tenho marginal na minha família, graças a Deus! Tudo é trabalhador, tenho testemunho desse pessoal todinho. Agora veja só, eu sair do canto onde estou, do canto que nós estamos, para sair para um canto que vai ser misturado com gente desconhecida, gente de toda qualidade de convivência, eu vou sair chorando. Eu concordo que cada um que tem uma idade como a que eu tenho, que viveu 20, 30, 40, 50 anos num canto, para sair para outro canto desconhecido. Convivendo com vizinho que tem suas manias que eu não tenho, como eu vou conviver com ele, eu vou sair chorando. Eu queria um benefício dos governos, dos administradores, do Estado. Que pelo amor de Deus considerasse a gente, deixasse a gente ali, melhorasse nosso modo de vida, melhorasse tudo da gente ali, que a gente ficava muito agradecido (Morador a mais de 50 anos do Porto).

A desabafo de seu Alagoas mostrou como a ausência de diálogo foi uma marca que perpassou as gestões públicas municipais durante décadas, na construção do projeto de REVITALIZAÇÃO e no projeto de habitação para as famílias que seriam relocadas, desconsiderando as práticas socioespaciais e relação de vizinhança existentes na comunidade.

Após a sessão na câmara dos vereadores foi perguntado à representante da CPCA, qual seria as medidas a serem tomadas?

A Comissão Porto do Capim em Ação pretende chegar a um consenso e a um projeto que leve em consideração a vida dos moradores da área, a preservação ambiental e do patrimônio histórico. **Reconhecemos que é preciso atender aos interesses da cidade**, no entanto, sem deixar de lembrar que **somos parte dela**. As pessoas que vivem no Porto do Capim criaram laços de convivência entre as suas famílias e a interação com o Rio Sanhauá. O que os moradores **desejam é viver em situação digna, com suas moradias em melhores condições, com saneamento básico, saúde, educação e o direito de escolha**. A Comunidade Porto do Capim quer ser vista e ouvida pela cidade (ROSSANA HOLANDA, 2013, grifo nosso).

As ações e parcerias foram sendo tecidas no decorrer no processo, em paralelo com as reuniões internas da comunidade. Em 2013 os encontros na comunidade passaram a ocorrer em estabelecimento comercial pertencente a uma das componentes da CPCA, por ter mais espaço, às terças-feiras, a partir das 19h30. Mas houve reuniões em outros locais, que dependiam da disponibilidade, a exemplos da Escola Municipal Padre João Felix, da igreja, do meio da rua do Porto do Capim, do Galpão da Vila Nassau

e, até mesmo, no prédio da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, principalmente no período chuvoso, ou quando a quantidade de moradores era grande, não cabendo em outras áreas cobertas no porto.

A chamada dos moradores para as reuniões, era sempre feitas através de panfletagem realizadas pela CPCA, e distribuídas nas casas dos moradores, em especial quando da ocorrência de reuniões externas ao Porto do Capim - com órgãos e gestores da PMJP, e quando a pauta era o projeto de REVITALIZAÇÃO havia um reforço na chamada coletiva, assim como na valorização cultural das práticas dos ribeirinhos, ou ainda, em reivindicações para resolução de questões cotidianas que afligiam os moradores, tais como: falta de água, por vários dias.

As reuniões tiveram um papel ímpar na construção de sujeitos políticos, criação de parcerias e na articulação de estratégias e mecanismos de resistência interna, em especial na formação política. Nas reuniões também ocorreram as coletas dos dados e informações sobre a luta, por meio de questionários, entrevistas e oficinas.

No dia 06 de maio de 2013, a secretária de habitação compareceu a comunidade, em reunião com a CPCA apresentou o projeto habitacional e as áreas de relocação.

A possibilidade de qualquer modificação nos projetos da prefeitura foi descartada pela secretaria de habitação, a reunião só teve função informativa. Com a apresentação do projeto habitacional, seguido da afirmativa de que não haveria flexibilização da proposta, a promessa de diálogo não foi efetivada, e a gestão da PMJP silenciou em seus gabinetes. A comissão por sua vez realizou reunião com os moradores e apresentou as proposituras sobre o projeto habitacional para área e criou pauta de ações.

A CPCA teve o papel de porta voz dos moradores que dialoga com a cidade, revela as ações higienistas perpetradas contra a comunidade, para beneficiar o capital que produz a cidade mercadoria, como revela a representante da comissão:

A Comunidade do Porto do Capim deveria ser formada para oferecer serviços qualificados aos turistas e visitantes, bem como realizar o manejo adequado do mangue e administrar o Porto. Porém, o interesse da Prefeitura é de passar para as mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras o direito de explorar a área onde se constitui a comunidade e o rio onde nasceu a cidade. E o mesmo deve acontecer com o Varadouro e toda área do Centro Histórico da Cidade. Um desenvolvimento para gerar lucros a todo custo, indo em total desencontro com os objetivos dos projetos que estão financiando isso tudo e sem nenhum diálogo

com a população da cidade, beneficiando grandes empresas e prejudicando o desenvolvimento local (COMISSÃO PORTO DO CAPIM EM AÇÃO, 2013).

A CPCA com ajuda de parceiros, resolveram realizar um evento cultural, em prol da permanência da comunidade, “Movimento Ocupe o Porto do Capim: Pare, Olhe, Escute: No Porto do Capim tem Gente”, teve como objetivo envolver toda a população da cidade sobre o futuro do Centro Histórico de João Pessoa, berço da história e cultura da Paraíba, patrimônio mundial. Mostrar a vida e a cultura que existe depois da ladeira e da linha do trem, a importância da comunidade, de suas práticas socioespaciais e histórica para a cidade, era o que almejava a comissão, além de informar as ações da PMJP em relação ao projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo porto do capim e sua proposta de remoção dos moradores.

No dia 22 de maio começaram os preparativos para o evento, de forma coletiva, demandava divulgação (Figura 23). A estratégia passava pelo uso das redes sociais, criando uma página no *facebook*, pedia apoio e participação de artistas do Varadouro à uma reunião na comunidade, para viabilizar o Movimento Ocupe o Porto do Capim.

Figura 23-Reunião para decidir a programação e a data do evento Ocupe o Porto do Capim



Fonte: Autora, 2013.

Na reunião foi decidida a data do evento - que ficou marcada para o dia 01 de junho. Em seguida foi aprovada a programação do evento. Estiveram presentes representantes da sociedade civil Paraibana.

No dia 29 de maio de 2013 aconteceu a última reunião de planejamento das atividades do Ocupe o Porto do Capim. Na programação constavam manifestações artísticas, debates, rodas de conversas e oficinas durante todo o dia do evento.

A programação do #OcupePortoDoCapim estava nas redes sociais, principalmente no *Facebook*, as mulheres da comunidade organizaram mutirões de limpeza, realizavam reuniões para a solução das pendências, e observação das demandas ainda inconclusas.

A comunidade de forma generalizada apoiou o evento, que se transformou numa vitrine para chamar atenção sobre a violência sofrida pela comunidade, a ausência de diálogo, a negação de sua existência, e dos seus direitos.

Os movimentos também se intensificaram nas redes sociais, a página da comissão publicava a programação, dando ênfase ao FÓRUM DE DISCUSSÃO- Porto do Capim: Por que ficar? via POSTV (Figura 24).

Figura 24-Cartaz no Fórum de discussão Porto do capim: Porque Ficar?



Fonte: CPCA, 2013.

A proposta configurada era um dia cultural, com discussões sobre a comunidade suas práticas socioespaciais, e sobre o projeto proposto pela PMJP. A ação ocorreu no interior da comunidade, e contou com a presença de artistas influentes no cenário local, bem como artistas do próprio porto, tais como o sanfoneiro Valentim, morador da comunidade, o Coletivo de Teatro Alfenim, a banda paraibana Baluarte, Adeildo Vieira; Gláucia Lima; Grupo Raízes; Círculo de Tambores e Jonas Neto Escurinho.

Foram realizadas variadas oficinas. A de serigrafia teve participação massiva dos moradores e dos participantes do evento, que levavam sua camiseta para ser impressa com a identidade visual do movimento: “Pare, Olhe, Escute! Aqui tem gente!”.

Cabe ressaltar a participação das crianças e jovens do Projeto Subindo a Ladeira¹⁰¹, com a peça teatral infantil “Sanhauá, um rio de histórias”, que mostrava a importância da preservação do rio. Fazia uma ponte entre a crença na entidade “Cumadre Fulôzinha” e os sonhos interpretados pelas crianças, denotando a importância simbólica atribuída à natureza, suas entidades, e a relação com práticas preservacionistas.

O experimento cênico conjugava história da conjuntura do conflito vivido no presente, com valores simbólicos do imaginário, e crenças do povo ribeirinho, criando uma interpretação legível, para as crianças e para os adultos, sobre o conflito de uso e valores defendidos por cada lado.

A sala ficava cheia, todos queriam entender como se dava a percepção do espaço do porto para as crianças e jovens, por meio da linguagem cênica. Os jovens conseguiram transmitir para os participantes o significado de morar naquele lugar, na perspectiva ribeirinha.

Outra sala que ficou cheia foi a que recebeu o fórum de discussão, transmitida pelo PosTv¹⁰². Foi a que contextualizou a condição da comunidade perante as ações da prefeitura, com o projeto de REVITALIZAÇÃO e a remoção da comunidade, e a

¹⁰¹ O Projeto Subindo a Ladeira teve início em 2010 (segundo semestre) com o Curso de Educação Patrimonial Através da Arte, envolvendo alunos da Escola Estadual Pe. João Félix, com apoio da PROBEX/UFPB.

¹⁰² Programa *online* que tem como objetivo que cada pessoa possa apresentar conteúdos importantes e que não são veiculados nas mídias de massa e pode ser acompanhado pela internet. Também pode ser construído por qualquer pessoa que tenha uma câmera e queira compartilhar temáticas relevantes para a sociedade como um todo.

contraproposta do GT/IPHAN/PB, que tornaria possível a permanência dos moradores no local.

A discussão foi pautada em três eixos: (1) o *resgate histórico* da área, feito pela professora Regina Gonçalves - historiadora; (2) o *contexto ambiental*, feito pela professora Araci Farias - geógrafa; e a apresentação dos projetos urbanísticos e habitacionais inclusivos da área, pela professora Elisabetta Romano e pelo Aluno Paulo César Lopes, aluno de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. Também esteve presente na mesa a representante da comunidade, Rossana Holanda.

A proposta defendida por Paulo César diferencia daquela da prefeitura em vários aspectos; mas, a principal, é o lugar da relocação, que ocorreria na própria comunidade, na área do curtume desativado, respeitando o território do Porto do Capim.

Após as apresentações, os moradores puderam fazer seus questionamentos. Dentre as questões levantadas estava a necessidade do poder público municipal dar atenção aos estudos alternativos no seu projeto, “neste projeto dos alunos de Arquitetura, realmente somos vistos como gente que precisa viver com qualidade e não somos vistos como números ou obstáculos a projetos de turismo” (morador da comunidade).

A representante da Comissão do Porto do Capim em Ação, reforçou o interesse da comunidade em permanecer na área, “os moradores do Porto do Capim NÃO QUEREM sair de onde vivem e sempre viveram”. E relata as reclamações sobre o preconceito infligido por parte daqueles que não conhecem a comunidade, e são a favor de sua remoção e da destinação da área para fins turísticos.

Outras ações culturais e eventos foram apoiados pela comissão, por terem representatividade simbólica nas práticas ribeirinhas. Nesse item serão apontadas as ações culturais nas quais a comissão deu seu apoio, ou mesmo fomentou.

A Comissão elaborou um calendário de ações culturais e organizou uma série de eventos, como: festa Junina; as comemorações do 5 de agosto; apoio os projetos: “Subindo a Ladeira: Educação Patrimonial Através da Arte; as oficinas, janela da memória, intervenção feita na Vila Nassau; *Eu no Mapa*, oficina realizada com as crianças e jovens da comunidade, captura da percepção em relação ao seu espaço de pertencimento; Mapeamento da memória espacial do porto de tempos passados. Essas duas oficinas finais foram elaboradas para a tese em pauta.

A comissão montou um espaço Cine Luta Porto do Capim, finalidade trazer exemplos de comunidades em mesma situação de conflito em outros estados. Os curtas relatavam histórias de comunidades removidas das suas áreas de moradias, revelando os mecanismos de resistência.

O espaço vivido com sentimento de pertencimento, agregado à consciência política e exercício democrático (poder), simbolizado por uma representação legítima e atuantes de mulheres, a CPCA, geraram tensões e resistências contra o capital que se espreita por traz do projeto de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico, defendido pelo Estado.

4.2 - Mulher e seu lugar protagonismo: Associação de Mulheres do Porto do Capim

A percepção das mulheres do Porto do Capim sobre a importância da luta, por meio do associativismo, é reveladora da construção da consciência de classe, étnica e, cultural, “acho muito importante a Associação de Mulheres do Porto do Capim, pois foi através da associação que descobri meus direitos e deveres, graças a essas mulheres que estamos na luta por nossas casas e por nossa comunidade” (Moradora da Vila Nassau, 2018).

Com isto queremos destacar a importância de identificar os movimentos sociais na construção de uma geografia urbana, nos possibilitando entender a dinâmica da cidade de suas periferias. As mulheres são as que a constroem com sangue suor e lágrimas, “as configurações históricas particulares em cada espaço, que apresentam outras formas de diferenciação associadas a modos de dominação e resistência específicos” (FRANCO GARCÍA, 2004, p. 45).

O reconhecimento dessa diversidade é o que permite o surgimento de novos espaços de resistência e luta, e novas práticas políticas (SANTOS, 2003).

As mulheres do Porto do Capim também deram vozes às suas reivindicações e as da comunidade, enfrentaram como trabalhadoras o poder do Estado. Rebelaram-se contra a proposta de cunho mercadológico, que transferia o espaço de suas moradias e de sua vivência, com valor de uso, à cidade capitalista neoliberal - a cidade negócio que transforma tudo em valor de troca. Um projeto feito para atender as demandas do capital,

“[...] a cidade é produzida como negócio, ela o é, ao mesmo tempo, produzida como segregada” (ALVAREZ, 2015, p. 65).

As contradições do sistema capitalista reveladas nas ações do poder público municipal, usa recursos de um programa cuja natureza é salvaguardar o meio ambiente e seus protetores, PAC-Sanhauá, na implementação de um projeto que contém uma arena de eventos de concreto armado, que ficara sobre o mangue, o projeto hoje se denomina “Parque Ecológico Sanhauá¹⁰³”.

Quer dizer que um parque (des)ecológico é melhor do que o povo? Ele dá mais sustentabilidade que o povo? Como é que pode fazer isso, que prefeito é esse? Isso não existe! Que preservação ele disse que ia preservar, que parque ecológico é esse? É (des)ecológico! Ele veio aqui e colocou o esgoto da lagoa para cá e agora está fedendo demais, vai acabar com a maré, que foi agente que revitalizou, vai passar com a máquina derrubando as árvores do mangue, que parque ecológico é esse? Que preservação é essa? Ele sabe o que é preservação? Sabe nós indígenas que preservamos nossa mata, nossa mãe maré, nosso rio, nossa natureza, damos valor ao que Deus fez. Não destruímos, não a gente dá valor! (Moradora da Vila Nassau, tabajara. Vive há 25 anos na comunidade do Porto).

Temos, então, que as mulheres se tornam protagonistas de sua história, quando assumem a voz reivindicatória de sua comunidade, buscam seus direitos, e, impreterivelmente se deslocam do papel de objeto para ser sujeito, saindo do lugar historicamente destinado a elas, ou seja, o privado, a casa, a invisibilidade, e, sem deixar de ser responsável pela reprodução das forças reprodutivas, mas, garantindo a reprodução por meio da reivindicação por território, moradia e condições urbanísticas.

Assim, o espaço de resistência da comunidade do Porto do Capim surge em favor dos moradores que são contrários remoção forçada de suas casas, em favor de um projeto de REVITALIZAÇÃO higienista e gentrificadora, a associação teve um papel imprescindível na construção de consciência, como uma das moradoras:

A importância é muito grande, que a AMPC teve e tem, foi por causa dessa associação que passamos a conhecer nosso direito. Toda comunidade, toda comunidade que luta deve ter uma associação, começamos como comissão, depois viramos essa associação, que é muito importante, de mulheres fortes e guerreiras, que lutam pela família, luta pelo bem-estar e luta pela moradia, pelo direito à moradia. Portanto foi e continua sendo muito importante para nós a

¹⁰³ Esse projeto já foi denominado de Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim.

associação de mulheres, sem essa associação acredito que não estaríamos onde estamos hoje, já teríamos perdido a luta (Moradora da Vila Nassau, 2019).

O associativismo dos moradores tem sua gênese na “Comissão do Porto do Capim em Ação” se converte em representação oficial, no final de 2013, as mulheres entram na dimensão política da representatividade. Com representantes de todas as quatro áreas¹⁰⁴ que compõe o antigo porto desativado, apresentam-se as mulheres representantes: **Porto do Capim** – Maria Aparecida França (Cida), Cláudia, Maria da Penha Nascimento, Maria da Penha Silva, Odaci Oliveira, Odenice Oliveira, Giselda Holanda, Regina, Roseane Mendes e Wilma do Nascimento; **Vila Nassau** a representante era a Adriana Lima; **Praça 15 de novembro** a representante era a Verônica Lima; Rossana de Holanda, presidente da associação e representante da **Frei Vital**.

Os dados informativos¹⁰⁵ da Associação. Pessoa jurídica da AMPC são: Nome da Associação Parceira, Personalidade Jurídica - Associação de Mulheres do Porto do Capim – AMPC; Razão social: Associação de Mulheres da Comunidade Porto do Capim; Data de abertura: 30/01/2014; CNPJ: 19.840.512/0001-94; Natureza jurídica: Associação Privada - Código 3999; Status da empresa: Ativa; Atividade econômica principal: Atividades associativas não especificadas anteriormente; CNAE 9499500; Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da Associação- Telefone: (83) 9992-9792; Endereço: R Frei Vital, 02: Comunidade Porto Do Capim; Varadouro, Joao Pessoa, PB, CEP -58010-620, Brasil.

A associação foi criada com o intuito de ter uma representação legítima da comunidade, até então inexistente, o que existia de fato era uma associação informal, cujo presidente não morava na comunidade nem representava as demandas dos moradores, sim, os interesses dos órgãos representantes do Estado, desenvolvia ações individuais, pontuais e paternalistas, estratégia de cooptar parcela dos moradores. Segundo um dos moradores entrevistados:

Aqui na comunidade tinha uma associação que não era legítima, nem falava pelos moradores, o Sr. Bastos se dizia presidente da associação, mas só

¹⁰⁴ A área denominada Porto do Capim é composta por 4 subáreas, de Sula Norte a saber: Vila Nassau, Praça XIX de novembro, Porto do Capim e Frei Vital.

¹⁰⁵ Dados informativos, cedidos pela Associação de Mulheres do Porto do Capim, 2016.

aparecia prá falar com a agente, quando era interesses de políticos, mais nada, ficávamos ao Deus dará (Morador do Porto do Capim).

Por não serem representadas (os) nos seus interesses, as ações de resistência dos moradores se intensificaram, e o conhecimento sobre seus direitos também. A partir de então, requisitam a participação do Ministério Público Federal da Paraíba, na função de mediador do conflito de uso do solo urbano e pela permanência na área em que vivem há mais de 70 anos.

As reuniões públicas nas ruas do Porto e na sede da Fundação Casa de Cultura Cia. da Terra, dando continuidade as ações da CPCA. Para Soihet:

Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção, responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade (2011, p.337)

A demanda não era mais por informações, agora se tratava da inclusão dos moradores em contrapropostas, em projetos de REQUALIFICAÇÃO urbana para área. A participação das mulheres na resistência passou a ser pela permanência, por demandas por serviços urbanísticos básicos, saneamento, equipamentos urbanos de uso coletivo. As necessidades e os desejos de serem inclusos na urbanidade estão presentes em toda a narrativa da resistência, trata do reconhecimento consciente de um direito. Segundo Carlos:

Refiro-me a reprodução de um mundo que se realiza como objetividade material, uma vez que toda ação responde a uma necessidade e produz um objeto que sacie essa necessidade e, além dela, o desejo. Essa reprodução envolve e supõe, portanto, o homem e a natureza, a ação e o conhecimento (CARLOS, 2018. p. 15)

Corroborando com Carlos (2018), são as mulheres do Porto do Capim, responsáveis pela reprodução familiar, que revelaram as limitações efetivas dos seus desejos, e a falta de interesse da gestão público municipal, no decorrer dos anos, comprovados na falta de serviços públicos de infraestrutura na área. As mulheres

lutaram, e lutam, por seus desejos, constantes na oficina de mapas dos desejos¹⁰⁶, que revelou seus desejos por uma condição de urbanidade adequada.

Ao lado desses movimentos, várias outras ações, com parceiros extra comunidade, foram desenvolvidas. Em 2015 é entregue o “Relatório de Violação de Direitos Humanos na Comunidade do Porto do Capim”, pelo Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB, com a participação efetiva da AMPC.

Ainda no decorrer do processo outros sujeitos sociais foram agregados à luta e resistência, alguns com mandatos eletivos, nas funções de vereador e de deputados estaduais, outros como representantes de Órgãos públicos, a se saber: MPF/PB, Defensoria Pública Estadual (DP-Paraíba), SPU/PB, UFPB, Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB), IPHAN/PB, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), IPHAEP, e a Fundação Arte e cultura Companhia da Terra que continuou como parceira em seus projetos de extensão, grupos artísticos e culturais representado por coletivos, todos defendendo sua visão de uso e de direito a cidade.

Todo esse processo fez com que as mulheres deixem o lugar da subalternidade, se despeçam do individual e do privado, para o exercício da representação cidadã na forma coletiva. Toma o poder político no *micro espaço*, legitimadas pela comunidade, como grupo organizado com interesses comuns, e criam estratégias de resistência. Incluem sua vida nas três dimensões, a política, a econômica e a cultural.

A dimensão política da representação ocorre no porto quando é criado ano de 2013 a *Comissão das Mulheres do Porto do Capim*, que se tornou oficialmente AMPC em 2014, gerando um grupo de ações em defesa das necessidades e demandas da comunidade.

A dimensão econômica aqui requerida, no contexto da cidade, é a da Redistribuição dos serviços e infraestrutura, com a implantação de saneamento na comunidade - que é outra demanda dos moradores reverberada pela AMPC, na busca de equidade distributiva e democrática no espaço da cidade e, por fim a dimensão cultural do reconhecimento.

Na dimensão cultural, reconhecimento dos direitos e justiça social, desde o início do conflito entre a prefeitura e a comunidade do Porto do Capim, a luta que inicialmente

¹⁰⁶ Oficina realizada no âmbito do PROEXT/UFPB. Mais detalhes no capítulo 2.

era pela *não remoção* e por moradia digna, tinha seu lastro na narrativa do reconhecimento de direitos. Da mesma forma incluía a busca por reconhecimento da comunidade como tradicional ribeirinha, guardiãs do rio e do mangue.

Outras atividades iniciaram a parceria entre o Programa de extensão, PROEXT/UFPB “Abrace o Porto do Capim” - financiado pelo Ministério da Educação pelo biênio 2015/2016, e a comunidade, representada efetivamente pela AMPC. Um dos projetos era “Projeto de Requalificação Urbana e Arquitetônica”, segundo o relatório PROEXT:

Este projeto traz a perspectiva de uma intervenção que dialogue com a comunidade respeitando e preservando suas tradições, cultura e relações de vizinhança, fazendo-a participar ativamente da proposta, e que também dialogue com as intenções projetuais da Prefeitura Municipal de João Pessoa- PMJP. Ainda em 2015, o PROEXT/UFPB Abrace o Porto do Capim junto com a AMPC levam para o MPF o Relatório Técnico Multidisciplinar Comunidade Porto do Capim, embasando tecnicamente a defesa da permeância da comunidade e a sua condição de tradicional e ribeirinha (UFPB/PROEXT, 2015, p. 3).

A comunidade do Porto do Capim por meio da AMPC, solicita em 2015, a mediação do Ministério Público Federal no conflito de uso do solo, somado ao apoio da Universidade Federal da Paraíba como assessoria técnica. Nesse momento “foi dado início a um processo participativo visando a construção conjunta de um projeto alternativo para a requalificação da área” (Romano et al, 2016b, p.2).

A participação da comunidade e da associação deu-se em todas as atividades da extensão, a exemplo do Mutirão de Levantamento, Mapa dos Desejos e as oficinas desenvolvidas no projeto. Ex. Reciclagem e produção de sabão, produzido com o aproveitamento do descarte de óleo de cozinha.

Em paralelo, foi solicitado um laudo antropológico externo, a pedido da AMPC, a fim de confirmar a tradicionalidade ribeirinha da comunidade. As visitas técnicas tiveram amplo suporte da AMPC, eram mediadoras entre o antropólogo e os moradores. Em 14 de dezembro de 2015 a comunidade finalmente é reconhecida como Tradicional Ribeirinha, o laudo traz a possibilidade legal da permanência.

O laudo indicava a relação de práticas socioespaciais no território (com o rio e o mangue), além de ser reconhecida como área consolidada - semelhante a bairro

residencial e de referência comercial do Centro Histórico de João Pessoa. Uma grande batalha vencida e comemorada pela AMPC.

Diante da confirmação da tradicionalidade, coube ao MPF/PB fazer valer seu papel de mediador de conflitos, e este marcou uma reunião na busca de diálogo, conforme Boaventura (2016, p.19):

MPF agendou a reunião do dia 14 de dezembro de 2015, com o intuito de interromper o andamento das ações judiciais de reintegração de posse e promover o amplo debate e o diálogo em uma nova perspectiva de intervenção. Nesta reunião ficou estabelecido, com base em um parecer do antropólogo contratado pelo MPF, que a comunidade é tradicional e, portanto, deveria ser enquadrada na Convenção nº169 da Organização Internacional do trabalho- OIT, estabelecendo pressupostos acerca da permanência. Esta permanência deve ser encarada com prioritário, e os esforços devem ser por vezes, inclusive, desmedidos para garantir a territorialidade e as unidades de vizinhança (OIT, 2011)¹⁰⁷.

Em janeiro de 2016, o MPF/PB e a Defensoria Pública Federal, chamaram para uma reunião os representantes da PMJP e da comunidade do Porto do Capim (AMPC), com a participação da UFPB como assessoria técnica da comunidade. Ficou estabelecida a criação de um Grupos de Trabalho, com a elaboração de uma carta de concessões, norteadora do caminho a ser percorrido pelos projetos de urbanização e REQUALIFICAÇÃO do Porto do Capim.

Os primeiros GT's tiveram seu início em 1º de março de 2016, e as reunião ocorreram na sede da PMJP e na sede do MPF/PB. O ponto de maior tensão foi o estabelecimento das condicionantes que iriam nortear o novo projeto e gerar uma matriz de referência a ser seguida. Depois de várias reuniões dos GT's, no decorrer do primeiro semestre de 2016, os participantes se encontraram no mês de agosto. Segundo Boaventura:

Assim no dia 25 de agosto ocorreu o a primeira etapa do GT específico, onde se deliberou ações específicas para os integrantes. Mas por questões administrativas internas do IPHAN, esse GT ficou suspenso com data para retorno no dia 28 de setembro. A crise política e econômica do país sempre se refletindo diretamente sobre o processo por muitos meios. Desde as substituições sucessivas do superintendente do IPHAN Paraíba em menos de 15 dias à supressão do recurso destinado ao PAC- Cidades Históricas (2016, p.27).

¹⁰⁷ Anexo 1.

Com a insegurança causada pela gestão federal o GT fica suspenso, aguardando, e retorna em 2017. Em dezembro de 2016, chega à etapa final do projeto de extensão PROEXT/UFPB, mas as ações do/no Porto do Capim continuaram. A AMPC realiza ações de fomento da identidade tradicional, participando de eventos nessa direção.

Participantes do projeto de extensão continuam dando assessoria técnica à comunidade, alguns com atividades de extensão e/ou pesquisa na área, e outros atendendo às demandas específicas da AMPC.

Em 2018 há uma ruptura total do GT. A prefeitura cessa os diálogos, e as mesas de negociações. A conjuntura nacional não é favorável aos movimentos sociais e a presidência da república está nas mãos ultraconservadora da direita fundamentalista, trazendo esperanças para a PMJP retomar as ações contra a comunidade do Porto do Capim.

No entanto em 2019, no contexto de uma nova conjuntura política e econômica, o prefeito Luciano Cartaxo¹⁰⁸, apresenta em mídia, escrita e falada, o projeto do “Parque Ecológico Sanhauá” como a nova intervenção da área. O valor do projeto estimado em R\$ 11,6 milhões, prevê praça, mirante, elevador panorâmico e passarela como parte da REVITALIZAÇÃO da área de 193 m² de Área de Preservação Permanente (PMJP, 2019).

A estratégia da PMJP modificou o projeto e foi direcionado ao sul da comunidade - parte do Porto, a área da Vila Nassau e praça XV de novembro. O prefeito trata intervenção na Vila Nassau dissociado da comunidade do Porto do Capim. E embora o MPF/PB reconheça a área como parte da comunidade tradicional ribeirinha expressa que “Não tem nada a ver com o Porto do Capim, existem duas comunidades: Vila Nassau e Porto do Capim. O parque Sanhauá vai ser feito na Vila Nassau. A prefeitura vai dar moradia digna, de qualidade, aos moradores da área. A obra não diz respeito ao Porto do Capim”, (G1 Paraíba, 2019a).

¹⁰⁸ No segundo mandato a Prefeitura municipal de João Pessoa, Luciano Cartaxo mudou para o Partido Verde, apoio no sufrágio para presidente em 2018, a candidatura do atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro (PL), tem sua linha de gestão a diminuição de políticas sociais, pauta de costumes e ampliação de políticas neoliberais, objetivando a mercantilização e privatização de tudo.

Como evidente, trata-se de uma luta por território no espaço da cidade São as mulheres as que mais perdem. São violadas no direito ao uso desse espaço, por isso são elas que estão à frente da luta. Para Soihet:

[...] além das tentativas de “reajuste social” das mulheres dos seguimentos populares, havia a preocupação de que adquirissem um comportamento “próprio para mulheres”, marcado pela presença das características já nomeadas de recato, passividade, delicadeza etc. Fato que facilitava a repressão e a arbitrariedade policial, pois não se enquadrando nesse esquema, fugiam às normas próprias de sua natureza. Ocorre que esse processo não se desenrolou sem uma efetiva resistência dos membros das camadas populares, inclusive da parcela feminina, que disputava, palmo a palmo, o seu direito ao espaço urbano. Deve-se ter mente que para muitos a rua assumia ares de *lar* onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. (2011, p. 366)

No dia 19 de março de 2019 a PMJP entregou a cerca de 162 famílias, notificações para desocupação das suas casas na Vila Nassau, com prazo de 48 horas para o cumprimento da notificação. De acordo com as notificações, assinadas pelas Secretarias de Meio Ambiente e do Planejamento, as casas estão construídas em Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Paraíba.

A notificações assinadas pelos secretários supracitados, tinham argumentos frágeis, vencidos, pois se tratava de comunidade tradicional ribeirinha, reconhecida por laudo antropológico, nada diferente das outras áreas do porto.

De acordo com o texto das notificações expedidas pela PMJP, “o prazo é improrrogável e o descumprimento acarretará a adoção das medidas legais cabíveis”. A notificação ratificava que se tratava de construções irregulares em Área de Preservação Permanente do Rio Paraíba, o que é um equívoco. A APP é do Rio Sanhauá, e o secretário de meio ambiente pareceu desconhecer a área para a qual assina uma notificação de despejo.

Fica evidente a violência sofrida pelos moradores da Vila Nassau, e o não reconhecimento dos seus direitos enquanto comunidade tradicional ribeirinha e povos nativos.

E mais, no documento exigiam que os moradores assinassem a ordem de despejo, porém, só uma pequena parcela dos moradores assinou, moradores recentes, que não tinha ligação familiar, afetiva e de pertencimento com o Porto do Capim. Como mostra o depoimento da moradora da Vila Nassau, abaixo:

"Os fiscais chegaram de repente, trouxeram notificações para que a gente assinasse, mas recusamos. Eles querem que desocupemos um espaço que faz parte da nossa vida, que levamos a vida toda para conseguir, em menos de 48 horas, mas não temos para onde ir. Infelizmente alguns moradores assinaram, mas a maioria não assinou. Temos idosos, gente que mora aqui há mais de 50 anos. Não foi conversado nada com a comunidade. Se a prefeitura tem um projeto, que ela venha e converse com a gente" (Moradora da Vila Nassau)

Após a ação de notificação, os moradores se reuniram e fizeram protesto no centro da cidade de João Pessoa, para chamar a atenção das autoridades e da população como um todo, sobre a violência a qual estavam sendo submetidos (Figura 25). Afirmavam: "estamos aqui lutando pela nossa casa, nossa família e nossa vida, o prefeito não quer dialogar, somos comunidade tradicional ribeirinha, a prefeitura tem que nos respeitar e não chegar mandando a gente sair em 48 horas" (Moradora da comunidade).

Figura 25-A comunidade do porto do Capim fechando ruas do centro, contra despejo



Fonte: ALVES, Brasil de Fato, 2019.

Como resistência, as intervenções urbanas são ferramentas estratégicas na luta civil para serem ouvidos, e para restabelecimento da interlocução, a representação das necessidades deve chegar ao maior número, possível, de cidadãos, para que estes

sejam agregados à luta por direitos basilares, por meio da empatia democrática. Para Ribeiro:

Se a resistência se transforma em prática obrigatória exatamente porque a expropriação atinge o seio da reprodução da vida na escala da vida cotidiana, alcança os limites da sobrevivência, produz espaços extremos em que apenas o resíduo move a vida, embora não a faça desaparecer por completo. Ao mesmo tempo, o espaço-tempo da prática da resistência é o que traz o descontínuo do repetitivo, uma brecha dentro da continuidade (2018, p.63).

Vários meios de comunicação estiveram presentes fazendo a cobertura, e a intervenção teve grande repercussão na cidade. Após protestos, o prefeito Luciano Cartaxo afirmou aos meios de comunicação que “o diálogo é mantido com a comunidade desde 2015 e que o projeto sofreu alterações para que não houvesse transtornos” (Luciano Cartaxo).

Porém, a fala da comunidade contradiz as alegações do prefeito “estávamos mantendo um diálogo, tudo parou, foi dito que não tinha mais recursos, deveríamos esperar, de repente chega na comunidade representantes da prefeitura avisando aos moradores que têm 48 horas, que diálogo é esse?” (Rossana Holanda, AMPC).

A prefeitura, através dos meios de comunicação, escrito e televisivo, esclarecia as próximas ações a serem tomadas, “estamos propondo aos moradores da Vila Nassau auxílio aluguel, até que sejam finalizados os apartamentos no conjunto Saturnino de Brito, para onde serão relocados” (Luciano Cartaxo). Complementando a fala do prefeito, foi emitida uma nota pela PMJP que justificava a remoção por motivos de risco de vida dos moradores, pois as moradias da Vila Nassau não ofereciam condições de habitabilidade (G1, 2019b). Para Soihet:

O que fica claro é o empenho das autoridades em impedir a presença dos populares em certos locais, no esforço de afrancesar a cidade para o desfrute das camadas mais elevadas da população e para dar mostra de “civilização” aos capitais e homens estrangeiros, que pretendiam atrair. No caso das mulheres, acrescentavam-se os preconceitos relativo ao seu comportamento, sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência da violência. O desrespeito às suas condições existenciais¹⁰⁹, traduzia-se em agressões físicas e morais (2011, p. 366).

¹⁰⁹ A condição existencial de respeito a regência do sujeito as normas impostas pela sociedade vigente.

Segundo a PMJP, a continuidade do processo de implantação do parque ecológico Sanhauá dependeria da saída das famílias.

As famílias que aceitaram sair do porto receberam auxílio moradia. No dia 30 de maio de 2019, a Prefeitura Municipal de João Pessoa começou a demolição de parte das casas que ocupavam a área do Porto do Capim conhecida como Vila Nassau, causando grande problema na vida da vizinhança que continuava no local.

As casas derrubadas danificaram as paredes dos vizinhos, deixando escombros espalhados pela Vila Nassau. Como a estratégia as derrubadas das casas, começavam antes das sete horas da manhã, perturbava a vida das famílias de trabalhadoras e trabalhadores, pois não respeitava o horário de silêncio, e nem as habitações da vizinhança.

Uma moradora afirmou: “Começaram a derrubar a casa do vizinho, fez um buraco no meu teto, a noite choveu e molhou tudo dentro de casa” (Figura 26). Em outra declaração afirmaram: “derrubaram as casas e deixaram os entulhos acumulando água, tinha até rato aqui, a gente fica até com medo de dar uma doença nas crianças com essa sujeira” (moradores da Vila Nassau).

Figura 26-Paredes danificadas depois das demolições



Fonte: AMPC, 2019.

A AMPC entraram em contato com o Ministério Público Federal na Paraíba, na pessoa do procurador José Godoy Bezerra, que, em resposta, afirmou sua surpresa sobre a ação da prefeitura, pois o diálogo tinha avançado, e havia a decisão de construir casas próximas à Vila Nassau em 2017, “não esperava as demolições, muito menos a remoção” (Procurador do Ministério Público, 2019).

No dia 31 de maio, um dia depois das demolições, o IPHAEP decidiu pelo embargo das obras, justificado pela ausência de autorização à intervenção em área tombada pelo patrimônio histórico e cultural. Mas, no dia seguinte, dia 1º de junho, o governador João Azevedo (PSB), e segue analisando o projeto entregue pela prefeitura, conforme explicita o órgão: “será analisado a documentação para emitirmos o laudo, autorizando ou não o projeto da PMJP” (G1, 2019c).

A comunidade pediu uma reunião com o procurador do MPF/PB, e a defensoria pública da Paraíba que esclareceram a importância da interlocução, pois estavam buscando a mediação entre as partes. No dia 4 de junho, MPF/PB, DPU e Defensoria Pública do Estado (DPE), após inspeção na obra de derrubada das casas, foram identificados problemas de execução da obra, dentre essas, a derrubada de casas autorizadas pelos antigos moradores que afetaram outras casas de moradores, estes, que não aceitaram o acordo. O MPF/PB, a DPU e a DPE informaram que um relatório conjunto sobre a intervenção foi emitido.

Posteriormente o MPF/PB ajuizou ação civil pública, com pedido de Liminar, para paralisação das obras do Parque Ecológico Sanhauá - na área onde está situada a comunidade tradicional do Porto do Capim, que também inclui a Vila Nassau, como sempre defendido pelos moradores e pela AMPC. A fala da moradora, aqui reproduzidas diz tudo: “somos ribeirinhos como qualquer um, como somos povos tradicionais, eu sou índia tabajara” (SUELI, moradora e tabajara), e, ao lado, “o pedido do MPF/PB requer fixação de multa no valor de 50 mil diários, caso descumprimento da determinação judicial”. A ação foi assinada pelo procurador da república Tiago Misael, e ajuizada no dia 04 de julho 2019” (JORNAL DA PARAÍBA, 2019).

Após a derrubada das casas, a AMPC e a comunidade, realizaram várias ações de cunho político e cultural, como ferramenta de resistência. A presença na Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, compuseram a agenda de resistência

Na sessão na Câmara dos Vereadores, no mês de março dia 28, estiveram presentes a comunidade e seus representantes, mas a PMJP esteve ausente. Os vereadores apoiadores da comunidade e sua causa são minoria na câmara. Dentre eles, Tibério Limeira, Sandra Marrocos, Marcos Henriques. Os demais apoiam todas as ações da PMJP, como revela a fala do vereador Tibério Limeira “*A bancada de situação está ajoelhada*”, se referindo ao apoio incondicional aos projetos da PMJP (PARAÍBA MASTER, 2019).

A vereadora Sandra Marrocos, dá ênfase ao desrespeito sofrido pelos moradores, por parte da PMJP, ao pontuar: “O que me entristece são posturas de desrespeito aos moradores do Porto do Capim [...] destacando que há de se ter um trato mais humanizado com a população ameaçada de despejo”.

Os vereadores que apoiaram a garantia dos direitos da comunidade são de partidos de ideologia progressista, engajados na defesa de políticas públicas inclusivas e causas humanitárias, defensores de uma cidade que reconhece seu patrimônio imaterial. Revela a fala: “(...) a comunidade do Porto do Capim tem que ser ouvida, a prefeitura não quer dialogar, mas promete derrubar as casas, que projeto é esse que não tem a participação dos moradores que são os verdadeiros guardiões do rio e do manguê” de Tibério Limeira (Figura 27).

Figura 27-Audiência Pública: Vereadores (Tibério Limeira, Sandra Marrocos) e a então Diretora Executiva do IPHAEP (Cassandra Figueiredo) e a representante AMPC (Rossana Holanda)



Fonte: ALVES, Brasil de Fato, 2019.

Na audiência pública o secretário Zennedy Bezerra, da SEDURB, se absteve da discussão e, juntamente com todas(os) as(os) secretárias(os) presentes na sessão se retiraram do plenário - numa atitude de desrespeito e arrogância, e de não estar aberto ao diálogo.

A comunidade recebeu apoio da Assembleia Legislativa Estadual da Paraíba (ALPB), que também promoveu audiência pública, realizada no dia 11 de abril de 2019, com o objetivo de discutir a situação do Porto do Capim. Proposta pela deputada estadual Cida Ramos (ALPB, 2019), do mesmo partido do vereador Tibério Limeira e da Vereadora Sandra Marrocos (PSB). Estiveram presentes na sessão o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, Universidade Federal da Paraíba, a Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), Pastoral da Moradia, Movimentos Sociais e outras entidades representativas.

Para a autora da propositura - deputada estadual Cida Ramos (PSB), a audiência é importante para a construção de uma solução coletiva, promovendo a interlocução

entre o poder público e a comunidade, e o reconhecimento do valor da comunidade como protetora do espaço natural:

Naquela região não tem só história e cultura, e sim um patrimônio imaterial, que é o modo de viver e de trabalhar das pessoas que ali residem. São pessoas que têm seu ofício, que criaram seus filhos e que têm uma cultura própria daquela área. Portanto, queremos fazer um projeto ecológico, turístico, cultural, mas, sobretudo, um projeto humanizado com as pessoas” (Cida Ramos, ALPB, 2019).

Todos tiveram direito à fala. As representantes da comunidade relataram as constantes violências sofridas durante o processo de remoção das famílias que desejaram sair, além da recusa da prefeitura em manter o diálogo: “nós tínhamos mantido diálogo nos últimos anos desta gestão, de repente somos pegadas de surpresa com a ordem de despejo de 48 horas” (AMPC). Também a deputada Cida Ramos alertou que “crianças e idosos estariam sob ameaça de despejo por parte da PMJP, que por meio de notificação solicita a desocupação da área”.

Corroborando com a presidenta da AMCP e com o Ministério Público, a deputada Cida Ramos disse que a “administração de João Pessoa, rompeu com o pacto existente entre os moradores, realizado com o MPF/PB e a DPU, desde 2015”, um fato incontestável, revelador do respeito à comunidade.

Enquanto o MPF/PB e a Defensoria Pública da União andavam com os trâmites legais, garantindo a permanência da comunidade na subárea da Vila Nassau, a MPC, requalifica a área das casas demolidas, e cria de forma coletiva a Praça da Resistência, onde ocorre o I Seminário da Rede de Apoio às comunidades Tradicionais.

Um outro evento da resistência denominado “Entre Redes” aconteceu no Porto do Capim nos dias 29, 30 e 31 de agosto, das 13h às 22h. Discutiu o patrimônio, identidade, direitos humanos, território e organização política das comunidades (Figura 28).

Figura 28-Banner do I Seminário da Rede de apoio às comunidades Tradicionais.



Fonte: AMPC, 2019.

O evento ocorreu na praça recuperada pelos moradores, denominada de praça da resistência, lugar onde as casas foram demolidas, nas imediações do Porto do Capim: Vila Natal, Praça Quinze de novembro, Rua do Porto do Capim e Rua Vital, no Centro Histórico da capital.

O seminário foi mais uma das inúmeras ações desenvolvidas pela resistência contra a remoção, além de fortalecer a luta de forma mais ampliada e nacional. Nele, estiveram presentes parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, da Assembleia Legislativa da Paraíba e da CMJP, visitaram a comunidade e participaram do seminário. Segundo a AMPC:

o seminário surge com o objetivo de estruturar uma rede de apoio à comunidade Porto do Capim, dando visibilidade e fortalecer a defesa da comunidade em esfera nacional, esteve presente entre outros convidados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal” (AMPC).

Também participaram do evento os vereadores Marcos Henriques (PT) e Sandra Marrocos (PSB), além de representantes do MPF/PB em João Pessoa; da Assembleia

Legislativa da Paraíba (ALPB), da CMJP; da Rede Jurídica de Apoio ao Porto do Capim, composta por integrantes do MPF/PB; da DPU, e Defensoria Pública Estadual (DPE/PB); da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba, (OAB-PB), e das Universidades Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade de São Paulo (USP).

A presidente da AMPC diz que a importância da rede para comunidade, é dar visibilidade à luta em escala nacional, no contexto da defesa dos direitos humanos.

Essa rede vem nos acompanhando desde o dia da notificação, no dia 19 de março, e resolvemos fazer um movimento que promovesse a defesa do Porto do Capim, para além das organizações comunitárias locais, e mostrar que a cidade de João Pessoa se preocupa com esse território. Então várias organizações sociais, culturais, educacionais, de patrimônio, vêm somando com o movimento do Porto, em sua defesa. E foi quando surgiu o Entre Redes, que é uma rede de apoio à comunidade tradicional e ribeirinha do Porto do Capim. O seminário foi pensado para debater a situação de violação dos direitos, promovidas pela gestão Municipal de João Pessoa (AMPC, 2019)

A unificação de forças compõe o discurso de defesa dos direitos da comunidade, na fala da representante e moradora. Reconhece a importância dos movimentos sociais, em suas diversas especificidades, somando a luta de forma coletiva.

A tradicionalidade e seu reconhecimento é mecanismo de resistência da comunidade, instrumento suma importância a coletividade. Nesse contexto é apresentado no último dia do evento o *“informe técnico sobre a tradicionalidade de ocupação da comunidade do porto do capim (João Pessoa), Vols. I e II*, estudo coordenado pelo professor de Antropologia da UFPB Fábio Mura¹¹⁰, contendo o mapeamento das parentelas das famílias residentes no Porto do Capim (Figura 29).

¹¹⁰ A pedido do Ministério Público, foi editada uma complementação ao Laudo antropológico, produzido um informe técnico sobre a tradicionalidade de ocupação da comunidade do Porto do Capim, com as dimensões territoriais e a genealogia das famílias ribeirinhas que vivem no porto, sua origem das ilhas estuarinas. O Coordenador Pro. Fábio Mura formou uma equipe multidisciplinar, para produção dos dois volumes do informe técnico.

Figura 29-Tabela das prentelas e residências em Porto do Capim (obs. Os dados não representam a totalidade das parentelas residentes no local, mas a parte significativa delas)

Parentelas			Residências					
Nº	Nome de referência	Nº de integrantes	Vila Nassau	Praça Quinze	Porto	Frei Vital	Curtume	Comunidades do entorno
01	Maria Diogo da Silva (Dona China)	73	1 (mapa 1a)	4 (mapa 1a)	2 (mapa 1b)			
02	Lúcia de Fátima	34	7 (mapa 2)					
03	Dona Penha Mateus	36	1 (mapa 3a)		3 (mapa 3a)	2 (mapa 3b)		
04	Ednalva Gomes dos Santos	72			7 (mapa 4)		2 (mapa 4)	
05	Odacir de Oliveira	54	2 (mapa 5a)		4 (mapa 5b)		3 (mapa 5b)	
06	Geraldina Pereira da Silva	78	1 (mapa 6a)	6 (mapa 6b)	1 (mapa 6b)		2 (mapa 6b)	
07	Fatima da Silva Santos	123	2 (mapa 7a)	1 (mapa 7a)	12 (mapa 7b)	1 (mapa 7c)	2 (mapa 7c)	2 (mapa 7c) no Roger
08	João Firmino (Seu Alagoas)	46	2 (mapa 8)		2 (mapa 8)			
09	Dona Lurdes	52			2 (mapa 9)		4 (mapa 9)	
10	Antonio Izidio	149	7 (mapa 10a)	1 (mapa 10b)	4 (mapa 10b)			
11	Orlando Alves da Costa	62			8 (mapa 11a)	1 (mapa 11b)	1 (mapa 11b)	
12	Marcus Bezerra Barreto	62	9 (mapas 12)					
13	Neves França de Oliveira	56	1 (mapa 13a)		6 (mapa 13b)		2 (mapa 13b)	
14	Dona Regina (Da Penha)	53			9 (mapa 14a)	1 (mapa 14b)		
15	Fatima Melo da Silva	48	2 (mapa 15a)		1 (15b)			
16	Cosme de França	87			6 (mapa 16)			
17	Pedro Paulino de Holanda	167		1 (mapa 17a)	7 (mapa 17a)	3 (mapa 17b)	4 (mapa 17b)	1 (mapa 17c) no Roger
18	Ludgerio Gomes de Farias (Seu Lula)	109			1 (mapa 18a)	11 (mapa 18c)	1 (mapa 18b)	
19	Maria da Penha de Souza	153			10 (mapa 19)		5 (mapa 19)	
20	Suely Tabajara	35			20 (mapa 20)			
Total integrantes diagramas 1.477								

Fonte: UFPB, 2019b, p. 26.

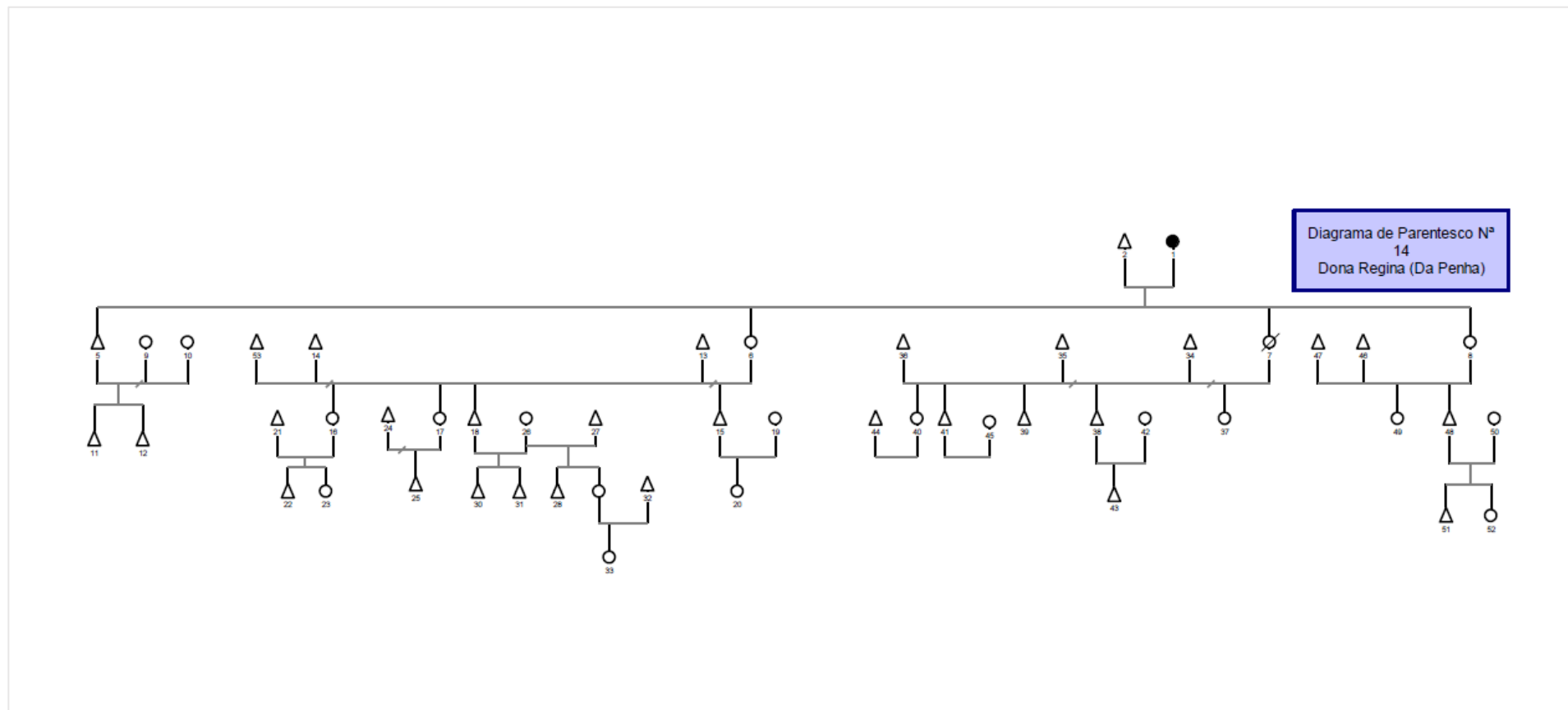
No informe técnico constavam os nomes de referência das pessoas-focais, referentes a chefia ou a famílias extensas, com pelo menos 3 gerações. Sendo descrita e analisado no documento técnico algumas dessas famílias e suas gerações, contendo “os padrões de residência dos grupos domésticos, e as dinâmicas genealógicas no Porto do Capim ao longo do tempo e do espaço” (UFPB, 2019a, p.27).

O mapeamento do arranjo família acompanhado de um organograma de parentesco, para cada família do estudo mostra a relação de vizinhança existente, funcional a reprodução da classe trabalhadora por meio de práticas solidárias, além de ser estratégia positiva e facilitadora na agregação da luta.

O organograma, mostra os conjuntos de famílias e suas várias gerações, trazendo uma especificidade para o lugar, além da relação de pertencimento com os portos estuarinos, muitas famílias foram oriundas dessa localidade.

O volume II do informe técnico trouxe as parentelas em diagrama (Figura 30), seguido de uma tabela de orientação genealógica, com um mapa de localização dos principais moradores do Porto. A exemplo das parentelas n 14, da família de Da Penha.

Figura 30-Diagrama de parentesco Nº 14. Dona Regina (Da Penha)



Fonte: UFPB, 2019b, p. 71

A distribuição espacial dos moradores e suas famílias foram e são referências na agregação coletiva da luta. A participação das mulheres na liderança e no apoio da resistência, tecida pela relação de confiança familiar, as matriarcas participes do movimento, direta ou como apoio, reforçaram o coletivo e a construção social da consciência política. Da Penha, desde o surgimento da Comissão de Mulheres do Porto do Capim esteve presente.

O arranjo espacial da distribuição dos familiares, abrangeu toda área do Porto do Capim, congregando as subáreas, em poucas exceções o eixo de articulação/localização ocorreu em uma única subárea por família, como mostra o informe técnico.

As parentelas mais numerosas e com mais unidades habitacionais, com exceção da de Seu Antônio Izídio (centrada em Vila Nassau), e a de Seu Lula (cujo foco está em Frei Vital), geralmente têm como eixo de sua articulação o espaço do Porto propriamente dito; mas, por irradiação, distribui o resto de seus integrantes pelos outros quatro locais que compõem o espaço comunitário como um todo. Veja-se na tabela 1, por exemplo, os casos das parentelas de D. Fátima das Silva Santos, de **“Da Penha”** (como é conhecida dona Regina), de Pedro Paulino de Holanda e de Maria da Penha de Souza (Grifo da autora) (UFPB, 2019a, p. 28).

A parentelas de Da Penha, refletido no diagrama familiar (Figura 31), revela o quantitativo de famílias que dela originou, mostra a importância simbólica e material da participação das mulheres da comunidade do porto do Capim na luta.

A consciência política se irradia no interior do núcleo familiar, trazendo para ruas reivindicações coletivas.

Figura 31-Diagrama de Dona Regina (Da Penha)

Diagrama de Dona Regina (Da Penha)			
1	Regina Souza da Silva	35	Cícero
2	Genival	36	Luiz Carlos (Carlinho)
3	Antonio Policarpo de Souza (Comissário do Porto. Delegado)	37	Cassio
4	José Luis	38	Marcio Fernandes da Silva
5	Reginaldo Rossi dos Santos	39	Ramon Carlos
6	Gerlane Teixeira Matos	40	Carla Eduarda
7	Maria de Fátima da Silva	41	Ray Eduardo
8	Maria da Penha da Silva	42	Dayse Maria
9	Sandra Campos	43	Murilo Galdino Fernandes
10	Lucilene (família de D. Hossana)	44	Lucas
11	Leandro	45	Kailane
12	Neto (Genival Rosa dos Santos)	46	André Gomes
13	Ary	47	Francinaldo
14	Valdeci (família de D. Branca)	48	Anderson da Silva Farias (família Holanda)
15	Danilo	49	Andrea Carina da Silva Farias
16	Maiara	50	Girlane
17	Tamara	51	Alan Lucas
18	Isac	52	Arielle Dayane
19	Amanda	53	Ronaldo José da Silva
20	Alana	55	
21	Alexandre	56	
22	Yuri	57	
23	Pérola	58	
24	Elves	59	
25	Enzo Renan	60	
26	Josineide	61	
27	Fabio	62	
28	Wesley	63	
29	Laininha	64	
30	Ítalo	65	
31	Ian	66	
32	Lucas	67	
33	Luna	68	
34	Vada (Roger)	69	

Fonte: UFPB, 2019b, p. 73.

O arranjo familiar, seu regime de solidariedade se mostrou efetivo no auxílio à reprodução das famílias de baixa renda nas periferias brasileiras, porém, na área do Porto

do Capim, também se tornou mecanismo de construção coletiva de consciência política, eficaz na resistência, facilitador da luta, na compreensão de um coletivo em bases família, fosse ela sanguínea ou de irmandade. O arranjo familiar, também foi instrumento de luta, facilitador de resistência, compreensão de um coletivo em bases família, fosse ela sanguínea ou de irmandade. Contra a implantação de um planejamento segregador e excludente, que romperia as ligações socioespaciais, propostas por políticas neoliberais de planejamento estratégico.

O território da comunidade tem duas características distintas, a) preservação do arranjo de vizinhança continua na área do Porto em suas subáreas e, b) acesso às áreas além do continente, rio, maré, ilhas e croas. O território vai além da área continental, assim como as práticas cotidianas na comunidade vai além de práticas urbanas, e se intersectam na forma e no conteúdo. Para uma das moradoras:

Toda minha família mora aqui tenho muitos amigos aqui na comunidade. A gente sempre teve contato com o rio desde pequena, quando comecei a andar, acho que o meu primeiro passo foi lá na maré. Sempre gostei muito da maré, gostava muito do rio, de tomar banho, de pegar caranguejo. Às vezes de manhã cedo a primeira coisa que fazia era correr pra beira da maré, pra ver se tinha alguma novidade, vê se estava acontecendo alguma coisa (Ribeirinha, moradora da Vila Nassau, nasceu no Porto e sua família chegou em 1967).

O território da comunidade tem duas características distintas, a) preservação do arranjo de vizinhança continua na área do Porto em suas subáreas e, b) acesso às áreas além do continente, rio, maré, ilhas e croas.

A comunidade se encontra em momento de interlocução com a PMJP. Após Ação Civil Pública emitida pelo MPF/PB, acatada pelo judiciário, a comunidade retorna às interlocuções com a gestão pública municipal na busca de um consenso de interesses, com a propositura de relocação dos moradores da área da Vila Nassau para dentro da própria comunidade, a única a ser utilizada no projeto do “Parque Ecológico Sanhauá”.

Em paralelo a AMPC, em conjunto com o Coletivo Jovens Garças do Sanhauá¹¹¹ fortaleceram atividades de turismo comunitário, e ações de comunicação, como panfletagens, informando as demandas da comunidade.

¹¹¹ Criado em 2014, um coletivo de Jovens da Comunidade do Porto do Capim, desenvolve atividades culturais, integradas ao ponto de cultura comunitário, no interior do Porto do Capim. Entre as atividades desenvolvidas, têm o turismo comunitário, receptivo que traz uma nova forma de turismo sustentável.

A comunidade como um todo, sua configuração e sua origem são o cimento da construção de resistências. Sabem quem são de onde vieram, e sua caracterização socioespacial é necessária.

CAPÍTULO 5 – A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM QUE LUTA E RESISTE

Segundo os moradores do Porto do Capim entrevistados, desde 1997 suas vidas ficaram na incerteza. De tempos em tempos apareciam na comunidade notícias de uma possível remoção involuntária de suas casas, por parte da PMJP. A alternativa dada era a de morar em pequenos apartamentos, sem garantia de manter as relações de vizinhança construídas durante décadas no Porto do Capim. Em depoimento de um dos moradores da comunidade, fica clara essa preocupação:

Contrariamente a esta visão abstrata, burocrática e impessoal das relações entre indivíduos, uma comunidade local, com longa trajetória de formação e convívio intenso de seus membros, como é a do Porto do Capim, centra-se principalmente nas relações de parentesco, a partir das quais são estabelecidas também relações de vizinhança e uma cooperação socioeconômica (UFPB, 2019a, p.21).

A fala do morador reflete a tensão vivenciada diante da possibilidade de mudança de local de moradia e as consequências em suas vidas. São moradores do espaço urbano com práticas rurais, que espraíam para além do continente, tomam as ilhas, croas e rios. A territorialidade é o seu combustível de empoderamento e lugar de fala.

A estratégia de resistência da comunidade contra as investidas do capital - via poder público, na proposta de implantação de uma estrutura turística (especificamente uma grande praça de eventos) no lugar das casas da comunidade, foi mobilizar os parceiros (instituições públicas, ONG's, sujeitos sociais, entidades, coletivos) externos que apoiavam sua permanência, como foi apresentado em capítulos anteriores. A parceria exigiu a sua presença no interior da comunidade com ações práticas, urgentes e concretas.

A comunidade lutou e luta pelo território de identidade ribeirinha, o que são, o que acreditam e no que praticam. As famílias mantêm uma ligação com esse lugar, desde seus ancestrais até as gerações atuais e querem passar essa história às crianças e jovens, para que eles saibam quem são. Por isso a luta nasce da necessidade de formação e atuação integrada dos jovens, como constatamos nas práticas dos parceiros em capítulos anteriores.

A cultura é dinâmica, reveladora de valores e práticas sociais dos sujeitos que a fomentam, e só pode ser reproduzida no espaço, por ações que criam e recriam ambientes e paisagens, pela integração de elementos preexistente a outros recém-criados. Para garantir sua reprodução, enquanto comunidade ribeirinha, esses sujeitos necessitam de um espaço físico adequado, onde desenvolvam suas práticas cotidianas, de forma intergeracional, garantindo seu modo de vida e o valor de uso. Apresentamos na sequência uma leitura sobre esse território.

5.1- O Porto do Capim: importância do ecossistema natural à reprodução da vida

A comunidade do Porto do Capim se localiza em área de importância ambiental, e sua relação com o ecossistema que o circunscreve é o suporte à sua reprodução. Por estar em área estuarina, berço de vida, se faz necessária à sua caracterização agroambiental.

Espacialmente a área é composta por quatro subáreas, a saber: direção de Sudoeste à Nordeste: Vila Nassau, Praça XV de Novembro, Porto do Capim e Frei Vital, o curtume encravado entre a subárea do Porto e a Frei Vital (Figura 32).

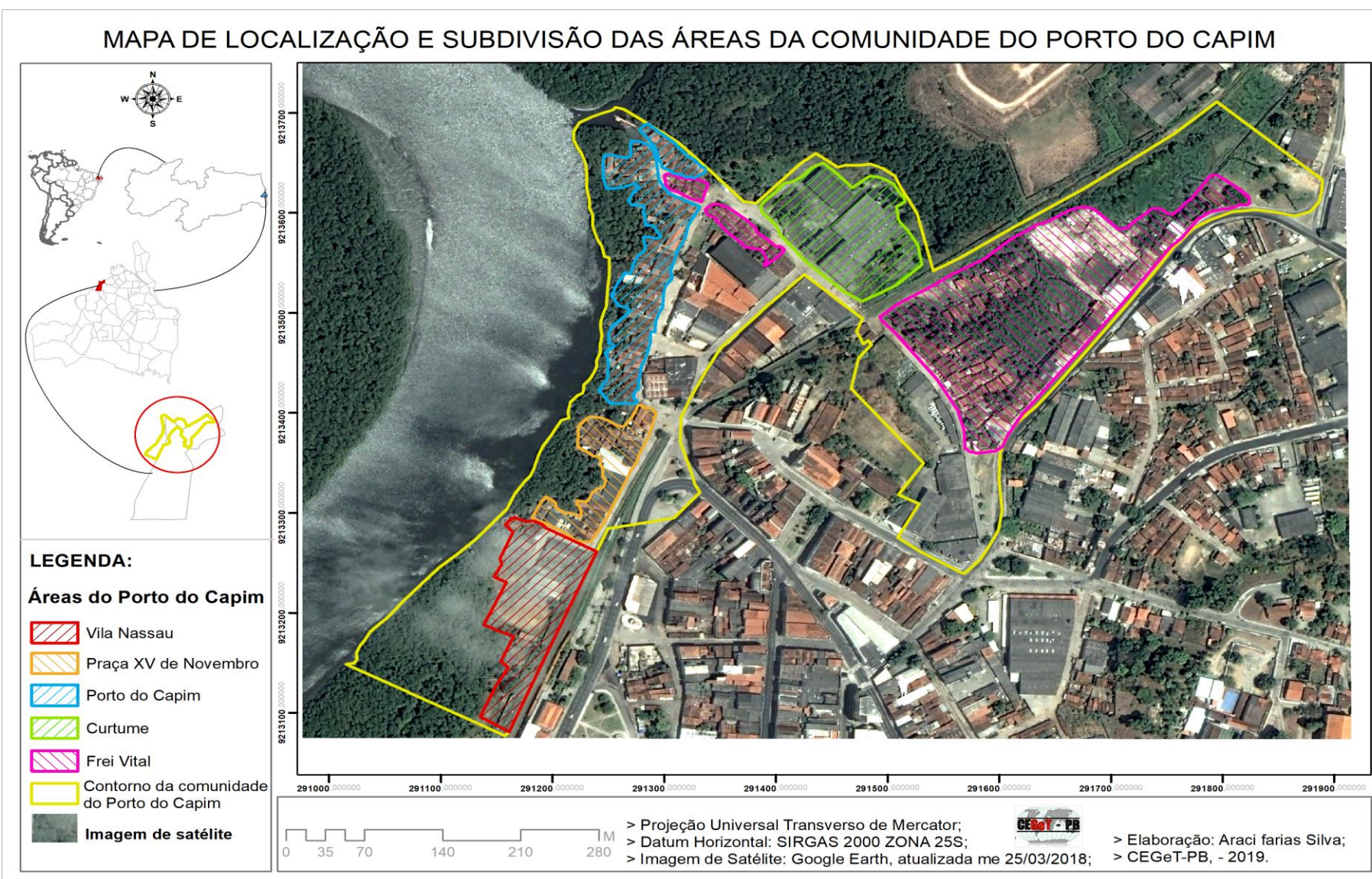
Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)¹¹² o clima da área de estudo apresenta uma normal histórica da variável precipitação/ano no período de 1960-1990¹¹³, de 2145,4mm/ano. A chuva acumula-se no primeiro semestre, nos meses do ano, equivalendo ao 88,26% do total da precipitação da cidade. Já os meses menos chuvosos, outubro, novembro e dezembro, registraram 251,8 mm/ano, representando 11,74% das chuvas em João Pessoa (INMET, 2009).

Do ponto de vista geomorfológico, a área está contida no baixo curso da bacia do Rio Paraíba, com feições tipicamente estuarinas, que constitui a planície fluvial formada pelo Rio Paraíba (canal principal) e pelos seus tributários, dentre eles o *Rio Sanhauá* presente na área.

¹¹² Instituto Nacional de Meteorologia - INMET (2009). As médias históricas de precipitação e de umidade do município de João Pessoa são respectivamente: 2.145,4mm e 77,7%. Disponível pelo site: <<http://www.inmet.gov.br/projetos/rede/pesquisa/>>. Acessado em 11/10/2017.

¹¹³ Com dados oriundos da estação meteorológica do INMET na cidade de João Pessoa.

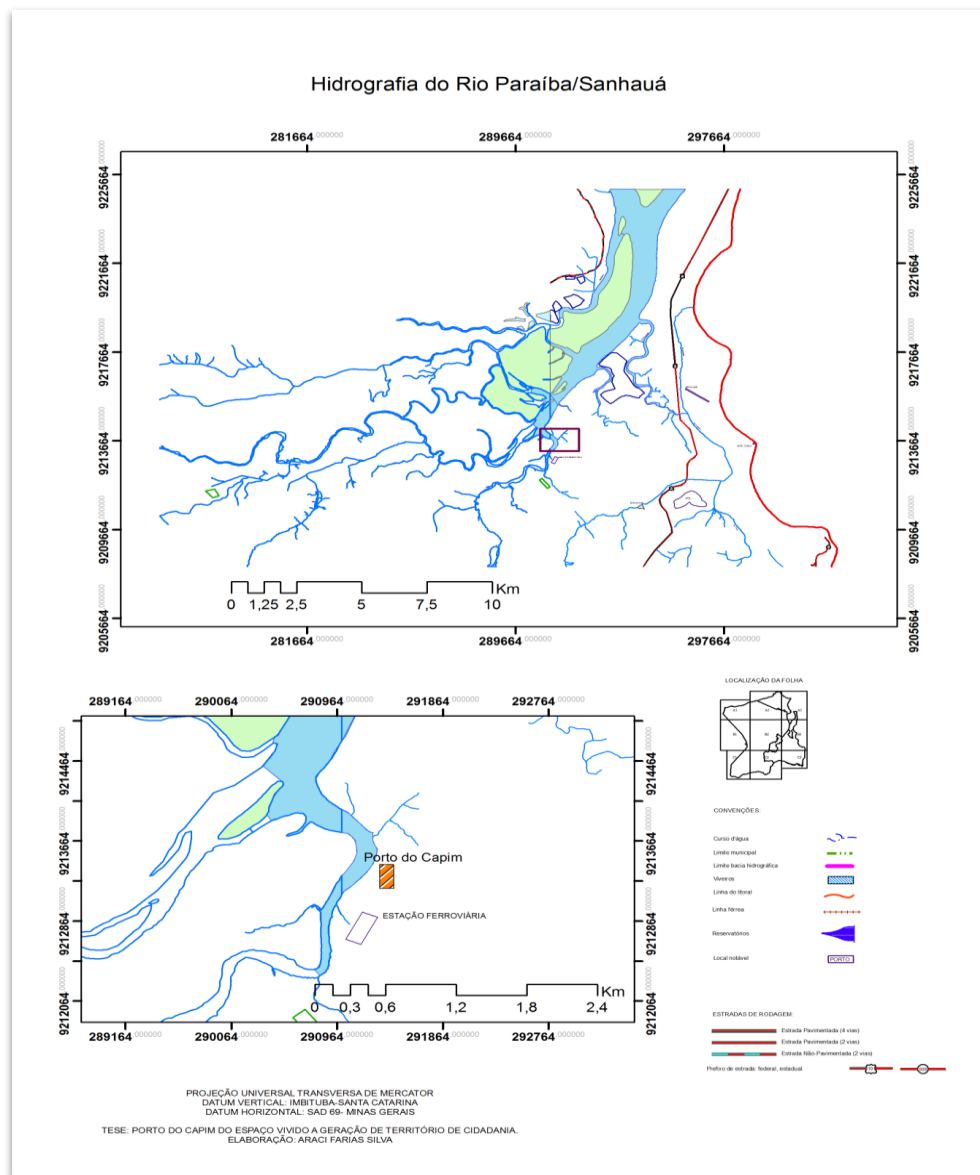
Figura 32-Mapa de localização, contendo as subáreas do Porto do Capim e o curtume desativado e ocupado



Fonte: Autora, 2018.

Tais feições são observadas desde a região do município de Bayeux, até a foz do rio, no município de Cabedelo, numa distância, aproximadamente, de 20 km. Esta porção estuarina é margeada por uma vegetação de mangue em quase toda sua extensão e possuem sete tributários: quatro deles na margem esquerda (rios: Paroeira, Tiriri, Ribeira e da Guia); e três, pela margem direita (rios: Sanhauá, Tambiá e Mandacarú) (Figura 33). Os tributários contribuem para um aporte de água superficial de baixa salinidade, que carrega materiais erodidos, detritos domésticos e/ou industriais (SASSI; WATANABE, 1980).

Figura 33-Hidrografia do rio Paraíba e seus tributários/Rio Sanhauá



Fonte: Autora, 2017.

O domínio ecossistêmico estuarino do rio Paraíba vem sofrendo, há décadas, constantes agressões devido à pouca fiscalização, embora a legislação dê proteção a esta área, por se tratar de uma APP. Sobre isso, é importante citar Silva:

Entre os impactos ambientais mais evidentes são apontados o depósito de resíduos sólidos à margem dos rios, sendo transportados pela maré e acumulados nas croas ou nos manguezais; despejo de esgoto no rio Paraíba e afluentes; e a erosão na margem do canal do Forte Velho, ocasionada pela ocupação indevida e pela retirada da vegetação ciliar e do mangue. Este processo associado ao crescente desmatamento nas margens dos rios e córregos estuarinos fornece grande quantidade de sedimentos, causando assoreamento e alargamento da lâmina de água no canal de Forte Velho no leito do rio Sanhauá (2010, p. 11).

O assoreamento do rio Paraíba e do seu tributário rio Sanhauá, é um problema histórico, devido à remoção da mata ciliar, e à monocultura da cana-de-açúcar que chega até as margens do rio Paraíba, e foi a principal responsável histórica por seu assoreamento. O alto custo de retirada de sedimentos no rio Sanhauá, os desvios do erário no projeto de internacionalização¹¹⁴ do porto do capim em 1923, resultou na sua inviabilização e transferência das atividades portuárias para a Cidade de Cabedelo.

O estuário¹¹⁵ do rio Paraíba se localiza exatamente no centro do litoral, sendo limitador do litoral norte e sul paraibano, na Mesorregião da Mata Paraibana. O rio Sanhauá é um dos componentes do ecossistema natural de grande importância no baixo curso do rio Paraíba, tem suas águas no município de João Pessoa, um dos cinco municípios¹¹⁶ que compõem a foz do rio Paraíba, e, é o mais importante rio do Estado. Seu tributário, o rio Sanhauá, margeia a comunidade do Porto do Capim.

O rio Sanhauá recebe influência nas condições ambiental, econômica e urbana. Sua paisagem é marcada e transformada pela ação fluvial:

¹¹⁴ O Projeto de construção do Porto Internacional do Varadouro foi financiado pelo Governo Federal da época, por intermediação de Epitácio Pessoa. Os detalhes estão no livro “Porto Político”, escrito por José Joffily.

¹¹⁵ A definição mais largamente citada para estuário na literatura científica foi a dada por Pritchard em 1967, como estuário sendo um corpo de água semifechado que tem uma livre conexão com o mar aberto e dentro a água marinha sofre diluição pelo aporte de água continental (DAY JR. *et al.*, 1989, p.9 e ELLIOTT; McLUSKY, 2002, p.55).

¹¹⁶ Lucena, Santa Rita, Bayeux, João Pessoa e Cabedelo.

[...] rios, no sentido geral, são cursos naturais de água doce, com canais definidos e fluxo permanente ou sazonal para um oceano, lago ou outro rio. Dada a sua capacidade de erosão, transporte e deposição, os rios são os principais agentes de transformação da paisagem, agindo continuamente no modelado do relevo. São importantes para a atividade humana, seja como vias de **transporte** e fontes de energia hidroelétrica e de água potável, seja como supridores de recursos alimentares através da pesca e de água para irrigação (GIANNI; RICCOMINI 2001, p. 192).

A simbiose entre os moradores do Porto e o meio natural reflete a relação da origem dos seus antepassados. Um número significativo advindo do próprio estuário do rio Paraíba, o rio sempre esteve presente na vida reprodutiva e produtiva da comunidade, fonte de proteína, garantia da reprodução, ou na extração dela para a venda; o transporte de moradores entre as ilhas dependeu quase que exclusivamente do rio, são as estradas dos ribeirinhos; o lazer das famílias do Porto realizam nas croas, assim como o desenvolvimento de suas crenças em entidades ou religiosidade.

5.2 - Formação do assentamento urbano Porto do Capim: Sua origem e seu território

Com a transferência das atividades do porto do Varadouro para o porto de Cabedelo, em 1935, transferindo, também, a maior parte das atividades de circulação e comércio, interestadual e internacional levaram os trabalhadores ao desemprego, só resistindo as atividades nos portos estuarinos - responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias no baixo curso do rio Paraíba e Sanhauá.

A atividade na área era voltada principalmente para o escoamento da produção local, situação essa que perdurou até primeira metade do século XX, quando em decorrência do processo de assoreamento dos rios Paraíba e Sanhauá - provocado pela expansão descontrolada da atividade canavieira e pelo crescimento das cidades às suas margens, causou a transferência do porto para a cidade vizinha de Cabedelo (UFPB, 2016).

Em 1935 foi concluída definitivamente a transferência dos maiores cais, de longo curso e o de cabotagem para Cabedelo, no entanto não se pode dizer dos trapiches estuarinos¹¹⁷ que continuaram em atividade, até os dias atuais (UFPB, 2016. p. 5-6).

Na década de 1950 com a desvalorização imobiliária e relocação do setor de comércio e serviços, a falta de investimento em novos equipamentos públicos, resultou na decadência econômica da área do Porto do Varadouro. Nesse contexto de abandono por parte do poder público, surgem as primeiras ocupações, ressignificando o uso do solo - agora para habitação pela população de baixa renda, moradores da periferia, migrantes do campo e aqueles que trabalhavam nas atividades do porto (arrumadores). Como coloca Scocuglia:

O bairro do Varadouro, até a década de 1940, abrigava, predominantemente, usos ligados às atividades portuárias, ao comércio, à habitação e ao lazer. A construção de um novo porto, na cidade de Cabedelo, zona metropolitana de João Pessoa, bem como a urbanização do entorno do Parque Sólon de Lucena, abertura e pavimentação da Av. Epitácio Pessoa acelerou o processo de expansão urbana em direção às praias. Acarretou, posteriormente, o abandono e a transferência gradual das atividades comerciais, institucionais e de moradia no sentido centro-praia. Iniciou-se um processo de estagnação dos bairros centrais e, em especial, do bairro do Varadouro (hoje conhecido como o maior bairro da Cidade Baixa) onde permaneceram alguns trechos ocupados por habitações de classe médias e baixas, convivendo com espaços deteriorados, bares e casas de prostituição frequentados à noite por boêmios e intelectuais. ***Nesse mesmo período, entre as décadas de 1940 e 1970, ocorreu a consolidação da comunidade Porto do Capim formada, em geral, por famílias de pescadores, situada nas vizinhanças do antigo atracadouro, então abandonado.*** (2010, p. 81-82)

Na década de 1940, a consolidação urbana da área do Porto, surge do acolhimento de moradores vindo das ilhas fluviais do estuário do rio Paraíba. Localidades ocupadas por famílias de agricultores e coletores que viviam dos recursos provenientes do rio e do mangue. “O estuário que compõe essa área é, portanto, há décadas, local de uso e ocupação para a reprodução econômica e cultural destas comunidades”. Parte das pessoas que trabalhavam no porto provinham justamente destas famílias, e já

¹¹⁷ O que estamos chamando Porto Estuarino diz respeito à existência de vários trapiches utilizados, pelas populações locais, para transportes de pessoas e bens entre diversos pontos da bacia do Rio Paraíba, em seu Baixo Curso. Há vários trapiches deste tipo em diferentes áreas do estuário do rio Paraíba. In: UFPB/PROEXT. RELATÓRIO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR COMUNIDADE PORTO DO CAPIM. 2016. p. 5.

vivenciavam o lugar “Isto por conta de relações de trabalho ou por habitarem localidades próximas, ou por ambas as razões” (UFPBa, 2019. p. 10).

A migração das famílias das ilhas, e de localidades do estuário para o continente ocorreu, em grande parte, porque muitas dessas localidades do estuário passaram a ser implementada a carcinicultura, paralelamente a, ainda tão presente cultura da cana de açúcar.

A consolidando de habitação da área do porto pela comunidade tradicional ribeirinha, se deu “na busca por melhores condições de vida”, devido ao “deslocamento forçado” fosse ele “de forma direta [...] a partir da venda das terras em que há décadas viviam, pelos novos “donos” do local”, ou pela falta de condições propiciadas pelos “ambientes ficaram tão hostis que as pessoas se viram forçadas a procurar um novo local para viver” (UFPBa, 2019. p.11).

Para os moradores do Porto do Capim, o seu território, onde desenvolvem práticas de reprodução, se dá em várias localidades do estuário, são considerados, Ilha do Eixo, Ilha Stuart, Ilha Tiriri e, ilha da Restinga, são ilhas de comum reconhecimento de todos. Há locais que também são denominados como ilhas, por ter um histórico de acesso só pelo rio, com a ligação via continente - caso do acesso a Livramento, distrito do município de Sana Rita, feito pela PB 011 via continente, no entanto ainda é conhecida como ilha pelos moradores do Porto do Capim (ASSAD, 2017).

A paisagem do lugar de origem dos moradores mais antigos, continua presente na memória, simbolicamente lembrada em suas narrativas, como no caso de um dos moradores mais antigos que, segundo o informe técnico de tradicionalidade em seu vol. 1: “descreve a ilha onde nasceu, a Ilha do Stuart, como um lugar que no passado era flórido de atividades agrícolas. Ele lembra que lá havia também engenhos e casas de farinha, além de várias árvores frutíferas” (UFPB, 2019a, p. 18)

As práticas ribeirinhas, navegação, coleta e pesca, foram, em parte, responsáveis pela construção de uma rede de comunidade ribeirinha, ao longo do estuário. Reforçada pela mobilidade via rio, que possibilitou se intercomunicarem entre gerações, reforçando a tradicionalidade que permeiam os conhecimentos dos moradores/usuários do rio e do mangue, base de sustentação de sua reprodução.

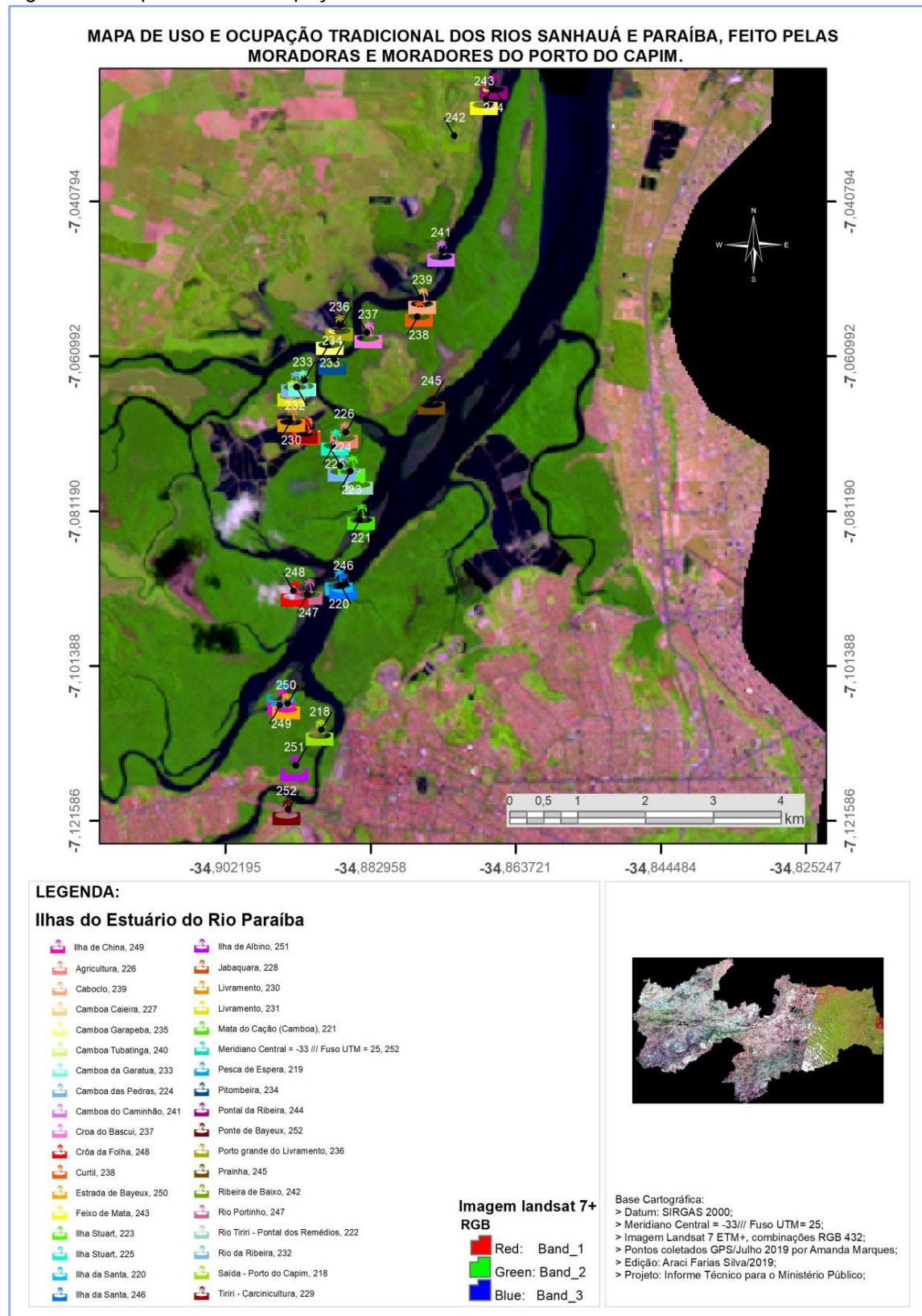
A atividade pesqueira é prática constante na comunidade, assim como a agricultura, constatação disso é o depoimento de uma das duas moradoras: “Eu tenho do outro lado do rio uma casinha e planto macaxeira, milho, coco. Tudo que produzo eu vendo na comunidade, se alguém estiver doente e precisar de uma água de coco, eu dou, somos como uma família, um ajuda a outro” (Pescadora e agricultora, da Vila Nassau, 2019).

As práticas socioespaciais na comunidade do Porto do capim são múltiplas, se entrelaçam formando um novo espaço e um novo uso, mediados pela solidariedade, características dos povos tradicionais e ribeirinhos. A transferência dos moradores para área do Porto desativado, não se deu só de forma material, mas, também, com a transferência de valores simbólicos, conhecimentos e práticas.

O território de vida dos moradores vai além da circunscrição continental, compõem os espaços onde sua vida se desenrola (lazer, crenças e, trabalho), é no conjunto de ilhas, nas croas, nas bordas entre o continente e o rio, como podemos observar no mapa¹¹⁸, elaborado em parceria entre a UFPB e os moradores, elaborado em 2019 (Figura 34).

¹¹⁸ Elaborado em uma construção coletiva, entre a equipe multidisciplinar elaboradores do Informativo técnico e os moradores do Porto do Capim (UFPB, 2019).

Figura 34- Mapa de uso e ocupação tradicional dos rios Sanhauá e Paraíba



Fonte: UFPBb, 2019.

O mapa de ocupação tradicional, revela a rede tradicional estuarina, que persiste ao tempo, reforçando resistência das práticas de valor de uso, mesmo estando no espaço da cidade em convivência com as práticas de valor e troca. A trama tecida na intersecção da cidade com o rio e o mangue, atrelado a formação política gerou sujeitos conscientes, com reivindicações de reconhecimento da sua tradicionalidade, com representatividade legítima, na busca de uma redistribuição com justiça social, na produção do espaço da cidade.

A mudança de uso da área do Porto, de comercial (espaço de relações de produção) para moradia, garantia da reprodução da vida. O fim das atividades do porto deixou muitos trabalhadores desempregados, obrigando-os a buscar novas estratégias de reprodução. Mas as memórias dos tempos das intensas atividades do porto ainda estão presentes, emergem de suas lembranças na comparação da mudança da paisagem. Segundo uma das suas moradas:

Quando eu cheguei aqui só em 1949, tinha oito anos, só existiam quatro famílias morando no porto, aqui era muito movimentado, existiam três feiras, se vendia de tudo, e os cavalos vinham se alimentar aqui no porto, de onde chegava barcos vindos da ilha trazendo capim para os cavalos do exército. Trabalhei como cozinheira em todos os lugares, bares, restaurantes, motel, cabaré para meus filhos não passarem fome (Moradora do Porto do Capim, 78 anos, mora a 70 no Porto, a sua família está na quinta geração morando na área).

Assim se deu um processo de ocupação e apropriação do solo, com a fixação e formação de área urbana consolidada, e que geraram quatro comunidades: Vila Nassau, Praça XV de novembro, Porto do Capim e Frei Vital. A forma é multinucleada, lógica de coletividade, eis que parte representativa dos moradores são das mesmas famílias. A relação de vizinhança ajuda as mulheres em nível reprodutivo. O cuidado com os filhos e com os mais velhos é partilhado entre as mulheres que precisam sair para o setor produtivo.

Segundo o censo de 2010 IBGE¹¹⁹ a população da área era de 3.720 moradores, distribuídos nas quatro comunidades; mais de 52% são mulheres, e um percentual representativo delas desenvolvem atividades produtivas na comunidade. O comércio é o

¹¹⁹ Dados do SIDRAS – IBGE, disponível pelo site <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=761&z=&o=4&i=p>. Acessado em 27/08/2017.

maior exemplo. A remoção proposta iria criar dificuldades na vida dos moradores, mais diretamente às mulheres que seriam afetadas no seu cotidiano, pois dependem do arranjo de vizinhança como estratégia reprodutiva.

Segundo o GT/IPHAN/PB, os dados do projeto de relocação da Comunidade do Porto do Capim e dos arquivos CPCH-JP para o ano de 2016:

a população da área era de 650 (seiscentas e cinquenta) pessoas distribuídas em 180 unidades habitacionais. Deste total, 43,60% possuíam idade de até 18 anos, sendo 6,23% a porcentagem de idosos. Com relação ao grau de escolaridade, 50% dos indivíduos possuíam apenas o ensino básico, enquanto 12,46% eram analfabetos. Com relação ao índice de empregabilidade, 26% integravam o mercado formal de trabalho, 11% desempenhavam atividades no mercado informal e 19% encontravam-se desempregados. Do total de residências, 35,55% eram chefiadas exclusivamente por mulheres, sendo que um terço delas retirava o sustento de atividades desempenhadas no próprio lar, a exemplo da lavagem de roupa. Economicamente, 15% das famílias dependiam da aposentadoria dos idosos (IPHAN, 2012, p. 56).

Nos dados preliminares do Censo de 2010, apresentados pelo IBGE, as áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau são consideradas como um “aglomerado subnormal”. Na pesquisa, foram cadastrados 222 endereços, sendo 197 domicílios particulares e 28 estabelecimentos, 3 dos quais com uso domicílios particulares (dupla função) (IBGE, 2010).

A ausência do estado se faz sentir nas mais simples necessidades básicas de urbanidade e habitabilidade, necessárias à reprodução humana, a exemplo do saneamento que é inexistente no Porto do Capim. Longe da prática do cumprimento de suas responsabilidades enquanto gestor público a prefeitura em seus projetos de infraestrutura do Parque Sólon de Lucena canalizou águas pluviais para dentro da comunidade, somados esgotos clandestinos que vêm da cidade alta, atravessam a comunidade e poluem o rio Sanhauá (Figura 35).

Figura 35- Águas Pluviais desviadas para dentro da comunidade na área da Vila Nassau



Fonte: PROEXT/UFPB, 2016

Questões ambientais como essa são a prova da falta de preocupação quanto à qualidade de vida dos moradores por parte da gestão municipal, pelo que discursos higienistas não tem veracidade.

Outra característica coletiva e subjetiva que a comunidade carrega, é a defesa da preservação do meio natural, busca da sustentabilidade ambiental, prática vivida cotidianamente por esses sujeitos. A sustentabilidade defendida pela comunidade é contrária à sustentabilidade conclamada pelo projeto da PMJP.

Para a comunidade a preservação, como prática do poder público, fica em último plano: “a prefeitura veio aqui e destruiu o mangue, acabaram a casa dos goiamuns e a gente fica sofrendo com essa destruição”, relato do desmatamento proporcionado pelos agentes de desenvolvimento urbano e guardas civis municipais a mando da PMJP, logo após a demolição das casas (Figura 36).

Figura 36-Funcionários da PMJP desmatava área de Preservação Permanente no Porto do Capim



Fonte: (Moradora do Porto do Capim), 15/07/2019.

A PMJP, em nota aos meios de comunicação (anexo 2), justificou o desmatamento como sendo uma operação de poda “operação realizada na manhã desta segunda feira, na comunidade Vila Nassau, aconteceu para retirar entulhos das casas que já foram demolidas, com a anuência dos proprietários, além de poda de árvores, seguindo recomendação do MPF/PB e DPU” (Portal Correio). Visivelmente não se tratou de poda, mas da derrubada de mangue em Área de Preservação Permanente (APP).

Enquanto os moradores do Porto vivem a sustentabilidade nas suas práticas cotidianas, e dependem da preservação do meio natural para garantir sua reprodução, direta ou indiretamente, o projeto desenvolvido e defendido pelo poder público municipal, “Parque Ecológico Sanhauá”, tem como objetivo a venda da paisagem, ligada ao turismo de base capitalista, atendendo aos interesses de agendas globais.

A retórica do poder público é baseada nas “diretrizes que consistem em valorização do relacionamento entre o rio e a cidade” (PMJP, 2014, p. 97), como se a comunidade também não fizesse parte da cidade, e sua relação com o rio não fosse vista.

5.3- A comunidade do Porto do Capim: Práticas socioespaciais que geram resistência

O valor simbólico dos espaços naturais estão presentes no imaginário e na materialidade do morador do Porto do Capim. Compreendem a dinâmica da maré, conhecem a flora e fauna, são detentores dos conhecimentos e manuseios de plantas e ervas. Essa relação empática e próxima, homem/meio reflete nas relações sociais de vizinhança, por meio da solidariedade, prática comum em comunidade rurais e tradicionais.

Os eventos e comemoração realizados no Porto tem um valor simbólico, sejam eles sagrados ou profanos, coletivamente é transmitido de geração em geração.

1 - *A procissão de Nossa Senhora da Conceição* é um evento que compõe a agenda de festejos da comunidade, comemoração de relevância para os moradores, reflete a fé, a religiosidade e a relação com a natureza, representada pelo rio, outra via de acesso utilizada pelos moradores. De acordo com Woodward, estaríamos diante de:

As relações sociais são produzidas e reproduzidas por meio de rituais e símbolos, os quais classificam as coisas em dois grupos: as sagradas e as profanas. Não existe nada inerentemente ou essencialmente “sagrado” nas coisas. Os artefatos e ideias são sagrados apenas porque são simbolizados e representados como tais. Ele sugeriu que se encontram nas religiões “primitivas” – tais como fetiches, as máscaras, os objetos rituais e os totêmicos – eram considerados sagrados porque corporificavam as normas e os valores da sociedade, contribuindo, assim para unificá-la culturalmente (2013, p. 40).

A procissão ocorre anualmente, no dia 8 de dezembro, dia dedicado à Nossa Senhora Imaculada da Conceição, teve seu início a mais de 20 anos. Uma das mulheres

moradoras deu início à procissão para pagar uma graça alcançada. Desde esse momento, tornou-se prática cultural dos moradores:

Minha filha estava doente, era criança, mais de 20 anos atrás, aí eu fiz uma promessa a Nossa Senhora da Conceição, na intenção da saúde dela, alcancei a cura dela e decidi pagar a promessa, levando minha filha, vestida de túnica azul, da cor do manto que protege a imagem da santa, pelo rio Sanhauá, acompanhada de alguns pescadores em suas canoas, que conduziram a imagem da Santa lá pra ilha que tem a imagem dela, onde foi celebrada uma missa pela graça alcançada (Moradora do Porto do Capim).

A ilha ficou conhecida como “Ilha da Santa”. A procissão é um dos momentos do ano mais aguardados pelos moradores. Sua realização começa com os preparativos em dias anteriores, com a distribuição de atividades. Todavia, o evento é para a comunidade e para cidade. A procissão é um momento em que a coletividade aflora. Essa construção social compõe representação cultural de valores simbólicos para a comunidade, presente nas crenças ribeirinhas:

“a gente fica esperando com a maior felicidade a passagem da santa, a comunidade toda trabalha na preparação, cada um faz o que pode, todos trabalham pra ficar tudo arrumado, o trapiche fica todo bonito, a rua da comunidade fica cheia” (Moradora do Porto do Capim).

“fico tão feliz quando chega o dia da procissão, eu nasceu e morei 42 anos na Ilha de Tiriri, ela fica na frente da Ilha da Santa, mas tivemos que sair, o novo dono chegou e disse que a gente tinha que ir embora, a gente tinha tudo, comida e paz” (Moradora do Porto do Capim).

Entre as ações coletivas da comunidade a procissão é a mais antiga, as famílias se fazem presentes em todo processo, a maioria dos moradores participantes da procissão são das subáreas do Porto do Capim e da Frei Vital. Mas a presença de moradores da Vila Nassau e Praça XV de novembro e Curtume também é observada.

2- Outro momento de participação coletiva são os *festejos juninos*, com apresentações o Grupo Xote das meninas¹²⁰, formado em 2011, completou 8 anos em

¹²⁰ Grupo artístico de tradições culturais composto por crianças e jovens da comunidade do Porto do Capim, faixa etária de 6- 28 anos. O grupo apresenta espetáculos, com danças folclóricas, Xote, Xaxado, Baião, Ciranda, Quadrilha junina. As apresentações ocorrem durante todo o ano. Maiores informações disponíveis no site:< <https://www.catarse.me/xotedasmeninas>>. Acessada em: 28/10/2017.

2019, antes existia uma quadrilha Junina¹²¹ que surgiu num momento de tensão entre a comunidade e a PMJP. Em 2013 as apresentações fizeram parte das ações de resistência à remoção, evocando a identidade tradicional e o sentimento de pertença nas comemorações junina, apoiados inicialmente pela CPCA, e depois pela AMPC.

A CPCA e a AMPC, usaram o mecanismo da sociabilidade e participação comunitária já existente nas práticas dos moradores, revelados nos festejos (procissão e quadrilha junina) - eventos anteriores ao processo de resistência em 2010 - como instrumento de luta coletiva, contendo representatividade da tradicionalidade.

Nesses eventos, as relações entre a comunidade se estreitam, e os sentimentos e a autoestima afloram espontaneamente, criando um ambiente de coletividade. Práticas que deveriam ser reconhecidas e valorizadas, para além da estética, referendados como patrimônio cultural imaterial.

Foram os moradores que forjaram a cultura ali existente, são os protagonistas desse espaço, e, como tal, deveriam ser vistos como interlocutores na construção de dos projetos de intervenção na área, e não, serem tratados como obstáculos a serem removidos.

As ações culturais são integradas ao Ponto de Cultura Comunitário, e ao Coletivo Jovens Garças do Sanhauá, este último formado desde 2012 por jovens moradoras, responsáveis pela organização cultural comunitária. O objetivo do grupo é fortalecer a identidade tradicional ribeirinha. Integram as ações no ponto de cultura entre os grupos: Grupo Cultural Xote das Meninas, Grupo Jovens, Grupo de Comunicação, Grupo de Produção e Vendas¹²² e fomentam o turismo comunitário, através do “Projeto Vivenciando o Porto”¹²³. A representatividade do grupo coletivo é outro elemento de resistência, que se inicia nas primeiras fases da vida, como aponta a presidenta da AMPC:

Lutamos pelo território de identidade ribeirinha, somos o que acreditamos e o que praticamos, temos uma ligação com esse lugar, desde meu avô até as gerações atuais, estamos aqui pra passar tudo isso as crianças e jovens, para que eles

¹²¹ A quadrilha Ribeirão ficou ativa durante 18 anos, até 2008.

¹²² Produção e vendas de camisetas serigrafadas, bolsas ecológicas, artesanatos. Os recursos são para manutenção do Ponto de cultura e do grupo folclórico.

¹²³ Turismo de base comunitária, é criado no ano de 2017, prática que integra ações de turismo no interior já presentes em diversas comunidades do Rio de Janeiro.

saibam quem são, por isso criamos as Jovens Garças do Sanhauá, o Xote das Meninas e todas as ações que desenvolvemos no ponto de cultura, a luta continua sempre, somos povo tradicional que cuida de suas raízes e quer ver um futuro melhor para suas crianças e jovens, temos direito a esse lugar, querem nos tirar daqui para colocar quem tem poder e dinheiro, mas vamos lutar sempre.” (Presidenta da AMPC, moradora do Porto do Capim).

Trabalhar com as crianças e os jovens é a garantia de continuidade da resistência, da transformação social, refletida da redistribuição justa dos serviços urbanos, além de possibilidade de representação política partidária com assento em casas legislativas.

A capitalização da cultura de forma artificial, como pretende a gestão pública na propositura de um projeto de REVITALIZAÇÃO na área, faz emergir dois problemas: a) intervenção constante do poder público na promoção de eventos - com custos ao erário, ou subsídios a empreendimentos privados para se fixarem no local, sem garantias de sustentabilidade - e com potencial de abandono real e gradativo da área, que geram espaços de insegurança e violência, vazios urbanos, como é o caso do Pelourinho em Salvador; b) o segundo é a negação e encarceramento das práticas culturais de comunidades tradicionais, como no caso da Comunidade do Porto do Capim, que sendo viabilizadoras de práticas com valor de uso, resultam na preservação do espaço natural, garantindo uma cultura viva e dinâmica. Essas práticas, não são reconhecidas pelo PMJP como componentes de valor patrimonial, e a cidade perde seu valor simbólico imaterial.

3 - O projeto *“Vivenciando o Porto”* (Figura 37), é outro instrumento de luta e resistência, transforma a lógica de mercado em lógica comunitária. Formando jovens moradores no conhecimento histórico do seu espaço, eis que a maioria deles participou, ou participa, do projeto Subindo a Ladeira, que, também permite a continuidade das ações do Ponto de Cultura. Os recursos gerados pelo projeto são utilizados para a manutenção do espaço.

O turismo comunitário traz a possibilidade de desmistificar os estigmas alimentados e reproduzidos por gestores públicos, sobre a violência, área de risco e vulnerabilidade ambiental presentes na área do Porto do Capim.

Figura 37-Encarte do turismo comunitário desenvolvido pelas jovens moradoras do Porto do Capim



Fonte: Jovens Garças do Sanhauá, 2019.

O Vivenciando o Porto também é uma oportunidade de apresentar o histórico de luta, e conseguir parceiros. Desmistificando o discurso reverberado pela PMJP, de que se trata de uma área de risco, social e ambiental. Mostra também quanta vida consciente existe lá. Vivenciando o Porto e o Ponto de Cultura são instrumentos de resistência comunitária. Este último, atende aos moradores jovens com ações de cunho político, educativo e cultural, com formações complementares e suporte ao ensino oficial, com aulas de reforço escolar. Agem na transformação dos jovens em sujeitos políticos em constante formação. Quanto mais cedo os sujeitos sociais criam voz própria, mais conscientes se tornam.

5.4 - Metodologia participativa de coleta de dados na comunidade do Porto do Capim

As ações participativas e coletivas desenvolvidas em parceria com a comunidade, na coleta de informações e percepções, se deram com objeto de levantamento de informações primárias (censo) para elaboração do perfil socioeconômico dos moradores. Algumas delas foram lúdicas, aplicadas a crianças e jovens, como a oficina de percepção do espaço vivido onde foi utilizado o desenho e a pintura como linguagens; outras foram aplicadas à população adulta, como a Tenda da memória do Varadouro, já apresentada.

A importância do espaço natural, do rio e do mangue, na formação dos moradores mais jovens - sujeitos sociais em formação, foi levantada através de uma oficina de desenho, realizada com as crianças e jovens da comunidade, que são receptáculo de valor histórico e simbólico, na tentativa de revelar a memória afetiva e o sentimento de pertença, como um dos combustíveis de formação de cidadania.

A escolha do lúdico, justificou-se pelo desenho, representa uma linguagem de expressão próxima da criança, revela o objeto, na área do conhecimento vivido e do imaginário infanto-juvenil, como descreve Pereira: “Importante característica do desenho infantil é a de que representa mais do que a criança sabe de um objeto, mais do que ela vê. Dessa maneira, reflete a imagem e conceito do objeto, portanto recorta seu significado” (2011, p.1).

Os desenhos estavam carregados das referências culturais do local, dialogavam com as práticas cotidianas e as percepções subjetivas das crianças. A maioria dos desenhos, faziam referência à relação deles com o espaço natural, em especial, com o mangue e, o rio, revelavam a necessidade de cuidar e preservar a natureza.

As referências à fauna e à flora estiveram presentes em mais de 90% dos desenhos, destacando-se os caranguejos e os peixes. Também foram observados nos desenhos a presença de barcos levando crianças e adultos pelo rio, o trapiche e os momentos de lazer nas ruas e no rio. A moradia para as crianças vai além da edificação, a ausência de praças com equipamentos fez com que elas crescessem com maior respeito e interação com o espaço natural.

A sustentabilidade e a simbiose entre os moradores e a natureza, estiveram presente nos desenhos em todas as faixas-etárias, nos símbolos materiais e imateriais, nas suas narrativas, refletindo uma cultura ribeirinha.

A aplicação de entrevista livre, também de forma lúdica, se deu ao longo de 2012, objetivava compreender a percepção dos moradores e suas preocupações em relação ao processo de implementação do “Projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim”, e como suas vidas seriam atingidas ou não, com a efetivação dele.

Foram lançadas quatro questões: a) Dados pessoais: Nome; idade; quanto tempo morava no Porto do Capim; b) Qual a compreensão dela(o) sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO? c) Contra ou a favor do projeto proposto pela prefeitura para a área do Porto do Capim? d) A efetivação do projeto era uma preocupação para ela(o), se sim, qual era a preocupação? e) O que gostaria de ocorresse em relação ao projeto elaborado pela PMJP? (Apêndice 2).

O intuito do formato livre era deixar o entrevistado à vontade, como se estivesse no final de tarde na janela de sua casa, prática corriqueira na comunidade, trazendo suas preocupações cotidianas relacionadas a sua reprodução.

A intervenção/entrevistas ocorreu antes de uma reunião comunitária, organizada pela Fundação Casa de Cultura Cia da Terra, na área da Vila Nassau, no ano de 2012, estiveram presentes em torno de 44 moradores, entre adultos, jovens e crianças. Participaram das entrevistas 22 moradores, 50% dos moradores presentes.

As duas primeiras questões versavam sobre conhecimento acerca do projeto, receberam respostas objetivas e negativas.

As respostas da primeira questão: 1) Qual a compreensão dela(o) sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO? resultaram em 100% de desconhecimento, porém 40% relataram saber da existência de uma maquete no Hotel Globo, os outros 60% não tinham conhecimento desse fato, ou não relataram esse conhecimento.

O segundo questionamento: 2) Contra ou a favor do projeto proposto pela prefeitura para a área do Porto do Capim? trouxe percepções contraditórias, mesmo sem conhecer o projeto, 100% eram contrários a sua execução, na forma que se apresentava, pois significava a remoção da comunidade - “agente vive aqui em paz, há mais de 60

anos, agora vem um projeto da prefeitura e quer nos tirar da nossa casa, a gente não é lixo, a gente vai lutar pra ficar aqui na nossa casa” (Moradora do Porto do Capim).

As respostas as questões: 3) A efetivação do projeto era uma preocupação para ela(o), se sim, qual era a preocupação?), responderam “Sim” 100% dos entrevistados; a preocupação era ter que sair da comunidade em que vivem há mais de 20 anos e questão 4) O que gostaria de ocorresse em relação ao projeto elaborado pela PMJP?, responderam conhecer o projeto e não serem removidos, mas se não fosse possível gostariam de ficar próximo a comunidade, com acesso ao rio e ao mangue. A reivindicação da comunidade, era de fato o reconhecimento.

O primeiro passo no processo de resistência era reivindicar a permanência nas suas casas, e sua inclusão nos projetos de intervenção na área da comunidade. Assim, a elaboração do Mapa de Arqueologia Social do Porto do Capim (Figura 38), parte integrante do relatório multidisciplinar entregue ao MPF/PB, teve a participação efetiva dos moradores.

O mapa teve objetivo de mostrar uma nova faceta metodológica que valoriza o processo de ressignificação dos objetos, dos usos e da cidade. A arqueologia social tem por objetivo mostrar a importância das práticas cotidianas como construtoras de valor, de paisagem e de espaço. Indo na direção contrária dos modelos capitalistas impostos a cidades da periferia do globo, por meio de agendas neoliberais que exigem um modelamento da cidade, uma higienização e padronização estética, com o fim de vender a cidade e seus espaços de vida.

A aceitação da ressignificação, é a aceitação da dinâmica constante da cidade, que transforma, e propicia seus usos modificados, de forma natural, respeitando a diversidade dos sujeitos, suas relações socioespaciais, práticas cotidianas, e valor de uso.

Por isso, as práticas da comunidade se entrelaçam com os marcos simbólicos lá presentes, criando uma ambiência, revelada pela paisagem de uma nova cultura socioespacial, a exemplo da integração entre o fazer cotidiano e um marco arqueológico.

Figura 38-Mapa da arqueologia social do Porto do Capim



Fonte: Autora, 2016

A produção do mapa da arqueologia social¹²⁴, as

sinalou as práticas culturais da comunidade, oriundas de símbolos ressignificados do passado, ou contemporâneos, para além da separação entre eles. A cultura cria um novo elemento de união das duas, e seu significado pode ser refeito a cada geração, reforçado em suas práticas sociais. O *cabeço de amarração* não serve mais para atracar o barco, mas serve como suporte do espelho na hora de fazer a barba. Ou quando o Sindicato dos Arrumadores se transforma e hoje na casa de um dos moradores mais antigos do Porto do Capim.

5.5 - O Mutirão de levantamento e o perfil da comunidade do Porto do Capim

Para uma melhor compreensão do perfil da população do Porto do Capim, foram resgatados o levantamento socioeconômico das comunidades do Porto do Capim elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEMHAB-2010, o Censo Demográfico do IBGE (2010) e dados coletados *in loco*, referentes ao ano de 2013, abrangendo em torno de 90% das famílias que compõem as quatro subáreas¹²⁵ presentes na comunidade do Porto do Capim.

O levantamento socioeconômico das comunidades do Porto do Capim foi realizado em cooperação entre a CPCA e a Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra¹²⁶, com a finalidade de elaborar um quadro de referências básicas, para a realização das ações socioeducativas da Fundação, junto a esta comunidade.

¹²⁴ Estuda as culturas e os modos de vida das diferentes sociedades humanas, tanto do passado como do presente, a partir da análise de objetos materiais.

¹²⁵ As comunidades presentes no Porto do Capim são: Frei Vital (composta pela rua de mesmo nome e pelo agrupamento com essa denominação), Porto do Capim, XV de Novembro e Vila Nassau.

¹²⁶ A Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra é uma entidade civil, com prazo de duração indeterminado, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e reger-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pela legislação aplicável.

Os dados do levantamento foram tabulados e gerados gráficos e tabelas, pela autora, a fim de auxiliar na análise do perfil das comunidades, Porto do Capim, XV de Novembro e Vila Nassau, e da rua Frei Vital, mostrados a seguir.

O procedimento metodológico da coleta de dados se deu a partir da pesquisa de campo realizada durante o mês de agosto de 2013, junto com uma equipe maior do projeto subindo a ladeira em conjunto com os moradores do Porto do Capim, via CPCA, tivemos a oportunidade de participar. Para a realização deste trabalho, foi feita a inscrição e seleção dos moradores da comunidade, que participaram como assistentes de pesquisa, com a aplicação de formulários em domicílios. Foram selecionadas e capacitadas para este trabalho, duas moradoras da comunidade.

A equipe do Subindo a ladeira elaborou o questionário, fez a soma dos quantitativos, eu tabulei e editei os gráficos. A fim de criar instrumento que caracterizasse o perfil socioeconômico dos moradores. Produto construído coletivamente, buscando entender o perfil da comunidade para dar início a formação de base, junto aos moradores, por meio da CPCA. A partir das suas necessidades e problemas vividos no dia a dia, foram levantadas questões de interesse deles, para que pudessem junto ao poder público fazer reivindicações de mudança e inclusão, no planejamento urbano da cidade.

O perfil socioeconômico da comunidade Porto do Capim foi caracterizado a partir de um questionário composto por cinco eixos norteadores, referentes:

- 1- A ocupação do espaço unidade habitacional;
- 2- as profissões e habilidades dos moradores da comunidade Porto do Capim;
- 3- o nível de renda mensal por unidade habitacional;
- 4- a participação comunitária;
- 5- outras observações relacionadas à comunidade Porto do Capim.

O levantamento tem como base o total de 193 (cento e noventa e três) unidades habitacionais e 228 (duzentos e vinte e oito) famílias.

Na chefia do núcleo familiar, observa-se que as mulheres são maioria com 67,75%; e os homens compõem 32,25%. Esse dado mostra que as mulheres no Porto

são responsáveis pelo núcleo familiar em percentual superior à média nacional, e fornece pistas do porquê são as mulheres que estão na frente da luta por moradia e território. Elas são as maiores responsáveis pela casa e a reprodução familiar.

A escolaridade é uma variável a ser considerada, e os projetos de educação patrimonial e história, como o Subindo a Ladeira e, Memórias Ribeirinhas, foram o marco inicial para a resistência.

O alto quantitativo de analfabetos demonstrado pelo resultado, com 8,73 %, de crianças que não frequentam a escola, com 17,93 %, na faixa etária de até 7 anos, demonstra a necessidade do Ponto de Cultura como suporte à escolarização e incentivo ao ingresso na vida acadêmicas, como ocorreu com Rossana e Rayssa, podendo ampliar o percentual de 0,65% de moradores com ensino superior completo (PMJP/SEM HAB, 2010).

No que concerne à renda média mensal do chefe da família, a pesquisa mostrou que temos entre os moradores a seguinte estratificação: sem renda 16,61 %; renda até 1 SM: 26,38 %; de 1 a 2 SM: 39,41 %; de 2 a 3 SM: 11,40%; acima de 3 SM: 6,19 %. Acreditamos que o cenário tenha piorado com a ampliação do desemprego, e fim dos direitos trabalhistas. Para garantir condições de reprodução, morar próximo ao rio é uma estratégia: “quando não temos nada para comer em casa, vamos na maré e pegamos, nunca ficamos sem comida” (Moradora do Porto do Capim).

Os dados do mutirão de levantamentos realizados à época nos levaram a considerar a importância do tempo de permanência numa comunidade, como fator positivo para o grau de empatia e confiança, que são criados com o tempo de convivência entre as pessoas, e facilita a participação nas ações coletivas da comunidade.

O maior percentual de moradores antigos no Porto do Capim, representa 24% do total. Moram na localidade pessoas com idade de 16 a 25 anos, possivelmente nasceram na comunidade, que participam dos movimentos coletivos internos da comunidade, Jovens Sanhauá e do Xote das meninas, além de do projeto Subindo a Ladeira.

O menor percentual por grau de “antiguidade” foi de 4% do total de pessoas enquadradas na pesquisa. Esses moradores que não se reconhecem ribeirinhos, porque buscaram refúgio na comunidade por questões econômicas, e, logo que a prefeitura

ofereceu relocação, aceitaram. O percentual dos moradores que chegaram no local na década de 1960, perfaz 3,66% da comunidade.

Os empreendimentos existentes nas unidades habitacionais, perfaz um percentual de 23% das habitações; um percentual considerado médio, refletindo o uso múltiplo da moradia, ajuda na manutenção da vida da família que lá reside, ficando claro que a relocação para apartamentos prejudicaria sobremaneira a vida desses moradores, na maioria mulheres, que complementam a renda com pequeno empreendimento na casa. Somando um total de 46 empreendimentos, definidas pelos entrevistados como: fiteiro; costureira; venda de peixes; mercearia; venda de confecção; revenda de cosméticos; lanchonete; bar e restaurante; abatedouro de galinhas; reciclagem; venda de bebidas; venda de salgados; manicure, venda de tapioca e confecções; reciclagem e venda de confecções, artesanato; revenda de joias; bar; mini mercadinho; venda de panos de prato; venda de “din-din”; manicure e venda de cosméticos; e barbearia.

Muitos moradores do Porto do Capim trabalham nas áreas comerciais próximas na informalidade - característica do trabalhador precarizado e mal remunerado, exercem trabalhos temporários, ou tarefeiros, a exemplo dos serviços disponibilizados pelas madeireiras, na função de descarregar e carregar madeira. A multiplicidade comercial e de componentes da vida urbana, da escola ao comércio do jogo de azar, é reveladora da complexidade espacial do Porto do Capim.

O problema mais citado no levantamento foi a falta de saneamento básico, com 31,4% das respostas dos entrevistados; seguido da distância do Posto de Saúde da Família (PSF), com 25,8%; a coleta de lixo no rio e nas ruas do Porto do Capim foi outro item citado por 8,5%, e a falta de infraestrutura, com 8,1%; já a falta de policiamento perfaz 3,8%. Outro problema foi a falta de ajuda e compromisso do presidente da associação e a falta de união dos moradores que representaram 3% dos problemas lembrados (CPCA. 2013) (Figura 39).

Figura 39-Principais problemas das comunidades apontados pelos entrevistados



Fonte: Pesquisa direta (CMPC – 2013)

Esse último item foi revelador, a equipe do projeto conseguiu entender o porquê, só depois da implantação da AMPC, a comunidade se uniu com um objetivo comum, lutando por suas pautas reivindicatórias, por serviços e equipamentos urbanos e de saúde.

A área circundante ao Porto do Capim contempla alguns serviços e equipamentos urbanos. Podemos citar dois (2) Centros de Referência da Educação Infantil (CREI). Lembramos que 13,22 % da população do Porto está na faixa etária de 0 a 5 anos. Crianças de até 7 anos, e que não frequentam a escola, somaram um percentual de 17,93%. Um problema para as mães que precisam desse serviço para poder garantir a escolaridade e segurança dos filhos ao saírem para trabalhar.

Outro equipamento público urbano necessário disponível aos moradores para desempenhar suas atividades fora da moradia, é o transporte público. Constatamos a presença de ônibus urbanos (31 linhas de ônibus ligam a área e o entorno aos diversos bairros da cidade). O acesso e a circulação da classe trabalhadora é outro facilitador para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e reprodutivas, a remoção pode dificultar sua locomoção.

Se compreender enquanto classe trabalhadora moradora da periferia foi o ponto inicial da luta e resistência. A caracterização socioeconômica da comunidade, refletiu no questionário, a dificuldade de manutenção da reprodução da vida, além da ausência de infraestrutura e de serviços urbanos para os moradores.

A) - No "item b" do Eixo 5 do questionário aplicado pela equipe do Projeto, foi realizada a seguinte questão: "O que são considerados aspectos positivos na área do Porto do Capim, na visão dos entrevistados?", e foi respondida tendo a tranquilidade como o aspecto positivo mais escolhido pelos entrevistados, alcançando o percentual de 41,3%; seguido da localização, com 33,2%. O aspecto da localização era sempre colocado o aditivo de se estar no Centro Histórico. Porém, o percentual de 8,7% não considera existir nenhum aspecto positivo na área do Porto do Capim; a igreja e os moradores e vizinhança forma referendados por 4,3% e 3,4% das respostas como aspectos positivos; menos de 2,0% acreditam serem importantes os eventos culturais que estão acontecendo na comunidade, igualmente os que assinalaram que tudo na comunidade é positivo. Também foi lembrada a proximidade com áreas do comércio; 0,5% alegaram que os aspectos positivos para eles são a alegria dos moradores, os bares locais, a ação da pastoral da criança e a escola.

A demanda da comunidade do Porto do Capim está nas suas necessidades e nos seus desejos.

B) A questão se refere ao item c do Eixo 5 do questionário aplicado pela equipe do Projeto Subindo a ladeira, aborda "O que os entrevistados gostariam de ter na Comunidade", foi respondida com 23 proposições que resultam em uma melhoria na qualidade de vida e da dignidade ao cidadão. A melhoria vem por reivindicação, o *reconhecimento*, vem da consciência política, e a dignidade pela justiça social ampliada.

Dentre elas, tem-se: Posto de Saúde da Família (PSF), mais próximo das comunidades. O PSF, no qual a comunidade é atendida, fica fora da comunidade e um pouco distante, causando transtornos aos moradores, em especial aos mais velhos, que não têm a facilidade de se locomover para serem atendidos no posto de saúde.

Além do PSF, foram elencados: uma praça de equipamentos de lazer; curso de capacitação e formação de jovens e adultos, que serviria de suporte para aquisição de

emprego; posto policial, para segurança da comunidade, evitando pessoas suspeitas rondando na comunidade; no mapa dos desejos feito com a comunidade, todas essas demandas foram elencadas, pressuposto à elaboração do projeto de REQUALIFICAÇÃO URBANA da área de forma inclusiva e participativa.

A demanda por mais eventos culturais vem da possibilidade de integrar a comunidade e de fortalecer os bens culturais lá existentes, além de mostrar seus valores por meio das apresentações artísticas e culturais, com visibilidade interna e externa à comunidade. O grupo Xote das meninas e Jovens Garças do Sanhauá, representativamente fomentam ações dessa natureza.

C) Considerando a possibilidade de remoção dos moradores do Porto do Capim, para outras áreas, diante da implantação do projeto de REVITALIZAÇÃO, no que concerne à questão da informação e opinião referentes ao projeto direcionado à comunidade do Porto do Capim, foram abordados dois pontos: 1- “Quanto ao conhecimento ou informação de algum projeto de REVITALIZAÇÃO voltado a Comunidade”; 2- “Opinião dos entrevistados que já ouviram falar ou tem algum conhecimento sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO envolvendo a Comunidade Porto do Capim”.

Entre os que afirmam ter tido conhecimento acerca do projeto de REVITALIZAÇÃO envolvendo a comunidade Porto do Capim, 161 entrevistados afirmam ter *ouvido falar* em referência ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas não sabem exatamente do que se trata; e 03 sabem apenas que existe um projeto, mas desconhecem qual seja este. Os percentuais das respostas sobre o conhecimento de algum projeto, responderam 84% que já haviam ouvido falar, ou tiveram alguma informação sobre algum projeto. No entanto, 16% dos entrevistados se encontravam em total desconhecimento a respeito da questão proposta.

Na opinião dos entrevistados que já ouviram falar, ou tem algum conhecimento sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO envolvendo a comunidade Porto do Capim, as respostas foram balizadas em 9 classes: 1- não concorda; 2- apoia porque sua moradia é precária; 3- apoia, mas não cita o motivo; 4- apoia porque quer ter uma casa própria; 5- não tem opinião formada; 6- não acredita que exista esse projeto; 7- acha que o projeto

é bom; 8- apoia, mas acha que deveria ser opcional; 9- considera doloroso pela falta de informações precisas.

Dos entrevistados 62,8% não concordaram com o projeto; 20,1% responderam que apoia, porém não cita o motivo. Os entrevistados apoiam porque sua moradia é precária, somou um percentual de 7,3%; já 3,7% dos entrevistados respondeu no questionário que apoia porque quer ter uma casa própria; os que não têm opinião formada são 2,4% dos moradores; 1,8% dos entrevistados não acreditam existir esse projeto; 3 respostas diferentes tiveram o mesmo percentual de 0,6%, nas quais as questões levantadas foram: (1) consideram doloroso a falta de informações precisas; apoia, mas acha que deveria ser opcional e o último (2) acha que o projeto é bom, apesar de que, até o momento da coleta dos dados, a CPCA não tinha tido acesso ao projeto de REVITALIZAÇÃO.

O cenário atual é outro, várias questões apontadas no questionário no ano de 2013 forma resolvidas, uma representação legítima reivindica as demandas dos moradores, entre elas a permanência na área, o reconhecimento como comunidade tradicional ribeirinha, e a solidificação de duas formas de associativismo, complementares, AMPC e Jovens Garças do Porto do Capim, juntas, constroem mecanismos alternativos e sustentáveis de manter as ações culturais da comunidade, resultando na formação em diferentes frentes: social, jurídica e política e econômica.

O território do Porto do Capim vem, há décadas, sendo construído a partir de práticas, relações e estratégias de vida que seus habitantes desenvolvem, em diálogo com as situações históricas e com os recursos presentes neste ambiente (tanto materiais quanto imateriais). Nele, os grupos familiares [...] buscaram (e permanecem buscando) os meios que possibilitassem a reprodução de um modo de vida, constituído ao longo de décadas e que perpassam gerações, a partir tanto de suas bagagens experienciais quanto das condições concretas que se lhes têm apresentado. Justamente com este objetivo foi que em alguns momentos tiveram que se deslocar para áreas onde poderiam dar continuidade a este modo de vida, tendo sido o Porto do Capim um local fundamental para isto (UFPB, 2019a. p.14-15).

As Ações culturais desenvolvidas no Porto do Capim funcionaram como estratégias de empoderamento e representatividade, desenvolvidas pela comunidade. Envolviam, e envolvem, atividades de formação identitária, social, política, cultural e

turística comunitária. Tudo, no primeiro momento, para resistir ao projeto higienista, mas se transformou na mudança da subjetividade da comunidade - uma semente que germinou e superou o primeiro objetivo, o reconhecimento, passando pela representação (AMPC), chegando à redistribuição, proposta nos projetos inclusivos.

O próximo capítulo trará os projetos defendidos pela gestão pública municipal, desde a criação do convênio Brasil/Espanha na década de 1987, as estratégias de ordenamento do espaço da cidade, com marcos jurídicos para abarcar o projeto de REVITALIZAÇÃO.

CAPÍTULO 6 - O CONFLITO PELO USO DO SOLO URBANO E SEU PLANEJAMENTO: REVITALIZAÇÃO e/ou remoção

Neste capítulo, mostraremos o percurso histórico das diferentes tentativas de “REVITALIZAÇÃO urbana” da área do Porto do Capim e as consequentes mudanças no uso do solo que se sucederam no tempo.

A primeira tentativa de elaboração e posterior implementação do projeto de “**REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim**”, ocorreu em 09 de abril de 1987 e consolidou-se através de um convênio internacional entre o Brasil e a Espanha. Este convenio envolvia diferentes escalas administrativas nacionais e a Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), vinculada ao Ministério de Assuntos Exteriores do Governo da Espanha. A iniciativa fazia parte do projeto de maior abrangência e objetivava revitalizar o Centro Histórico da cidade, designado de: “REVITALIZAÇÃO *do Varadouro e Porto do Capim*” (CPDCHJP, 2000, p. 108).

Todavia, para que isso chegasse a acontecer no final da década de 1980, várias ações prévias deram suporte à sua existência. Entre elas, destacamos: 1º) criação do IPHAEP¹²⁷, no ano de 1971; 2º) criação da Rede de Preservação da Cultural Local, referente às edificações patrimoniais; 3º) criação de instrumentos legislativos e urbanísticos (como normativas de classificação da área); 4º) incentivo à criação de entidades (como associações); 5º) incentivo à organização de oficinas e talheres (restauro e artes) e; 6º) realização de reuniões e fóruns (consultivos e deliberativos) da CPCH-JP, a qual foi dissolvida no fim do convênio em 2010.

Com a paralização das atividades do PAC¹²⁸, no ano de 2016, resultado do golpe parlamentar sofrido pela presidência da república que demoveu Dilma Rousseff¹²⁹,

¹²⁷ Através do Decreto-Lei nº 5.255, de 31 de março de 1971.

¹²⁸ “PAC- Cidades Históricas” e “PAC- Sanhauá: dignidade às famílias e o rio a cidade”, oriundos da segunda fase do Plano de Aceleração do Crescimento, inaugurada em 2011. Informações mais detalhadas disponíveis pelo site: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>. Acessado em: 19/10/2016.

¹²⁹ Filada ao Partido dos Trabalhadores (PT), propôs e defendeu políticas públicas progressistas, ampliação do estado de bem estar social, efetivadas no Brasil desde 2003, a partir do primeiro mandato do Presidente Luiz Ignácio da Silva (Lula), do mesmo partido. A gestão do PT conseguiu retirar o Brasil do mapa da fome em 2014, retornando a estar presente no mapa da fome em 2020 (entram no mapa países com mais de 5% da população em pobreza extrema, levando em conta anos anteriores).

colocando em seu lugar Michel Temer¹³⁰, reforçam-se no país as medidas de austeridade e de ajuste próprias das políticas neoliberais. Em 2018 é eleito, como presidente da república, um dos representantes da extrema direita no país¹³¹, propulsor de retrocessos históricos na condução das políticas públicas de bem-estar social no Brasil, em especial, as direcionadas às minorias.

Neste contexto nacional desfavorável às comunidades e povos tradicionais, e favorável ao autoritarismo e implementação de políticas mercadológicas de corte neoliberal, se somaram ações violentas e impositivas da gestão local sobre a comunidade do Porto do Capim. A PMJP retoma o “Plano de Ação João Pessoa Sustentável”, com o modelo Iniciativas Cidades Emergentes e Sustentáveis, desenvolvido pelo BID, proposto a cidades da América Latina e Caribe.

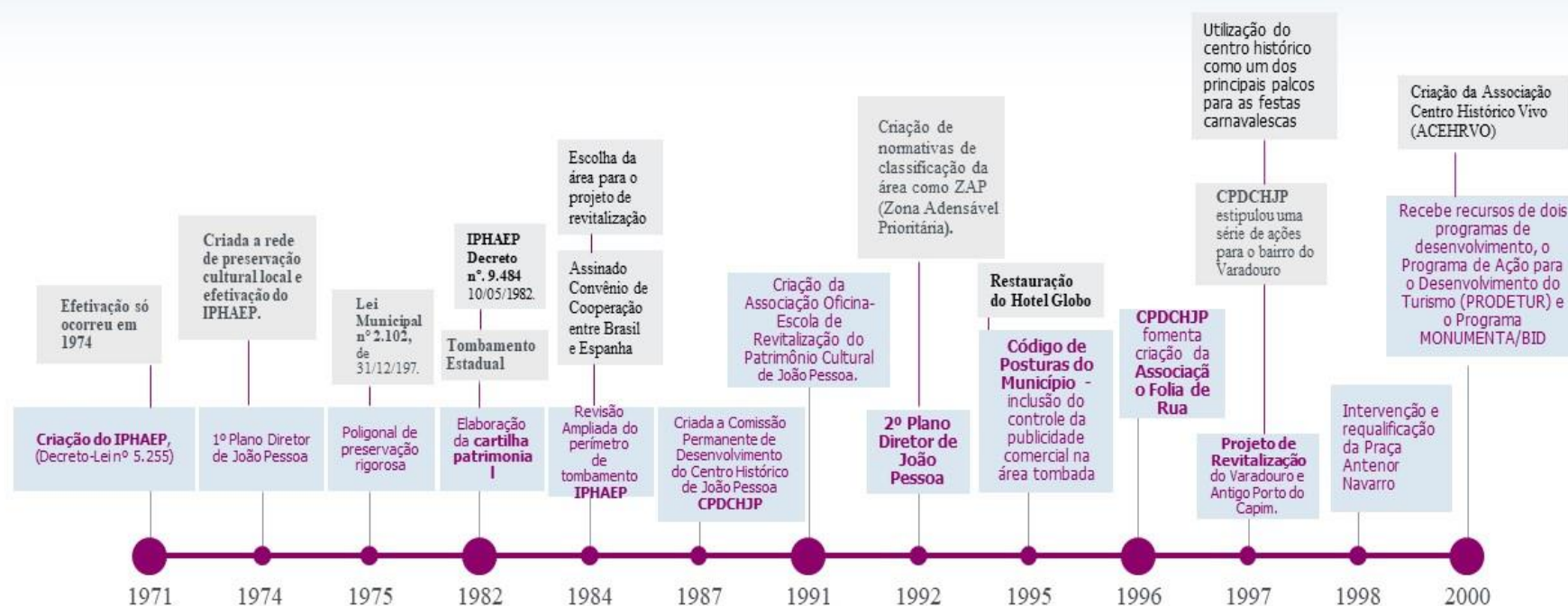
O processo histórico de apropriação do espaço da cidade como mercadoria, segregada, é precedido de ações governamentais, estruturam legalmente condições, via instrumentos (normas, códigos, planos e leis), à projetos de mudança de uso do solo na área do Centro Histórico, dataram de 1971 a 2000 (Figura 40).

¹³⁰ O vice-presidente do Brasil, filiado ao Partido Movimento Democrático Brasileiro, fica na presidência durante dois anos, até as eleições de 2018.

¹³¹ Jair Messias Bolsonaro, defensor da política economia ultraliberal e do conservadorismo social, foi eleito como presidente da República em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL). Em 2019 desfilou-se e criou a organização política Alianza pelo Brasil.

Figura 40- Linha do tempo das ações do Estado para efetivação do projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim

Ações do Estado



Fonte: Autora, 2019

6.1 – Instrumentos e estratégias de planejamento urbano no Centro Histórico de João Pessoa e do Porto do Capim

A proposta de *REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim*, objeto de estudo e análise da tese, é parte representativa do projeto de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico, denominado: “REVITALIZAÇÃO do Varadouro e do Porto do Capim”.

As normativas e ações administrativas referentes as diretrizes do planejamento urbano e patrimonial, promovidas pelas múltiplas gestões municipais e estaduais, influenciaram e deram suporte a elaboração das propostas de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico, assim como as versões dos projetos de REVITALIZAÇÃO da área do Porto do Capim, desde sua 1ª versão (REVITALIZAÇÃO do Antigo porto do Capim) em 1987.

6.1.1 - Pressupostos para a elaboração do Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim

A primeira ação da gestão pública na direção da valorização do Centro Histórico foi a criação do IPHAEP em 1971, através do Decreto-Lei nº 5.255, no entanto só foi efetivada em 1974, no 1º PD/JP, com a criação da rede de preservação cultural local, que para Ferreira e Araújo: “Durante os primeiros anos o órgão realizou um trabalho de inventário e reconhecimento, tentando evitar demolições que vinham ocorrendo” (2019.p.7). Segundo Targino (2007) além, elaborou-se uma cartilha patrimonial, com o objetivo de *alfabetização cultural*.

O tombamento estadual realizado pelo IPHAEP, por meio do Decreto nº. 9.484 10 de maio de 1982¹³², determinou a criação e *delimitação do Centro Histórico inicial de João Pessoa* (ou seja, o perímetro de tombamento), definido no urbanismo como sítio

¹³² Realizado durante a gestão do então governador do estado Tarcísio de Miranda Burity, por meio da assinou acordo de delimitação do Centro Histórico da cidade com o governo espanhol (OLIVEIRA, 2009).

urbano de lógica preservacionista¹³³. Existem controvérsias sobre os critérios técnicos usados para delimitação do traçado original da fundação da cidade. Oliveira (2009) relata que a delimitação foi realizada por equipe de pesquisadores espanhóis, a partir do “traçado original de fundação da cidade”, sem pesquisa, sem inventário. Segundo Marcelo Silva¹³⁴, em entrevista concedida a Gonçalves (2014), a delimitação não observou critérios técnicos: “quando foi delimitado o Centro Histórico pelo IPHAEP, ele foi delimitado basicamente por uma questão visual” (p. 29).

Isso só mudaria a partir da assinatura do Convênio de Cooperação Internacional entre Brasil e Espanha, por meio do Decreto Estadual nº 12.239, de 24 de novembro de 1987, foi criada a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (CPDCHJP)¹³⁵, responsável pela elaboração do Programa de Estudos de REVITALIZAÇÃO no Centro Histórico Ibero-americano na cidade de João Pessoa (CPDCHJP, 2000)¹³⁶. Nesse mesmo ano a CPDCHJP definiu uma nova poligonal de tombamento, não coincidindo com os limites anteriores, segundo Costa (2009): “estabelecendo uma área intermediária entre o Plano Diretor e o IPHAEP” (p. 105). O perímetro de proteção delimitado pela CPDCHJP em 1987, era precedido de estudos com critérios técnicos, o que não ocorreu em 1982, como será detalhado do desenvolver do capítulo.

Além de propor e elaborar estudos e programas a CPDCHJP, em parceria com a PMJP e o IPHAEP, realizava ações de fiscalização e proteção do perímetro urbano do centro histórico, mostra Costa (2009):

O órgão fica responsável por consultorias, fiscalização e elaboração de projetos referentes à promoção e proteção do perímetro urbano do Centro Histórico, na época protegido legalmente apenas pelos mecanismos legais do Plano Diretor

¹³³ A lógica preservacionista ou doutrina preservacionista caracteriza-se por padrões ideais urbanísticos. Traduzida pela noção de monumento ideal, a restauração de um edifício passa a ser a restituição de um estado que pode jamais ter existido. Reflete a doutrina de reconstrução histórica. (FIGUEIREDO, 2001, p. 5).

¹³⁴ Marcelo Silva é arquiteto, foi membro da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e é servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde março de 2014 ocupa cargo de Superintendente do Iphan na Paraíba (GONÇALVES, 2014).

¹³⁵ Decreto Estadual nº 12.239.

¹³⁶ Durante a vigência do Convênio, as ações da Comissão foram financiadas pela AECI (CPDCHJP, 2000).

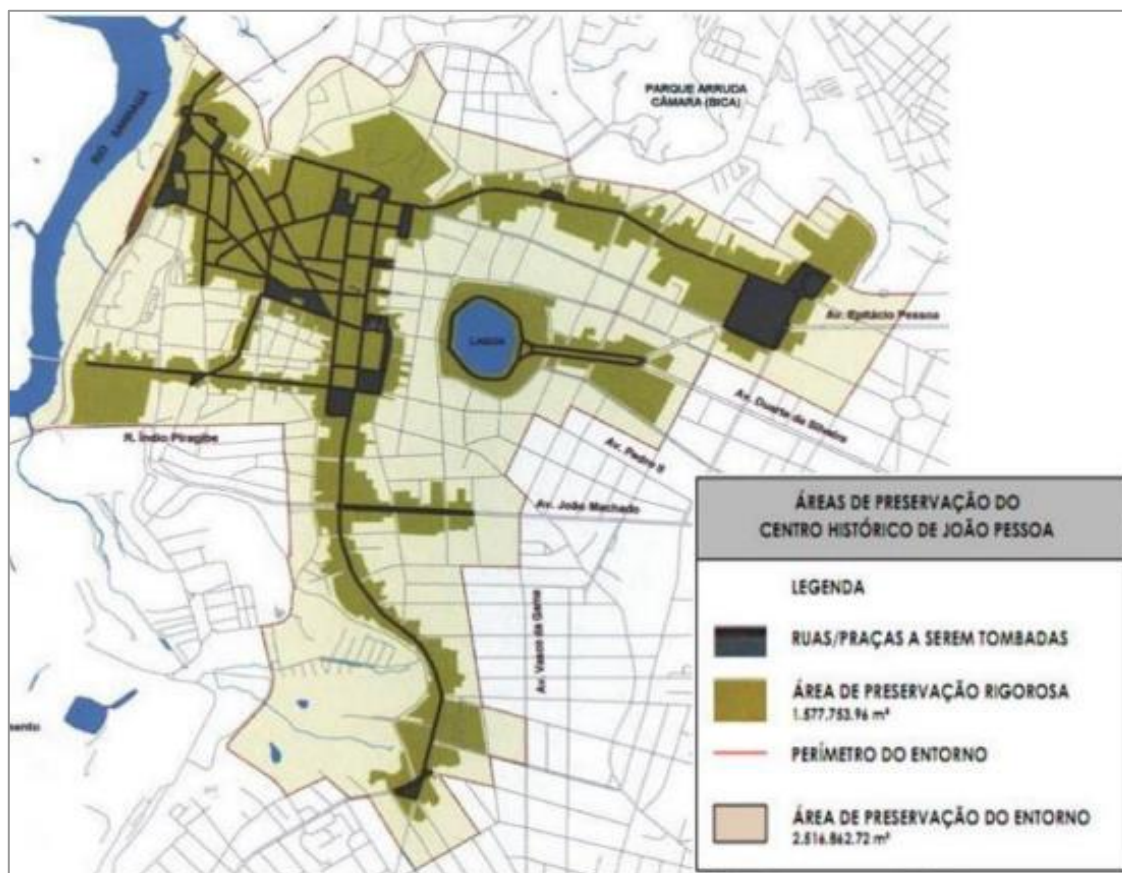
de João Pessoa de 1975, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (IPHAEP) (p. 105).

Para o delimitar o perímetro de tombamento estadual foram realizados os primeiros estudos sobre a área que compreendia a cidade baixa e a cidade alta. Foram elaboradas fichas de cadastro e definidas normas de proteção para nortear a fiscalização e análise de processos (CASTRO, 2006).

Nesse contexto foram realizados estudos com inventários, análise e diagnóstico da área, resultando nos primeiros estudos de tipologia ¹³⁷, assim como foram estabelecidas as primeiras diretrizes de planejamento para a realização de intervenções urbanísticas (SILVA, 2016). A aprovação das diretrizes ocorreu pelo “Decreto Estadual nº 25.138, de junho de 2004, que estabeleceu uma nova delimitação para o perímetro tombado a nível, excluindo alguns trechos já descaracterizados, mas aumentando a área de atuação do IPHAEP” (FERREIRA; ARAÚJO, 2019, p.7), com a nova poligonal resultado do trabalho do IPHAEP em 2004 (Figura 41).

¹³⁷ Tipificação da área de preservação do Centro Histórico de João Pessoa, dividida em: Área de Preservação Rigorosa (APR), Área de Entorno (AE) e Setores Homogêneos (SH) (FERREIRA; ARAÚJO, 2019, p. 7). A definição da tipificação escrita por CLEMENTE, APR é definida como “conjunto de logradouros públicos, dos lotes e edificações com qualquer limite voltado para eles (...) cujos elementos devam ser observados, valorizados e restaurados ou adaptados às características arquitetônicas e urbanísticas originais”, como os “exemplares significativos da arquitetura religiosa, civil, institucional e militar” bens que estivessem “relacionados a conhecimentos históricos ou a personalidade locais, estaduais e nacionais” ou que constituísse “testemunho das práticas e tradições de uma época ou de um momento da sociedade”. APR concentrava ainda, conjuntos e edificações que formassem a ambiência de edifícios significativos, mesmo que se tratasse de construções de natureza popular, bem como “elementos naturais portadores de significação histórica, paisagística e ambiental”; a AE ou Área de Preservação de Entorno (APE), consiste na “porção de território natural ou urbano vinculado pela continuidade espacial evolutiva do traçado urbano e pelos laços históricos, culturais e sociais, econômicos e funcionais à APR, mas que não possua semelhante densidade de bens de significado cultural”. A APE funciona como uma área de transição e manutenção da ambiência entre a APR e a área de expansão da cidade; A APE seria dividida em SH, definidos a partir de estudos de “relação de escala, volume e texturas de materiais com a APR, com objetivo (2017, p. 137-138).

Figura 41-Poligonal de tombamento estadual do IPHAEP com discriminação de ares de preservação do Centro Histórico de João Pessoa, 2004



Fonte: Decreto nº 25.138 (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA), 2004.

Foram esses estudos que resultaram no primeiro Projeto de REVITALIZAÇÃO para a área do Centro Histórico, contemplando o Porto do Capim.

No ano de 1990 se inicia o processo de reabilitação do Centro Histórico de João Pessoa, passando a contar com as esferas de governo federal, estadual e municipal, estabelecendo parcerias público-privadas, além de vinculação das ações a agentes financiadores (FERREIRA; ARAÚJO, 2019). Segundo SCOCUGLIA (2010) foi nesse momento que se forjou: “uma imagem para o Centro Histórico” (p. 48), por meio do “marketing turístico por parte do poder público” (p. 48). Para esta autora: “Essas ações midiáticas, aliadas a uma forte divulgação atraiu o interesse de intelectuais e de parcerias públicas e privadas, inclusive de pequenos empresários” (p. 48).

Em 1991 é criada a Associação Oficina-Escola de REVITALIZAÇÃO do Patrimônio Cultural de João Pessoa, com a missão de profissionalizar os jovens de menor renda, a partir dos ofícios ligados a restauração, inserindo-os no processo de recuperação do Centro Histórico, suporte a atuação AECI (FERREIRA; ARAÚJO, 2019). No ano seguinte, em 1992, em consonância com a constituição federal do Brasil de 1988 (Constituição cidadã)¹³⁸, se redigiu um instrumento legislativo urbanístico, norteador de políticas de desenvolvimento urbano para cidade: o PD/JP¹³⁹, o primeiro elaborado entre as capitais brasileiras¹⁴⁰. O PD/JP continha a classificação das áreas urbanas em zonas¹⁴¹. O Centro Histórico e o Porto do Capim estavam contidos na poligonal de classificação das *Zonas de Restrições Adicionais* (ZRA¹⁴²) e na ZEP, além de ser alvo de regularização específica, estabelecida por decreto, como consta no Art. 40 do PD/JP:

¹³⁸ A obrigatoriedade da implementação de instrumento para política urbana consta no Capítulo II Da Política urbana no Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. Disponível pelo site: <senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_182_.asp>. Acessado em 28/09/2018.

¹³⁹ Elaborado em 1992, na gestão do governo municipal de FRANCISCO XAVIER MONTEIRO DA FRANCA, no ano de 1992. Disponível pelo site: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/>>. Acessado em 18/05/2017.

¹⁴⁰ Disponível pelo site: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Diretor_Municipal>. Acessado em 18/09/2017.

¹⁴¹ Zonas: subdivisões da Área Urbana da Cidade, delimitadas por lei e caracterizadas por sua função diferenciada. I zonas adensáveis prioritárias; II zonas adensáveis não prioritárias; III zonas não adensáveis; **IV zonas de restrição adicional; V zonas especiais**. Fonte: Plano Diretor de João Pessoa. 1992. Disponível pelo site: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/plano-diretor/>>. Acessado em 29/04/2017.

¹⁴² As Zonas de Restrições Adicionais (ZRAs) são porções da área urbana, situadas em zonas adensáveis ou não, nas quais o interesse social de preservação de características ambientais, paisagísticas e culturais, como patrimônio comum, impõem restrições adicionais ao uso e ocupação do solo. São ZRAs: o **Centro Principal da Cidade**, a Orla Marítima, o Altiplano do Cabo Branco e o Cone de Proteção ao voo do Aeroclube (Plano Diretor de João Pessoa. Art. XX. Disponível pelo site: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/planodiretor2009.pdf>>. Acessado em: 28/10/2017).

Art. 40. **O Centro Histórico** e a portão da Área Urbana definida pelo Decreto Estadual nº 9484, de 10/05/82, e que deve ser objeto de **regulamentação específica**, contemplando: I o estabelecimento de mecanismo conjunto de consulta, **aprovação e fiscalização de projetos e obras entre o Poder Executivo e os órgãos de preservação**; II a utilização do instrumento da Operação Urbana; III uma **política gradual de substituição de usos**, para aqueles mais adequados a **preservação do Centro Histórico** e a utilização de lotes vazios e áreas deterioradas em projetos de interesse social; IV a restrição ao tráfego de veículos (PMJP/PD/JP, 1992)

O PD/JP de 1992, na área do Centro Histórico, classificava e normatizava políticas de controle às intervenções no espaço e nos imóveis, com a substituição gradativa de seus usos, de acordo com o interesse da gestão municipal.

No caso dos imóveis privados, se propunha aplicado incentivos fiscais, estimulando a preservação deles. Para os espaços públicos, se formatou marco legal garantidor de uma possível intervenção e/ou modificação de uso do solo, cuja principal condicionante era a preservação do patrimônio material, contida na poligonal de tombamento estadual. Essa medida tomou-se com vistas a viabilização do projeto de REVITALIZAÇÃO do Varadouro e do Porto do Capim, que se encontrava em pauta, precedendo uma higienização social legalizada.

A inexistência e importância da Comunidade do Porto do Capim para a gestão municipal, é revelada na constituição ideológica do Centro Histórico, contida no texto PD/JP. Dentre outros pontos de intervenção e modificação de uso, ausência da criação

Segundo o Art. XX da referida Lei (?): O Centro Principal, incluindo o *Centro Histórico da Cidade*, e a portão da área urbana que sofre um processo acelerado de transformação e que abriga funções urbanas conflitantes, tais como: maior concentração de tráfego de veículos e pessoas e um número significativo de edificações de uso institucional, comercial e de serviços, sendo portanto, objeto de regulamentação complementar específica, submetidas a apreciação do *órgão estadual* de preservação do *Patrimônio Histórico*, e que deve contemplar: I a restrição a circulação de veículos; II a regulamentação de horários e percursos para operação de carga e descarga; III a exigência um número suficiente de vagas para estacionamento, em todos os projetos de construções novas e reformas; IV a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres; V o estabelecimento de índices urbanísticos específicos para cada quadra considerando a proximidade da área do Centro Histórico, o entorno do Parque Sólon de Lucena e as áreas onde é possível o uso residencial ou o adensamento dos outros usos (Plano Diretor de João Pessoa. Art. 39. Disponível pelo site:< <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/planodiretor2009.pdf>>. Acessado em: 28/10/2017).

de Zona Especial de Interesse Social¹⁴³ (ZEIS) para atender a demanda de habitação da comunidade na área, mesmo com sua existência no PD/JP de 1992, reflete a higienização social à que nos referimos.

Fica patente a negação do reconhecimento da produção do espaço urbano, pelo poder público, das populações de baixa renda, exemplo da comunidade do Porto do Capim. São invisibilizadas ações de tradicionalidade e valor de uso, além de serem combatidas oficialmente com instrumentos legislativos urbanísticos, a exemplo do Art. 40 do PD/JP, permite intervenções na área da comunidade com modificação do uso do solo.

São estrategicamente criadas intervenções legais, sustentadas pela narrativa da preservação histórica e do desenvolvimento turístico. Instrumento este de planejamento das cidades, atrelado a ideia de sustentabilidade econômica, que é difundida mundialmente e aceita pelas gestões das cidades brasileiras. João Pessoa, norteadada pelo planejamento estratégico¹⁴⁴, amplamente difundido e defendido por agências financeiras internacionais na década de 1990, assume o desenvolvimento turístico como uma possibilidade de novo uso do solo para o Porto do Capim:

¹⁴³ Seção II Das Zonas Especiais de Interesse Social do Art. 33. Zonas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas primordialmente a produção, manutenção e a recuperação de habitações de interesse social e compreendem: I terrenos públicos ou particulares ocupados por favelas ou por assentamentos assemelhados, em relação aos quais haja interesse público em se promover a urbanização ou a regularizar, ao jurídica da posse da terra, delimitados no Mapa 3, que é parte integrante desta lei; II glebas ou lotes urbanos, isolados ou contíguos, não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas com área igual ou superior a 1.000 m²; III edificações de valor para o Patrimônio Histórico que abriga ocupação plurifamiliar subnormal. Art. 34 diz que o Poder Executivo deverá elaborar plano de urbanização para as Zonas Especiais de Interesse Social, que estabelecerá: I padrões específicos para o parcelamento, uso e ocupação do solo e para as edificações; II as formas de participação da iniciativa privada, em especial dos proprietários de terrenos, dos promotores imobiliários e das associações de moradores na viabilização do empreendimento; III a fixação de prático e forma de financiamento, transferência ou aquisição das unidades habitacionais a serem produzidas. Art. 35. O Poder Executivo, para promover a regularização fundiária nas Zonas Especiais de Interesse Social, poderá: I utilizar a Concessão Real de Uso, quando o assentamento for sobre área pública Municipal, mediante lei específica; II assegurar a prestação de serviço de assistência jurídica e técnica gratuita a população de baixa renda, para a promoção da Ação de Usucapião Urbano; III promover as ações discriminatórias cabíveis, quando for o caso. § 1º. Em nenhum caso poderá ser utilizada a doação de imóveis.

¹⁴⁴ O planejamento estratégico representou uma transposição dos conceitos do planejamento de empresas para o planejamento urbano (KAUFMAN; JACOBS, 2007), e vem sendo utilizado em várias cidades ao redor do mundo e inclusive no Brasil (VAINER, 2013).

Com ênfase no desenvolvimento turístico, as estratégias de gestão das cidades passam a ser influenciadas e reordenadas, adotando procedimentos de marketing em busca de alcançar uma inserção no mercado turístico mundial. Nesse contexto, organismos internacionais têm difundido a ideia de planejamento estratégico por vários países da América Latina. Podemos destacar também as consultorias internacionais, principalmente aquelas inspiradas no modelo de Barcelona (GONÇALVES, 2014, p. 35).

Com o afincio de atender a política urbana de planejamento estratégico, no contexto da consolidação das políticas neoliberais propostas à América Latina e Caribe, a CPDCHJP apoiava metodologias impostas pelas agências financeiras internacionais (BID), sustentando narrativas de valorização e preservação dos bens materiais do Centro Histórico como atrativo turístico. No ano de 1995 a CPDCHJP realizou ações de valorização e preservação do patrimônio no Centro Histórico, dentre elas a fiscalização e controle de publicidade comercial na área tombada.

Entre 1992 e 1995 são criados instrumentos legislativos para estabelecer um marco regulatório de preservação e valorização patrimonial, de natureza urbana e patrimonial. O PD/JP de 1992, definitivamente se torna a legislação urbana, com normativas específicas, com destaque a ZEP, reforçado em 1995: “a inclusão dos aspectos normativos referentes ao controle da publicidade comercial na área tombada no Código de Posturas do Município” (CPDCHJP, 2004, p. 9).

A CPDCHJP coordenou ações de intervenções arquitetônicas e urbanas relevantes à preservação do patrimônio histórico da cidade, realizadas entre 1995 e 2016. Como a restauração do Hotel Globo¹⁴⁵, a Igreja de São Bento, o Tribunal de Justiça, Biblioteca pública, Igreja São Frei Pedro Gonçalves, Antiga Fábrica de vinho de caju Tito Silva, entre outros.

Nos anos seguintes, ocorreram várias ações de acultramento¹⁴⁶, tornando o Centro Histórico “o palco oficial de eventos da cidade”, de forma velada, foi-se impondo

¹⁴⁵ Edificado em 1929, na década de 1930 foi construído o segundo bloco, inspirado nos hotéis europeus mais populares da época, e era considerado o melhor hotel da cidade, com seus salões, ornados por espelhos de cristais tchecos, ricas luminárias, mobiliário e ornamentos importados dos mais diversos países da Europa. Foi palco dos grandes acontecimentos sociais e políticos de João Pessoa, sendo um marco da paisagem urbana e geográfica da capital. O hotel Globo faz parte do conjunto arquitetônico do pátio São Pedro Frei Gonçalves e é tombado pelo Patrimônio Histórico. Disponível pelo site: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3733>>. Acessado em: 05/04/2017.

¹⁴⁶ Segundo Laraia (2008): “Podemos afirmar que existe dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultado da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um

a população pessoense práticas comemorativas e fazeres festivos do calendário da cidade naquele local. A CPDCHJP efetivava o acultramento com estratégias de incentivo à criação de associações culturais, exemplo do Folia de Rua¹⁴⁷ no ano de 1996, nos anos seguintes, estimulou a recuperação de festejos populares e tradicionais.

As práticas socioculturais desenvolvidas a décadas pelos moradores das comunidades de baixa renda e tradicionais¹⁴⁸, existentes no próprio Centro Histórico, não eram reconhecidas pelo poder público como um bem de valor cultural coletivo. Resultando na ampliação da segregação sociocultural dessas formas de expressão, pré-existentes a esse momento histórico. Com exceção da participação dessas comunidades nos festejos juninos (concurso de quadrilhas), compondo parte da programação municipal do São João da capital, atrativo turístico, porém com auxílios financeiros insignificante.

A CPCHJP buscava viabilizar recursos para restauração de edificações e monumentos, a fim de, efetivar os cenários necessários para o mercado do turismo, como contido na proposta do projeto. Encontra nos programas MONUMENTA/BID 149 e

sistema cultural com outro. No primeiro caso, a mudança pode ser lenta, quase imperceptível para o observador que não tenha o suporte de bons dados diacrônicos [...] O segundo caso [...] pode ser mais rápido e brusco. No caso dos índios brasileiros, representou uma verdadeira catástrofe. Mas pode ser um processo menos radical, onde a troca de padrões culturais ocorre sem grandes traumas. [...] É praticamente impossível imaginar um sistema cultural que seja afetado apenas pela mudança interna. Isso só seria possível no caso, quase, absurdo, de um povo totalmente isolado dos demais” (p. 96-97).

¹⁴⁷ A Associação Folia de Rua surgiu em 1996, com o objetivo de organizar os blocos que resgatavam o carnaval da cidade. Segundo o coordenador de comunicação da Associação Folia de Rua, Jairo Pessoa, o pré-carnaval hoje com mais de 200 blocos espalhados por todos os bairros da Capital, sendo cerca de ¹³⁰ cadastrados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedurb). “Isso sem contar os novos blocos que nascem todos os anos e que vão se juntando a esta grande família”, ressaltou. Disponível pelo site: <<http://jpcultura.joaopessoa.pb.gov.br/projeto/30/>>. Acessado em 28/03/2018.

¹⁴⁸ Exemplo da do Porto do Capim, com seu calendário anual de comemorações, integram festejos diversos: Carnaval, São João (com sua quadrilha), Dia de Nossa Senhora das Neves (Padroeira da Cidade), A procissão de Nossa senhora da Conceição, o dia Folclore, repletas e ricas em referências simbólicas. Disponível pelo site: <<https://www.facebook.com/groups/299654220205593>>. Em: 22/08/2019.

¹⁴⁹ Programa criado em 1995, pelo Ministério da Cultura - MinC com a direção do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID deram início aos entendimentos para viabilizar um programa de preservação do patrimônio cultural do país, com ênfase nos sítios e conjuntos urbanos. No ano seguinte, o IPHAN elabora a Carta-Consulta ao BID, aprovada em agosto. Na sequência, são discutidos os fundamentos do programa e fixados os locais de intervenção prioritária, a saber, Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse mesmo período é também criada uma comissão técnica no IPHAN para apoio à equipe do Monumenta e são contratados os primeiros consultores, em cooperação com a Unesco (DUARTE JÚNIOR, 2010.p.55). As ações buscavam conjugar restauração e recuperação de bens tombados aliados a questões de desenvolvimento econômico e social” (GONÇALVES, 2014, p. 35 nota de rodapé).

PRODETUR/NE¹⁵⁰, possibilidade de recursos. Ambos os programas financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A CPDCHJP no ano de 2000 resolveu integrar os dois programas vigentes, relacionados ao patrimônio histórico e suporte ao turismo, com objetivo de elaborar o plano Estratégico de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico.

O programa Monumenta teve sua implantação no ano de 1999, com ações de restauração das pinturas das edificações tombadas na praça Antenor Navarro. As ações de restauração ocorriam em cidades históricas protegidas pelo IPHAN/PB. Mas sua primeira ação efetiva ocorreu no ano de 2001, realização de oficinas participativas, pontuavam as diretrizes do Plano, com vista ao desenvolvimento do turismo. Para Ferreira e Araújo:

Também em 2000, foi iniciada a articulação com dois programas de desenvolvimento, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e o Programa MONUMENTA/BID. Sua ação conjunta promoveu a elaboração do Plano Estratégico para REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico de João Pessoa, que resumia as diretrizes necessárias para realização das obras e ações de REVITALIZAÇÃO do patrimônio e de fomento ao turismo. A lógica dos programas era de que deveria haver uma participação ativa da **iniciativa privada e da sociedade civil nos processos de planejamento**, o que estimulou a realização oficinas de planejamento participativo, cujos trabalhos se centraram na análise da situação atual, com a conceituação dos problemas e objetivos a serem alcançados, e suas consequências, e na análise das alternativas de atuação possíveis. Após essas discussões, o plano estipulou como princípios para o desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, **“a atratividade de usos e ações, a diversidade de funções urbanas e a acessibilidade aos bens turístico-culturais”** (2019. p. 13) (Grifo autora).

A participação da sociedade civil e entes privados nas oficinas era condicionante metodológica do programa, no entanto, os moradores da comunidade do Porto do Capim não tiveram espaço garantido nela, pois foram invisibilizados pela CPDCHJ, sem participação na construção no Plano Estratégico de REVITALIZAÇÃO, ainda que, o plano estipulasse em seus princípios para o desenvolvimento do Centro Histórico “atrativos de usos e ações” e “acessibilidade aos bens turístico/culturais”.

¹⁵⁰ O PRODETUR direciona a infra-estrutura urbana para o turismo em localidades relevantes para o desenvolvimento dessa atividade. Na cidade de João Pessoa em 2002 os recursos do PRODETUR-NE foram utilizados para restaurar Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e Prédio Nº 02 do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, atualmente se localiza a sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil (LEANDRO, 2006).

A oficina de planejamento participativo do Monumenta, integrava restauro e recuperação do patrimônio ao desenvolvimento socioeconômico. Com proposta de novos usos para os imóveis recuperados. Segundo Silva (2016):

Em 2001 a equipe técnica que Coordenava o Projeto de REVITALIZAÇÃO de João Pessoa e a Agência Espanhola realizaram também a oficina de Planejamento Participativo do Monumenta, procurando conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico aliados ao desenvolvimento econômico e social. [...] Sua proposta é agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação de bens tombados e edificações localizadas nas áreas do projeto, além de atividades de capacitação de mão obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Monumenta¹⁵¹, que conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o apoio da UNESCO, procura garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio. [...] Uma das estratégias para atingir essa **meta é estabelecer novos usos para os imóveis e monumentos recuperados**. No entanto, apesar da realização da oficina, João Pessoa não foi contemplada com recursos do Monumenta (p. 164)

A participação da CPDCHJP na oficina do Monumenta, objetivava garantir recursos do programa para efetivação do Plano Estratégico de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico. No entanto a cidade não foi contemplada.

Segundo Gonçalves (2014), a rejeição da integração da proposta coordenada pela CPDCHJP com o programa Monumenta, se deu por questões metodológicas, resultante de níveis hierárquicos de gestão:

Segundo os entrevistados, uma das causas pode ser entendida pelo fato de que tal programa era focado diretamente aos municípios, e no caso de João Pessoa a Comissão do Centro Histórico estava instruída em âmbito estadual. Um dos resultados dessas configurações políticas foi que a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa conseguiu trabalhar em parceria com um programa de turismo, mas não conseguiu o mesmo resultado na tentativa de se trabalhar com um programa de preservação do patrimônio cultural de nível nacional (2014, p. 35).

¹⁵¹ Objetivo era a geração de recursos para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto, facilitando com isso, a manutenção das características originais dos bens (CPDCHJP, 2007).

Enquanto a CPCHJP tratava de questões no âmbito estadual, o programa era ligado a projetos de patrimônio em nível nacional, como relata Gonçalves. Restando recursos do PRODETUR-NE.

O financiamento do PRODETUR dependia do BID, fomentava a participação de entes privados, e crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), como relata SCOCUGLIA (2004):

O Prodetur-NE- Programa de ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasileiro- foi implantado em 1992 por iniciativa do governo federal, junto aos governos estaduais, visando financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID. Para isso foi obtido um crédito especial do governo federal, no BNDS, para iniciativa privada que quisesse investir no setor e nesse programa. A estratégia do Prodetur se fundamenta, pelo menos no discurso, no tripé: iniciativa privada, governo e população, e ainda na chamada regionalização, que são polos corredores turísticos do Nordeste entendidos como capaz de privilegiar a interrelação entre os estados (p. 24).

O tripé defendido pelo programa, de fato, só atendia aos interesses da iniciativa privada, produtores do capital na cidade (setor imobiliários e turístico), por meio da valorização do solo urbano, com ações de higienização social e restauração do patrimônio material, como o que ocorreu em Salvador -BA¹⁵².

O PRODETUR incrementou o turismo no Centro Histórico, atendeu em parte a seus objetivos, com equipamentos de apoio turístico, porém foi irrelevante a melhoria de vida dos moradores do Porto do Capim. Segundo o próprio Programa:

Verifica-se que as metas estabelecidas na concepção do Projeto foram em parte atingidas, ou seja, foi gerado um fluxo de visitantes que transbordou por todo entorno e monumentos vizinhos. Houve também um significativo incremento no que diz respeito à realização de eventos. Deve-se, ainda, ressaltar que no entorno das intervenções, observa-se o início da procura de imóveis para novos investimentos privados, principalmente em equipamentos de apoio ao turismo, decorrentes dos trabalhos de REVITALIZAÇÃO, respondendo de maneira satisfatória às expectativas do Programa. **As informações disponíveis não detectam a criação de oportunidade de renda para a população da comunidade do antigo Porto do Capim, entretanto, é provável que alguma melhoria tenha ocorrido, em face da geração de um novo fluxo de visitantes**

¹⁵² Em João Pessoa o programa não teve muita representatividade, diferente do que ocorreu em Salvador, no Pelourinho, onde ocorreu mudança de uso do solo, remoção involuntária dos moradores de baixa renda, isenção fiscal durante anos aos empreendimentos lá instalados, e posterior abandono da área com o fim desse benefício fiscal (GONÇALVES, 2014).

e turistas. (BANCO DO NORDESTE. Relatório Final Prodetur/NE, 2005, p. 65, grifo nosso)

O programa suporte ao planejamento estratégico e aos projetos de REVITALIZAÇÃO do Varadouro e Porto do Capim, não conseguiram ter capilaridade para integrar às comunidades de baixa renda e famílias moradoras da área. O tripé que definia sustentabilidade, social, patrimonial e cultural, só teve resultados positivos para um turismo que vendeu cenários da cidade como mercadoria.

6.1.2 - Elaboração de marcos regulatórios nos Planos Diretores, para habilitar o projeto de requalificação o Centro Histórico

Os Planos Diretores de 1974, 1994 e 2009, apresentaram, na sua configuração, instrumentos legislativos e urbanísticos para garantir a implementação de projetos turísticos no Centro Histórico.

No primeiro Plano Diretor da cidade, em 1974, foram estipuladas duas poligonais: a de preservação rigorosa do Centro Histórico de João Pessoa e outra de preservação ambiental. Também, foi definido o ponto de partida da política de preservação e patrimonialização da cidade, de forma normativa.

O Plano Diretor de 1994 foi considerado pela gestão pública municipal, os representantes legislativos municipais, como o primeiro e único Plano da Cidade de João Pessoa, pois atendeu à Constituição Federal de 1988, e ao estatuto das cidades mediante a implantação da política de desenvolvimento urbano, em seu Art. 182, garantindo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como o bem-estar dos seus habitantes. Esse Plano trouxe alterações na criação de normas de classificação das áreas, por meio do macrozoneamento da cidade (Figura 43), a exemplo da Zona Adensável Prioritária (ZAP), na área estipulada para a implantação do projeto de REVITALIZAÇÃO, incluindo o Porto do Capim.

Todavia o macrozoneamento (Figura 42), neste PD, revela contradições na classificação de áreas, de uma vez que a área objeto de projeto, está classificada como ZAP, devendo ter infraestrutura básica, como: sistema sanitário (abastecimento de água

potável, manejo de água pluvial, coleta e tratamento de esgotos, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos).

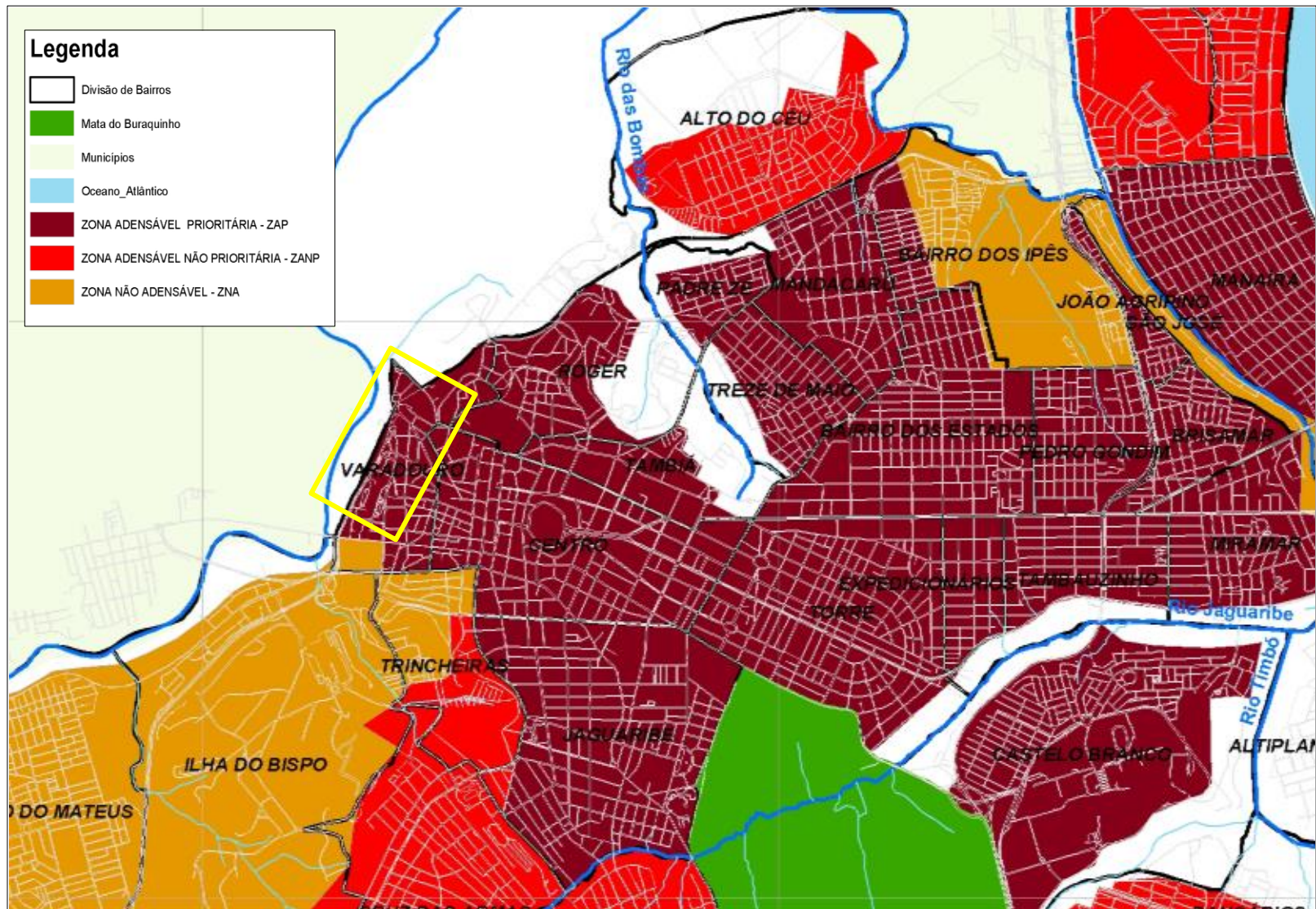
Na área do Porto do Capim, até o momento da elaboração deste estudo, inexistem: o manejo de água pluvial, tratamento de esgotos e o manejo de resíduos sólidos. Com um complicador, o descarte de águas vindas do Parque Sólon de Lucena, para dentro da comunidade.

O projeto de gentrificação em curso, incitou o engajamento de agentes culturais na discussão da REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico, com a requalificação dos usos das edificações abandonadas para fins artísticos (Ateliês), ou de moradia.

O pedido de tombamento em âmbito federal do Centro Histórico, encaminhado ao IPHAN, ocorre no ano de 2002, “por proposição da ACEHRVO, um ofício¹⁵³ solicitando o processo de tombamento nacional do Centro Histórico de João Pessoa” GONÇALVES, 2014, p. 37).

¹⁵³ Tombar esse universo, restrito geograficamente, mas amplo em sua ação sinérgica, é a materialização dos avanços, percalços, erros e acertos de um polo tão antigo quanto a própria memória nacional possa alcançar. Além de tudo, é lindo de se ver. O rio invade a urbs e o casario penetra o mangue, num espetáculo de rara plasticidade, cuja preservação passa, necessariamente, por uma regulamentação federal. Assim, impõe-nos a obrigação em pleitear um tombamento nacional. Fonte: ACEHRVO, 2002 In: IPHAN, [2007].

Figura 42-Mapa do macrozoneamento da cidade de João Pessoa com destaque para o Porto do Capim



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa. Secretaria de Planejamento, adaptado pela autora.

Em 2004, ocorreu uma revisão ampliada do perímetro do IPHAEP¹⁵⁴, “onde foram unificadas as áreas de atuação da Comissão do Centro Histórico e do IPHAEP” (GONÇALVES 2014), ficando os dois órgãos responsáveis pela atuação na área da poligonal.

No ano de 2008 em âmbito nacional é aprovado o tombamento do Centro Histórico de João Pessoa pelo IPHAN, “através do processo 1501-T-02, considerando o perímetro de atuação da CPDCHJP, por englobar a maior parte dos monumentos tombados individualmente a nível nacional, e se configurar como a implantação inicial da cidade”.

Na revisão do Plano Diretor em 2009, ocorreu ampliação do perímetro de preservação, e a criação de mecanismos de regularizações específicas, tais como as Zonas de Restrições Adicionais, contendo a: Zona de Preservação Ambiental (ZPA) e a Zona Especial de Preservação (ZEP), ambas contidas na área do Porto do Capim.

Foram mantidas as ZRA, ZPA, mas foi acrescida uma Zona Especial de Interesse Social, na área do antigo curtume, porém se negou a implantar uma ZEIS no interior da comunidade.

O Novo PD/JP 2009, traz em seus anexos os mapas contendo a delimitação das zonas na cidade de João Pessoa, incluindo a delimitação que propositalmente retirava a comunidade da área de patrimônio histórico, ficando a comunidade incrustada na zona de preservação ambiental.

As ações de intervenção relativas ao projeto de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico continuavam sendo coordenadas pela CPDCHJP. Uma porção representativa das intervenções estavam na área do Porto do Capim (Figura 43). Dentre as intervenções urbanísticas só o terreno da PROSERV e as praças Álvaro Machado e Napoleão Laureano, não estavam na área do Porto do Capim.

¹⁵⁴ Decreto Estadual nº. 25.138.

Figura 43-Quadro das intervenções urbanas e arquitetônicas previstas no projeto de REVITALIZAÇÃO para o bairro do Varadouro e a área do Porto do Capim

INTERVENÇÕES ARQUITETÔNICAS PREVISTAS		
BEM	LOCAL	AÇÃO
Antiga Alfândega	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação do Museu Histórico da Cidade de João Pessoa – Unidade Colônia.
Superintendência da Antiga Alfândega	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação da Estação-Escola de Televisão Digital e Polo de Produção Áudio Visual.
Antiga Fábrica de Gelo	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação do Centro de Apoio ao Turista.
Antigo Galpão do Porto	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação de novos equipamentos sociais.
Antigo Curtume	Varadouro	Restauração e requalificação para instalação de novos equipamentos sociais.
Antiga Fábrica de Cimento Nassau	Varadouro	Restauração e Requalificação para abrigar a sede do Parque Ecológico Sanhauá.
INTERVENÇÕES URBANAS PREVISTAS		
BEM	LOCAL	AÇÃO
Implantação da Praça Porto do Capim e reurbanização da ribeira do rio Sanhauá	Varadouro	Relocação da Comunidade Porto do Capim, reurbanização da área transformando-a em praça para eventos e contemplação, e a execução de um píer flutuante.
Praça XV de Novembro	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Praça Álvaro Machado	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Praça Napoleão Laureano	Varadouro	Requalificação do espaço público.
Ruas Visconde de Inhaúma, Porto do Capim e Frei Vital.	Varadouro	Melhoria da infraestrutura e requalificação dos espaços públicos.
Terreno da “PROSERV”	Varadouro	Requalificação para inserir habitações de interesse social.

Fonte: CPDCHJP, 2013.

Segundo a CPDCHJP, a primeira das intervenções urbanísticas proposta para o projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo porto do capim, que se transforma em REVITALIZAÇÃO do porto do capim, é a “relocação” da comunidade que lá vive, conjuntamente com a proposta de reurbanização da área e sua transformação em praça de eventos.

A CPDCHJP, vislumbrava um renascimento do Centro Histórico, nas bases do preservacionismo histórico, a partir dessas intervenções na área.

Para a CPDCHJP se tratava de um conjunto de estratégias de produção cultural, turística e econômica, um complexo de oportunidades, faria com que a área saísse do abandono para virar a vitrine da cidade.

Em segundo plano aparecem os benefícios da intervenção para a comunidade residente na área, ganhariam, assim, um novo núcleo habitacional:

[...] esta intervenção condensa ações que integram e potencializam as linhas estratégicas estabelecidas pelo projeto de REVITALIZAÇÃO, que é entender o Centro Histórico como turístico e cultural, um Centro de oportunidade e referência em qualidade de vida. Na perspectiva do cumprimento desse papel estratégico, a intervenção implantada resultará numa requalificação urbana do Antigo Porto

do Capim, ***que deixará de ser área de armazenamento para transformar-se em importante polo de lazer e diversão da cidade, a partir da utilização de seus espaços públicos para eventos, concentrações e contemplação.*** De forma associada teremos a requalificação de sua função econômica que, a partir do resgate do vínculo rio/cidade, transformará o rio e o antigo porto em importante núcleo turístico da cidade, com a infraestrutura necessária ao aproveitamento do turismo histórico-cultural e do ecoturismo, este associado ao estuário do Rio Paraíba. [...] esse ***processo deverá ainda promover o desenvolvimento social*** da comunidade do porto do capim, que passará a habitar um novo núcleo habitacional. (CPDCHJP, 2007: 11;12) (Grifo nosso)

Na perspectiva dos órgãos responsáveis pelo projeto, a criação de um polo econômico, ainda que com roupagem de atrativo histórico e cultural, resolveria os problemas econômicos do centro da cidade.

Para a gestão pública o espaço pretendido para o projeto não continha uso de habitação, já que não havia a titularidade, a representante da CPCH-JP se refere a área como “uma área de armazéns abandonado”, função que deixou de ser exercida em 1950, quando passou a ser espaço de moradia.

Com o fim do convênio em 2000, as ações da comissão e da Oficina escola sofreram da redução de suas ações, como relata Moraes.

Na sequência, com o fim do Convênio de Cooperação Brasil-Espanha, ao final dos anos 2000, a Comissão do Centro Histórico e a Oficina-Escola tiveram seu funcionamento prejudicado, resultando na redução de sua atuação e da capacidade operacional, de maneira significativa, em função de terem sofrido seguidos cortes de orçamento e de pessoal (BRAGA; MORAES, 2016. p. 36).

Ficando paralisado o projeto, sem recursos e com cortes orçamentários, ressurgindo as ações com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento, impulsionava a economia do país.

6.2 - O projeto de REVITALIZAÇÃO e o PAC

O projeto de REVITALIZAÇÃO ficou em *standby* por dez anos (2000-2010). As ações haviam cessado desde o ano de 2000, quando finalizou o convenio internacional

com a Espanha e a CPCH-JP, perde a linha de financiamento. A comunidade do Porto do Capim já não se preocupava mais com a remoção¹⁵⁵.

Em 2010 os Programas de Aceleração de Crescimento- PACs ¹⁵⁶ traziam novamente a possibilidade de viabilização financeira do projeto de REVITALIZAÇÃO.

Em 2012 são retomadas as investidas de intervenção no Porto do Capim, com o Projeto “*PAC-Sanhauá: Dignidades as famílias, o rio e à cidade*” e “*PAC: Cidades Históricas*”.

O projeto desta vez previa a REVITALIZAÇÃO em 11 km do rio e a relocação das famílias para habitações de interesse social, com 42m² de área por unidade. Com base nas propostas do projeto da década de 1997. Foram reaproveitados os dois projetos da década de 1990, um de REVITALIZAÇÃO da área (urbanístico) e outro habitacional.

O Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim, originalmente fazia parte do já referido Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, considerava a existência e previu a assistência à população residente nas proximidades das áreas tomadas como objeto de intervenção, embora a proposta de realocação não atenda aos anseios e necessidades de uma parte dos moradores, tendo em vista que afeta de maneira importante a relação de convivência e, em alguns casos, desvincula economicamente alguns profissionais locais de sua relação com o rio Sanhauá e com o Varadouro.

No entanto, no ano de 2001 foi estabelecido **o Plano Estratégico** que veio para complementar o projeto de REVITALIZAÇÃO de 1987. Mais uma vez os moradores formam invisibilizados, e o processo de decisão coletiva não ocorreu, apenas promessas, causando insegurança e incerteza por parte das comunidades do Porto do Capim.

Segundo a Coordenadora da CPDCHJP, entre as funções do projeto, estava a higienização social, pois tinha a pretensão de solucionar problemas complexos, como o surgimento de aglomerados subnormais, visão corroborada com os governantes até a década de 1930: “a preocupação básica das autoridades era com o perigo que as favelas,

¹⁵⁵ O termo remoção é utilizado nesse trabalho como referência a **retirava involuntária** dos moradores da comunidade do Porto do Capim, em qualquer das subáreas que compõe a comunidade, sem sua permissão, acordo, ou algo que lhe valha.

¹⁵⁶ O PAC lançado em 2007 buscava retomar as obras de infraestrutura econômica e social. Constava do PAC projetos e obras de: 1) Logística- rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, com orçamento de RS 58,3 bilhões; 2) Energia- geração e distribuição de energia, combustíveis renováveis, petróleo e gás natural, com orçamento de RS 274,8 bilhões; 3) Infraestrutura social e urbana- Luz para todos, saneamento, habitação e recursos hídricos, com orçamento de RS 170,8 bilhões (MARICATO, 2014, p. 64).

cortiços e bairros populares poderiam representar no futuro, tratando de isolar ao máximo e evitar o crescimento destes focos de enfermidades e doenças sociais” (LAZO, 2005. p.36). Para Gonzáles (2011):

[...] a REVITALIZAÇÃO do Varadouro e do Porto do Capim foi estudada durante muitos anos, com a pretensão de solucionar os problemas muito complexos existentes na área. Resultantes do abandono e do processo de degradação, **principalmente o surgimento de aglomerados subnormais.**

A ausência de participação dos moradores do Porto do Capim no Projeto de REVITALIZAÇÃO, revelou-se um processo discriminatório por parte do poder público municipal. A interlocução se tornou escassa e reduziram a discussão sobre o projeto. A partir daí, as discussões começaram a se dar em fóruns não decisórios, revelando que o processo não contou com a participação das comunidades, ficando estas obrigadas, coercitivamente, aceitar a remoção, de forma impositiva e não participativa.

Segundo a CPDCHJP, o projeto era balizado para atender a três setores de desenvolvimento: o **Turístico**, o **Cultural**, o **Econômico** (Centro de Oportunidades) e o referente à **Qualidade de Vida**, no qual o rio Sanhauá foi considerado fundamental na adequação dos novos usos, havendo uma interligação umbilical entre os três setores.

O projeto previa a relocação das famílias que vivem nas áreas Porto do Capim e na Vila Nassau para implantar uma grande arena de eventos. Esse projeto traz o pesadelo da relocação para a comunidade ribeirinha. Surge, a partir deste momento, pela primeira vez, um conflito entre o poder público e a comunidade ocupante do Porto. Segundo o IPHAN (2012):

O Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim, que originalmente fazia parte do já referido Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, considerou a existência e previu a assistência à população residente nas proximidades das áreas tomadas como objeto de intervenção, embora a proposta de relocação não atenda aos anseios e necessidades de uma parte dos moradores, tendo em vista que afeta de maneira importante a relação de convivência e, em alguns casos, desvincula economicamente alguns profissionais locais de sua relação com o rio Sanhauá e com o Varadouro (2012, p. 16).

O Moradouro, programa da PMJP para o Centro Histórico, tinha a função de atrair novos moradores para o centro da cidade, dando prioridade àqueles ligados as artes de maneira geral, a fim de que a área central tivesse um uso habitacional, com dinâmica

resguardada e sustentável. Esse programa foi executado em 2018, segundo Jeronimo (2014):

Outro projeto de intervenção que aconteceu no Centro Histórico de João Pessoa com fins habitacionais foi o Projeto Moradouro da PMJP, lançando em 2007 através do Programa de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica Federal (PAR). A proposta inicial deste programa é a requalificação de 07 (sete) casarões da Rua João Suassuna, no Varadouro, para prédios residenciais, serão 35 (trinta e cinco) apartamentos de 52 a 68 metros quadrados, com 02 (dois) quartos, sendo alguns suítes, sala, cozinha, área de serviço e banheiro. Pouco ser realizou dentro desta primeira proposta, apenas alguns imóveis sofreram reformas e hoje são utilizados como moradia. A Rua João Suassuna está localizada próxima a Praça Anthenor Navarro e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e também próximo a área do projeto piloto do Programa de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim (2014, p. 8).

A REVITALIZAÇÃO das edificações, podem ser vistas na Villa Sanhauá (Figura 44). Depois de 14 anos de promessas de efetivação do projeto de restauração dos casarões, no contexto do programa Moradouro, ele ocorre em um momento político favorável a lógica preservacionista, demarcando novamente do Centro Histórico como cenário a ser mercantilizado, atendendo ao Plano Estratégico, agora defendido no contexto das cidades sustentáveis. Reforçando a modificação de uso dos espaços, pela gentrificação com o uso da higienização social¹⁵⁷.

¹⁵⁷ O processo de higienização social ocorre com quando da remoção de população de baixa renda, de locais da cidade, que se tornam espaço de disputa e interesse do capital, seus produtores. ex: imobiliário, turístico. Ação na maioria das vezes realizada pelo poder público, embalada por projetos de interesse do capital.

Figura 44-Fotografia panorâmica da Villa Sanhauá



Fonte: Blog de Marcelo José, 2018¹⁵⁸.

As moradias da Villa Sanhauá, apesar de ter função habitacional, não foram construídas para atender a moradores em estado de vulnerabilidade habitacional, mas para alavancar a REVITALIZAÇÃO econômica, valorização do solo urbano e valorização do uso turístico do conjunto arquitetônico. O projeto foi orçado em aproximadamente R\$ 4 milhões de reais, com recursos próprios da administração municipal (Fonte: PMJP).

As ações de planejamento urbano e os projetos oficiais para o Porto do Capim analisados, foram financiados com recursos advindos dos PACs¹⁵⁹, *PAC- Habitação Minha Casa Minha Vida*, *PAC Cidades Históricas* e *PAC Rio Sanhauá*. Tais projetos, apesar de terem sido elaborados atendendo aos critérios do chamado Planejamento Estratégico foram apoiados pelo IPHAN/PB, pela SPU/PB e pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA).

¹⁵⁸ Disponível pelo site: <<https://marcelojose.com.br/2018/06/23/de-promessa-nao-cumprida-de-ricardo-coutinho-programa-de-habitacao-no-centro-historico-sera-entregue-por-luciano-cartaxo-na-proxima-3a/>>. Acessado em: 18/08/2019

¹⁵⁹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado no início do segundo Governo Lula, inaugurou uma nova fase na política econômica do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), estabelecendo um conjunto de regras, compromissos de ação e diretrizes de governo objetivando o crescimento econômico de 5% ao ano para o período de 2007 a 2010 e incorporado à política de governo da atual presidenta Dilma Rousseff.

Destaca-se que em nenhum dos projetos (habitacional; REVITALIZAÇÃO), houve participação de representantes das comunidades de moradores do Porto do Capim, poder público passou a estabelecer parcerias com parcerias com representantes do capital privado¹⁶⁰, diferentes agentes que atuam no espaço urbano. Tais parcerias atenderem a interesses particulares ou de grupos empresariais, obrigam às comunidades a assumir os interesses privados como se fossem interesses públicos, (VAINER, 2013).

Dentro do projeto “*PAC-Sanhauá*” estavam contempladas a remoção de das comunidades de baixa renda fixadas na margem direita do rio Sanhauá, existiam quatro comunidades, onde haveriam as intervenções, a se saber: *Complexos da Ilha do Bispo*, referente à Vila União, Tanque I e II, e Redenção; *Porto do Capim*, com as comunidades do Trapiche, Vila Nassau e Frei Vital etc.; seguido das comunidades da *Beira da Linha* e do “S”, compondo na época mais de 1.200 famílias que viviam nas proximidades do rio Sanhauá (Figura 45).

Nas áreas onde se tinha a proposta de implementação do “*PAC-Sanhauá*” foram removidas três das quatro comunidades, só ficando na íntegra, a comunidade do Porto do Capim.

Figura 45-Imagem da área de abrangência do PAC – Sanhauá



Fonte: PMJP/SEM HAB, 2013.

¹⁶⁰ Segundo relato da própria PMJP, empresários do ramo náutico e de turismo, trariam suas embarcações e catamarãs para o novo espaço, os píeres do Porto do Capim.

O processo de higienização social foi efetivo, só resistindo a comunidade do Porto do Capim. O processo de remoção das famílias dos locais onde viviam, via projetos definidos de reurbanização, teve seu início no mês de junho 2013. As comunidades do “S” passaram pelo projeto de reurbanização da comunidade do S, localizado no baixo Roger, com 400 apartamentos, a comunidade da “Beira da Linha”, reurbanização na área da linha do bispo, foram as primeiras a serem relocadas. O “Complexo da Ilha do Bispo”, 280 imóveis, onde parte da comunidade foi relocada e outra parte ficou na área.

A comunidade do Porto do Capim recebe informações da Secretaria Municipal de Habitação do Município Social (SEMHAB) o projeto passaria a prever construção de unidades de moradia com dimensões de 42 m², nos parâmetros permitidos para habitações de “interesse social”. Seria em local relativamente afastado do rio e do mangue (CPCA, 2012).

A proposta modificava sobremaneira o modo de morar, e de se relacionar com o espaço urbano, dos ribeirinhos.

Outra questão que atormentava os moradores eram as benfeitorias realizadas em seus imóveis, seguido do conforto de suas habitações. Uma casa com dimensão de 42 m², não atendia as necessidades nem as demandas dos moradores.

No dia 15 de agosto de 2013 disponibilizado via redes sociais a tomada de preço TOMADA DE PREÇOS Nº 33004/2014 – SEPLAN/PMJP, contendo a discriminação dos valores para implementação do projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo Porto do Capim

Restauração da Antiga Superintendência da Alfândega, onde seria instalado o Centro de Cultura Popular, o investimento que seria liberado era de R\$ 1.300.000,00; REVITALIZAÇÃO da Antiga Casa de Gelo, seria o Centro de Apoio a Eventos e a Visitantes, constava com investimentos no montante de R\$ 525.000,00; Requalificação do Antigo Cais do Porto Epitácio Pessoa, valor de R\$ 16.185.000,00; Requalificação das Vias de Acesso a Arena de Eventos e Cultura, apresentava valor de R\$ 4.740.000,00; a Implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá com R\$ 15.120.000,00. O somatório total para a área é de R\$ 37.345.000,00. Tendo um acréscimo de R\$ 12.931.972,26.

No entanto, nenhum recurso foi direcionado para as habitações das moradoras e moradores das comunidades do Porto do Capim. A comunidade soube via AMPC, anúncio da liberação dos recursos, entrou em contato com a secretaria de Habitação do município, marcou reunião dos representantes das comunidades com a Secretária. Foi informada da remoção de parte da comunidade, começando pelas famílias que moravam as margens o rio, considerada área de risco.

Segundo a Secretária de Habitação, na pessoa de Socorro Gadelha, os recursos das novas habitações viriam do Programa Minha Casa Minha Vida. Desta forma, os moradores relocados deixariam suas casas, muitas confortáveis e confiáveis para morar em outra área, outro tipo de habitação, com o ônus do pagamento, sem ter a certeza da qualidade da construção.

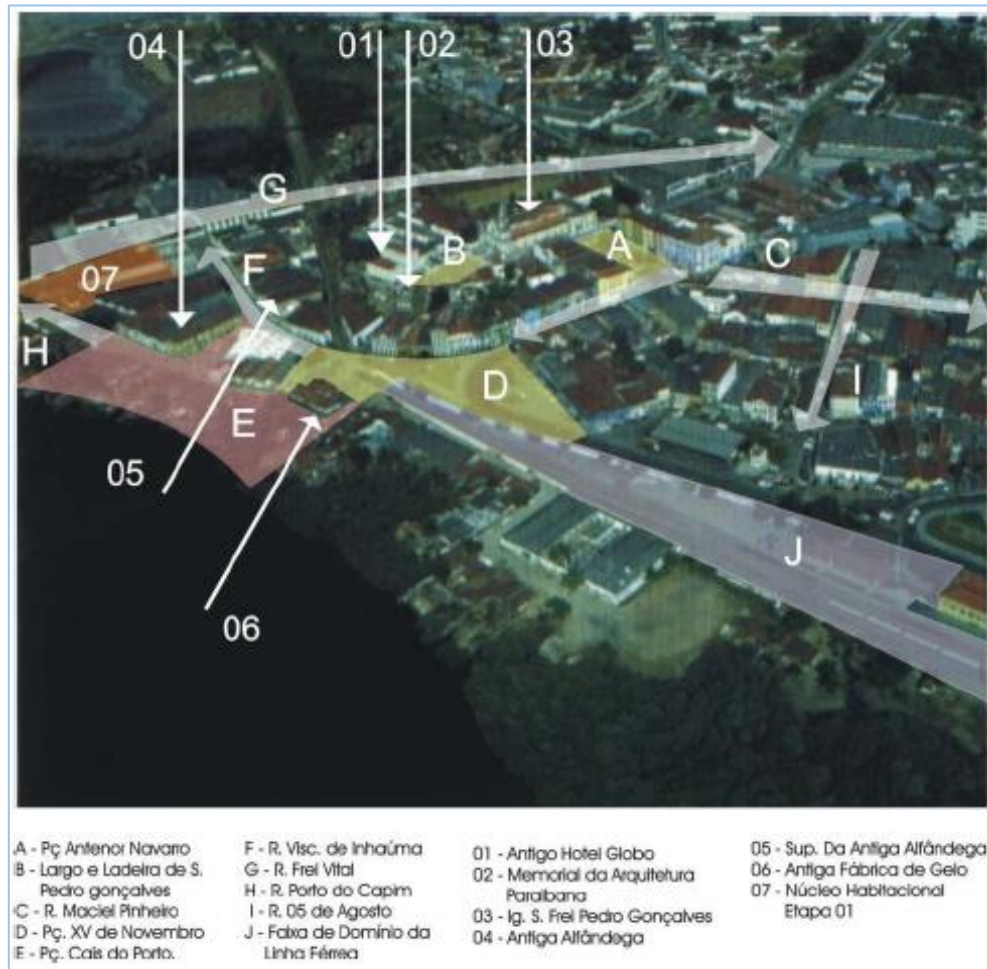
A comunidade em comum acordo, não aceitou a proposta da PMJP, buscava junto a CPCA e posterior a AMPC, com parcerias, a oficialização do seu direito de permanência.

6.3 - As três versões do mesmo projeto para área do Porto do Capim: Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim (1987), Projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim (2010) e o Parque Ecológico Sanhauá (2019).

O projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim, teve no decorrer de 20 anos três versões, com pouco significativas alterações, como apresentaremos a seguir.

A intervenção está dentro do plano de ação, como parte integrante do processo de REVITALIZAÇÃO do Varadouro e Antigo Porto do Capim, proposto pelo Projeto de REVITALIZAÇÃO do Centro Histórico de João Pessoa (1987), iniciado com a restauração do Antigo Hotel Globo e da Praça Anthenor Navarro, ainda na década de 1990 e continuado com a restauração da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, do Memorial da Arquitetura Paraibana, da Estação Ferroviária, da Antiga Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e o Largo de São Pedro Gonçalves na década seguinte (Figura 46).

Figura 46-Imagem da área de intervenção do Projeto de REVITALIZAÇÃO no Varadouro e Antigo Porto do Capim



Fonte: Arquivo da CPDCHJP,2013.

O projeto do porto, fazia parte da REVITALIZAÇÃO do Varadouro e Antigo Porto do Capim e, porém, era o único que dava acesso ao rio. Projeto de REVITALIZAÇÃO do antigo Porto do Capim, contava com vários equipamentos urbanos e uma arena de eventos.

Serão apresentadas as três versões do projeto de REVITALIZAÇÃO, que sofreu insignificativas alterações no decorrer de vinte e dois anos.

Na primeira versão do projeto havia três usos distintos possíveis para a área: a) habitação de interesse social, para onde se realocaria a população residente no Porto do Capim (Vila Nassau ao Porto), cuja dimensão das habitações seria de 42 m², nas proximidades do rio Sanhauá, ao lado da Arena de Eventos; o segundo uso b) seria para

lazer e esporte (eventos, esportes e contemplativo), no item 1 da legenda se apresentava uma extensa área de concreto armado (arena), com cerca de 19.500 m² (dezenove mil e quinhentos quadrados), vários postes de luz e quiosques, para atender a shows; nos itens 2,3 da maquete digital atracadouros e rampas de embarcações, seriam desenvolvidos esportes náuticos e no item 7 uma arquibancada virada para o rio, tinha a finalidade de atividade de contemplativa. O terceiro e último uso c) destinadas a preservação e pesquisa, parque ecológico do mangue (Figura 47).

Figura 47-Maquete digital do 1º Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim



Fonte: CPCHJP, 2013.

Esta primeira proposta contemplava as moradias da população ribeirinha incluídas no projeto, apesar da presença dos equipamentos turísticos, de lazer e contemplativo.

A segunda versão da proposta “Projeto de REVITALIZAÇÃO do Porto do Capim”, o termo antigo é suprimido, assim como as habitações destinadas no primeiro projeto, à comunidade do Porto. O restante continuou inalterado. A arena de concreto armado o “Concretão”, extensa e árida, para realização de grandes eventos, com

dimensão de 19.500 m² (dezenove mil e quinhentos metros quadrados), com postes de luz, quiosques e uma grande arquibancada, virada para o rio Sanhauá, continuou sendo a “grande” proposta (Figura 48).

Figura 48-Proposta da Praça Porto do Capim – Planta geral do projeto



Fonte: CPDCHJP, 2010.

Esse mesmo modelo de intervenção foi adotado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa na praça do Ponto de Cem Réis, no centro de João Pessoa, paulatinamente transformada em um pátio árido, cuja única função é showmícios a noite, no centro da cidade.

As diretrizes do segundo projeto, definidas pela PMJP, tratava-se de um espaço aberto para eventos a ser implantada na área atual ocupado pela Comunidade Porto do Capim, considerando espaço de ocupação irregular, que sofreu sucessivos aterros.

Ocupação, irregular, de características subnormais e em situação de risco, iniciada na segunda metade do séc. XX, formado pela área do antigo cais do porto, acrescida de sucessivos aterros que avançaram sobre as margens do rio, e possui os seguintes aspectos: A recuperação do vínculo histórico formado entre o Rio Sanhauá e as estruturas do antigo Porto do Capim, com a criação de empraçamento, onde outrora era o antigo cais (PMJP, 2014).

A proposta era implantar melhorias no espaço urbano, destinando a atividades culturais, lazer, turismo e suporte as atividades náuticas. Seguido da valorização dos imóveis patrimonializados, da antiga estrutura portuária, em conjunto com evidências e vestígios arqueológicos e informações históricas, remanescentes do antigo porto e das alterações no curso do rio (CPDCHJP, 2000).

O projeto de habitação elaborado pela PMJP, para a comunidade do Porto do Capim, proposta para duas áreas potenciais de remoção. O projeto passou a prever a construção de unidades mínimas (42 m²) de habitação de “interesse social” em local relativamente afastado do Porto do Capim, modificando sobremaneira o modo de morar e de se relacionar com o espaço urbano dos ribeirinhos. Alguns dos quais já realizaram benfeitorias em seus imóveis e residem em habitações mais confortáveis atualmente.

Os valores relacionados aos investimentos previstos para a realização da relocação da população do Porto do Capim somavam um total de R\$ 25.413.138,84, sendo deste montante R\$ 24.142.481,84, oriundos do Governo Federal e R\$ 1.270.656,95 da Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Os moradores reclamaram das condições oferecidas para as novas moradias, a principal delas é o distanciamento do rio e do mangue, o que, para os ribeirinhos, não se tratava apenas de deslocamento para uma área próxima, como alegava a PMJP, ou muito menos a saída de área de risco para condição melhor. A ausência de diálogo, a não flexibilização da escolha de um projeto inclusivo (AMPC, 2014).

A área 1 apresentada pela PMJP como opção, localizada próximo a Frei Vital, seu terreno é parcialmente alagado, como mostrado na imagem da própria prefeitura, revelando uma contradição: se os moradores devem ser relocados por estarem em área de vulnerabilidade da habitação, como o projeto habitacional seria feito em área parcialmente inundável? Na maquete digital da secretaria de habitação consta essa

informação. A área 2, é totalmente fora da área do Porto, fica no baixo Roger, bairro vizinho, (Figura 49).

Foi feita uma proposta de uso de duas áreas na própria comunidade. O curtime desativado e a área da antiga PROSERV em amarelo. As duas poderiam ser utilizadas para construção de habitações sociais.

Figura 49-Maquete do projeto de habitação, com as áreas de deslocamento da população do Porto do Capim da SEMHAB



Fonte: PMJP – Secretaria de Planejamento, 2013.

Além do exposto, considerando que a cidade de João Pessoa tem um índice de precipitação alto, a inclusão de moradores nessas áreas precede estudos mais detalhados sobre as questões físicas dessas áreas, a fim de evitar danos futuros às habitações e aos equipamentos propostos.

A terceira versão recebe a denominação de “Parque Ecológico do Rio Sanhauá”, (Figura 50).

A localização de implantação da nova proposta passa a ser a subárea da Vila Nassau e se amplia o estacionamento de concreto.

Figura 50-Maquete digital do Parque Ecológico do Rio Sanhauá



Fonte: Print do Vídeo da PMJP, 2019. Editado pela autora.

Com recursos do governo federal e contrapartida da PMJP, o projeto mudou de nome, deixa de ser o Projeto de REVITALIZAÇÃO do Antigo Porto do Capim e passa a ser denominado de **Parque Ecológico Sanhauá**. Essa foi uma estratégia para resolver duas questões geradoras de tensão: a) desvincular o nome já conhecido e relacionado com o conflito de remoção da comunidade; b) reforçar a agenda de sustentabilidade imposta na proposta do BID, contida no Plano de ação João Pessoa Sustentável¹⁶¹.

¹⁶¹ O Plano de Ação João Pessoa Sustentável é resultado da colaboração entre o BID, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e a PMJP, em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014. A parte final do Plano indica caminhos e estratégias para as áreas priorizadas no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável de João Pessoa no curto, médio e longo prazos, com uma projeção dos custos e metas a serem cumpridas PMJP, 2014, p. 5).

A estimativa do custo é de R\$ 11,6 milhões. O Parque Ecológico Sanhauá compreenderá uma Área de Preservação Permanente (APP) que seria completamente recuperada. O novo espaço público da capital contará com praça, mirante, elevador panorâmico, passarela elevada sobre o mangue, ciclovias, calçadas requalificadas e estacionamento com 80 vagas. Toda a região receberá iluminação em LED e respeitará as normas de acessibilidade. As edificações serão mínimas e não invasivas para garantir a regeneração ambiental da região. Os recursos são provenientes de uma parceria também com o Governo Federal (PMJP, 2019).

O parque compõe parte importante do Plano de Ação João Pessoa Sustentável, onde desenvolve metodologia do BID e parceiros.

Segundo o Plano de Ação elaborado para a cidade de João Pessoa, com base na Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis (ICES)¹⁶², as ações previstas no Projeto de Requalificação do Porto do Capim, que se metamorfoseou em Parque Ecológico Sanhauá, eram de “infraestrutura para benefício dos visitantes e moradores”, afim de, “recuperar o ecossistema natural (mangue) também retornar a vitalidade urbana perdida com o crescimento da cidade para outras áreas” (PMJP, 2014)

O projeto completo envolve: (I) requalificação do antigo Cais do Porto – Arena de Eventos e Cultura; (II) requalificação das vias de acesso a Arena de Eventos e Cultura e (III) implantação do Parque Ecológico do Rio Sanhauá. Os recursos para implementação dos projetos foram orçados em R\$36.045.000,00 e encontram-se em fase de estudos e contratação junto à CAIXA (PMJP, 2014, p. 98).

A primeira etapa do Parque Ecológico Sanhauá, foi entregue no dia 06 de fevereiro de 2020, com a REVITALIZAÇÃO e ampliação da praça Napoleão Laureano, antiga praça do relógio. A intervenção seu deu com ampliação de 4.400 metros, passando de 4.800 a 9.200 metros. “O projeto do Parque Ecológico Sanhauá, segundo PMJP investiu 11,6 milhões, em uma área de 193.354 m², e uma área construída de 25 mil metros quadrados, entre áreas urbanizadas e equipamentos” (PMJP, 2020).

O projeto está em suspensão, até que a PMJP, volte a mesa de negociações.

¹⁶² A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) nasceu no BID em 2010 como um produto de conhecimento, e se apresenta como uma resposta aos cidadãos da América Latina e Caribe (ALC). [...] A ICES nasceu no Brasil apoiando a cidade de Goiânia/GO com um Plano de Ação lançado em 2012. Uma parceria com a Caixa econômica Federal (PMJP, 2014, p. 9).

Apesar da insistência na implementação do projeto de REVITALIZAÇÃO, a comunidade do Porto do Capim, buscou em mesas de negociação com a PMJP o consenso; participou nos grupos de trabalho que foram organizados para discutir o conflito pelo uso e as possíveis saídas; esteve e fez parcerias; elaborou coletivamente uma contraproposta ao projeto de REVITALIZAÇÃO urbana e não desistiu do diálogo. Os caminhos coletivos e inclusivos para um outro planejamento serão mostrados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 7- O CONFLITO PELO USO DO SOLO URBANO E SEU PLANEJAMENTO: Requalificação e/ou inclusão

Este capítulo dá continuidade à discussão sobre o conflito pelo uso do solo na área do Porto do Capim, mostrando proposituras de planejamento inclusivo. Estas contrapropostas caminham na direção oposta às defendidas, até o momento, pela PMJP e apresentadas no capítulo anterior. Por isso, neste trabalho definimo-las como contrapropostas “insurgentes”.

Os projetos aos que nos referimos neste capítulo compõem duas contrapropostas. A primeira proposta elaborada no ano de 2012, por um grupo de trabalho técnico (GT) criado no interior do IPHAN/PB. Esse GT tinha como objetivo criar um consenso entre os técnicos da autarquia, em relação aos projetos que deveriam ser implantados na área do Porto do Capim.

A segunda contraproposta deu-se no ano de 2015, construída em parceria do programa de extensão da UFPB: “REQUALIFICAÇÃO URBANA, AMBIENTAL E PATRIMONIAL DO PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA-PB”, junto à comunidade do Porto do Capim. Este projeto, de requalificação urbana, criou um subtítulo, “abrace o Porto do Capim”.

O projeto de requalificação urbana: abrace o porto do capim, elaborou duas propostas para a área: a) uma de urbanização do Porto do Capim e do Curtume¹⁶³ e; b) uma proposta é de habitação do Porto do Capim e do Curtume. Ambas as propostas seriam construídas concomitantemente.

Os projetos de urbanização e habitação na área do Curtume, foram elaborados por alunos da disciplina Projeto de Edificações V¹⁶⁴, ministrada pela professora Elisabetta Romano.

O Projeto de urbanização e habitação na área do Curtume, elaborado por alunos da disciplina Projeto de Edificações V, ministrado pela professora Elisabetta Romano; já

¹⁶³ O Curtume se localiza na subárea do Porto do Capim, na rua Frei Vital, mapa de localização no item 4.1, Figura 33. Era um curtume desativado, a partir de 2016 foi ocupado por parte de moradores da própria área do Porto e moradores da periferia da cidade. No ano de 2015 é criada uma ZEIS Curtume (lei 12969/2015 e decreto 8361/2014). Porém nunca foi proposta a sua efetivação em projetos de habitação social.

¹⁶⁴ Componente curricular do Curso de Arquitetura e urbanismo da UFPB.

o projeto de urbanização da área do Porto do Capim, sua elaboração foi resultado de duas oficinas, mutirão de levantamento das unidades habitacionais e do mapa dos desejos; ambos projetos tiveram a parceria de arquitetos curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, ministrado pela Universidade Federal da Bahia, UFBA.

As contrapropostas originárias da rede de insurgentes ao projeto oficial defendido pelo poder público municipal (PMJP) e pelo IPHAN/PB, teve sua gênese oficial na criação do Grupo de Trabalho da divisão técnica do IPHAN/PB, elaborada em discussão interna do órgão, houve uma série de reuniões, pesquisas e atividades, a fim de elaborar uma justificativa conceitual e uma contraproposta para a área objeto (que no projeto anterior está caracterizada como “arena de eventos”) da Proposta de Requalificação.

7.1 - 1ª Insurreição: Contraproposta do Grupo de Trabalho GT/IPHAN/PB: “Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau¹⁶⁵, 2012”

Diante dos impasses e tensões entre a comunidade do Porto do Capim e o poder público local (prefeitura municipal), gerados pelo projeto de REVITALIZAÇÃO da área do Porto do Capim, um grupo de técnicos do IPHAN/PB, buscaram alternativas para a área e para os moradores. Uma delas seria a elaboração de uma contraproposta ao projeto oficial, que levasse em consideração outras dimensões do território em disputa, como seu valor cultural e simbólico, as práticas socioespaciais identitárias das comunidades residentes, a geração de valores de uso pelos grupos extrativistas das áreas ribeirinha do porto e as atividades e práticas que dignificavam a vida cotidiana dos moradores e moradoras do Porto do Capim.

A contraproposta do GT/IPHAN/PB se encontra-se metodologicamente detalhada no dossiê: “Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau”¹⁶⁶. O resultado do Dossiê, a produção de uma contraproposta inclusiva,

¹⁶⁵ O uso diferenciado das áreas Porto do Capim e Vila Nassau, no título do documento que deu origem a proposta, se refere as subáreas, que compõe a comunidade. Vale lembrar: Porto do Capim, Frei Vital, Praça XV de novembro e Vila Nassau. Acrescentado do Curtume, que espacialmente se localiza entre a frei Vital e o Porto do Capim, na rua Frei Vital. Há um entendimento de quem não é da área, senso comum, de que tudo é Porto do capim, menos a Vila Nassau, por se localizar na outra ponta da área do Porto.

¹⁶⁶ Detalhado no capítulo 3, referente as parcerias na construção da luta e resistência no Porto do Capim

elaborada a partir das visitas técnicas, diálogo com os moradores, análise de documentos referentes a questões patrimoniais, ambientais e dominiais.

A instituição do GT possibilitou a construção, dentro do IPHAN/PB, de uma outra visão de planejamento urbano mais ampliado e inclusivo. O GT propôs um estudo aprofundado e crítico do projeto elaborado pela CPCHJP, depois de mais de 20 anos de sua elaboração. A análise do projeto pelo GT, possibilitou afirmar que não houve mudanças significativas, na visão patrimonial do poder público municipal sobre a área e seus moradores.

As mudanças estruturais e de visão patrimonial do Poder Público e de setores com interesses políticos é a mesma, e as propostas defendidas no projeto original, não condizem com as cartas patrimoniais¹⁶⁷ e normativas ambientais¹⁶⁸, contidas nos marcos legais nacionais e internacionais, os quais o Brasil é signatário (IPHAN, 2012).

Os GT insurgente do IPHAN/PB, na tentativa de cumprir seu papel de guardião oficial dos patrimônios materiais e imateriais, seguiram o caminho oposto ao da superintendência da autarquia, seguiu as normativas que os regem. Seus objetivos na produção de uma contraproposta era.

¹⁶⁷ No tocante às recomendações nacionais e internacionais de patrimônio cultural, referimo-nos, dentre outras Cartas Patrimoniais, à Carta de Petrópolis (1987) e à Declaração de Xi'an (2005) sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Na Declaração de Xi'an, podemos encontrar, a título de exemplo, no seu item 1, a seguinte referência: [...] *entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (Declaração de Xi'an, 2005)* (IPHAN, 2012 p. 25).

¹⁶⁸ Ressalte-se que o Porto do Capim e a Vila Nassau preenchem todos os requisitos necessários para a regularização prevista na legislação municipal, conforme preceitua o Art. 9º da Resolução CONAMA nº. 369/2006. Art. 9º A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a regularização fundiária sustentável de área urbana poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, além dos seguintes requisitos e condições: Art. 9º A intervenção ou supressão de vegetação em APP para a regularização fundiária sustentável de área urbana poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto na Seção I desta Resolução, além dos seguintes requisitos e condições: I - ocupações de baixa renda predominantemente residenciais; II - ocupações localizadas em área urbana declarada como Zona Especial de Interesse Social –ZEIS no Plano Diretor ou outra legislação municipal; III - ocupação inserida em área urbana que atenda aos seguintes critérios: a) possuir no mínimo três dos seguintes itens de infraestrutura urbana implantada: malha viária, captação de águas pluviais, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, rede de abastecimento de água, rede de distribuição de energia; b) apresentar densidade demográfica superior a cinquenta habitantes por hectare; V - ocupações consolidadas, até 10 de julho de 2001, conforme definido na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001 (Resolução CONAMA nº. 369/2006) (IPHAN, 2012, p. 81-82).

Reorganizar a ocupação físico-espacial de modo a requalificar as funções urbanas e valorizar o patrimônio cultural, especialmente a **ocupação populacional tradicional** estabelecida desde a década de 1940, do setor mais antigo da cidade. Evidenciar a função habitacional com a **melhoria de condições dignas de habitabilidade** e de **desenvolvimento econômico e social** das populações existentes e do incentivo a novas habitações. **Reafirmar economicamente o Centro Histórico, dentro do contexto da cidade**, demonstrando o seu caráter comercial e de serviços diversificados e de qualidade. Implementar mecanismos, como incentivos e parcerias, visando a dinamização das atividades produtivas do setor privado **notadamente relacionadas ao setor turístico**, cultural e de lazer. Consolidar a área do Varadouro com atividades culturais, associadas às atualizações históricas referenciadas pela população do Porto do Capim e da Vila Nassau, **divulgação da cultura local e intercâmbio cultural**. Divulgar o Porto do Capim como importante ponto do Centro Histórico destinado ao lazer e ao turismo. Fortalecer o aparato institucional gerencial voltado à implementação das medidas preconizadas pelo Projeto de REVITALIZAÇÃO. Minimizar impactos negativos decorrentes da circulação viária, sem prejuízo aos padrões de desempenho (IPHAN, 2012, p.75) (Grifo do autor).

Os objetivos da nova proposta atendiam aos dois lados do conflito: a) aos moradores que lutam por a) reconhecimento e redistribuição da riqueza social materializada no Porto do Capim, a partir da melhoria das condições materiais necessária à sua vida e; b) à PMJP, na procura pela dinamização econômica da área, através de atividades de turismo histórico, cultural e ambiental.

O GT de forma detalhada cumpriu com primor os ritos, estudo e análise de todos os elementos precedentes a elaboração de um projeto em área de poligonal de tombamento nacional e estadual. Avaliou todas as variáveis relevantes ao patrimônio, as condicionantes ambientais, sociais, e espaciais no arcabouço jurídico, conciliando interesses, da PMJP e da Comunidade do Porto do Capim - detentora de práticas das populações ribeirinhas.

A divisão das atividades do GT resultou em um prévio diagnóstico do marco regulatório nas questões *ambientais* - por localizar-se em área de preservação permanente, constando no Plano Diretor da cidade; *patrimoniais*, por estar sob poligonal de tombamento nacional e Estadual, sob o controle do IPHAN/PB e do IPHAEP, e *dominiais*, por ser área pertencente a União, resguardada por lei, sob o controle da SPU/PB.

O trabalho do grupo teve duração de um mês, dividido em três etapas distintas e complementares, precedidas pela organização das ações. A primeira, iniciou-se com o

levantamento de documentos, pelo estudo do Plano Diretor e análise de estudos de desenvolvimento de turismo comunitário, bem como visitas técnicas realizadas na área de implementação do projeto para o levantamento da realidade da comunidade do Porto do Capim e suas especificidades, tanto relativas à tradicionalidade e valor patrimonial imaterial, como a consultoria de viabilidade técnica da instalação de estações elevatórias de tratamento de esgoto.

A Contraproposta insurgente do GT/IPHAN/PB, “Proposta de Requalificação das áreas Urbanas do Porto do Capim e Vila Nassau”, ação inovadora e comprometida, está no Processo nº. 01408.000492/2012-65 existente no órgão. Após a elaboração do Dossiê, em 2012 a superintendência da autarquia, por motivações políticas, não reconheceu a sua validade enquanto documento institucional, mesmo tendo emitido portaria para a instauração do Grupo de Trabalho. Segundo o IPHAN:

Este Dossiê é o resultado técnico das atividades do Grupo de Trabalho Porto do Capim e Vila Nassau, instituído pela Portaria nº. 01/2012, de 05 de março de 2012, da Superintendência Estadual do Iphan na Paraíba. Durante um mês, os integrantes do GT realizaram pesquisas documentais e arquivísticas, vistorias técnicas, reuniões, consulta a especialistas, proposta de um novo desenho urbano e chegou a um diagnóstico da situação atual e à Proposta de Requalificação para as Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau, ora apresentada (2012, p.2).

As ações estabelecidas para viabilizar o turismo cultural, como o projeto de REVITALIZAÇÃO, podem gerar processos de gentrificação no Centro Histórico. Por se tratar de uma REVITALIZAÇÃO pontual, para uso turístico, sem sustentabilidade, ou com um período curto de vida, como no pelourinho em Salvador. No Centro Histórico de João Pessoa, as ações de intervenção desde sua origem, convênio firmado com a Espanha, tinham como objetivo criar artificialmente valor histórico atrelado a cultura e ao turismo. Para Braga e Moraes:

As medidas de intervenção, resultantes do Convênio Brasil/Espanha de Cooperação, se configuraram claramente como práticas de gentrificação e patrimonialização: alteração da paisagem urbana; tentativa de converter uma área de valor histórico-cultural em segmento de mercado – um espaço de visibilidade pública; e realocização estética do passado, transformando os sobrados ecléticos em relíquias coloniais do patrimônio e da memória da cidade (2016, p. 35).

Para Neil Smith, a gentrificação fica conhecida de forma generalizada, após os anos da década de 1990, e por estar ligada às políticas neoliberais, à defesa do Estado mínimo, e à acumulação (Smith, 2007), casando-se perfeitamente com a proposta do seu nascedouro (Convenio Brasil/Espanha), na década de 1997, pois, além de vir embalada por agências financiadoras internacionais (BID), propunha uma mudança no uso do solo, com relocação de moradores, aproveitando os serviços e a infraestrutura da cidade para atender a reprodução continuada do capital, por meio da economia do turismo.

As ações gentrificadoras do Brasil, são fomentadas pelo poder público, deslocando barreiras ao processo de capitalização da cidade. As perguntas que devem ser feitas são: quais sujeitos serão beneficiados pelo projeto de REVITALIZAÇÃO da área do Porto do Capim? Que interesses são defendidos pelo poder público?

O projeto imposto a área do Porto do Capim, mostra que os interesses não são os dos sujeitos sociais, enquanto classe. A ausência de diálogo, a não valorização dos bens imateriais (práticas e fazeres) dos trabalhadores de baixa renda, em detrimento do cumprimento de agenda neoliberal, revela o modelo de cidade mercadoria-empresa, defendida pela PMJP.

O fenômeno da gentrificação como estratégia do capital, para ampliar sua reprodução, tornou-se modelo proposto e implantado nas áreas centrais dos núcleos urbanos de capitais brasileiras, espaços que carregavam a falsa narrativa de serem “subdesenvolvidas e abandonadas”. Áreas estocadas pelo capital imobiliário, que constroem as bases do processo de revalorização e reconquista do capital privado imobiliário. “A desvalorização da área central cria a oportunidade para a revalorização destas partes “subdesenvolvidas” do espaço urbano” (SMITH, 2007, p. 22).

Diante dessa "ofensiva" oficial a contraproposta do GT/IPHAN/PB teve como premissa considerar “a promoção e proteção dos bens culturais do Brasil”, sejam eles materiais ou imateriais, como função primordial da autarquia e de seus técnicos e “o valor e importância das práticas socioespaciais da comunidade do Porto do Capim” na composição do espaço histórico e urbano da cidade (IPHAN, 2012).

O GT buscou conhecer a área de aplicação do projeto com todas as suas peculiaridades, para fazer uma análise abordando sua complexidade. Analisou o Plano

Diretor de 2009 e estudou o referencial do arcabouço legal (legislação patrimonial e ambiental), suas diferentes escalas; realizou levantamentos sobre o desenvolvimento de turismo comunitário, compondo uma argumentação interdisciplinar, pautada nas Ciências Sociais, História, Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (IPHAN, 2012).

A proposta final apresentada para o projeto de contraproposta, mesmo que ainda conceitual, teve como premissa a promoção e proteção dos bens culturais do Brasil, sejam eles materiais ou imateriais, função primordial da autarquia e de seus técnicos. O valor e importância das práticas socioespaciais da comunidade do Porto do Capim, na composição do espaço histórico e urbano da cidade (IPHAN, 2012).

Diferentemente da modernização presente nos projetos oficiais, com implementação de píer flutuantes para lanchas e catamarãs, bases para esportes náuticos nas margens do Rio Sanhauá, a contrapropostas insurgente previa a melhoria na qualidade de vida da comunidade, com acesso a equipamentos públicos, condições de urbanidade, implementação de sistema de saneamento, tudo integrado harmonicamente com o patrimônio material, edificações tombadas, e o espaço natural APP, condições exibidas e discutidas pelo GT, para compor a requalificação urbana da área.

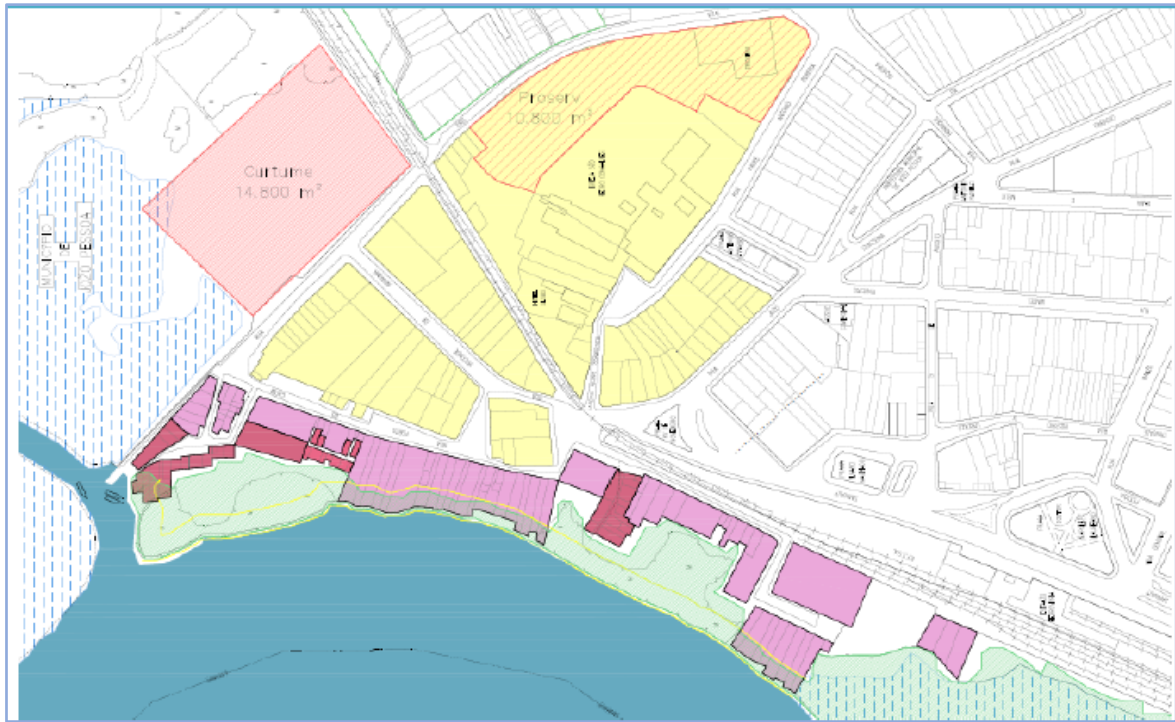
O relatório produzido fundamentou as decisões projetuais da equipe, sobretudo no tocante à permanência de algumas **residências e retirada de outras que agredem sobremaneira a área de preservação ambiental do mangue**. Também foram importantíssimas as informações acerca da viabilidade técnica de implantação de esgotamento sanitário no local, contrariando argumentos divulgados por técnicos do Iphan/PB e falando a favor da permanência de parte população onde originalmente está (IPHAN, 2012, p. 52) (Grifo do autor)

Com o levantamento das informações sobre a área do Porto, reunida aos pareceres técnicos oriundos das visitas a área, feitos com o objetivo de diagnosticar as vulnerabilidade ambientais e possibilidade de saneamento, se construiu um mapa que delimitava as áreas de vulnerabilidade ambiental, as condições de salubridade - considerando a cota do nível da maré de sizígia, que atingem casas que devem ser relocadas para área interna a comunidade, eis que passíveis de aforamento, de domínio da União, e do Curtume desativado e desocupado.

A proposta criou um zoneamento (Figura 51) base para sua implantação, respeitando APP e seus marcos regulatórios. Na figura, as cores destacadas: em

amarelo: a linha imaginária de 15 metros a partir da margem do rio Sanhauá; na cor rosa mais escuro: as habitações que serão removidas; e na cor rosa mais claro, as habitações que permanecerão.

Figura 51-Zoneamento da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau.



Fonte: IPHAN, 2012.

A proposta respeitou o ecossistema natural de mangue, o zoneamento contido no Plano Diretor, a Zona Especial de Preservação, posteriormente mudada para Zona de Preservação Ambiental (ZPA), ambas de uso restritivo, porém permitido às comunidades ribeirinhas, porque “são de interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características históricas e culturais, impondo assim normas específicas para uso e ocupação do solo” (BOAVENTURA, 2016, p.30).

Na Proposta de Requalificação, ficou estabelecida uma linha imaginária de 15 (quinze) metros para “respiro” do mangue e recuperação da mata ciliar (imagem 71) em todo o perímetro que margeia o rio Sanhauá nas áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. Estarão terminantemente proibidas intervenções antrópicas que danifiquem a vegetação na área delimitada pela referida linha até a margem do rio Sanhauá, por meio da criação de uma legislação municipal específica, reforçada por Portaria específica de proteção de área de entorno de

sítio histórico tombado. A minuta da Portaria de proteção da área de entorno deve ser produzida pela equipe técnica do Iphan/PB27 (IPHAN, 2012, p.79)

As margens estabelecidas obedecem à Resolução CONAMA¹⁶⁹, devendo ser respeitadas faixas mínimas de 15 m para cursos de água, determinado, com a finalidade de evitar vulnerabilidade e insalubridade aos moradores em momentos de alta precipitação e aumento do nível do rio. A proposta também previa a implantação de saneamento e drenagem, necessitando para ambos o afastamento das margens.

Considerando todas as variáveis presentes, sociais, ambientais, culturais, arqueológicas, topográficas, patrimoniais, foi elaborado e sintetizado o projeto final de urbanização e habitação (conceitual) do Porto do Capim (Figura 52).

Figura 52- Planta Baixa da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau



Fonte IPHAN, 2012.

¹⁶⁹ 3o da Resolução CONAMA no 302, de 2002, devendo ser respeitadas faixas mínimas de 15 m para cursos de água de até 50 m de largura e faixas mínimas de 50 m para os demais”.

O projeto integra a cidade ao rio, como reivindicado pela PMJP, já que contempla à comunidade, as áreas de sociabilidade coletiva, as praças e trapiches, espaços garantidores da reprodução de práticas socioespaciais coletivas.

A disponibilização de equipamento urbanos e infraestrutura de saneamento, traz, todavia, dignidade e qualidade de vida à comunidade. Trata-se de uma forma de *redistribuição* de recursos sociais a um grupo de famílias trabalhadoras de baixa renda e poder de consumo, diminuindo parte da segregação na que vivem, e efetivando instrumentos que potenciam a conquista da justiça social ampliada.

O projeto além de requalificar, abre possibilidades de ampliação de alternativas econômicas, voltadas para o setor turístico e de lazer, que incluem a comunidade, dentro daquilo que, no planejamento e na literatura, tem sido denominado como um turismo comunitário. É retirado do contexto uma árida praça de eventos - proposta pela prefeitura, e no seu lugar projeta-se a construção de um espaço de integração do ecossistema de mangue e rio, como podemos observar (Figura 53).

Figura 53-Perspectiva da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau



Fonte: IPHAN, 2012.

A alternativa encampada pela comunidade, anos depois da elaboração do Dossiê, a ação gera recursos para manutenção de atividades do Ponto de cultura, auxilia a formação de crianças e jovens no empoderamento e valorização - enquanto comunidade tradicional ribeirinha, além de possibilitar a construção de sujeitos políticos, cada vez mais jovens.

As demandas das PMJP também foram atendidas no projeto, pois foram mantidas a projeção de um trapiche, como planejado pelo poder público na proposta inicial, porém, com uso ampliado e não restritivo. Dessa forma, os pescadores poderiam utilizar o rio assim como, o trapiche, as lanchas e catamarãs. A democratização do uso do espaço e seus implementos, sairia da esfera restritiva e segregadora, para uma dimensão urbana democrática inclusiva.

O empraçamento¹⁷⁰, que podemos observar (Figura 54), apresenta harmonia paisagística e ambiental, integrando o rio à cidade:

Figura 54- Perspectiva da Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau



Fonte: IPHAN, 2012.

Foi feita uma observação no dossiê, referente ao “empraçamento proposto, com estruturas de apoio ao turista e trapiche que funcionaria como atracadouro de

¹⁷⁰ Local público, aberto cuja função é recreativa.

embarcações e para apreciação da paisagem natural do rio Sanhauá pelos visitantes e moradores” (IPHAN, 2012, p.87).

A contraproposta do IPHAN/PB, estava no nível conceitual, porém não se pode negar a enorme contribuição dos levantamentos documentais, estudos e pesquisa em campo realizadas nos 30 dias, pelos técnicos e, aluna do mestrado do IPHAN Nacional, professores colaboradores da UFPB, todos colaboraram sobremaneira para uma visão diferenciada de projeto desenvolvido sob bases inclusivas que se insurge contra modelo impositivo, o qual reforça a hierarquização dos espaços da cidade, e sua segregação do status quo neocolonial.

Segundo o Dossiê, a proposta necessitava de detalhamento, com a elaboração de projetos técnicos, que contavam com recursos do PAC Sanhauá para a elaboração desses projetos, conforme informado pela Secretaria Municipal de Habitação.

No final do processo do GT/IPHAN/PB, após a entrega do material à superintendência da autarquia, e sua rejeição como produto viável, a defesa desse projeto pelo órgão, foi engavetada, mas não houve o seu esquecimento, e ele se tornou suporte à diversas ações da comunidade na busca pelo seu reconhecimento.

Usado pelo relatório de violações (2015), para justificar ações indevidas da PMJP contra os moradores do Porto do Capim, que foi elaborado pelo CRDH/UFPB e entregue ao Ministério Público, propiciou a abertura de Inquérito Civil em favor da permanência da comunidade, com o pedido de reconhecimento de sua tradicionalidade, os dados do Dossiê, e a proposta possível, inclusiva, incentivou a constituição de um programa de extensão universitária, o PROEXT/UFPB.

A contraproposta descrita, assim como outras informações contidas no dossiê, deram suporte ao trabalho desenvolvido no Programa de extensão, que elaborou a segunda contraproposta.

7.2 - 2ª Insurreição: Contraproposta do Projeto de Extensão Universitária (PROEXT-UFPB): "Abrace o Porto do Capim"

A segunda contraproposta fazia parte das ações do projeto Requalificação Urbana: Abrace o Porto do Capim, sob a coordenação da Professora Elisabetta Romano.

As ações de inclusão socioespacial no âmbito da arquitetura e urbanismo presentes nesse capítulo, tratou-se de experiência participativa, desenvolvida em conjunto entre a universidade Federal da Paraíba e a Comunidade do Porto do Capim, no contexto do programa de extensão universitária, o PROEXT/MEC-Sesu - Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa – PB (Proext Abrace o Porto).

A elaboração da contraproposta dentro do projeto de extensão, desenvolvido junta à PRAC- Pró-reitora de Assuntos Comunitários da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, entre 2015 e 2016, objetivou atuar de forma participativa na comunidade do Porto do Capim, abordando a questão da requalificação urbana, patrimonial e ambiental, na defesa do direito da produção da cidade. Visou desenvolver, propostas de requalificação urbana, patrimonial, e ambiental, em parceria com a comunidade do Porto do Capim, que fortalecessem as ações comunitárias na sua luta pelo direito de se manter na área que historicamente ocupa. O programa de extensão PROEX/Ministério das Cidades teve início em 01/02/2015 e o fim, 31/12/2016. A linha temática foi o Desenvolvimento Urbano. Subitem habitação.

O Projeto envolveu cerca de vinte professores da UFPB, das áreas de arquitetura e urbanismo, história, geografia, direito e ensino, assim como alunos de graduação, pós-graduação, de instituições de ensino superior do Brasil (UFPB, UFBA) e de universidades parceiras da Itália, o programa foi classificado em primeiro lugar, em nível nacional, na linha temática Desenvolvimento Urbano.

Posteriormente, diante da eminência de remoção a AMPC se mobilizou na busca de parceria com a Universidade Federal da Paraíba, em programa de extensão no Porto do Capim, e a partir do conhecimento da contraproposta do IPHAN/PB, a comunidade viu a possibilidade da efetivação de um projeto participativo, elaborado por profissionais

competentes, contendo concepções urbanísticas e de moradia, conciliasse os interesses dos moradores e da PMJP.

Para uma melhor compreensão da construção coletiva, da contraproposta urbanística e habitacional para comunidade do porto do Capim, ambas elaboradas em paralelo, e com participação efetiva dos moradores em todo processo, é necessário entender os procedimentos metodológicos realizados. A descrição mesmo que sucinta, mostrará o passo a passo, do mutirão de levantamento até chegar no Master Plan.

A metodologia para elaboração do Master Plan¹⁷¹, foi precedido por etapas, a primeira é a coleta dos dados, realizadas nas oficinas: Mutirão de Levantamento e mapa dos desejos; a segunda, compreendia a organização dos dados coletados nas duas oficinas.

Para o Mutirão de Levantamento, elaboração dos cenários possíveis, seguido da escolha do cenário desejado pela comunidade; e, da oficina mapa dos desejos resultou a construção da carta dos consensos que o Master Plan escreveu. Por fim o Master Plan, seguido da cronologia das ações para implantação dos projetos urbanístico e habitacional, conjuntamente, como alerta professora Elisabetta,

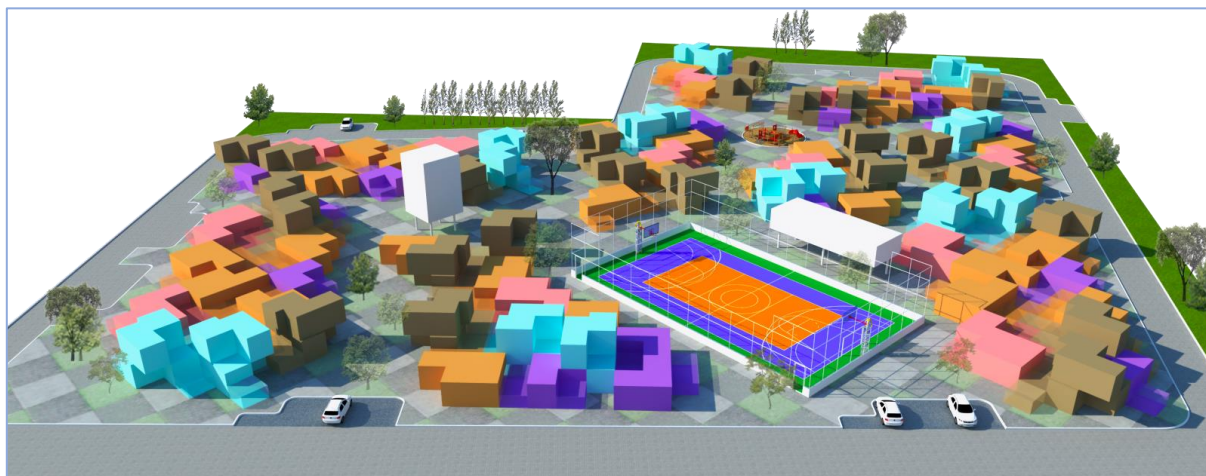
[...] dois projetos distintos: o do Parque Ecológico do Rio Sanhauá e do projeto Habitacional, este último, destinado à relocação de 400 famílias da comunidade. Apesar dos dois projetos terem sido elaborados de forma separada pela PMJP (o do Parque Ecológico do Rio Sanhauá pela SEPLAN e o Habitacional pela SEMHAB), a comunidade entendeu que, devido às múltiplas inter-relações existentes entre os dois, eles integravam um único projeto. Decorrendo disso ficou estabelecido que, do ponto de vista operacional, eles não apenas seriam avaliados de forma conjunta, como conjunta também seria a proposta alternativa da comunidade, abrangendo a área que vai da Vila Nassau até a Frei Vital, passando por todas as áreas intermediárias, sem solução de continuidade (ROMANO et al, 2016a, p. 3)

¹⁷¹ Etapa de planejamento inicial, define as diretrizes gerais do empreendimento levando em consideração as demandas e conveniências da empresa contratante, as exigências legais, as condições topográficas e ambientais do terreno, procurando sempre a solução urbanística mais adequada. Nesta etapa são definidas as estratégias de aprovação ambiental e urbanística assim como a estratégia comercial, tendo como resultado a definição das fases de implantação do projeto ao longo do tempo, produtos, e demais estratégias de desenvolvimento urbanístico. Disponível pelo site: <<http://www.areaurbanismo.com.br/master-plan>>. Acessado em: 29/03/2017.

A junção dos projetos e sua construção coletiva, propunha evitar problemas futuros, relativos à intersecção das áreas e de seus usos, como moradia, lazer e serviços. E, em paralelo se elaboravam os projetos habitacionais - na disciplina Projeto de Edificações V, direcionados à área do antigo curtume desativado, atualmente ocupado, com um novo núcleo de assentamento na área do Porto.

O projeto escolhido pela comunidade, a ser implantado para habitação das casas em risco, teve elaboração dos alunos Laura Quezado, Paulo Cesar Lopes e Susana Montenegro. O projeto previa área de ampliação das moradias e espaços de lazer (Figura 55).

Figura 55-Maquete digital com a disposição tipológica das moradias e urbanização da área do Curtume



Fonte: ROMANO et al, 2016b.

Também foram elaborados, plantas individuais das casas, contendo quatro tamanhos de áreas distintas (30m², 40m², 50m² e 60m²), a fim de atender os tamanhos das famílias que seriam relocadas, e que seriam definidas no Mutirão de levantamento. A proposta realizada após visitas à comunidade, e entrevistas com moradores, para serem compreendidas as necessidades reais dos usuários.

A área que seria assentada para a proposta urbanística e habitacional, também foi previamente visitada (Figura 56); feita a medição e reconhecimento da sua topografia, após visita a campo, o trabalho de sala de aula - metodológico projetual de experimento formal da unidade habitacional, com diferentes maneiras de combinar a área, assim como

sua posterior ampliação - resultando em variações tipológicas, referentes às quatro dimensões.

Figura 56-Projeto habitacional na área do curtume desativado



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

Em paralelo foram realizadas oficinas de levantamento de informações a respeito da qualidade das edificações e às possíveis dimensões de vulnerabilidade por elas sofridas. As condições de habitabilidade das moradias foram mapeadas no contexto da área do Porto, por meio de duas oficinas participativas e integradoras, já mencionadas: o “Mutirão de Levantamento” e o “Mapa dos Desejos”, que apresentamos a seguir.

7.2.1 - O “Mutirão de levantamento de dados” e o “Mapa dos desejos”

As Oficinas do “Mutirão de Levantamento de Dados” ocorreram em duas datas 8 de maio, e 4 de julho de 2015, duas reuniões deliberativas realizadas com a comunidade

nos dias 21 e 24 de julho de 2015, apresentação pública no dia 28 de julho. A participação da AMPC foi imprescindível à mobilização e motivação dos moradores a participar das oficinas, e tiveram o papel de facilitadoras, mediando as fases do processo de elaboração da 2ª contraproposta, enquanto a equipe do PROEXT/UFPB desenvolvia as atividades, registravam as oficinas e os procedimentos metodológicos.

O Mutirão de levantamento das Unidades Habitacionais (UH), base para o projeto habitacional, resultou em três possibilidades de cenários de intervenção, considerando o estado das UH. Os dados do levantamento possibilitaram classificar as moradias de acordo com o estado a) Permanências - casa em ótimo estado; b) Reformas - casas com necessidade de restauração; e c) Relocações - casa que precisam ser demolidas, com os moradores sendo relocados para dentro do próprio porto do Capim. A comunidade escolheu o cenário 2, após mostrarmos cenários e o mapa em julho 2015.

O início das ações do Mutirão do Levantamento, ocorreu coletivamente entre a equipe do PROEXT e os próprios moradores, depois das orientações técnicas, registraram as condições de suas casas e quantificaram os núcleos familiares existentes em casa uma.

Após a coleta e tabulação dos dados, foi elaborado um mapa tipológico de moradias, relativas ao risco existente, ou não, sobre elas; os dados foram codificados em informação visual, com os itens de permanência, reformas e relocações, além da elaboração de três cenários possíveis, revelando a complexidade do arranjo urbano, como mostra Romano:

O resultado desse levantamento mostrou um quadro bastante complexo e heterogêneo, a partir do qual, variando o peso de alguns indicadores (como risco de alagamento, degradação, superlotação), foi possível compor três possíveis cenários de intervenção. Esses cenários foram então apresentados à assembleia de moradores que, por unanimidade, escolheu o cenário intermediário (ROMANO, at. al. 2016a, p.4).

Nos cenários constavam os quantitativos distribuídos nas três classificações, e o cenário escolhido foi o intermediário, que se configurou com os seguintes números, no momento da pesquisa¹⁷²: a) permaneceriam em suas casas, um terço das famílias, b) outro um terço suas casas seriam reformadas e o restante c) 112 seriam relocadas (Figura 57).

¹⁷² Ano 2016.

Figura 57-Quadro resumo das permanências, reformas e relocações

Cenário		ÁREAS	PERMANÊNCIAS	REFORMAS	RELOCAÇÕES
1	A	PORTO DO CAPIM	76	57	17
	B1	VILA NASSAU - MANGUE	22	12	18
	B2	VILA NASSAU - GALPÃO	15	13	6
	C1	FREI VITAL - FRENTE	18	23	5
	C2	FREI VITAL - FUNDOS		11	21
	D	PRAÇA XV	12	18	6
	E	CURTUME			25
	TOTAIS		143	134	98
2	A	PORTO DO CAPIM	63	55	32
	B1	VILA NASSAU - MANGUE	16	26	10
	B2	VILA NASSAU - GALPÃO	18	9	7
	C1	FREI VITAL - FRENTE	15	25	6
	C2	FREI VITAL - FUNDOS		9	23
	D	PRAÇA XV	14	13	9
	E	CURTUME			25
	TOTAIS		126	137	112
3	A	PORTO DO CAPIM	80	36	34
	B1	VILA NASSAU - MANGUE	25	4	23
	B2	VILA NASSAU - GALPÃO	8	17	9
	C1	FREI VITAL - FRENTE	20	18	8
	C2	FREI VITAL - FUNDOS		1	31
	D	PRAÇA XV	11	8	17
	E	CURTUME			25
	TOTAIS		144	84	147

**Cenário votado
por unanimidade**

Fonte: UFPB/PROEXT, 2015.

O cenário 2 foi aprovado por unanimidade pelos moradores em reunião deliberativa com a comunidade, ocorrida no dia 24 de julho de 2015. As classificações foram realizadas a partir das condições de salubridade das residências.

A segunda oficina do PROEXT, Mapa dos Desejos, base para o projeto urbanístico, utilizou a cartografia social, e resultou na proposta final, o Master Plan.

O processo teve início com reuniões internas da equipe do PROEXT, para organizar as oficinas, elaborar questionários, separar material, construindo e repassando a metodologia em equipe. Também ocorreram reuniões com a comunidade para explicar a metodologia, e para a participação das representantes da AMPC. Cada dois participantes da equipe do PROEXT eram acompanhados por uma representante da

AMPC, distribuídos em cada subárea do Porto do Capim (Vila Nassau, Praça XV de novembro; Porto do Capim e Frei Vital).

No dia 4 de julho de 2015, a oficina ocorreu no com a participação intensa dos moradores, abrangendo todas as subáreas, com a realização da cartografia social, e a aplicação de questionário geral do mapa dos desejos (anexo 03). Um membro da equipe era responsável pela cartografia social, o outro aplicava o questionário (Figura 58).

Figura 58-Oficina de mapa dos Desejos, aplicando o método de cartografia social



Fonte: ROMANO et al, 2016c

A oficina Mapa dos Desejos, revelou duas questões, a consciência e empoderamento dos moradores, que, “cientes dos seus próprios direitos, puderam expressar livremente suas ideias, apontar as soluções, e registrar seus desejos” como sujeito político com direitos resguardados, em mais um degrau na construção da consciência do lugar de fala, das possibilidades de produzir a cidade, com o auxílio técnico qualificado.

O produto desse trabalho é uma planta de uso e ocupação do solo (Master Plan) em que são registrados os pontos sobre as quais há consenso entre a proposta da Prefeitura e a dos moradores da Comunidade; questões sobre as quais é possível encontrar uma solução compartilhada e outros pontos sobre os quais a Comunidade tem uma opinião contrária bastante consolidada ROMANO, 2016a, p. 5).

As informações coletadas na oficina, em cada subárea, originaram um quadro de registros (Figura 59), contém os pontos de consenso e descenso entre as duas propostas projetadas para área, uma elaborada pela PMJP e a escolhida pelos moradores. O quadro síntese mostra soluções possíveis compartilhadas pelas duas propostas, os pontos a divergência, a negociação, e a luta por mantê-la.

Figura 59-Quadro de registro dos consensos entre os projetos da PMJP e a Contra proposta do PROEXT

EQUIPAMENTOS	LOCALIZAÇÃO		NEGOCIAÇÃO
ANCORADOURO	PORTO - PRAÇA XV		Secretaria do Meio Ambiente
CENTRAL CURSOS PROFISSIONALIZANTES	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN - SEBRAE
CENTRO COMUNITÁRIO	FABRICA DE GELO		IPHAN - Secretaria da Educação e Cultura
CENTRO CULTURAL	TESOURO PROVINCIAL		IPHAN e Secretaria da Educação e Cultura
COMÉRCIO LOCAL	CURTUME - PROSERV		Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
CRECHE	ATUAL ESCOLA		Secretaria da Educação e Cultura - Municipal
ESCOLA FUNDAMENTAL	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN e Secretaria da Educação - Estadual
HABITAÇÕES A REFORMAR	PORTO - VITAL - NASSAU		Secretaria do Desenvolvimento Urbano
HABITAÇÕES A RELOCAR	GALPÃO-PRAÇA XV-VITAL CHARCO		Secretaria da Habitação Social
MERCADO PÚBLICO	GALPÃO		IPHAN - Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
NOVAS HABITAÇÕES	CURTUME - PROSERV		Secretaria da Habitação Social
PARQUE PÚBLICO	NASSAU - PRAÇA XV - OFICINAS		Secretaria do Meio Ambiente
PARQUINHO INFANTIL EQUIPAMENTOS GINÁSTICA	CURTUME - PROSERV		Secretaria do Meio Ambiente
POSTO AVANÇADO UFPB	PRÉDIO DA ALFÂNDEGA		IPHAN - UFPB
POSTO POLICIAL	FABRICA DE GELO		IPHAN - Secretaria de Segurança Pública e Cidadania
PSF	CURTUME		Secretaria da Saúde
QUADRAS POLIESPORTIVAS	CURTUME - NASSAU		Secretaria da Juventude, Esporte e Recreação
RELOCAÇÃO OFICINAS	PROSERV		Secretaria do Trabalho, Produção e Renda

CONSENSOS
 NEGOCIAÇÕES
 DIVERGÊNCIAS

Fonte: ROMANO et al, 2016, p. 5.

Dos dezoito equipamentos propostos no projeto de requalificação da área de forma participativa, oitos eram de consenso entre os dois projetos e nove podiam ser negociados. A única divergência era sobre a possibilidade de construção de novas

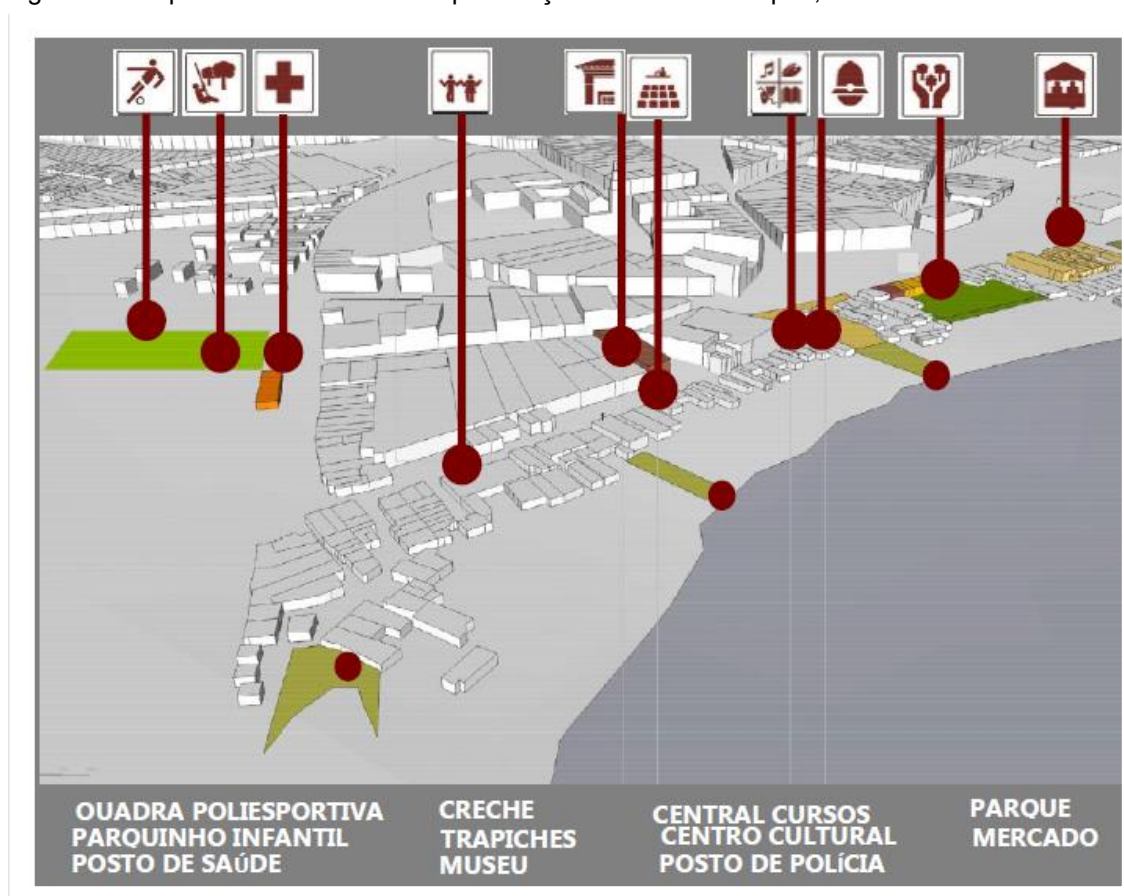
habitações e reformas na área da comunidade. Concluía-se que não houve negociação na permanência das moradias na área almejada para o projeto higienista da prefeitura.

A proposta alternativa de requalificação, construída por meio participativo, contempla o ser coletivo, com equipamentos para socializar e perpetuar essa convivência, a saber, quadra poliesportiva, creche, mercado, parque, dentre outros, e que, no entanto, só estão presentes nos consensos entre os dois projetos.

O Master Plan, portanto, refletiu o processo participativo do PROEXT com a comunidade, com a intermediação da AMPC. Trata-se uma contraproposta, preliminar e alternativa de Requalificação do Porto do Capim (Figura 60).

Enfim, em reunião na comunidade no dia 28 de julho de 2015, ao ar livre na praça do Quem Quem, foi apresentada a proposta, onde estiveram presentes representantes do MPF/PB, PMJP, AMPC, da UFPB, e contou com ampla participação dos membros da comunidade.

Figura 60-Proposta alternativa de Requalificação do Porto do Capim, PROEXT



Fonte: ROMANO et al, 2016a, p. 6

No momento da apresentação pública dos resultados do mapeamento, e da proposta, vários moradores se colocaram a favor do projeto, estavam nitidamente satisfeitos com o resultado, alguns deram depoimentos.

Em novembro de 2015 a comunidade do Porto do Capim é reconhecida como “Comunidade tradicional e ribeirinha” pelo MPF/PB, criando mais uma barreira para a implantação do projeto de REVITALIZAÇÃO. Provocado, o MPF/PB como mediador, chama audiência com a PMJP, os moradores do porto do capim, seus representantes AMPC, e sua equipe de assessoria técnica (UFPB). A PMJP e seus representantes tomam ciência da proposta de requalificação, e do laudo antropológico. Depois de várias reuniões, no dia 14 de dezembro de 2015, decide-se propor a constituição de um Grupo de Trabalho, formado por representantes de todas as partes envolvidas, que se reuniam em busca de uma solução compartilhada para área, um projeto alternativo, participação da comunidade, assessoria técnica da UFPB e mediação do MPF/PB, objetivando elaboração da **carta dos consensos**.

7.2.2 - O “novo” Grupo de Trabalho: A construção de consensos

O Grupo de Trabalho partiu da discussão das **condicionantes**, momento mais conflituoso do GT, pois a escolha garantia, ou não, a permanência dos moradores, e a tradicionalidade eram as condicionantes defendidas pela comunidade e sua acessória técnica, com base na Convenção 169 da OIT.

Em paralelo era realizados no PROEXT em parceria com aluno de especialização do programa de especialização em Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU), promovido pela Universidade Federal da Bahia, em sua primeira experiência de nucleação na UFPB. Os projetos garantiam o arranjo de vizinhança, mostra Boaventura (acessória técnica dominial).

E assim as expectativas sobre os debates acerca da permanência e relocação continuam. No entanto, é importante também definir as relocações, estabelecendo poligonais dentro do território de modo que não descaracterizem

a territorialidade da comunidade e que garantam a manutenção das relações de vizinhança (BOAVENTURA, 2016, p. 28).

No GT, a acessória técnica AMPC, propôs a construção do **Mosaico das soluções**, subsídios à formulação da carta dos consensos, a ser firmada entre as partes envolvidas PMJP, IPHAN/PB, AMPC e UFPB, com a mediação do MPF/PB.

Na construção do mosaico de soluções elaborou as condicionantes do projeto, a **aspectos sobre a estabilidade do solo, saneamento e drenagem, pré-existências arqueológicas, aspectos paisagísticos ambientais, sistemas infra estruturais**.

As condicionantes sempre foi o problema a ser solucionado, se perdia muito tempo na queda de braço sobre qual condicionante prevaleceria. De um lado a defesa da permanência da comunidade, feita pela acessória técnica (participantes do PROEXT) cuja a principal condicionante defendida era a tradicionalidade, do outro lado, a PMJP e seus secretários (Habitação, Planejamento e Jurídico e técnicos), defendendo a condicionante do patrimônio material e o leque de visada¹⁷³, com o apoio do representante do IPHAN (superintendente).

A tensão gerada nesta reunião por ocasião da discussão das **condicionantes projetuais**, não permitiu grandes avanços, deixando bem claro que os dois órgãos estavam atuando em parceria, visando o cumprimento de um plano conjunto, muito bem articulado e estruturado, e que tinha como finalidade a remoção da inteira comunidade para "liberar" o espaço para o empreendimento de vastas proporções a ser realizado com as verbas federais, e que serviria de contra partida para a liberação de um financiamento bem mais vultoso provindo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (UFPB/PROEXT, 2016, p.7).

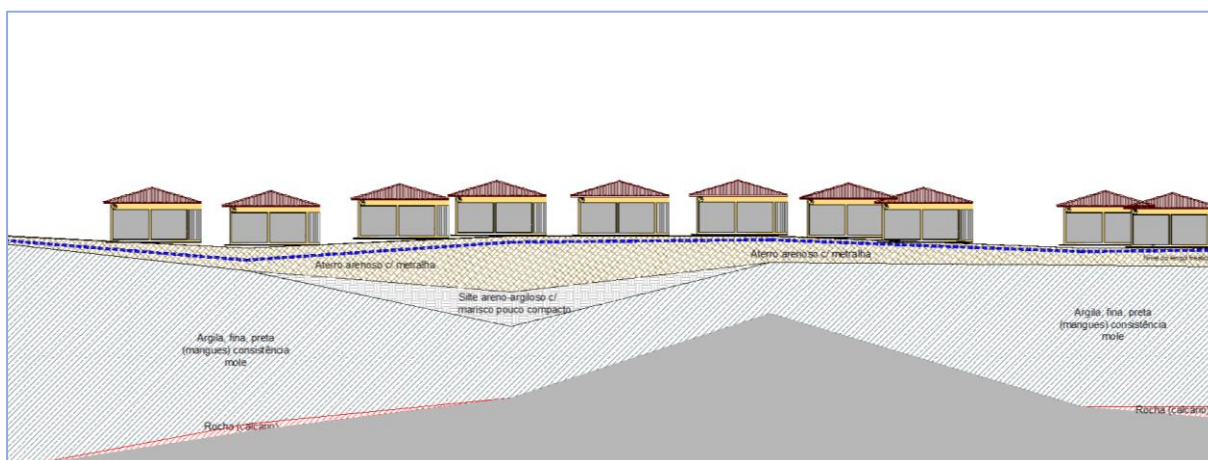
A discussão nos GTs, eram uma disputa entre a defesa de um projeto inclusivo e participativo, contra outro, tecnicista, cuja lógica era preparar o espaço para que virasse mercadoria. As estratégias e defesas feitas pela PMJP e pelo IPHAN/PB, se baseava na cenarização histórica e paisagista, hiper valorização dos patrimônios materiais, para isso se propunha a remoção de várias casa no Porto, destruindo o arranjo de vizinhança, intervindo diretamente na tradicionalidade.

¹⁷³ Termo utilizado para definir a amplitude de visão da paisagem aproximadamente de 180°.

No contexto do Programa forma realizados levantamentos e estudos sobre a área, antes da elaboração dos projetos urbanísticos e de habitação, que serão sinteticamente mostrados a seguir.

A proposta era encontrar soluções a todos os problemas apresentados, referentes as condicionantes projetuais de natureza física. A estabilidade das construções atuais da comunidade do porto é garantida, mesmo estando próximas ao mangue, as edificações são construídas sobre aterros muito antigos, garantem sua estabilidade (Figura 62), considerações realizadas pelo engenheiro Normando Perazzo Barbosa em visita técnica realizada em 3 de março de 2016. Já o projeto da elaborado pela PMJP, pretendia na mesma área substituir o solo e construir um muro de contenção em gabião¹⁷⁴.

Figura 61-erfil transversal do solo da área do Porto do Capim



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016

O perfil transversal da área onde se assenta a comunidade do Porto é estável, porém a troca de solo estabilizado por solo jovem, além do alto custo¹⁷⁵, pode causar risco as estruturas edificadas sobre ele.

¹⁷⁴ muro de arrimo classificado como uma estrutura de contenção à gravidade e flexível. As gaiolas são “costuradas” continuamente por um arame, formando estruturas monolíticas que serão preenchidas manualmente com as pedras.

¹⁷⁵ Projetos que envolvem retirada e colocação de areia, sempre são de alto custo, de difícil contabilidade e fiscalização, em projetos públicos, com desperdício do erário, a exemplo do sedimento retirado do Parque Sólon de Lucena, nas obras de limpeza. No documento, o órgão identificou um prejuízo de R\$ 5,9 milhões em pagamentos pelo serviço referente à remoção de solo mole e cerca de R\$ 3,6 milhões em pagamentos na construção de um túnel para regularização do espelho d’água da Lagoa. Durante a execução da obra, a Câmara de Vereadores de João Pessoa chegou a dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito

As ações de assistência técnica desenvolvidas pelos residentes, se materializou em quatro projetos integrados, concebidos por meio de uma metodologia participativa, voltados à defesa da preservação da comunidade tradicional ribeirinha Porto do Capim, "NOSSO MANGUE, NOSSA VIDA: Estratégias Integradas de Requalificação para a reforma das habitações ribeirinhas" do Porto do Capim; "ALÉM DOS TRILHOS: O mercado do Porto do Capim como polo de integração da comunidade com a cidade"; "SE ESSA RUA FOSSE MINHA: Processo Participativo para a requalificação dos espaços públicos do Porto do Capim,"; "CONVIVENDO COM A ÁGUA EM HARMONIA: Requalificação Urbana e Saneamento, Assistência Técnica para a área da Frei Vital" (ROMANO, et. al. 2016a, p. 12).

O uso do mapeamento do cenário escolhido subsidiou a elaboração de um projeto de saneamento (Figura 62) desenvolvido no projeto "CONVIVENDO COM A ÁGUA EM HARMONIA: Requalificação Urbana e Saneamento, Assistência Técnica para a área da Frei Vital".

Figura 62-Mapa da área do Porto do Capim com possibilidade de implementação de saneamento



Fonte: PROEXT, 2016.

Com os dados do mutirão de levantamento se elaborou a proposta para o saneamento, com a confirmação da possibilidade da implantação de rede de esgoto, nas áreas de cota normal. Nas casas de cota mais baixa, deveria haver um alteamento do nível do solo.

O projeto contava com aplicação de duas técnicas sustentáveis, realizada com materiais naturais, apesar do uso de aterros, nas áreas de cotas inferior a maré de sizígia, prática já utilizada pelos moradores na construção das casas próximas ao rio, e que, não seja esse o caso, pois as moradias estão resguardadas, com recuo.

A contenção projetada, descarta o concreto, utiliza troncos de madeira, diminuindo o impacto com o rio e com o mangue (Figura 63).

Figura 63-Proposta de intervenção do Mosaico de Soluções



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

A relocação das casas próximas ao mangue com uma passarela de madeira para pedestre e ciclovia, atraindo o turista e os pessoenses a circulação e contemplação, dando acesso ao rio, a natureza e ao mangue, sem retirar os quintais dos moradores que restaram na borda, cujas casa não apresentavam perigo. A contenção seria feita com “mourões ou gabião, em seguida a elevação das cotas das casas para 3 metros” (30cm acima da maré excepcional), permitindo acesso ao saneamento (BOAVENTURA, 2016, p.41).

Coube aso alunos da residência da especialização do RAU, e alunos de “disciplina de PE V (Projeto de Edificações V), no primeiro período de 2016, terem suas atividades voltadas para o projeto do Porto do Capim”, elaborar a representação gráfica do mosaico das soluções, projetuais para o Porto do Capim, suporte a carta dos consensos.

Para esse fim foram definidas cinco categorias espaciais que, por apresentarem problemáticas e potencialidades parecidas, permitiriam que cada grupo desenvolvesse estudos prevalentemente focados para apresentar soluções para a superação da maior dificuldade ou para a valorização da maior potencialidade para aquela área específica. A partir dessas premissas foram formados os seguintes grupos: NOSSO MANGUE, NOSSA VIDA: Estratégias Integradas de Requalificação para a reforma das habitações ribeirinhas coordenado pela residente Marina Fontenele; CONVIVENDO COM A ÁGUA EM HARMONIA: Requalificação Urbana e Saneamento para a área da Frei Vital coordenado pelo residente Flávio Boaventura MÃOS NA MASSA, FAZ A CASA: Autoconstrução assistida coordenado pelo concluinte Diogo Choia SE ESSA RUA FOSSE MINHA: Processo Participativo para a requalificação dos espaços públicos do Porto do Capim coordenado pela residente Camila Furtado; ALÉM DOS TRILHOS: O mercado do Porto do Capim como polo de integração da comunidade com a cidade coordenado pelo residente Ezio Luiz Martins Simões (ROMANO, 2016a. p.11).

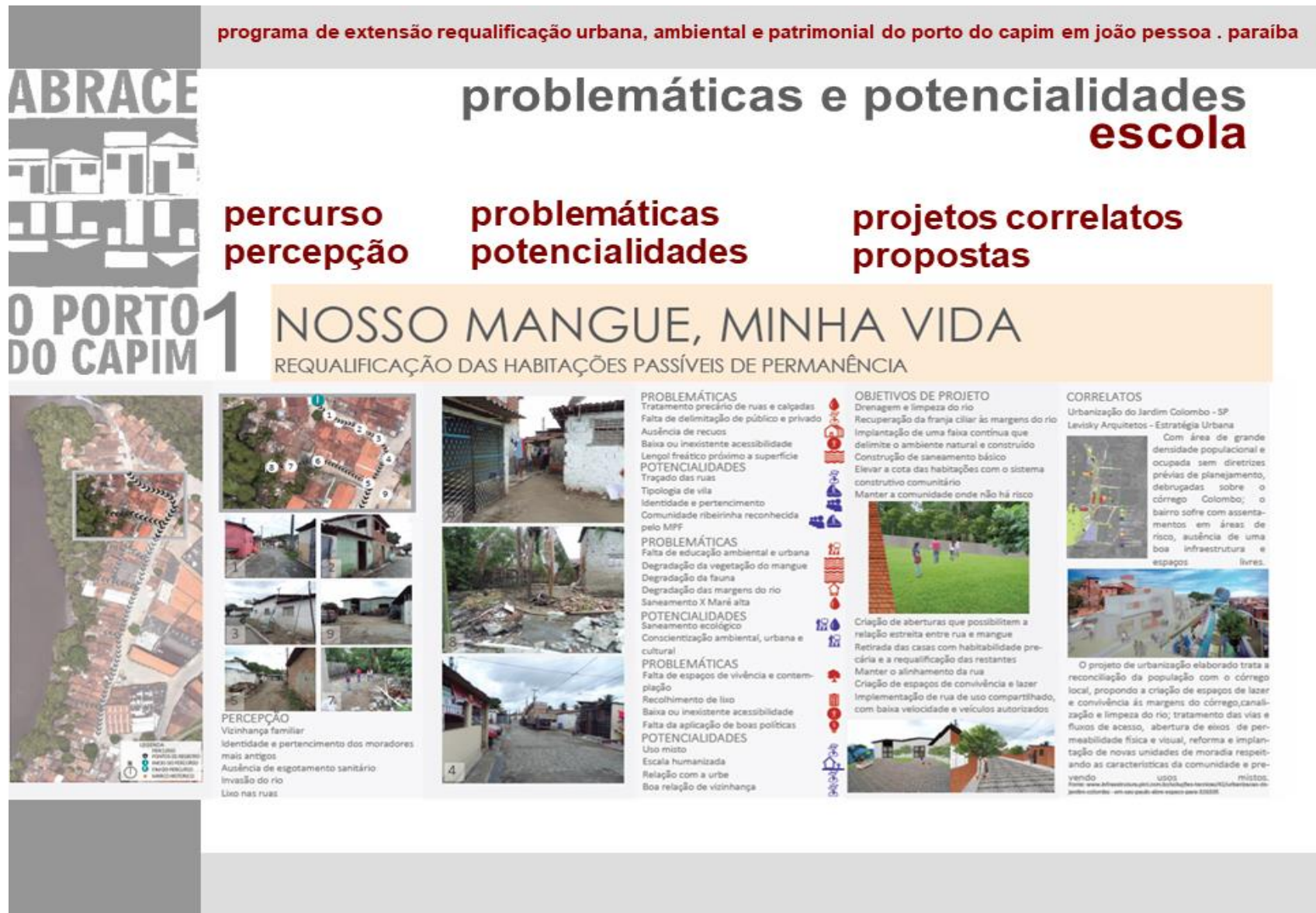
Os projetos eram os componentes dos trabalhos de conclusão de curso da especialização, além de conjunto importante na defesa da permanência dos moradores, na luta por um projeto inclusivo, participativo, cujos protagonistas são os moradores, representados pela AMPC, e presentes em todas as fases de discussão.

A seguir mostraremos a síntese dos projetos distribuídos em todas as subáreas do Porto do Capim, analisada foi levando em conta aspectos de mobilidade, urbanísticos, construtivos, infra estruturais, sustentabilidade, ambientais e patrimoniais.

A metodologia contemplava as seguintes etapas: distribuição da área de trabalho; definição de problemáticas e potencialidades; proposição projetual (Urbano e arquitetônico).

A Oficina "Banho de realidade" realizada como primeira atividade dos alunos da disciplina de projeto V no Porto do Capim, resultou em cinco pôsteres, abarcava as categorias espaciais definidas pela coordenadora. Todos deveriam conter os problemas e as potencialidade, criar um mosaico de soluções para cada área definida. A seguir serão mostrados alguns exemplos dos projetos propostos. Poster que compunha a oficina banho de realidade (Figura 64).

Figura 64-Poster com esquema metodológico problemas e potencialidades no Porto do Capim



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

No exemplo do poster contém a área o problema e a potencialidade, o objetivo, que é a construção de um projeto para aquela área e exemplos de projetos realizados em condições semelhantes.

Serão apresentadas as cinco espacialidades, distribuídas em bloco de quatro projetos. Mostraremos os que compõem a espacialidade o NOSSO MANGUE MINHA VIDA: Estratégias Integradas de Requalificação para a reforma das habitações ribeirinhas” do Porto do Capim.

Foram realizados projetos que abrangessem todos o porto, subdivididos em cinco categorias espaciais, com denominações distintas, as que são conhecidas. A primeira área recebeu o nome de *escola e igreja*, local onde fica as duas edificações (Figura 65).

Figura 65-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções no Porto do Capim



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

O Projeto contempla mobilidade, proibição de trânsito de caminhões, um problema constante na área, e o descarregamento de madeira. Tratamento adequado para as ruas e calçadas, respeitando a hierarquia tradicional das ruas do porto sem mudar a identidade do local, para permitir que a população usufrua dos espaços públicos e do lugar que habitam.

A Relocação e a remoção das habitações dependerão das condições da implementação de sistema de saneamento, ou da precariedade das casas.

Na linha verde, delimita a área de habitação, ratificando a indisponibilidade de novas construções próximas ao rio. Além do Trapiche e a confecção da passarela em toda extensão da comunidade.

O projeto seguinte foi denominado de *Alfândega*, fazendo referência a edificação tombada na área, componente atrelado a subárea do Porto do Capim (Figura 66).

Figura 66-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

Nas modificações urbanísticas, requalificação do espaço público, ruas e passeios, fachadas e o largo da alfândega. Manutenção das habitações, com acesso a rede de esgoto, promovendo melhoria dos espaços, e das condições de salubridade. Restabelecimento da relação da comunidade com o rio.

Na perspectiva ambiental reconstituição do mangue, com remoção de casas vulneráveis, que adentravam ao rio. Criação de uma barreira de contenção e faixa linear entre os mangues e os quintais, como contenção de maré, principalmente nas mais altas.

A denominação Casa Léo faz referência a um morador antigo na área, próximo ao largo da alfândega (Figura 67).

Figura 67-Poster com esquema metodológico mosaico de soluções casa Léo



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

Na questão da mobilidade, implantação de calçada e qualificação da rua, com prioridade ao pedestre, na criação de espaços de vivência, incentivando o uso da via pública. A requalificação urbanística criação de eixos de ligação entre a rua e o mangue, com valorização da paisagem, possibilidade de contemplação da paisagem.

Na questão habitacional manutenção e melhoria das habitações passíveis de permanência, reestruturando vedações e cobertas, além de reconfigurações na disposição dos ambientes das casas, quando necessário.

A reestruturação da mata ciliar, e contenção da maré alta por meio de uma faixa contínua, barreira ao avanço da água, possíveis avanços de construções irregulares.

A infraestrutura contará com a implantação de saneamento ecológico nos lotes que não que não serão servidos pelo saneamento convencional, questões técnicas.

O planejamento da Nassau, área de maior interesse da PMJP, para a implantação do Parque Ecológico Sanhauá” (Figura 68).

Figura 68-Poster com esquema metodológico problemáticas e potencialidade Vila Nassau



Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

A mobilidade conta com o alargamento da via principal e integração dela na malha urbana, com tratamento de ruas e calçadas, mantendo o traçado da viela, criação de calçadas em alguns pontos e alargando nas áreas deficientes.

O projeto habitacional contará com a melhoria das habitações, com projetos que tornem as casas salubres, aproveitando a iluminação e ventilação naturais. Contando com saneamento básico, melhoramento na sua qualidade, quando necessário. Aumento do pé direito elevando o telhado, e valorização do uso misto.

Nas questões inerentes ao meio ambiente a continuidade do caminho público, por traz dos quintais das casas.

Na Infraestrutura, barreira de muro de arrimo, contenção da maré, passará em conjunto com a passarela (por baixo dela). Os quintais serão aterrados e as casas elevadas. A sustentabilidade ocorrerá com o aproveitamento da água da chuva, evitando que passe direto para a rua, e assim auxiliar na drenagem.

Após a elaboração detalhada dos projetos com a participação dos moradores, elaborou-se um cronograma com o passo a passo da implementação, definidos em fases (Figura 69).

Figura 69-Cronograma do projeto participativo da Comunidade do Porto do Capim

AÇÕES		FASES										
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K
1	CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS E ESPAÇOS COMERCIAIS NO TERRENO DA PROSERV	120										
2	RELOCAÇÃO DAS MORADIAS DO GALPÃO DA VILA NASSAU PARA NOVAS UH NO TERRENO DA PROSERV		80									
3	RELOCAÇÃO DAS MORADIAS DA PRAÇA XV PARA NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS NO TERRENO DA PROSERV		40									
4	RELOCAÇÃO DAS OFICINAS MECÂNICAS PARA O TERRENO DA PROSERV NA DIVISA PARA A RUA PADRE ANTONIO PEREIRA											
5	REFORMAS DAS MORADIAS DE FRENTE PARA A RUA FREI VITAL			50								
6	URBANIZAÇÃO DA RUA FREI VITAL											
7	CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NO TERRENO DO CURTUME					70						
8	RELOCAÇÃO DAS MORADIAS DO CURTUME PARA NOVAS UH NO PRÓPRIO TERRENO DO CURTUME						25					
9	RELOCAÇÃO DAS MORADIAS QUE DEVEM SER DEMOLIDAS NA RUA DO PORTO PARA NOVAS UH NO TERRENO DO CURTUME						20					
10	RELOCAÇÃO DAS MORADIAS DO TERRENO ALAGADIÇO DE FUNDOS PARA A RUA FREI VITAL PARA NOVAS UH NO TERRENO DO CURTUME						25					
11	URBANIZAÇÃO DO TERRENO ALAGADIÇO DE FUNDOS PARA A RUA FREI VITAL E INSTALAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA											
12	URBANIZAÇÃO DA CONTINUAÇÃO DA RUA FREI VITAL DA LINHA FERREA ATÉ O LARGO DO QUEM QUEM											
13	REFORMAS DAS MORADIAS DE FRENTE PARA A RUA PORTO DO CAPIM								90			
14	URBANIZAÇÃO DA RUA PORTO DO CAPIM											
15	REFORMA DOS PREDIOS DA ALFÂNDEGA, DO TESOURO PROVINCIAL E DA FABRICA DE GELO (CASTELO) PARA A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS											
16	URBANIZAÇÃO DA PRAÇA XV E DA AREA DAS OFICINAS MECÂNICAS PARA INTEGRAREM O PARQUE DO PORTO											
17	REFORMAS DAS MORADIAS DA VILA NASSAU DE FRENTE PARA A BEIRA DO MANGUE											
18	REFORMA DO GALPÃO DA VILA NASSAU PARA A IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇOS DE COMERCIO SOLIDÁRIO										20	
19	URBANIZAÇÃO DA VILA NASSAU PARA INTEGRAR O PARQUE DO PORTO											
LEGENDA		190	CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS, EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E DE CO									
			URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E DE CO									
		160	REFORMA DAS EDIFICAÇÕES QUE DEVEM SER MANTIDAS PARA FINS HABITACIONAIS E DI									
		190	RELOCAÇÃO DE HABITAÇÕES E SERVIÇOS PARA OUTRAS ÁREAS PRÓXIMAS A COMUNID/									

Fonte: UFPB/PROEXT, 2016.

A efetivação dos projetos na área do Porto do Capim, suas etapas, deveria ter sido dada continuidade, realizando um projeto de vanguarda, com a participação dos sujeitos sociais, do início ao fim do processo. Com o fim da Grupo de Trabalho, os projetos foram disponibilizados ao Poder Público, que se negou a utilizá-los.

Em 2019 a PMJP resolve implementar o projeto “Parque Ecológico do Rio Sanhauá”, e o projeto com a contraproposta fica arquivado.

O momento que se encontra a comunidade é de tratativas com a PMJP, mediado pelo MPF/PB e Defensoria Pública da União, a fim de se chegar a um consenso, com a inserção da comunidade no projeto de requalificação da área. Seguem as considerações realizadas a respeito do conflito de uso pelo solo e do protagonismo feminino na luta.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho podemos constatar a presença das mulheres, não só partícipes, senão protagonistas da/na luta por moradia. Esse fenômeno não é exclusivo do Porto do Capim em João Pessoa. Ele segue uma tendência presente nas periferias de grande parte das cidades de América Latina. O fenômeno de *generificação* da luta por moradia e/ou habitação, sinaliza a centralidade das mulheres na reprodução social da força de trabalho e na preservação dos seus territórios de vida.

A análise realizada partiu dos aportes dos estudos de *gênero* em diálogo constante com o pensamento *geográfico* sobre a cidade, o urbano e o seu planejamento. Ambas as abordagens foram indispensáveis para visibilizar o empoderamento e protagonismo das mulheres trabalhadoras que lutam por moradia no Porto do Capim.

O contexto e as características da luta dessas mulheres pelo uso do solo, bem como os obstáculos e facilidades no processo de resistência pela garantia da moradia para suas famílias e para sua comunidade mostra que, no Porto do Capim a produção da vida e a produção do espaço são sinônimos.

O trabalho de tese mostrou-nos que são os corpos em ação quem produzem a cidade, todavia eles têm gênero, tem classe, estão racializados e sexualizados. É a partir dessas "marcas" sociais que participamos numa teia complexa e dinâmica de relações de poder, no urbano e fora dele. Todavia, esta tese evidencia que é no urbano onde o Estado, como agente de planejamento e intervenção sobre o espaço, mostra a contradição entre o valor de uso do solo com fins de habitação social e seu valor de troca com fins de acumulação de capital.

A teoria feminista crítica permitiu-nos capturar os mecanismos que deram visibilidade às mulheres do Porto do Capim, protagonistas do conflito pelo uso do espaço, deixando para trás a inércia da ausência de consciência de classe, e se tornando sujeitos de direito, com reconhecido corpo político, com representatividade coletiva por meio do associativismo, pleiteando a alocação mais justa de bens e recursos na cidade.

A teoria defendida por Fraser (2015), a teoria dos R³, unifica questões de *redistribuição*, relativa ao direito a cidade, ao *reconhecimento* e a *representatividade*. O *reconhecimento*, passa a ser *status*, com o alargamento da noção de moralidade, para a

identidades ribeirinha, e de sujeito de classe. Foram modeladas auto coletivamente, por meio de ações de formativas. A autorrealização deixa de ter centralidade na representatividade, e, sem perder o seu potencial, dá lugar a justiça de forma ampliada, usando estratégias de auto afirmação, com ações de representatividade na forma associativista: CPCA e AMPC, criando uma *política de identidade*, na luta por justiça social.

A pesquisa nos deu condições de averiguar como a mulher percebe, e reforça, a sua participação efetiva na produção do espaço da cidade, através do *reconhecimento* - pré-requisito fundamental para o pleno desenvolvimento humano e construção de subjetividade integral, de gênero e de tradicionalidade.

As defesas das permanências na localização geográfica, e do arranjo socioespacial - reivindicação coletiva de reconhecimento do grupo, é o mecanismo de garantir a reprodução da classe trabalhadora, em especial o setor dos cuidados, herdado pelas mulheres.

O conflito pelo uso do solo urbano, na área da Comunidade do Porto do Capim, nos fez entender a existência de duas propostas políticas de planejamento da cidade. A primeira, que exclui os sujeitos sociais (classe trabalhadora) - uma proposta neoliberal, representada por projetos de REVITALIZAÇÃO com ações de remoção (higienização social), que são defendidos pelo poder público municipal (PMJP), e atendem ao capital, na efetivação da cidade mercadoria (valor de troca), via agendas de agências multilaterais de financiamento (BID e Banco Mundial).

A segunda proposta de planejamento é inclusiva, descarta a remoção, abrange as necessidades dos sujeitos sociais existentes no espaço, trazendo dignidade por meio das condições de urbanidade, e, no caso, foi elaborada em parceria com a comunidade, representantes do IPHAN/PB, e da UFPB, com mediação do Ministério Público Federal da Paraíba, e da Defensoria Pública da Paraíba.

A presença das mulheres na frente da luta por inclusão e visibilidade da comunidade do Porto do Capim na cidade, revelou mudanças, com a construção de *subjetividade integral*, a formação de sujeitos conscientes, alçados à condição de sujeitos políticos, corpos com consciência de classe, de gênero, e do lugar de fala. Os

mecanismos usados na transformação foram de natureza cultural-simbólica e política, gerados na organização interna da comunidade.

A comunidade e seus representantes buscaram reparar o não reconhecimento via política de identidade, na perspectiva de status social, como parceiros integrantes de interação social, na defesa do interesse coletivo, da sua territorialidade e suas práticas socioespaciais, seu lugar de fala.

Parceiros da comunidade tiveram grande relevância na construção de sua política de identidade, fomentando ações de formação política e identitária (como o Centro de Referência em Direitos Humanos), conhecimento de comunidades similares (a exemplo da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra) na luta e resistência, construção coletiva de contrapropostas com projetos inclusivos (caso do IPHAN/PB; UFPB), criação de eventos de redes populares de proteção e visibilização das comunidades tradicionais, e das práticas femininas ancestrais desenvolvidas por elas (representado pelas ações ENTRE REDES: Mulheres em rede), assim como com a participação em eventos externos à comunidade, partilhando ações na produção da cidade, a exemplo do turismo de base comunitária (caso do Fórum regional do Nordeste: brcidades).

A reivindicação por *reconhecimento dos moradores do Porto do Capim* saiu da seara da subjetividade simples, para a institucionalidade, deixa o campo ético e vai para o moral. A luta é por justiça no seu sentido mais amplo, considerando suas especificidades, tais como o direito de se reproduzir naquele lugar e, valorização das suas práticas socioespaciais (ribeirinhos), sedimentadas por gerações, há mais de 70 anos, no espaço do antigo porto.

O *reconhecimento* obtido pela comunidade trouxe a necessidade de *representatividade*, e surgiu na forma coletiva, em dois momentos distintos: criação da “CPCA”, que se converteu na *Associação de Mulheres do Porto do Capim (AMPC)*, com o protagonismo das mulheres. Suas ações sociopolíticas, levaram a comunidade à condição de sujeito político, combativo.

Também foi observado outra forma de associação na comunidade, nessa, os protagonistas são jovens moradores do “*Coletivo de Jovens Garças do Sahauá*”, dirigido pelas irmãs Rossana Holanda e Raissa Holanda. Proponente de ações que reforçam as práticas identitárias como estratégia de resistência contra a negação do reconhecimento

das demandas daquele grupo social, além de criar condições econômicas à manutenção de seus eventos festivos (Carnaval; São João; dias comemorativos: pais, mães, criança; Procissão de Nossa senhora da Conceição e dia da Cidade), além do turismo comunitário. Todas as ações são componentes das suas práticas culturais, que ora reforçam, e ora reinventam, na dinâmica da construção da cultura.

A unificação da luta, através das múltiplas ações promovidas pelas diferentes associações, fortificou a consciência coletiva nos momentos de resistência, e, somando-se experiências de diferentes gerações, conecta a energia da criança e do jovem, com a maturidade e experiência dos adultos e dos mais antigos. A unificação da luta abarcada pelas, associação e coletivo foi facilitada pela intersecção da suas representantes Rossana Holanda, presidenta da AMPC, que, também, é uma das responsáveis pelo coletivo, levando a luta por reconhecimento do grupo na forma de *status*, que reforça a solidariedade - um dos pilares da luta coletiva.

A teoria da unificação das 3R³, defendida por Fraser, viabilizou metodologicamente preceitos ao estudo e análise do conflito pelo uso do solo urbano do Porto do Capim. Os R³ é o eixo que perpassa todo o estudo da tese, revelando a *representatividade* na comunidade do Porto como instrumento de luta coletiva, para além da identidade de autossatisfação, sem abandoná-la. As *condições subjetivas* se fundem com as *condições intersubjetivas*, garantindo a paridade participativa e a justiça ampliada, quanto ao uso e produção da cidade, e a reivindicação de inclusão em projetos propostos para área.

O *reconhecimento* no processo de luta teve sua natureza alterada, assumindo o da *redistribuição*, afinal, o reconhecimento também é um bem a ser distribuído, referindo-se a valores de uso defendido por grupos tradicionais, defesa e guarda do território, práticas socioespaciais coletivas de solidariedade, práticas conservacionistas (rio e mangue), que são resultado da simbiose homem/natureza, e devem ser reconhecidas e partilhadas com a sociedade, como *condições subjetivas*.

O deslocamento da identidade, do individual para o coletivo, faz com que a luta seja ampliada, assim como a justiça social. As *condições intersubjetivas*, por sua vez, excluem padrões institucionalizados que negam e depreciam, sucessivamente, sujeitos sociais de baixa renda, em contraposição a projetos excludentes, com base na

gentrificação, higienização, cenarização do legado histórico, implementação de praças para mega eventos e infraestrutura efetive o turismo exclusivo (mercantilização da cidade), que objetivam padrões igualitários, inclusivos institucionalizados perante outras formas culturais, provocando o rebatimento na produção e valor da cidade.

A *redistribuição* deve garantir as condições materiais e independência dos sujeitos sociais que a utilizam, e a urbanidade que é *condição objetiva* de paridade participativa, está ausente na área do Porto do Capim. Tais condições diferenciam o arranjo do espaço geográfico, distanciam os trabalhadores da comunidade ao acesso aos serviços e bens da cidade, criam segregação socioespacial, e negam a redistribuição e institucionalizando, provocando a exclusão de parcela representativa da população desprovida de capital.

A *representatividade* está no campo político, em diferentes escalas, num país desigual e periférico como o Brasil, que tem na representação local, a estratégia de resistência e visibilidade. A comunidade já teve uma representação na forma um de associação, mas se tratava de uma *falsa representação*. A pessoa que se dizia presidente da associação, não era morador da comunidade, e estava a serviço dos interesses do poder público, com ações pontuais, individuais e paternalista.

Com a possibilidade de remoção e início do conflito, se compôs uma representação legítima, criada a Associação de Mulheres do porto do Capim. A partir daí, foram orquestradas ações e reações contra o Projeto de REVITALIZAÇÃO. A consequência foi o tensionamento das relações com o poder público - representante do modelo de governança global e hegemônica, a serviço do capital neoliberal. Sua efetivação impositiva foi garantida pela PMJP, atendendo às agendas das agências multilaterais e financeiras (BID). A representação real através do associativismo interno, levou os interesses e necessidades dos moradores ao nível da representação real, resultando, até o momento, na permanência dos moradores na área e paralização das ações do projeto de REVITALIZAÇÃO. A representação do porto é política e justa - vozes de mulheres que clamam por paridade na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. PMJP degrada mangue do Porto do Capim a pretexto de retirada de entulhos. **BRASIL DE FATO - PARAÍBA**. 2019. Disponível pelo site:<<https://www.brasildefatopb.com.br/2019/07/15/pmjp-degrada-mangue-do-porto-do-capim-a-pretexto-de-retirada-de-entulhos>>. Acessado em 16/07/2019.
- ALVAREZ, I. P. A tragédia urbana. p. 43-64. In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. 272p;
- _____. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R.; PINTAUDI, S. (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto. 2013. 207 p;
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999;
- ARAGÃO, H. Heloisa Buarque de Hollanda mergulha na quarta onda feminista em livro recém-lançado. **Portal Geledés-** Questão de Gênero. Disponível pelo site: <<https://www.geledes.org.br/heloisa-buarque-de-hollanda-mergulha-na-quarta-onda-feminista-em-livro-recem-lancado/>>. Acessado em 28/10/2018;
- ARAÚJO, M. E. **Água e rocha na definição do sítio de nossa senhora das neves, atual cidade João Pessoa – Paraíba**. 2012. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2012. DINTER/UFPB/UFBA;
- ARANTES, O. B. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. P. 11-74 In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos**. 8ª ed. RJ: Vozes, 2013. 192 p;
- ARANTES, O. B. F; MARICATO, E; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8ª ed. RJ: Vozes, 2013. 192 p
- ARENDT, H. - **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991 - p. 83;
- ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista la CEPAL**, Santiago do Chile. Nº 85. p. 101-113. 2005;
- ASSAD, P. **Comadre Fulozinha e Pai do Mangue: sua influência na formação da identidade, território e territorialidade na Comunidade do Porto do Capim**. Monografia (Bacharelado em geografia CCEN/UFPB), João Pessoa/PB. 2014;
- ASSAD, P. **"Povo de ilha": Dinâmica territorial, identidade e Tradição de Conhecimento na comunidade do Porto do Capim – PB**. 2017. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia-UFPB;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **NOTÍCIAS**. Audiência pública debate situação do Porto do Capim. 20/04/2019. Disponível pelo site: <<http://www.al.pb.leg.br/31606/audiencia-publica-debate-situacao-do-porto-do-capim.html>>. Acessado em: 12/04/2019;

BADINTER, E. **Émilie, Émilie, a Ambição Feminina no Século XVIII**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

BARBOSA, A. G.; COSTA, A. A. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Revista Sociedade & Natureza**. Uberlândia, ano 24 n. 3, P. 477-488, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v24n3/v24n3a08.pdf>> Acessado em: 09/10/2017;

BARTHOLO, L.; ARAÚJO, L. R. C. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2008, Caxambu. **Anais...Caxambu**: ABEP, 2008. Disponível pelo: <<file:///C:/Users/Araci/Downloads/1792-5247-1-PB.pdf>>. Acessado em: 21/01/2018.

BOAVENTURA, F. **Diretrizes e alternativas de urbanização para área Frei Vital: consolidação e viabilização das relocações parciais da Comunidade do Porto do Capim**. Especialização em Assistência Técnica: Habitação e direito a cidade. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. UFPB. Salvador. 2016. 56p.

BLAY, E. A. **Trabalho domesticado: A Mulher na Indústria Paulista**. São Paulo: Ática, 1978;

BRAGA, E. O.; MORAES, C. G. Porto do Capim: lutas e estratégias de existência de uma comunidade ribeirinha no Centro Histórico de João Pessoa/PB. **Revista Nânduty, Dourados/MS**: PPGAnt/UFGD, v. 4, n. 4, 2016;

BRASIL. **Ministério Público Federal**. Procuradoria da República da Paraíba. Inquérito Civil. n. 1.24.000.001117/2015-16. 2019. Disponível pelo site: <<http://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/porto-do-capim-recomendacoes-e-representacao/despacho-8592-2019.pdf>> Acessado em: 15/11/2018.

_____. Decreto Nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Lex**: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível pelo site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em: 28/08/2018.

_____. Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. **Lex**: Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível pelo site: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97798/decreto-5051-04>> Acessado em: 29/04/2017.

_____. Resolução **CONAMA nº 369**, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Publicada no DOU no 61, de 29 de março de 2006, Seção 1, páginas 150 – 151. Disponível pelo site: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104080>>. Acessado em 06/07/2018;

_____. Senado Federal. **Painel de violência contra mulheres**. 2017. In: Data Senado. Disponível pelo site: <<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>> Acessado em 13/05/2019;

_____. **Tribunal Superior Eleitoral**. Comunicação. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. 2019. <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>>. Acessado em 08/08/2019.

_____. Medida Provisória nº 561, de 8 jul. 2009. **Diário Oficial da União**, 8 mar. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 16 set. 2018. Disponível pelo site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acessado em 19/09/2017;

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível pelo: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2010. pelo site: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acessado em 24/08,2018.

CABRAL, I. A. **Cartografias Ribeirinhas: território e territorialidade das comunidades do Porto do Capim no estuário do rio Paraíba do Norte**. Trabalho de conclusão do curso de geografia. UFPB. 2016;

CALDEIRA, J. P. Feminismo não é uma luta por privilégios, e sim por protagonismo. O **Jornal de todos os Brasis**, 2015. Disponível pelo site: <<https://jornalggn.com.br/noticia/feminismo-nao-e-uma-luta-por-privilegios-e-sim-por-protagonismo>>. Acessado em: 01/03/2018;

CARLOS, A. F. A. A tragédia urbana. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 43-64;

CARLOS, A. F. A. Geografia crítica-radical e a teoria social. p. 15-34. In: CARLOS; SANTOS; ALVAREZ (Orgs.). **Geografia urbana crítica: Teoria e método**. 2018. São Paulo: Contexto. 160 p;

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B.A. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto. 2011;

CASTRO, S. Nancy Fraser e a teoria da justiça na contemporaneidade. **Revista Redescrições – Revista online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana**. Ano 2, Número 2, 2010. Disponível em:<<https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/view/14897>>. Acessado em 03/10/2017;

CASTRO, A. M. **Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação**. 2006. Dissertação Mestrado (CPGEU). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2006;

CAVALCANTE, R. P. **Intervenções de Recuperação no Centro Histórico de João Pessoa: Bairro do Varadouro**. 2009. Dissertação (Mestrado) no Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB 2009.179p;

CAVENAGHI, S; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. 2018. Rio de Janeiro. EDIÇÃO 32. 120p. Disponível pelo site:<http://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf> Acessado em 11/33/2019;

CENTRO DE REFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANSO DA UFPB. **Relatório de Violação dos Direitos Humanos no processo de implantação do PAC Cidades Históricas e PAC Sanhuá, na comunidade Porto do Capim**. 2015. João Pessoa. Disponível pelo sie: < http://issuu.com/crdhufpb/docs/relat_rio_porto_do_capim. Acessado em 2015> Acessado em: 2016;

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) (2003): **Panorama social de América Latina**, 2004, LC/L.2220.P, Santiago de Chile;

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE- 2017. **Relatório de uma nova série de estudos sobre planos de igualdade de gênero na América Latina e no Caribe**. Disponível site: <<https://nacoesunidas.org/cepal-desemprego-e-maior-entre-as-mulheres-na-america-latina-e-caribe/>>. Acessado em 23/02/2018;

CISNE, M. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2015. 2ª Edição São Paulo. Ed. Outras Expressões. 152p;

CLEMENTE, J. C. **Ruínas Urbanas no Centro Histórico de João Pessoa –PB: uma análise a partir da normativa de proteção do patrimônio**. 2017. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 190 f;

CORRÊA, A. M. H. **O assédio moral na trajetória profissional de mulheres gerentes: evidências nas histórias de vida**. 2004. 184f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004;

_____. Sobre agentes sociais, escalas e produção do espaço: um texto para discussão. p. 41-52. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 235 p;

COSTA, A. L. S. D. **Perímetro de proteção do Centro Histórico de João Pessoa: três décadas de história**. Orientador: Alberto José de Sousa. 2009. v. 1, 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Urbana e Ambiental, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5511/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. PMJP. **Relatório parcial de atividades**. 2000. Projeto de revitalização do centro histórico de João Pessoa, 2000;

_____. PMJP. **Dados atualizados do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**. 2004. João Pessoa: PMJP/ Governo do Estados/IPHAEP/AECI/IPHAN, 2004;

UFPB. Centro de Referência em Direito Humanos da UFPB. **Relatório de Violação aos Direitos Humanos no Porto do Capim**, UFPB. João Pessoa/PB, 2015;

CUNHA, M. D. F. D. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. **História e Ensino**, Londrina, v. V. 6, p. 141-161, out. 2000 Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12396#:~:text=Este%20artigo%20tem%20como%20objetivo,os%20anos%2090%2C%20no%20Brasil..> Acesso em: 18 abr. 2018.

DALAS-CLAYTON, B., BASS, S. (Orgs.) (2002). **Sustainable development strategies: a resource book**. The International Institute for Environment and Development, Earthscan Publications Ltd, London, Sterling, VA; Disponível pelo site: <https://www.yumpu.com/en/document/read/26154469/sustainable-development-strategies-a-resource-book-european>. Acessado em 05/05/2018;

DAY JR, J. W.; HALL, C. A. S.; KEMP, W. M. & YANES-ARANCIBA. 1989. **Estuarine Ecology**. Wiley. 558 p;

DIEESE- **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Nota Técnica: PEC 287-A: A reforma da Previdência e da Assistência Social na versão aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. 2017. 25p. Disponível pelo

site: < <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec287Substitutivo.html>>. Acessado em 06/09/2018.

DOMINIQUE, F. S. Movimentos Feministas (p. 144-153). In: HIRATA, H *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo, Ed.UNESP, 2009;

DUARTE JÚNIOR, R. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Araci/Downloads/15661-Texto%20do%20artigo-18643-1-10-20120518.pdf>> Acessado em: 02/05/2019;

ELLIOTT, M; McLUSKY, D. S. The need for definitions in understanding estuaries. **ScienceDirect**: Elsevier, Internet, v. 55, n. 6, p. 815-827. 2002

ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morga**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução Leandro Konder. 1984. 215 p;

ENGELS, F. **A origem da família, da sociedade privada, e do Estado**. Coleção grandes obras do pensamento universal – 2ª ed. São Paulo: Escala. Tradução Ciro Mioranza. 1975. 192 p;

FARIAS, S. I. **Parecer Técnico Antropológico nº03/2015**, MPF, João Pessoa/PB. 2015;

FEDERICI, S. **Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011.

FERREIRA, A. C. A.; VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. REABILITAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA. In: ENANPUR, XVIII., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: ENANPUR, 2019. p. 1-27, Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1477>. Acesso em: 20/10 2019.

FIGUEIREDO, D. M. F. **O monumento habitado: a preservação dos sítios históricos na visão dos habitantes e dos arquitetos especialistas em patrimônio. O caso de Parnaíba**. 2001. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3623/1/arquivo5504_1.pdf>. Acessado em 27/10/2010.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível pelo site: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>>. Acesso em: 27/02/2019;

FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation”. In: Fraser, Nancy e Honneth, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-Philosophical Exchange**. Nova Iorque, Londres: verso, 2003. P. 7- 109;

_____. “Reconhecimento sem ética?”. Trad. Ana C. F. Lima e Mariana P. Fraga Assis. In: **Lua Nova**, 70. São Paulo, 2007. p 101-138.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. 2009, nº 77, p.11-39. Disponível pelo site: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf>>. Acessado em: 15/03/ 2018;

_____. Fortunas del Feminismo. Madrid, **Instituto de Altos Estudios Nacionales, Universidad de Posgrado del Estado**, TdS, 2015;

G1 PARAÍBA. Após retomada de demolições no Porto do Capim, prefeito de João Pessoa diz que obra é regular. **G1 Paraíba**. João Pessoa, 03 de junho 2019a. Disponível pelo site: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/03/apos-retomada-de-demolicoes-no-porto-do-capim-prefeito-de-joao-pessoa-diz-que-obra-e-regular.ghtml>>. Acessado em 03/06/2019;

G1 PARAÍBA. IPHAEP suspende embargo de demolição de casas no Porto do Capim, em João Pessoa. **G1 Paraíba**. João Pessoa, 03 de junho 2019b. Disponível pelo site:<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/03/iphaep-suspende-embargo-de-demolicao-de-casas-no-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>>. Acessado em: 04/06/2019.

G1 PARAÍBA. Entenda processo de revitalização e retirada de famílias do Porto do Capim em João Pessoa. **G1 Paraíba**. João Pessoa, 08 de junho 2019c. Acessado pelo site:<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/08/entenda-processo-de-revitalizacao-e-retirada-de-familias-do-porto-do-capim-em-joao-pessoa.ghtml>>. Em 08/06/2019;

GARCÍA, M. F. **A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GÊNERO**: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Tese (Doutorado), defendida pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP- Presidente Prudente. São Paulo. 2004. 227 p;

GIANNI, P. C. F.; RICCOMINI, C. Sedimentos e Processos Sedimentares. In: Teixeira, W.; Fairchild, T. R.; Toledo, M. C. M.; Taioli, F. (Organizadores). São Paulo: Oficina Textos, 2001. 557p.

GONÇALVES, H. T. **O Porto e a Casa**: Dinâmica de transformação no uso dos espaços do Centro Histórico de João Pessoa. 2014. Dissertação (Mestrado) em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN), Copedoc/Iphan, João Pessoa/PB, 2014;

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: o direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo. Editora: Martins Fontes- selo Martins. 2014. 294p;

_____. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. 291p;

HOBSBAWM, E. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história Operária**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Resultados da amostra do Censo Demográfico- 2010 de Famílias e domicílios**. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 13 dez. 2017;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD). Síntese de indicadores 2015**. 2016. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/785-serie-estatistica-e-informacoes-n06-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em: 03/11/2017;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2016. Estatística de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica**. Nº 38. Disponível pelo site:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 17/04/2017;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD). Educação 2017. 2018**. Disponível pelo site:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf> Acessado em 8/10/2018;

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD)**. 2019. Disponível em:< <http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/pnad-ibge-arquivos-resultados-brasil>>. Acesso em: 15/05/2019;

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA DO BRASIL – INMET. **Normal histórica da variável precipitação/ano no período de 1960-1990**. Disponível pelo site: <<http://www.inmet.gov.br/projetos/rede/pesquisa/>>. Acessado em 115/10/2017.

_____. **Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa/ Instituto Nacional de Meteorologia**. Dados de 2009. Disponível pelo site:<<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmephttp://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>>. Acesso em: 15/10/2017;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2019. Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro; São Paulo. 2019. Disponível pelo site:<

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_d_a_violencia_2019.pdf>. Acessível em: 17/08/2019;

IPHAN/PB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba **Dossiê - Proposta de Requalificação das Áreas Urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau**. IPHAN, João Pessoa/PB. 2012;

IPHAN/PB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Paraíba. **Ofício nº 296/2015**. Procedimento preparatório MPF/PRDC nº 1.24.000.001117/2015-16-Requalificação da Comunidade do Porto do Capim, localizada no Centro Histórico de João Pessoa (PB);

ITAQUY, A. C. O. **NÍSIA FLORESTA: OUSADIA DE UMA FEMINISTA NO BRASIL DO SÉCULO XIX**. 2013. 65f. TCC (graduação) - Curso em Licenciatura Plena em História, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2730/NISIA%20FLORESTA%20PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em: 7 fev. 2018.

JERONIMO, C. M. **REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS URBANOS: Os Programas de Políticas Públicas no Caso do Centro Histórico de João Pessoa/PB**. 2014. 3º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, IMÔNIO E PROJETO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS. Belo Horizonte;

JORNAL DA PARAÍBA. MPF move ação para que a Prefeitura de João Pessoa paralise obras no Porto do Capim. *In*: Redação. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/porto-capim-mpf-move-acao-para-que-prefeitura-de-joao-pessoa-paralise-obras.html>. Acesso em: 1/08/2019.

KAUFMAN, J. L.; JACOBS, H. J. A Public Planning Perspective on Strategic Planning. **Journal of the American Planning Association**, [s. l.], v. 53, p. 23-33, 23 nov. 2007 Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01944368708976632>. Acesso em: 18/04/2018.

KERGOAT, D. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo", in HIRATA, H. et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 67-75.

KLAPISCH-ZUBER, C. A mulher e a Família. In: LE GOFF, J. (Org.). **O homem medieval**. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa, 1989. 1ª edição. Editora- Presença;

LARAIA, R. DE B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22 ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2008;

LAVINAS, L. As Mulheres no Universo da Pobreza o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, ed. 2, ano 1996, n. 4, p. 464-479, 1 jan. 1996. Semestral. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816/15405>. Acesso em: 14 fev. 2018.

LAZO, M. V. **As políticas públicas de urbanização e regularização fundiária no processo de inclusão social: o PROAP**. 52005. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração pública, À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3616/Dissertacao_Maria.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13/03/2018;

LEANDRO, A. G. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. 198f. Dissertação (Mestrado)- No programa de pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/Araci/Downloads/aldo_leandro.pdf. Acessado em: 16/07/2018.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008;

LINS, I. R. G. **PROTAGONISMO POLÍTICO IMPORTA SIM!**: A luta das mulheres do Porto do Capim pela moradia. 2018. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11499/1/IRGL15062018.pdf>.> acesso em: 15 out. 2019.

MACAYA, J. F. M. **O PROCESSO DE AGENDA-SETTING NAS SMART CITIES**: Uma análise do financiamento de uma agência multilateral. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18201/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Javiera%20Macaya_vfinal.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 14/05/2018.

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, p. 199-215, 1999. 1806-9592. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v13n35/v13n35a18.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2015. 112 p;

MARINS, P. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Alvaro Pina. 2ª reimpressão. Boitempo. São Paulo, SP, 1999. 169 p.

MATOS, M.L; GITAHY, R. R. C. **A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER**. Colloquium Humanarum, v. 4, n.1, 2007, p. 74-90. DOI: 10.5747/ch.2007.v04. n1/h037. Disponível pelo site: <<http://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/223/606> > Acessado em: 27/02/2017;

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 33, Número 1, janeiro/abril 2018;

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2018. 192p;

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2011, vol.45, n.3, pp.564-574. ISSN 0034-8910. Disponível pelo site:<<https://doi.org/10.1590/S0034-89102011000300015>>. Acessado em: 28/10/2019;

MIRANDA, A. R. **O Papel de Mary Wollstonecraft no Iluminismo**. 2005. 60f. TCC (graduação)- Curso bacharelado em História, pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/60078/anadir_reis_miranda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07/02/2018;

MIRANDA, L. I. B. **Dinâmica Urbana e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife Pernambuco (Brasil)**. 2009. Disponível pelo site: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/12.pdf>>. Acessado em 10/01/2020;

MORIN, T. M. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795**. 224f. Dissertação (Mestrado), no programa de Pós-Graduação em História Social, na faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP, São Paulo, 2009. Disponível pelo site: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/pt-br.php>> Acesso em: 1/10/2011;

MOURA, D; GUERRA, I. SEIXAS, J. FREITAS, M. J. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Revista Cidades, Comunidades e Territórios**, n.0 12/13, 2006, pp. 13- 32 15. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/272710729_A_Revitalizacao_Urbana_Contributos_para_a_Definicao_de_um_Conceito_Operativo >. Acesso em: 14/10/2016.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT, Organização Internacional do Trabalho** – Brasília, OIT, 2011;

OLIVEIRA, F. de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer Desenvolvimento Local? In: SPINK, Peter; BAVA, Sílvia Caccia; PAULIKS, Verônica. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: Polis, 2002;

OLIVEIRA, A. V. **A EXPRESSÃO CONSTITUINTE DO FEMINISMO**: Por uma retomada do processo liberatório da mulher. 179 f. Dissertação (Mestrado), no Pós-Graduação em direito. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063105.pdf>> Acesso em: 06/06/2018.

OLIVEIRA, A. F. B. O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano. In: **Cadernos de CEOM**. Ano 22, n. 30 – Políticas públicas: memórias e experiências, p. 55-81. 2009;

PÁDUA, R. F. Pensando a noção de prática socioespacial. p. 35 – 52. In: CARLOS, A. F. A. (Orgs.) **Geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 15-34.

PARAÍBA. Decreto nº 25.138, 28 de junho de 2004. Aprova o Tombamento do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa. **Diário Oficial do estado da Paraíba**. seção 1012, João Pessoa, p. 2-2, 28 jun. 2004.

PARAÍBA MASTER. Tibério Limeira diz que “situação está ajoelhada. In: PARAÍBA MASTER. **PARAÍBA MASTER**. João Pessoa, 2 abr. 2019. Disponível em: <https://paraibamaster.com.br/2019/04/02/tiberio-limeira-diz-que-situacao-esta-ajoelhada/>. Acesso em: 2/04/2019.

PEREIRA, L. T. K. **O desenho infantil e a construção da significação: um estudo de caso** (Children's drawing and the construction of meaning: case study). Disponível em: <<http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/11/lais-krucken-pereira.pdf>> acesso em 27 de jun. 2011. 19p;

PERROT, M. As mulheres ou o silêncio da história. Editora EDUSC. 2005. 520p;

_____. Minha história das mulheres. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. São Paulo Contexto. 2007. 190 p;

PMJP. **Relatório socioeconômicos da comunidade do Porto do Capim**. SEMHAB. 2010.

_____. SEMHAB. **Apresentação em PowerPoint, das relocações dos moradores do porto do Capim, na implantação do Projeto de Habitação Social**. 2013.

_____. **Plano de Ação João Pessoa Sustentável**. 2014. 141f. Disponível pelo site: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_de_Acao_Joao_Pessoa_ICES.pdf>. Acessado em: 09/11/2019.

_____. **Luciano Cartaxo entrega primeira etapa do Parque Ecológico Sanhauá com REVITALIZAÇÃO e ampliação da Praça Napoleão Laureano**. 2020. Disponível pelo site: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-cartaxo-entrega-primeira-etapa-do->

parque-ecologico-sanhaua-com-revitalizacao-e-ampliacao-da-praca-napoleao-laureano/>. Acessado em 06/02/2020;

_____. **Luciano Cartaxo apresenta projeto do Parque Ecológico Sanhauá a administradores e destaca investimentos que valorizam a história, cultura e força econômica da Capital.** 2019. Disponível pelo site:<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/luciano-cartaxo-apresenta-projeto-do-parque-ecologico-sanhaua-a-administradores-e-destaca-investimentos-que-valorizam-a-historia-cultura-e-forca-economica-da-capital/>>. Acessado em 28/05/2019;

_____. **Plano Diretor de João Pessoa.** Lei Complementar N.º 3, de 30 de dezembro de 1992. João Pessoa: PMJP, 1992. Disponível pelo site:<<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/PMJPP planoDiretor.pdf?x15821>>. Acessado em: 03/04/2017;

_____. **Plano Diretor de João Pessoa.** Consolida a lei complementar n.º 054, de 23 de dezembro de 2008, às disposições da lei complementar n.º 03 de 30 de dezembro de 1992. João Pessoa: PMJP, 2009. Disponível pelo site:<<http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/04/planodiretor2009.pdf>>. Acessado 04/07/2017.

PORTAL CORREIO. **Moradores denunciam PMJP por invasão e demolições sem consentimento.** 2019. Disponível pelo site:<<https://portalcorreio.com.br/moradores-denunciam-pmjp-por-invasao-e-demolicoes-sem-consentimento/>>. Acessado em: 16/07/2019;

PRODETUR. EMBRATUR/SUDENE/BNB/CTI-NE. 2005. *apud* LEANDRO, A. G. O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade. Dissertação em mestrado. João Pessoa-PB, 2006. Universidade Federal da Paraíba- UFPB;

RIBEIRO, F. V. A prática socioespacial da resistência. p 53-64. In: CARLOS; SANTOS; ALVAREZ (Orgs.). **Geografia urbana crítica: Teoria e método.** 2018. São Paulo. Editora Contexto. 160 p;

RISÉRIO, A. **Mulher, casa e cidade.** São Paulo: 34. 2015. 424 p;

ROLNIK, R.; SAULE JÚNIOR, N. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana.** 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

ROMANO, E.; FURTADO, C.; SIMÕES, E. L. M; BOAVENTURA, F.; FONTENELLE, M. **Experiência de nucleação da residência AU+E/UFBA na UFPB, processo participativo para a requalificação urbana, ambiental e patrimonial do Porto do Capim- João Pessoa- Paraíba. IV ENANPARQ 2016a.** Porto Alegre. RS;

ROMANO, E.; GONCALVES, R. C.; FARIAS, A.; CATARINO, A. J. L.; MORAES, Hugo B.; SCOCUGLIA, J. B.; **Relatório Técnico Mutirão de Levantamento do estado das edificações para fins de moradia no Porto do Capim em João Pessoa - Paraíba.** 2016b;

ROMANO, E.; GONCALVES, R. C.; MORAES, Hugo B.; CATARINO, A. J. L.; SCOCUGLIA, J. B.; FARIAS, A.; TORTORA, F. **Relatório Técnico - Mapa dos Desejos - Construção e registro das demandas da comunidade para a área do Porto do Capim em João Pessoa - Paraíba.** 2016c. (Apresentação de Trabalho/Outra);

RUTUOSO NETO, A. B.; BEZERRA, E. A.; GONÇALVES, R. C. **Projeto Subindo a Ladeira: história de uma experiência de educação patrimonial e ensino de história através da arte.** UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA/PRAC/PROBEX. 2013;

SANTOS, B.S. **Reconhecer para libertar.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003;

SASSI, R. & WATANABE, T. 1980. Estudos ecológicos básicos no estuário do Rio Paraíba do Norte, Paraíba, Brasil. Fitoplâncton e fatores hidrológicos. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE ECOLOGIA**, 2., Belém, 1980. Anais. Belém, v.3, p.305-313.

SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novos horizontes para a reforma urbana.** São Paulo, Pólis, 2001. 63p. (Caderno Pólis, 4). Disponível pelo site: <<https://www.polis.org.br/uploads/833/833.pdf>>. Em 28/10/2018;

SCHMIDT, J. D. F. As Mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema.** 2012 - 09 (02). p. 01 – 19. Disponível pelo site:<<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147/67>>. Acesso em: 18/04/2018;

SCOCUGLIA, J. B. C. **Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa (1987-2002).** João Pessoa: Ed. UFPB, 2004. 265p;

SCOCUGLIA, J. B. Cavalcanti. **Imagens da cidade: patrimonialização, cenários e práticas sociais.** João Pessoa (PB): Ed. Universitária da UFPB, 2010. 200p;

SILVA, S. O. D. **TURISMO E A COMUNIDADE PORTO DO CAPIM:** Uma análise da participação local nas Políticas Públicas no Centro Histórico de João Pessoa-PB. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7346/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SILVA. C. A.; ARAÚJO. F.; BEHAR. R. M. S.; GONÇALVES, R. C. Subindo a Ladeira: educação patrimonial, ensino de história e identidade local. In: ENEX, 2013, João Pessoa. **Anais [...].** João Pessoa: UFPB, 2013. p. 1-5, Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CCHLADHPROBEX2013355.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018

SILVA, A. S. C. **Análise visual das transformações na paisagem do Porto de Capim ao longo do século XX e início do século XXI**: uma proposta metodológica para o uso de imagens. 2014. 83f. TCC (graduação) curso Bacharelado em geografia, pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível pelo site:< https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/817?locale=pt_BR>. Acessado em: 15/10/2014.

SILVA, R. C. N. **A revitalização do Centro Histórico de João Pessoa**: uma estratégia para reprodução do capital. 2016. 314f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. SP, 2016. Disponível pelo site:< https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10032016-144330/publico/2016_ReginaCellyNogueiraDaSilva_VCorr.pdf>. Acessado em: 15/03/2017;

SILVA, S. S. **“LIBERDADE É QUANDO NÃO TEMOS MAIS MEDO”**: ANÁLISE DAVIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. 2017. 102f. TCC, Curso de Bacharel em Serviço social. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. Disponível pelo site:< <https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/4709>>. Acessado em: 17/05/2018.

SMITH, N. GENTRIFICAÇÃO, A FRONTEIRA E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO. **GEOSP Espaço e Tempo**, São Paulo: USP, ano 2007, p. 15-31, n. 21 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74046/77688>. Acesso em: 15 ago. 2018.

SOARES, C. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil**: (1850-1930). 1990. 247f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Física, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível pelo site:< http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/processaPesquisa.php?pesqExecutada=2&id=718&listaDetalhes%5B%5D=718&processar=Processar>. Acessado em 15/09/2018.;

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil. In: PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011;

SOTRATTI, M. A. REVITALIZAÇÃO. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbetes). ISBN 978-85-7334-279-6.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao Planejamento e a Gestão Urbanos. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 560p;

TARGINO, M. I. M. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP** –

1980/2003. 144f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007. Disponível pelo site:<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6037/1/parte1.pdf>>. Acessado em: 04/05/2017.

TOURAINÉ, A. **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 431 p;

TURRA, J. 100 anos da Revolução Russa: 8 de março de 1917, a centelha – parte 2. In: PT. **O Trabalho**. São Paulo, 12 mar. 2017. Disponível em: <<https://otrabalho.org.br/100-anos-da-revolucao-russa-parte-2/>>. Acesso em: 22/08/2018.

UFPB. PROEXT/ME/Sisu. **Programa de Extensão Requalificação Urbana. FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA**. Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim- João Pessoa. 2015.

_____. **Relatório técnico multidisciplinar comunidade Porto do Capim. Programa de Extensão Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim-** João Pessoa. 2016. 54 p;

UFPBa. **Informe técnico sobre a tradicionalidade de ocupação da comunidade do porto do capim (João Pessoa - PB). Vol. I.** 2019;

UFPBb. **Informe técnico sobre a tradicionalidade de ocupação da comunidade do porto do Capim (João Pessoa - PB). Vol. II (Anexos).** 2019;

VAINER, C. B. Prática empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8 ed. Petrópolis: Editora: Vozes, 2013;

VARGAS, H. C; CASTILHO, A. L. H. **Intervenções em centros urbanos: objetivos e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006. 289p;

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos das mulheres**: edição comentada do clássico feminista. São Paulo: Boitempo. 2016,

WOODWARD, K. 2013.p. 40 In: SILVA, T. T. (org) **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 13ª Edição. Petrópolis- RJ:Vozes. 133p.

APÊNDICE

Apêndice I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos o (a) Sr. / Sr.^a. para participar da Pesquisa: **“ESPAÇO URBANO E GÊNERO: RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES DO PORTO DO CAPIM EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA”**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Araci Farias Silva**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A pesquisa tem por objetivo estudar os mecanismos de luta e resistência da Comunidade do Porto do Capim pela permanência na área, e inclusão no projeto de requalificação do uso do espaço, no centro de João Pessoa/PB. A pesquisa vai levantar a organização dos moradores, suas estratégias de resistência e seus mecanismos de luta. Sob a ótica da tradicionalidade, da solidariedade e do valor de uso contidos nas relações socioespaciais. Ao aceitar participar, você contribuirá de forma relevante na geração de informações que embasem a importância e, mais que isso, a necessidade da permanência da referida comunidade tradicional em seu território.

Sua participação no estudo é voluntária e será realizada por meio de entrevista livres e questionário semiestruturado, assim como será utilizado gravações de voz, registros fotográficos, e/ou filmagens. A qualquer momento você poderá desistir, tendo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo, e sua participação não será considerada. **Suas informações não serão utilizadas para fins além desta Pesquisa.** Para garantir a segurança da pesquisa, será entregue uma cópia do referido termo com o contato do pesquisador. Para esclarecimento de dúvidas ou maiores informações o(a) Sr. / Sr.^a poderá entrar em contato com o pesquisador pelos telefones **(xx) xxxxx-xxxx/xxxxx-xxxx** ou por meio do endereço eletrônico xxxxx@xxxxxx.

Apêndice II - Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dados pessoais

- a) Nome: _____ idade: _____
- b) Quanto tempo morava no Porto do Capim: _____
- c) Qual a sua compreensão sobre o projeto de REVITALIZAÇÃO?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- d) Você é a favor ou contra o projeto proposto pela prefeitura para a área do Porto do Capim?
- _____
- e) A efetivação do projeto é uma preocupação para você? se a resposta for positiva, qual a preocupação?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- f) O que gostaria de ocorrer em relação ao projeto elaborado pela PMJP?
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

ANEXOS

Anexo 1 - DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

PARTE II - TERRAS

Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma.

Artigo 14

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

Artigo 15

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos

Anexo 2 -Trecho da reportagem do Portal Correio, no qual a PMJP justifica a derrubada de árvores como poda.

Em entrevista ao programa Correio Debate, da Rede Correio 3A1, os moradores do local alegaram que a PMJP vem descumprindo acordos sobre novas moradias e que a ação desta segunda foi truculenta.

"A prefeitura tinha feito um acordo de construir as casas em um local. Hoje eles vieram e derrubaram um portão. Em março, eles vieram com a proposta de casas na Saturnino de Brito. Não queremos ir para lá porque lá não é nosso espaço. Faz muitos anos que a gente mora aqui e nossas casas têm que ser construídas na comunidade", afirmou Maria da Penha, moradora da Vila Nassau.

Por outro lado, a PMJP explicou, por meio de nota, que apenas retirou entulhos e podou árvores, em cumprimento de ordens do Ministério Público da Paraíba (MPPB) e da Defensoria Pública. A ação da Prefeitura faz parte da criação do Parque Sanhauá.

"A operação realizada na manhã desta segunda na comunidade Vila Nassau aconteceu para retirar entulhos das casas que já foram demolidas, com a anuência dos proprietários, além de poda de árvores, seguindo recomendação do Ministério Público Federal e Defensoria Pública União."

Essa recomendação que a PMJP se referiu foi dada pelo MPPB e a Defensoria Pública da União (DPU) no dia 13 de junho. Na época, os **órgãos identificaram irregularidades** cometidas pela PMJP, como o não recolhimento dos entulhos e os horários que as demolições estavam ocorrendo.

Recomendamos CONTEÚDOS PATROCINADOS



<https://portalcorreio.com.br/moradores-denunciam-pmjp-por-invasao-e-demolicoes-sem-consentimento/>

214

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos – Folha1

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	RESUMO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o equipamento mais relevante			
Avalie a importância, para a Comunidade, de cada um dos Equipamentos abaixo relacionados:		1	
A - Posto ou Unidade de Saúde da Família	30	90	
B - Centro Comunitário	14		
C - Central de Cursos Profissionalizantes	17		
D - Quadra Poliesportiva	10		
E - Praça com Parquinho Infantil e Academia da Terceira Idade	19		
Outra sugestão:			
		Membro 1:	Membro 2:
		Membro 3:	Membro 4:
		Membro 5:	
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o serviço mais relevante			
Avalie a importância, para a Comunidade, de cada um dos Serviços abaixo relacionados:		2	
F - Creche	21	90	
G - Padaria	9		
H - Mercadinho	14		
I - Farmácia	22		
J - Posto Policial	24		
Outra sugestão:			
		Equipe Comunidade:	Facilitador:
Assinale, no Mapa Geral, onde gostaria que fossem localizados cada um dos Equipamentos e Serviços acima relacionados, anotando a letra correspondente:			
Outra sugestão:		3	
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o local mais relevante			
Quais são os locais preferidos de encontro para a Comunidade:		4	
Largo do Quem Quem	19	90	
Praça XV	19		
Largo da Alameda	22		
Trapiça	11		
Calçada da Escola	19		
Outra sugestão:			
		Equipe UPPs:	Coordenador:
		Membro 1:	Membro 2:
		Membro 3:	Membro 4:
		Membro 5:	

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 2

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	RESUMO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante			
Admitindo que o Casarão (Fábrica de Celo) venha de fato a ser desocupado, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	5		
Central de Cursos Profissionalizantes	22		90
Escola de Ensino Fundamental II	13		
Centro Comunitário - Cooperativas, Turismo, Quilosques	20		
Posto Policial - Posto de Saúde	20		
Moradias	15		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Dias em que, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	5.1		
Todos os dias	14		36
Apenas nos feriados e finais de semana	14		
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	8		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Até qual horário, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	5.2		
Até 18h	12		36
Até 22h	15		
Até 2h da madrugada	9		
Outra sugestão:			

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 3

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	RESUMO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante			
Admitindo que o Galpão da Vila Nassau venha de fato a ser disocupado, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:		6	
Moradia	18		90
Quadras cobertas para a prática de esportes	22		
Centro Cultural - Museu, Shows, Eventos	18		
Mercado de Artesanato	17		
Centro Comercial de Base Comunitária	17		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Dias em que, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?		6.1	
Todos os dias	18		36
Apenas nos feriados e finais de semana	12		
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	6		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Até qual horário, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?		6.2	
Até 18h	18		36
Até 22h	14		
Até 2h da madrugada	8		
Outra sugestão:			

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 4

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	RESUMO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante			
Admitindo que as Oficinas Mecânicas sejam de fato removidas, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	7		
Parque público de uso da cidade (Parque do Porto)	22		90
Quadras descobertas para a prática de esportes	19		
Permanência das Oficinas	21		
Novo atracadouro e ponto de apoio para passeios turísticos de barco	18		
Mirante para a contemplação de toda a área do Porto do Capim, vista de cima	12		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Dias em que, segundo sua opinião, esse espaço deve permanecer aberto?	7.1		
Todos os dias	17		36
Apenas nos feriados e finais de semana	13		
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	6		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Até qual horário, segundo sua opinião, esse espaço deve permanecer aberto?	7.2		
Até 18h	17		36
Até 22h	13		
Até 2h da madrugada	6		
Outra sugestão:			

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 5

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	RESUMO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante			
Imaginando que a Comunidade possa utilizar o Prédio da Alameda, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	8		
Central de Cursos Profissionalizantes	21		90
Museu da Comunidade e da Pesca	20		
Posto de Saúde e Posto Policial	9		
Ponto avançado da UFRB na Comunidade	17		
Centro Cultural com salas de projeção e para apresentações teatrais	23		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Dias em que, segundo sua opinião, o prédio deve permanecer aberto?	8.1		
Todos os dias	17		36
Apenas nos feriados e finais de semana	13		
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	8		
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Até qual horário, segundo sua opinião, o prédio deve permanecer aberto?	8.2		
Até 18h	14		36
Até 22h	14		
Até 2h da madrugada	8		
Outra sugestão:			

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 6

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	PORTO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o equipamento mais relevante			
Avalie a importância, para a Comunidade, de cada um dos Equipamentos abaixo relacionados:	1		
A - Posto ou Unidade de Saúde da Família	5		
B - Centro Comunitário	2		
C - Central de Cursos Profissionalizantes	4		
D - Quadra Poliesportiva	1		
E - Praça com Parquinho Infantil e Academia da Terceira Idade	3		
Outra sugestão: Quadra e Academia podem ser num espaço só			
		Membro 1: Ilacmar; Savatino Pereira	Membro 2: Kanny; Savatino; Tâmara
		Membro 3: Cláudio, Gilson	Membro 4: Maria da Penha (D. Branca)
		Membro 5:	
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o serviço mais relevante			
Avalie a importância, para a Comunidade, de cada um dos Serviços abaixo relacionados:	2		
F - Creche	2		
G - Padaria	1		
H - Mercadinho	3		
I - Farmácia	4		
J - Posto Policial	5		
Outra sugestão: Banco substituído por Casa Lotérica (A casa lotérica tem mais serviços)			
		EQUIPE COMUNIDADE: Facilitador: Da Penha	
Assinale, no Mapa Geral, onde gostaria que fossem localizados cada um dos Equipamentos e Serviços acima relacionados, anotando a letra correspondente:		3	
Outra sugestão: Posto de polícia e farmácia: perto da linha do trem/ Quadra, praça com academia, Mercado, Creche: Curtume/ Curso Profissionalizante: Prédio amarelo			
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o local mais relevante			
Quais são os locais preferidos de encontro para a Comunidade:	4		
Largo do Quem Quem	4		
Praça XV	3		
Largo da Alfindega	5		
Trapiche	1		
Calçada da Escola	2		
Outra sugestão: "Largo da Alfindega" foi substituído por Curtume [5]			
		Membro 1: Flávio	Membro 2: Cecília
		Membro 3:	Membro 4:
		Membro 5:	
		EQUIPE UPPB: Coordenadora: Hermes	

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 7

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim	PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	PORTO
--	---	--------------

Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante

Admitindo que o Casarão (Fábrica de Celo) venha de fato a ser desocupado, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	5
Central de Cursos Profissionalizantes	3
Escola de Ensino Fundamental II	2
Centro Comunitário - Cooperativas, Turismo, Quiosques	1
Posto Policial - Posto de Saúde	5
Moradias	4
Outra sugestão: Reformar o espaço para moradias/ Posto policial [5]	

Escolha uma entre as três alternativas:

Dias em que, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	5.1
Todos os dias	3
Apenas nos feriados e finais de semana	2
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	1
Outra sugestão:	

Escolha uma entre as três alternativas:

Até qual horário, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	5.2
Até 18h	1
Até 22h	2
Até 2h da madrugada	3
Outra sugestão: 24 horas [3]	

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 8

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim	PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	PORTO
--	---	--------------

Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante

Admitindo que o Galpão da Vila Nassau venha de fato a ser desocupado, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	6
Moradia	5
Quadras cobertas para a prática de esportes	4
Centro Cultural - Museu, Shows, Eventos	3
Mercado de Artesanato	1
Centro Comercial de Base Comunitária	2
Outra sugestão: Reformar o espaço para moradias	

Escolha uma entre as três alternativas:

Dias em que, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	6.1
Todos os dias	3
Apenas nos feriados e finais de semana	2
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	1
Outra sugestão:	

Escolha uma entre as três alternativas:

Até qual horário, segundo sua opinião, o equipamento deve permanecer aberto?	6.2
Até 18h	2
Até 22h	3
Até 2h da madrugada	1
Outra sugestão:	

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 9

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim	PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	PORTO
--	---	--------------

Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante

Admitindo que as Oficinas Mecânicas sejam de fato removidas, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:	7
Parque público de uso da cidade (Parque do Porto)	3
Quadras descobertas para a prática de esportes	2
Permanência das Oficinas	5
Novo atracadouro e ponto de apoio para passeios turísticos de barco	1
Mirante para a contemplação de toda a área do Porto do Capim, vista de cima	4
Outra sugestão: Permanência das Oficinas Mecânicas [5]	

Escolha uma entre as três alternativas:

Dias em que, segundo sua opinião, esse espaço deve permanecer aberto?	7.1
Todos os dias	3
Apenas nos feriados e finais de semana	2
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade	1
Outra sugestão:	

Escolha uma entre as três alternativas:

Até qual horário, segundo sua opinião, esse espaço deve permanecer aberto?	7.2
Até 18h	3
Até 22h	2
Até 2h da madrugada	1
Outra sugestão:	

Anexo 3 - Questionário Geral Mapa dos Desejos - Folha 10

Questionário Oficina MAPA DOS DESEJOS Comunidade Porto do Capim		PERGUNTAS GERAIS 4 de Julho de 2015	PORTO
Coloque notas de 1 a 5 - onde 5 é o uso mais relevante			
Imaginando que a Comunidade possa utilizar o Prédio da Alindoga, qual dos seguintes usos você considera mais adequado para ser instalado no local:		8	
Central de Cursos Profissionalizantes		4	
Museu da Comunidade e da Pesca		3	
Posto de Saúde e Posto Policial		2	
Ponto avançado da UFPB na Comunidade		1	
Centro Cultural com salas de projeção e para apresentações teatrais		5	
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Dias em que, segundo sua opinião, o prédio deve permanecer aberto?		8,1	
Todos os dias		3	
Apenas nos feriados e finais de semana		2	
Apenas por ocasião das festividades da Comunidade		1	
Outra sugestão:			
Escolha uma entre as três alternativas:			
Até qual horário, segundo sua opinião, o prédio deve permanecer aberto?		8,2	
Até 18h		2	
Até 22h		3	
Até 2h da madrugada		1	
Outra sugestão:			